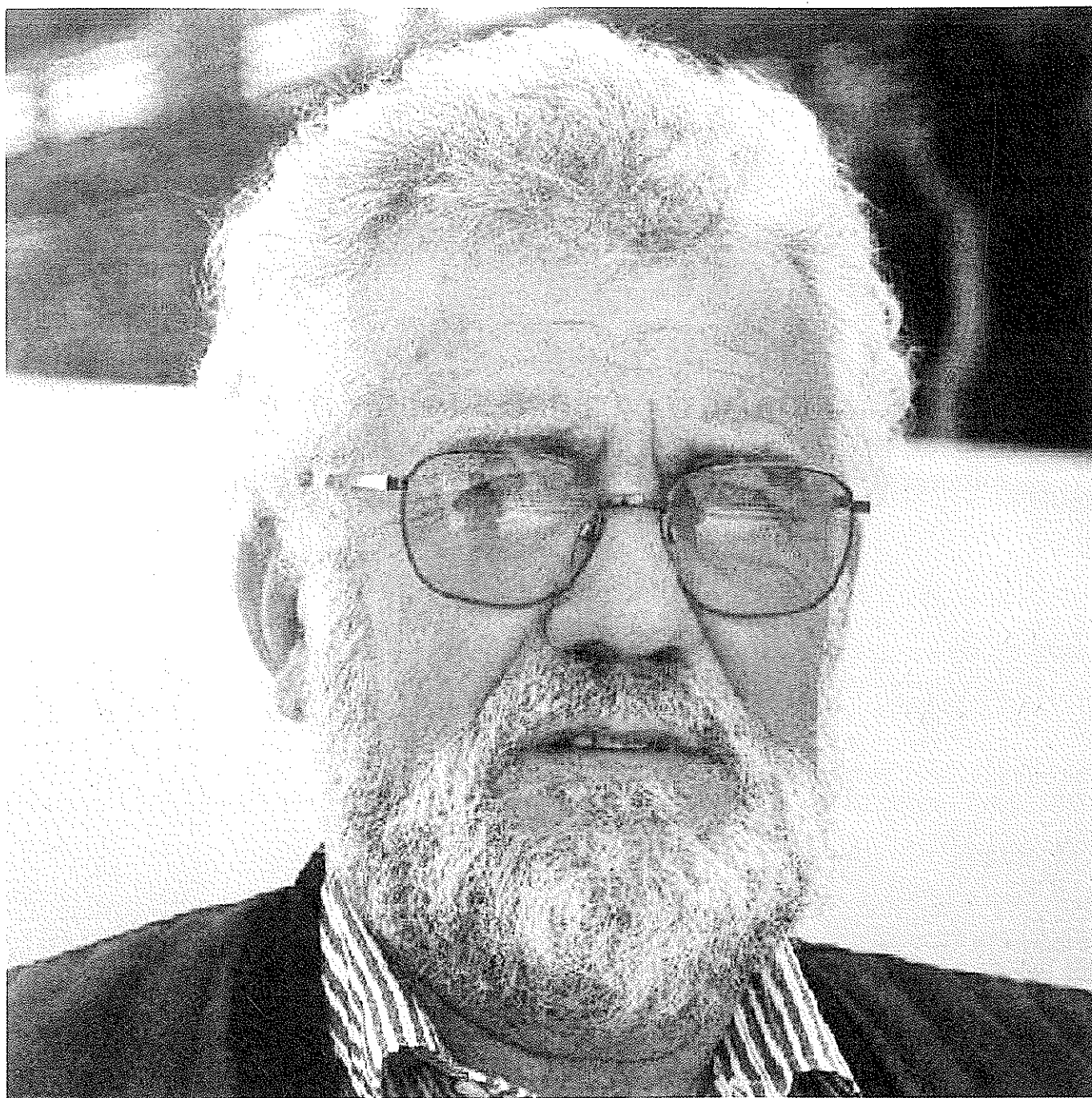




homenagem  
a  
Cristóvão de Aguiar  
40 anos de vida literária

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

COIMBRA  
2005



**HOMENAGEM A CRISTÓVÃO DE AGUIAR**  
**40 ANOS DE VIDA LITERÁRIA**

**FACULDADE DE LETRAS**  

---

**UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

## FICHA TÉCNICA

Direcção e Coordenação: Ana Paula Arnaut

Apoio Técnico e Administrativo: Gabinete de Publicações

Compilação e Tratamento de Texto: Pedro João Peça

Capa e Concepção de Design Gráfico: Victor Torres

Toda a correspondência deve ser endereçada a:

Gabinete de Publicações  
Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra  
3004-530 Coimbra  
Portugal

Endereço electrónico: [gpi@ci.uc.pt](mailto:gpi@ci.uc.pt)

ISBN: 972-9038-78-3

CDU: 821.134.3-3 Aguiar. Cristóvão. 09

Deposito Legal n.º 225014/05

Impressão: Imprensa de Coimbra, Lda

Tiragem: 750 exemplares

## ÍNDICE

### NOTA PRÉVIA

Ana Paula Arnaut ..... 13

**OBRAS DE CRISTÓVÃO DE AGUIAR** ..... 15

### MÃOS VAZIAS

Alexandre Pinheiro Torres ..... 19

### ALGUNS DADOS SOBRE A EMIGRAÇÃO AÇORIANA

Santos Barros ..... 23

### O PÃO DA PALAVRA

Luís Miranda Rocha ..... 27

### RAIZ (RAÍZES) COMOVIDA(S)

#### *Raiz Comovida I*

Vasco Pereira da Costa ..... 31

#### *Raiz Comovida I*

José Manuel Mendes ..... 31

#### *Raiz Comovida I*

Urbano Tavares Rodrigues ..... 32

#### **O discurso açoriano da infância e dos homens**

João de Melo ..... 33

#### **Carta para Cristóvão de Aguiar**

Onésimo Teotónio Almeida ..... 36

#### **Notas de leitura**

Mário Raposo ..... 40

#### **Notas de leitura**

João de Melo ..... 43

#### *Raiz Comovida I*

Luis Larios ..... 44

<i><b>Raiz Comovida I e II</b></i>	
Duarte Faria.....	45
<i><b>Raiz Comovida I</b></i>	
Fernando Namora.....	48
<b>A literatura regionalista</b>	
João Gaspar Simões .....	48
<i><b>Raiz Comovida I</b></i>	
O Grito do Povo .....	53
<b>A propósito das críticas à literatura “regional”</b>	
O Grito do Povo .....	54
<i><b>Raiz Comovida III</b></i>	
Osvaldo Cabral.....	56
<b>Leitura de <i>Raiz Comovida III</i></b>	
Carlos Reis .....	57
<b>O denso “falar” dos Açores em Cristóvão de Aguiar</b>	
J. F. Jorge .....	62
<b>Sobre <i>Raiz Comovida</i></b>	
Luiz Fagundes Duarte .....	64
<i><b>Raiz Comovida – Trilogia Romanesca</b></i>	
Público .....	68
<i><b>Raiz Comovida – Trilogia Romanesca</b></i>	
Açores Magazine.....	68
<i><b>Raiz Comovida – Trilogia Romanesca</b></i>	
Correio da Manhã.....	69
<b>Cristóvão de Aguiar entre o norte e o sul</b>	
Manuel Tomás.....	69
<b>CICLONE DE SETEMBRO</b>	
<b>A memória triste dos dias vazios</b>	
Luiz Fagundes Duarte .....	77
<i><b>Ciclone de Setembro: o último livro de Cristóvão de Aguiar</b></i>	
J. Silva Júnior .....	80

<b>Ciclone dos “Violinos”</b>	
Carlos Miranda.....	82
<b><i>Ciclone de Setembro</i> ou os retroactivos da memória</b>	
Victor Rui Dores .....	84
<b><i>Ciclone de Setembro</i></b>	
Maria Eduarda Vassalo Pereira.....	87
 <b>COM PAULO QUINTELA À MESA DA TERTÚLIA</b>	
Ribeiro Cardoso .....	91
 <b>PASSAGEIRO EM TRÂNSITO</b>	
<b>Um escritor em trânsito</b>	
Jorge do Nascimento Cabral .....	95
<b><i>Passageiro em Trânsito</i> ou as duas memórias</b>	
António Pedro Pita.....	99
<b><i>Passageiro em Trânsito: notas para uma leitura</i></b>	
Júlio Tabora Nogueira.....	103
<b><i>Passageiro em Trânsito</i> – panfleto para esquecer</b>	
Vamberto A. Freitas .....	108
<b><i>Passageiro em Trânsito: para além do partir e do ficar</i></b>	
Victor Rui Dores .....	111
<b><i>Passageiro em Trânsito: percursos do Eu no espelho da emigração</i></b>	
Ana Paula Ferreira .....	114
Eloísa Alvarez.....	124
<b>Três tempos de uma só ilha. 1. O desacerto da viagem</b>	
Carlos Ascenso André.....	125
 <b>UM GRITO EM CHAMAS</b>	
<b><i>Um Grito em Chamas</i> ou a completude da escrita</b>	
Cristina Robalo Cordeiro .....	133
<b>Três tempos de uma só ilha. 2. <i>Intermezzo</i>: o grito incontido</b>	
Carlos Ascenso André.....	137

## O BRAÇO TATUADO

*O Braço Tatuado*  
Júlio Conrado ..... 143

*O Braço Tatuado ou a guerra revisitada*  
Victor Rui Dores ..... 144

## A DESCOBERTA DA CIDADE E OUTRAS HISTÓRIAS

*A Descoberta da Cidade e Outras Histórias*  
Daniel de Sá ..... 149

*A Descoberta da Cidade e Outras Histórias ou a educação nostálgica da infância*  
Victor Rui Dores ..... 152

## RELAÇÃO(ÕES) DE BORDO

*Relação de Bordo*  
Viriato Madeira ..... 157

*Três tempos de uma só ilha. 3. A raiz. Sempre*  
Carlos Ascenso André ..... 159

*Sobre Relação de Bordo I*  
Mário Mesquita ..... 161

*Relação de Bordo ou a memória vasculhada*  
Victor Rui Dores ..... 163

*Relação de Bordo I*  
Carlos César ..... 169

*O diário da geração da guerra colonial*  
Vasco Pereira Costa ..... 171

*Relação de Bordo (1964-1988)*  
Teresa Almeida ..... 175

*Relação de Bordo (1964-1988)*  
José do Carmo Francisco ..... 176

*O diário e a crónica ou a escrita como catarse*  
Carlos Reis ..... 178

*Cristóvão de Aguiar e algumas das suas 'ralações' de bordo*  
Onésimo Teotónio Almeida ..... 182



Aníbal Pinto de Castro .....	186
<b>Triângulo de amor e paixão</b>	
Fernando Couto Alves.....	190
<b>Sobre <i>Relação de Bordo I</i></b>	
Albano Martins .....	192
<b>Sobre <i>Relação de Bordo II</i></b>	
António Machado Pires.....	196
<b>Sobre <i>Relação de Bordo II</i></b>	
Luiz Fagundes Duarte .....	200
<b><i>Relação de Bordo II (1989-1992)</i></b>	
Joana Matos Frias.....	202
<b><i>Relação de Bordo I e II</i></b>	
Maria Aida Costa Batista .....	209
Eloísa Alvarez .....	214
<b>Boa literatura. Sobre <i>Relação de Bordo II</i></b>	
João Paulo Moreira .....	215
<b>Cristóvão de Aguiar, segundo a palavra</b>	
José Medeiros Ferreira .....	216
<b><i>Nova Relação de Bordo: a secreta vida das palavras</i></b>	
Ana Paula Arnaut .....	224
<b><i>Nova Relação de Bordo ou os afectos de Cristóvão de Aguiar</i></b>	
Victor Rui Dores .....	231
<b><i>Nova Relação de Bordo</i></b>	
José Manuel Mendes .....	235
<b><i>Nova Relação de Bordo</i></b>	
Vítor Quelhas .....	236
<b>Sobre a trilogia <i>Relação de Bordo</i></b>	
Luís Aguiar-Contraria .....	236

## TRASFEGA

<i>Trasfega</i> Eloisa Alvarez .....	241
<i>Trasfega: casos e contos em memórias de encaixar</i> Ana Paula Arnaut .....	242
<b>Um prémio a condizer com a obra premiada</b> Appio Sottomayor .....	248
<b>Um outro Nemésio</b> Fernando Couto Alves .....	250
<b>Sobre <i>Trasfega</i></b> Victor Rui Dores .....	252
<b>Cristóvão de Aguiar</b> Nuno Barata .....	255
<b>Escritor universal</b> Rita Basílio .....	256

## MARILHA

<b>Acerca de <i>Marilha</i></b> José Manuel Dias de Aguiar .....	261
<b><i>Marilha</i></b> Luiz Fagundes Duarte .....	262
<b><i>Marilha</i> ou as marés da inquietação</b> Victor Rui Dores .....	266

## POST SCRIPTUM

<b>Autobiografia</b> .....	273
----------------------------	-----

## Nota Prévia

Destina-se esta nota a justificar a oportunidade do volume de homenagem a Cristóvão de Aguiar e a informar os leitores dos critérios adoptados na sua organização.

A justificação é simples, sobretudo para quem conhece já a obra e a personalidade do Autor, humanista-andarilho de um mundo individualizado cujo “era uma vez” começa em 8 de Setembro de 1940, no Pico da Pedra, São Miguel, Açores.

A oportunidade da homenagem também é compreensível, visto que o reconhecimento de uma carreira literária deve ser preferencialmente feito em vida do Autor, não deixando para qualquer livro *in memoriam* a gratidão que a sua obra merece. Aos que se associaram a esta prova de admiração deixamos o nosso agradecimento.

Os critérios utilizados na organização deste livro foram, também eles, simples. Depois de feita a recolha dos múltiplos artigos até hoje publicados em jornais ou em revistas literárias, e daqueles que se encontravam no fundo de algumas gavetas, considerámos que a obediência a uma linha cronológica escritural compunha o relato verdadeiro do Autor de que este livro pretende ser a moldura. Procurámos, ainda, respeitar, dentro de determinados limites, as opções formais dos autores.

O efeito que se obtém pela manutenção desse fio condutor do tempo de escrita, assim como pela inclusão de alguns pareceres desfavoráveis (o que pode causar estranheza num volume de homenagem) é, sem dúvida, o delinear da evolução de um percurso literário iniciado, há 40 anos, com *Mãos Vazias* que se foram (pre)enchendo de mar, de ilha, de gentes, em suma, de *Marilha* (título, não por acaso, do seu mais recente romance).

Aduza-se ao exposto (em mais um pormenor que pode parecer estranho numa publicação deste jaez) que optámos por incluir nas páginas finais, como *post scriptum*, uma breve nota autobiográfica que sonegámos ao Autor. E, se é certo que ninguém se conhece a si próprio, e que, no caso de um escritor, é a sua obra que, de forma visceral, nos dá a sua representação, a verdade é que este auto-retrato nos fornece, como uma tela, os matizes de uma carreira. Nesta autobiografia em esboço, como em tudo o resto, não podemos deixar de concluir, como já

dissemos em outra ocasião, que, para Cristóvão de Aguiar, a escrita é uma catarse onde se misturam tempos e vivências, espaços e recordações, pessoas e amores perdidos ou encontrados, mundos experimentados ou imaginados. A escrita é, em derradeira instância, o espaço onde Cristóvão de Aguiar se perde, se acha e se reconhece como, e enquanto, pessoa-escritor.

Afinal, como sublinha em *Nova Relação de Bordo*, “Escrever é abrir o fleimão com a lanceta bem afiada. Fica-se mais leve e apto a fazer peito à próxima onda”.

Ana Paula Arnaut

## Obras de Cristóvão de Aguiar

- *Mãos Vazias*, 1965.
- *Breve Memória Histórica da Faculdade de Ciências*, 1972.
- *Alguns Dados sobre a Emigração Açoriana*, 1976.
- *O Pão da Palavra*, 1977.
- *Raiz Comovida I. A Semente e a Seiva*, 1978 (Prémio Ricardo Malheiros da Academia de Ciências de Lisboa).
- *Raiz Comovida II. Vindima de Fogo*, 1979.
- *Raiz Comovida III. O Fruto e o Sonho*, 1981.
- Adam Smith, *A Riqueza das Nações* (tradução) Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- *Ciclone de Setembro*, 1985.
- *Com Paulo Quintela à Mesa da Tertúlia*, 1986.
- *Raiz Comovida – Trilogia Romanesca*, 1987.
- *O Braço Tatuado*, 1990.
- *Sonetos de Amor Ilhéu*, 1992.
- *Emigração e Outros Temas Ilhéus*, 1992.
- *A Descoberta da Cidade e Outras Histórias*, 1992.
- *Passageiro em Trânsito*, 1994.
- *Um Grito em Chamas*, 1995.
- *Relação de Bordo I (1964-1988)*, 1999 (Grande Prémio da Literatura Biográfica da APE/CMP).
- *Relação de Bordo II (1989-1992)*, 2000.
- *Raiz Comovida – Trilogia Romanesca* (edição refundida), 2003.
- *Trasfega – Casos e Contos*, 2003 (Prémio Miguel Torga/Cidade de Coimbra).
- *Nova Relação de Bordo*, 2004.
- *Marilha*, 2005.

MÃOS VAZIAS

Alexandre Pinheiro Torres

*Diário de Lisboa*

22 de Abril de 1965

*Mãos Vazias* é o terceiro livro que nos vem de Coimbra, subscrito por um estudante da Faculdade de Letras: Cristóvão de Aguiar. Natural dos Açores, quando nos escreve poemas a falar das ilhas não ultrapassa a temática do ilhéu angustiado pela fronteira do mar que lhe acicata a ânsia de liberdade, tema já muito explorado e ao qual não acrescenta qualquer contributo claramente pessoal. Os restantes poemas do livro, onde há, por vezes, notas mais comedidas (v.g. «Poema», pág. 57), são palavrosos, com uma quantidade incrível de coisas verdes («pássaros verdes», «noites verdes» etc., etc.) e diversíssimas infantilidades como: «Gostava de fazer-te um poema lindo!». É caso para perguntarmos: então por que não faz? Não pode? Convenhamos que este tipo de desabafos é bastante ridículo. O autor não se apercebe disso? Não é por exemplo lamentável que um aluno universitário escreva enormidades como: «Tão lindo como o sorriso das madrugadas/nos trinados das cotovias!»? Então este homem atravessou todo o curso dos liceus sem se lhe ter deparado um professor de Português que lhe desbastasse nas redacções este estilo de «selecções femininas»?

**ALGUNS DADOS SOBRE A EMIGRAÇÃO AÇORIANA**



“O povoamento das ilhas está ligado a uma economia essencialmente agrícola.

Os mercados da metrópole e mais tarde o abastecimento das praças do Norte de África assim o exigiam” (pág. 5). Lê-se na introdução a esta curta mas incisiva abordagem à problemática da emigração.

Compilando alguns dados fundamentais, até aqui só dispersamente analisados e quase sempre em perspectiva justificativa e incentivadora da emigração, o autor ordena-os de modo a procurar a explicação para o facto do açoriano ser forçado “a demandar terra estranha à procura do que lhe falta para a vida e que o rincão lhe negou” (pág. 11). Detém-se depois, nas duas principais correntes emigratórias: Brasil e Estados Unidos e Canadá, de tal modo intensas que fizeram dos Açores “a região de Portugal que mais tem contribuído, proporcionalmente, para o fenómeno emigratório português, cerca de um quarto da emigração total” (pág. 11).

Os apontamentos coligidos pelo autor, designadamente os que se referem à emigração para a América do Norte, demonstrativos de como o carácter do açoriano foi profundamente atingido, clarificam um aspecto que não é factor a menosprezar na análise que se fizer da recente operação separatista e do relativo êxito conseguido, pelo menos em determinada altura, junto de algumas comunidades açorianas da América do Norte e, por extensão, junto dos seus familiares residentes no arquipélago que, se não adoptaram activamente as propostas do grupo separatista, ao manterem-se passivos, facilitaram-lhes os desígnios.

A separata de Cristóvão de Aguiar, condicionada por esta visão ideológica e fruto em boa medida das circunstâncias políticas, tem o mérito de esboçar uma aproximação, que urge fazer em profundidade, não apenas à especificidade do fenómeno emigratório insular mas à globalidade social do arquipélago.

O PÃO DA PALAVRA

## *O Pão da Palavra*

**Luís Miranda Rocha**  
*Diário de Lisboa*  
29 de Novembro de 1977

Há algum tempo que não se nos deparava um caso assim: um poeta das novas gerações fazendo ainda os percursos tão batidos do lirismo, alertado regular e obrigatoriamente no seu discurso pelo apelo forte da necessidade social. É uma poesia muito na linha da que praticaram pelo menos duas ou três gerações de poetas no âmbito da poética neo-realista que (esse âmbito) nunca chegou, verdadeiramente, a ultrapassar certos limites formais que inicialmente se impunham a partir de noção dobrada (desdobrável, mesmo assim precária) de que, sendo a arte a expressão de uma individualidade criadora, criativa, a criatividade ou a capacidade criativa dessa expressão seria alargadamente maior, se no seu projecto se incorporasse uma opção ideológica de sentido colectivo, superadora de limites e limitações do individualismo, politicamente progressista; se não se incorporasse, deveria, pelo menos, transparecer algum generoso esforço feito nesse sentido. Daí que tal tipo de prática poética verdadeiramente nunca tenha deixado de transparecer, ou mesmo, muitas vezes, limitar-se a falar do drama particular de cada um, debatendo-se perante a impossibilidade de fazer alguma coisa de mais consequente: por exemplo, uma produção textual suficientemente autónoma para se impor por si sem necessidade de encontrar justificação ao nível das referências.

Uma poesia assim formalmente (apenas formalmente?) conservadora processou-se ao longo apenas de anos predominantemente dentro dos esquemas (formais, somente?) em que a tradição a enquadrou; algumas práticas menos dependentes do formulário trouxeram para aqui a novidade de algumas diferenças. Mas pode-se dizer que a poesia tipicamente neo-realista – tal como aqui a entendemos, num determinado tempo do discurso poético português – só em certos casos (os melhores, evidentemente) encontrou uma tática textual e discursiva suficientemente forte para fazer valer (impor-se como válida, ao nível da produção da poesia, como da arte em geral) uma estratégia tendente ao conhecimento simbólico da realidade, do real, e do mundo, através da linguagem e do trabalho dela e com ela que evidentemente se impunha. Isto tudo de parte, pelo menos por agora, e ocupemo-nos um pouco do livro citado em epígrafe. É um conjunto numeroso de poemas e praticamente todos eles datados

de 66 a 77, o que nos permite não só uma apreciação global mais fundada, mas ainda a perspectiva de alguma possível evolução. A disposição por que os poemas aparecem não respeita a ordem cronológica da sua, supomos que primeira, facturação: talvez por isso, escapa-nos se aqui se pode detectar qualquer sensível aperfeiçoamento, alguma melhoria (perspectiva formal, formalista) nos poemas mais recentes em relação aos de datas mais distantes; talvez por isso, mas não só, é claro: também, por exemplo, e por certo entre outras razões, porque o poeta terá procedido mais recentemente a uma reescrituração dos seus textos, funcionando então as datas como simples indicações para uma leitura eventualmente atenta aos referenciais.

28

Numa apreciação global do livro, pode-se dizer que esta poesia se nos propõe hoje muito à margem de tantas e tantas conquistas que nos últimos anos, nas últimas décadas, se fizeram para o texto e para o discurso da poesia portuguesa em domínios de importância fundamental como a morfologia, a sintaxe, e a semântica do poema. Um relance sobre estes poemas verifica desde logo a sua fragilidade estrutural, a debilidade própria dos seus processos de organização, a fraca consistência dos seus resultados. Um poema ao acaso: “Sentado à porta do tempo penso-me/E escrevo o poema da hora triste./O silêncio é uma certeza de dor antiga/Nos atalhos abandonados da terra.//Espero um túnel de tortura/Sentado à porta do tempo./Os olhos são a verdade das horas/Arrastadas no muro da distância.//A vindima é uma colheita de ansiedade/Festa sem festa quase morta.//Inventou-se uma porta para o tempo.” Vem na página 25, pertence a uma série, mas serve aqui de amostra exemplar, certamente. Para além do convencionalismo da forma e da sintaxe textual-discursiva, anote-se, por exemplo, a menos do que escassa força de metáforas, imagens como “porta do tempo”, “túnel de tortura”, “muro da distância”, “colheita de ansiedade”, “certeza de dor antiga”. Além de que a esta inconsistência se deve a imprecisão ou nebulosidade semântica, o poema constrói-se de um vocabulário abstracto, o que certamente contradiz o realismo que informa esta poesia; e a adjectivação – “hora triste”, “dor antiga”, “atalho abandonado”, “festa quase morta” (“quase”, para mais) – é por certo ainda no domínio da abstracção, da abstractização, que se situa. Recorrendo a outras transcrições, os exemplos poderiam ocorrer em abundância numerosa. Enfim, há trinta/quarenta após esta poesia poderia propor-se a esse tempo com alguma novidade e, talvez, impacto. Hoje não se nos afigura com um mínimo de interesse a justificar que aqui a saudemos. Uma anotação, para encerrar, “O Pão da Palavra” não é o livro de um estreante, o que naturalmente força a (ou permite) um juízo mais exigente e, por consequência, mais severo.

RAIZ (RAÍZES) COMOVIDA(S)

### *Raiz Comovida I*

**Vasco Pereira da Costa**  
(Contracapa) (1978)

Uma Raiz (a ilha) QUE SE COMOVE (o Homem: Luís CRISTÓVÃO Dias DE AGUIAR, nascido no Pico da Pedra, S. Miguel – Açores, em 8 de Setembro de 1940). Este homem de saudade empenhada traz-nos o avô José dos Reis, o tio José Pascoal, a mãe, o pai, o irmão, os amigos e os inimigos, e faz, do leitor, o parente que lhe faltava para o entendimento de uma ilha recordada por *istoras* levadíssimas da breca que se sucedem em ritmo de mar rofe, numa linguagem que é um desencanto para o pessoal de fala política que alinhava três portantos importantes.

Este livro é só isto: a revivificação da língua portuguesa e a superação do neo-realismo através de uma imaginação verbal que só vista e de uma criação formal que nos calha a desbancar. Nunca os Açores foram tão bem narrados. A regionalização e o autobiografismo não constituem sequer pitafe: a ilha do Pico da Pedra está inteirinha no mundo em que tropeçamos. Preciso é compreendê-la. Foi o que Cristóvão de Aguiar fez.

### *Raiz Comovida I*

**José Manuel Mendes**  
(Badana) (1978)

O que nos dá Cristóvão de Aguiar neste seu romance? Um discurso tenso, memória da infância, lugar comum da solidão e da esperança? Certamente. Mas também a frescura duma escrita que bebe no húmus da realidade açoriana o seu fluxo rítmico. Sem que isto o emparede nos muros dum falso prosaísmo verista. Ou dum regionalismo tacanho. A palavra é apenas o instrumento certo neste mundo de sombras e alacridade em que o homem, afinal agente mais do que destinatário, anda lançando na terra a semente e a seiva. Daí que a opção formal, em Cristóvão de Aguiar, seja, ao que creio, uma consequência da sua opção fundamental: a história viva da gente a que pertence.

As páginas deste livro estão repassadas duma serena confiança no devir. Serena, não gritada propagandisticamente. As personagens não são criações esquemáticas, mas figurantes que entre si comunicam e nos comunicam uma verdade limpa. Não há jogos, não há construção na urdidura do texto: tanto no que se refere à elaboração do discurso como no que concerne à montagem da intriga. Tudo aqui flui, em sobriedade e emoção, como um brado necessário e insustível. Por isso, ao lermos este primeiro volume de *Raiz Comovida*, nos sentimos partícipes duma aventura em que, de algum modo, tempo e espaço se transfiguram para o chão das nossas trevas. Para o fulgor terminal das nossas luzes.

### *Raiz Comovida I*

**Urbano Tavares Rodrigues**  
(Badana) (1978)

32 Este romance de Cristóvão de Aguiar traz-nos, sob a aparente imobilidade de uma rede técnica clássica, a densa e profunda riqueza de um mundo em marcha. Uma leitura marxista do texto de Cristóvão de Aguiar nele tem de assinalar desde logo as mutações do real e o subtexto para o qual apela esta escrita materialista, carregada de avatares, mergulhando no húmus do discurso popular e vernáculo. Eis um jovem escritor comprometido com os homens do seu tempo e da sua Pátria e cujo esforço de adequação da mensagem ao destinatário é digno de nota no plano da comunicação e no da esperança revolucionária. Mundo estranho, atrasado, apaixonante, transformando-se na luta e no sofrimento: o terrunho, o berço e o terreno de combate de Cristóvão de Aguiar, microcosmo que se amplia no espaço da liberdade a conquistar. Um romance da hora presente, sob muitos aspectos. E um estilo surpreendente pelo domínio do idioma, pela mobilidade sintáctica, pela orquestração frásica.

## O discurso açoriano da infância e dos homens

João de Melo  
*Diário Popular*  
7 de Setembro de 1978

Vai suceder, por certo, ao leitor menos **distraído** que um destes dias, dando-lhe os olhos nos escaparates dos livreiros, um novo título porá alerta a sua inquietação de saber. Chama-se «**Raiz Comovida, a Semente e a Seiva**», com chancela da **Centelha** e assinatura do açoriano Cristóvão de Aguiar.

Mas, leitor **distraído**, diremos agora, muito por força das circunstâncias: entre o novo sacrifício da bolsa e a aquisição de cada instrumento de cultura vai muitas vezes um estreito espaço de manobra. O longo calvário da obra literária passa quase sempre pelas sinalefas do acaso: num repente, a solidão do acto criativo pode encontrar pela frente a inesperada clareira daquela inquietação. Outras vezes, por arbitrário que pareça, a resposta é afundada no silêncio fermentador das múltiplas responsabilidades civis, que se distribuem entre a crítica burguesa (a passar cada vez mais de largo à missão de assinalar o percurso dessa obra) e a distorcida manha dos livreiros, essa espécie de ave sem rosto que se abate sobre o livro alheio e o pretere, para exactamente promover o **business** da casa ou o panfleto do lucro merceeiramente calculado.

Expedientes, nestas coisas de cultura, são, de resto, obra muito velha e não vá o meu amigo Cristóvão de Aguiar deixar de pensar que a publicação de um livro é apenas o dealbar de um longo processo – o cano de esgoto da pública humilhação de jovem autor português. A lustrosa cartolina não é sequer (vista do lado de quem produz a mais-valia) uma vaidade nossa ou um prazer de **affiche**, mas antes um jogo de bastidor que alguém nas nossas costas orienta para a competição dos mercados. Mas assiste-nos, é evidente, o direito de renunciar por agora a um debate mais profundo destas questões – fica a advertência ao Cristóvão sobre aquilo que o espreita (e só para que a sua expectativa não seja muita).

Verdadeiramente aqui nos traz a saudação fraterna (e creio que em primeira mão) de um romance singular, muito capaz de vir a assinalar um marco importante na trajectória da Obra Literária Açoriana. Cristóvão de Aguiar terá adiado por muito tempo a sua inequívoca vocação narrativa. No já controverso espaço açoriano da escrita, vinha-se impondo a necessidade de retomar a tradição temática e linguística da narrativa insular de



Florêncio Terra, Nunes da Rosa, Vitorino Nemésio e Dias de Melo. E aí está esta «Raiz Comovida» a reivindicar para si a reposição desta espécie de norma poética que sempre terá tocado de perto a melhor novelística açoriana de ontem e de hoje: o doseamento de uma linguística da **fala** com o único sujeito possível da história – o homem dos Açores, a infância do pé descalço, todo o referente natural de um Arquipélago nem sempre correctamente interceptado até aqui por quantos dizem ter por lá encomendado os ossos. Estória da infância recuperada, no lugar onde decorre a aprendizagem do viver e do seu condicionado exercício, é na diminuta freguesia micaelense do Pico da Pedra que se vem a instituir um grande universo literário, só possível graças ao engenho e à espontaneidade de um criador de muito mérito.

É bem possível mesmo que a Cristóvão de Aguiar se tenha posto com frequência o problema da opção entre uma memória descritiva e uma simbologia de representação – não vem por enquanto ao caso. É tal a nossa identidade açoriana no interior deste texto, tal o nosso rosto micaelense, que dificilmente deixaremos de dizer que são aquelas as pessoas, aqueles os ambientes, as situações experimentadas na infância e no quotidiano dos homens. Assiste ao discurso deste romance uma total legitimidade. Uma estória linear se constrói no sentido de uma certa equidistância textual: circular, recorrential, afectiva de fala e de processos narrativos, onde o amor da palavra se faz alternar com o testemunho de vários eus, sujeitos, simultaneamente, do discurso e da história.

34

Pode igualmente dizer-se que se assiste nesta «Raiz Comovida» à fixação de uma certa tipologia já tradicional: a do homem que se divide entre a Ilha e o Mundo, mais concretamente o **americano** de passagem pela sua terra e que sobre si concentra a perplexidade da sua assimilação com o definitivo regresso aos Açores. Mas esta é, sobremaneira, a história de muitos homens e de outras tantas maneiras de viver, contadas na primeira pessoa, explicitando pouco a pouco um destinatário dessa longa **conversa** até quase o integrar também no próprio facto narrado. Se fosse questão de aqui sistematizar um determinado modelo formal para a organização desta obra, talvez não estivéssemos longe de captar a intercepção destes três universos: a dinâmica de um Fernão Lopes, luzindo à frente do ritmo que caracteriza a narração popular dos serões de aldeia, sem perder de vista o estádio imaginário de um Llosa e da sua **Conversa na Catedral** (especialmente pela fluidez de manobra do seu entrecruzado de discursos).

O longo trajecto vivencial de um homem situa aqui os caminhos de todos os outros que passaram pela sua vida, a infância e a aprendizagem dos seres e das coisas, a casa dos avós, a intriga das bandas de música, a permanente relação dos dominados com os dominadores, o suor e o sofrimento dos campos e das oficinas caseiras – e por cima de tudo isto a concepção de um determinado tempo. Um tempo português, passo a passo vivido no arquipélago, largado lá com todas as marcas de um outro tempo universal (por muito que desagrade ao separatismo e aos senhores padres das nossas freguesias). Tempo do nascimento do Estado Novo, do seu crescimento, dos seus primeiros horrores tentaculares – um tempo de opressão e de fascismo que nunca terá alarmado o ideal patriótico de certos independentistas de hoje. Desses que hoje por lá defendem um novo e repensado fascismo...

Podem fazer-se deste livro variadíssimas leituras, é certo. (Fica por precisar o estatuto dos seus destinatários). Mas se o estudioso da Língua Portuguesa orientar sobre ele uma certa pesquisa linguística, não lhe minguarão as bases para um profundo trabalho. É que Cristóvão de Aguiar não hesita em desvendar o percurso da palavra ao longo da sua transformação histórica: as raízes de um Fernão Lopes aparecem ali explicadas sem possibilidade de rejeição. Não será mesmo novidade que se constate nesta **fala** a convicção de um outro enigma: o sincretismo da etimologia românica e a sua adopção progressiva pela Língua Portuguesa. Aí, num súbito recanto da frase, a palavra elabora de si mesma um longo e inesperado **curriculum**. Prosa incendiada, lavrada pelo fogo de uma amorosa construção vocabular, aqui e além interceptada pela emotividade, dispensa por agora alguns cerzidos que a pudessem levar a uma aproximação do perfeccionismo. Daí que a estrutura narrativa não se compadeça com modelos de longo alcance. O importante é o levantamento desta linguagem, da sua poética, da sua certeza sistemática, na justa medida em que só por uma estrita fidelidade ao discurso se não perde de vista o lado até agora oculto do social açoriano. O estado natural desta fala, jamais procurada e sempre espantosamente conseguida, encontrará parceria com os bons momentos da novelística de Nemésio, que se tem, até agora, como o grande criador da temática e da linguística dos Açores – oxalá a generosidade da sua morte não venha justificar novas injustiças para o seu nome.

Põe-se decerto a questão de saber quem é o destinatário designado desta obra. Preciso é conhecer-lhe, de menos, a memória, inspirar as suas revelações por vezes distantes do nosso trajecto vivencial. Esse destinatário está, sem dúvida, no sujeito da estória, o comum homem das ilhas. Mas não só: também nos que passaram pela

bosta das reses, pelas topadas que se embrulhavam nos paranhos e assim cicatrizaram, pela infância que trabalha a terra e deseja hoje e agora um futuro de mais justiça para os homens do seu tempo insular. Paradoxalmente, talvez esteja aí a necessária superação deste livro: o leitor **continental** olhará de largo a esta linguagem tão referencial e tão motivada que para ele não deixará de constituir um permanente desafio aos códigos e estruturas da sua própria fala. Tinha-se dos Açores a concepção do exótico e das faixas longínquas do território e da sociedade portuguesa. A partir deste romance essa visão terá de ser desencantada. O leitor português deste lado do mar quererá aferir-se por esta proposta? Estou em crer que, em última análise, a solidariedade da Língua vencerá o velho preconceito territorial. Mas mais do que isso, talvez me preocupe o retomar das hipóteses do silêncio que se poderá vir a abater sobre «**Raiz Comovida, a Semente e a Seiva**». Não aconteceu isso já a outras tantas obras que vieram encontrar pela frente a pseudocultura de um **abrilismo** mais em Portugal do que em revolução?

Mas só mais isto, para arriscar definitivamente a minha convicção no papel cultural e pedagógico desta obra de Cristóvão de Aguiar: nunca mais se falará de Literatura ou de Obra Literária Açoriana sem profundamente a referenciar. Venha negá-lo outro, que não eu.

### Carta para Cristóvão de Aguiar (1)

36

Onésimo Teotónio Almeida  
*Diário de Notícias*  
19 de Outubro de 1978

Providença, 27 de Agosto de 1978

Querido sô Luís do Mestre José dos Reis:

Estimo que esta cartinha le vaia encontrar de boa saúde, a minha ao fazer desta, cá vai indo, graças a Deus, que já é naice (2) immentes não venha pior. Pois, sô Luís, cá fui entregue de um livro que o seu irmão Anselminho que mora aqui ao pé de Briste (3) me veio trazer. Pois não calcula a satisfação que me incheu o corpo todo e inté me arrepiou os cabelos quando ele me diz assim que aquilo era tudo a falar do Pico da Pedra. Acredite o

sô Luís que o Anselminho ainda não tinha posto os pés no gaz (4) do carro, já eu tinha dado um dejampe (5) à freijoeira (6) peguei numa bia (7) e fui direitinho me ferrolhar no quarto do talaveja (8) com tanta sorte que a mulher tinha ido para o bitche (9) mais os pequenos com o irmão e a cunhada que vierim das bandas de Toronto do Canadá passar cá a semana do leibardê (10) a desfrutar um pouco deste sol de cá de baixo que aquilo lá em riba pega já a querer frisar (11) os ossos dum home, mas ia eu dizendo que me escanchei no sofá (12) e foi um tal esgalhar o livro por ali abaixo, pois não le conto, sô Luís as lágrimas que me correrim por esta cara abaixo nim as risadas que aquilo era tudo junto porque tinha passages tristes de arrochar o coração duma pessoa a ponto de a gente não disfrençar bem se é saudades, se é dó ou inté gana de voltar a passar por aqueles tempos com aquilo que a gente hoje aos que esta santa terra da amerca abriu na cara da gente e indireitar com um cacete algumas coisas que não tão certas e pôr nos eixos uns tantos que a gente cá sabe. Desculpe estes desabafos mas eles são do fundo mas isto é tudo pa le dizer que eu me consolei a ler aquele livro escrito nua language que a gente entende que aquilo era mesmo tudo da boca do povo que eu lhe digo a verdade e o senhor não vai se ofender mas o seu tio de Briste avia me amostrado em tempos um livro de versos que o senhor fez quando era mais novo que isso então eu não petisquei nada só umas linhinhas que falava que o seu avô não era romano e que eu me alembrava bem coma se fosse hoje que era seu avô Evaristo, que Nosso Senhor lhe deia o céu, pretestante aventista e que o senhor padre António metia medo à gente e que aqui nesta terra há maçama meme os presidentes que dizem inté que só o Canadi é que era da nossa religiã. O sô Luís há de desculpar esta lengalenga aos arroteios mas é que eu tinha tanto pensamento nas ideias que nunca tinha encarreirado diretamente mas agora o livro que o senhor iscreveu veio desinterrar tudo cá para fora que eu queria inté falar com o senhor cara a cara que se eu me intendessee em amarcano eu tinha era ligado à opereira (13) para fazer um talafone direito para aí que eu não me importava nada de gastar umas dólas (14) do corisco que les pegue um raio, mas eu também não sei o número do seu talafone e era intance para le contar por boca como é que aquilo tudo me remexeu cá por dentro a ponto de eu já não atinar se tinha o coração nas ideias ou as ideias no coração que verdade seja dita eu não me alembro de tudo que há coisas que fore passadas no tempo do seu avô José dos Reis coma o senhor isplica e muito bem, mas aquilo é um trabalho em pêras de dar pelas beças a qualquer um e já não falo das memórias do Pico da Pedra do velho padre vigário que eu também não conheci mas que botou os acontecimentos da nossa terra num livro mas não fala das pessoas da

freguesia como Cabral Guedelha nim a ti Soarins que era como sô diz todo dia bêbado como uma caixa, coitado que quando não tinha pinga era coma se fosse dia de folga para ele, um aladei (15) coma se diz na Amarca, mas tava eu intanse dizendo que aquilo é que é falar e dizer como o povo veve e sente, benza-la Deus que le dei o tino para encarrear aquilo tudo tão certinho coma um filme que eu até me alembrei tanto dos Rutes (16) que foi um filme que eles botarim aqui no televeja que comoveu muita gente sobre a vida miserável dos pretos de algum tempo aqui nesta Amerca da liberdade, mas até coisa curiosa diz que rutes quer dizer raízes que é o nome que o senhor botou ao seu livro e vai daí por via disso que tive a lembrança de ir buscar a outra talaveja, pois como ia dizendo bem impregado o istudo que lhe derim que eu digasse a verdade e o seu a seu dono que não acardito como o asno do Manuel da Rosarinha que quando eu lhe amostrei o livro à bocadinho porque ele mora aqui atrás de mim e a nossa casa é iá (17) com iá me vinha cá com tretas a dar a entender que o senhor com os istudos que tem era pa escrever com outro tarelo e que isso até era uma vergonha que havera de haver professores da escola alta (18) aqui que haverim de falar mal, mas eu preguei-lhe logo pelas ventas que o senhor se quiser iscreve como um iscrivão e que quis foi mesmo iscrever com a prenuncia da gente que macacos me trincam se aquilo por trás não é a invejidade que a gente apanhou naquela terra a raia da doença de nunca poder ver uma camisinha lavada a ninguém, mas isto é um suposto meu só que os meus maus pensamentos batem sempre certo que eu também le digo ao senhor para le prevenir que vai haver muitos que vão ficar fulos com o falar coisas feias coma lá vem algumas que eu inté não sabia coma é que se iscrevia, mas vai ver que vai ser os ipócretas de duas caras do costume para se fazerim gente de respeito porque eles dizim e fazim aquilo e muito pior e não haja dúveda que aquilo são tudo coisas de verdade que se passarim no nosso Pico da Pedra e que se passim na nossa ilha que é pequenina mas tem de tudo e o que é verdade é pa se dizer mesmo que custe os olhos da cara que a gente tá fartos de viver de mintiras.

Pois meu caro sô Luís que esta já vai fora das medidas e com esta não le enfado mais, a minha mulher é que tá iscrevendo esta carta que eu só alinhavo as ideias que a mão está perra e desliza bem é só nos mechins (19) tava eu a dizer que ela não queria que eu botasse aqui a istória das más falas, mas ainda quem manda em casa sou eu, só le quero pedir desculpa de não le chamar por deitor mas eu sei que o senhor é já doutra criação e não vai com essas tolices dai deitor pra baixo deitor pra cima que eles aqui é Dejó (20) pra cá Jànim (21) pra lá quer seja engenheiro ou deitor ou sês que fôr.

Vezeitas para toda a sua família e se for às ilhas faça vezitas a todos os que por mim perguntarem, abraços e beijos para os seus pequenos e que Nosso Senhor le deia saúde e forças para poder continuar a iscrever a gente daquela maneira, sou eu este seu criado que saúde e felicidades le deseja.

Manuel

**Notas:**

1 Cristóvão de Aguiar publicou recentemente na Centelha, Coimbra, o romance de tema e linguagem totalmente micaelense (S. Miguel, Açores) sob o título *Raiz Comovida, A Semente e a Seiva*. Daí o estilo desta recensão crítica.

2 de *nice*, bom

3 Bristol, R.I. (USA)

4 de *to step on the gas*, carregar no acelerador

5 de *jump*, salto

6 de *refrigerator*, frigorífico

7 de *beer*, cerveja

8 de *television*, televisão

9 de *beach*, praia

10 de *Labor Day*, Dia do Trabalho (Primeira segunda-feira de Setembro)

11 de *freeze*, gelar

12 de *sofa*, sofá

13 de *(telephone) operator*, telefonista

14 de *dollars*, dólares

15 de *holiday*, dia de feriado

16 de *Roots*, série de televisão sobre a história dos negros americanos

17 de *yard*, quintal/pátio/jardim

18 de *High School*, liceu, escola secundária

19 de *machines*, máquinas

20 de *Joe*, diminutivo de Joseph, José

21 de *Johnny*, diminutivo de John, João

## Notas de leitura

Mário Raposo  
*Memória da Água Viva*  
Março de 1979

Publicado no ano de 1978, em Coimbra, o romance de Cristóvão de Aguiar intitulado “Raiz Comovida – a semente e a seiva” lê-se com a alegria e a emoção com que se recebe a luz do sol numa manhã de Inverno. É, segundo se anuncia, a primeira parte de uma obra mais vasta cujo terceiro volume se intitulará “Raiz Comovida – o fruto e o sonho”. Aliás, como os títulos indicam, com os seus símbolos de natureza botânica, a “semente e a seiva” do primeiro volume são os elementos genéticos constitutivos que, desenvolvendo-se organicamente, irão metaforicamente dar origem ao fruto e ao sonho futuros.

Especificamente no romance agora aparecido temos uma obra que se alimenta de um casticismo que tem nobres antecessores na Literatura Portuguesa desde Camilo até Aquilino, mas a que se adiciona um elemento subjacente contestatário que entronca numa linha que, sem cessar, desde os anos 30 até aos nossos dias, não deixou ainda de se ouvir. É da simbiose feliz destes dois elementos que surge, a nosso ver, o maior interesse da obra em cuja narrativa a fala regional da ilha de S. Miguel escorre como uma fonte fresca ao longo de todo o livro.

40

Neste volume, o narrador (Fernando), açoriano natural de S. Miguel, leva-nos em viagem através do espaço e do tempo à sua ilha natal, mais propriamente à freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem e até à sua infância. Vai à procura de si mesmo, perscrutando o passado e desenterrando aquilo que lhe parece ter tido importância na sua formação. Deste modo, o narrador como que se distancia e se divide em si próprio para se ver menino e moço, ou seja, reintegra-se expectante num tempo fundamental para a explicação das suas origens, indo comovidamente ao encontro das suas raízes para penetrar no húmus vivo donde proveio e que o ajuda a esclarecer-se sobre aquilo que hoje, de facto, é.

É o menino e o jovem que sai de casa dos pais a reconhecer a circunstância próxima para mais tarde conhecer o mundo. Com efeito, o narrador reencontra-se através do que rememora de si e do que lhe contaram – especificamente o avô, José dos Reis, e o tio, José Pascoal. Assim, neste seu próprio processo de formação, ele vai ser o receptáculo de experiências suas e das experiências dos outros através das “istoras” que lhe contam e a que

mais tarde a razão dará um sentido, precisamente na idade madura e analisadora do narrador actual. A casa dos avós é lugar fulcral porque é aí que ele vai encontrar as suas origens familiares mais distantes, que o relegam, por sua vez, através de múltiplas gerações passadas, ao mundo humano e geográfico em que nasceu. A avó, apesar de um pouco arisca, com toda a lida da casa, com os seus hábitos e costumes e com a enorme ternura que lhe dedica, é elemento de peso na sua formação. Mas é sobretudo o avô José dos Reis, com “aquela maneira amorosa e aveludada com que... (o) abençoava” (pág. 21), que capta a simpatia do petiz e lhe conta muita da matéria que o introduz no emaranhado social do povoado e também da família.

É interessantíssima a narração da vida na América, tal como a imagina, e o constante contraste que estabelece com a vida na ilha. Efectivamente, numa sociedade toda feita por e para os homens – “um home é um home”, encontra-se várias vezes no texto – não há dúvida de que o aprendizado que um rapaz faz do mundo e da vida se fez, sobretudo, por via masculina. As relações entre os sexos são tensas e, por isso, a comunicação escorre mais facilmente entre os homens. Mas é acima de tudo o tio José Pascoal que tem uma importância fundamental pois ele é o grande contador de “istoras” em que se entrelaça o facto e a fantasia numa linguagem que corre como um arroio, rica, pitoresca, emocionante e viva como um tecido em constante renovação. Fernando, quando jovem, é o ouvinte sem interferência directa (a menos que rememore para estabelecer ligações) nas “istoras” em que, com vagar e pormenor, nos é apresentada a aldeia com os seus tipos característicos, a sua organização social, seus problemas económicos, suas tradições e costumes, sua vida religiosa, suas superstições, seus grandes e pequenos dramas, festas, anedotário... A narrativa flui numa aparente desordem que lhe dá essa espontaneidade e naturalidade. Dessa desordem o próprio tio José Pascoal tem consciência na medida em que está sempre a pedir desculpa de não contar os factos por ordem ou de ter de voltar atrás para explicar melhor os casos. Contudo, este zigzaguear enriquece a narrativa e fá-la avançar em planos e tempos diferenciados. Aliás, o leitor atento reencontra facilmente a linearidade visto que o tio José Pascoal conta a sua própria “istora” desde criança – a escolaridade falhada, o primeiro trabalho, a ida para a tropa, o namorico com a que veio a ser sua mulher, os desastres da sua vida, as alegrias e as tristezas. Ligada a esta, temos “istoras”, anedóticas ou não, de outras pessoas da aldeia e, inclusivamente, a narração de uma passagem importante da vida do pai de Fernando. É a partir das suas experiências e vivências que encontramos nestas “istoras” uma análise crítica implícita com os seus juízos de valor



sobre a estrutura social, a situação económica do povo, a função do clero e a sua convivência com os poderosos em que se apoia. Temos aqui, por força da experiência, a semente da revolta contra as injustiças, a obediência cega ancestral, a resignação secular. Neste aspecto, a atitude de José Pascoal para com José Emílio é bem comprovativa da sua posição.

Outros tantos exemplos são a sua preocupação pela situação dos da sua laia sujeitos à prepotência e soberba da camada social rica, do clero, assim como a revolta pela situação dos trabalhadores, pelo processo como se arrematam os homens para o trabalho e a exploração desenfreada dum minoria sobre uma maioria. O caso com o “menino Joinzinho” foi daqueles que o marcou e de que nunca se esqueceu até ao dia em que morreu, aquele domingo quente de Setembro em que Fernando diz que “Alguma coisa me tinha morrido dentro do íntimo” (pág. 206). É que, de facto, a seiva que lhe dera vida e que o formara vinha, em não pequena medida, daquele maravilhoso tio José Pascoal. Afinal, foi ele que lhe disse também que “a soberba nunca foi búa conselheira e nunca em dias de tua vida desprezes os trapos velhos em que tua mãe te enrolou à nascença...” (pág. 199), assim lhe ensinando um princípio que adoptou e, ao mesmo tempo, um sentido profundo da sua ligação às origens, à ilha e aos seus. Foi ainda ele que lhe deu uma mensagem de esperança e optimismo, apesar de todas as desilusões, obstáculos e sofrimentos: “o mundo é ruim, mas sempre há-de haver uma maneira qualquer de o endireitar, já não digo todo, mas um niquinho mais prá gente da nossa laia não nascer com uma cruz às costas e a carregar pelas estações desta Via Sacra até à beira da sepultura...” (pág. 202). Com efeito, foi desta selva maturada que veio a visão clara e lógica da situação e a consciência de que, afinal, aquele mundo atrasado e fechado tem os seus dias contados e tem, portanto, a sua esperança. O tio José Pascoal bem lhe disse: “as istoras que te tenho contado guarda-as ao menos na mimora...” (pag.202) e tira proveito delas. E assim aconteceu... Dos fundos da memória, da matéria autobiográfica envolta nas névoas da fantasia e do sonho, nasceu esta obra de bela e redentora verdade.

## Notas de leitura

João de Melo  
*Memória da Água Viva*  
Junho de 1979

Tive oportunidade, noutra local, de publicamente saudar o aparecimento deste texto exemplar. Trata-se agora de aqui produzir algumas breves reflexões sobre este romance de temática açoriana, mais a propósito do eventual impacto que terá (ou não) causado em certos meios, do que pela circunstância de sempre poder reafirmar as impressões colhidas pela sua leitura. Em primeiro lugar, impor-se-á dizer ser previsível que alguns críticos, e o público em geral, tivessem sido colhidos de surpresa pela inesperada revelação de um talento narrativo muito superior à qualidade poética, por exemplo, do último livro do autor – “O PÃO DA PALAVRA” –, onde a vulgaridade só esporadicamente dá lugar à afirmação de um autêntico discurso poético. E daí até que a atitude menos lisonjeira de certas críticas, ao referenciar os poemas de Cristóvão de Aguiar, devesse agora, por uma questão de coerência e seriedade de ofício e de carácter, ser logo substituída pelo reconhecimento público da enorme importância temática, linguística e até romanesca de “RAIZ COMOVIDA”. Assim não aconteceu, passe o facto pelas mãos sujas de quem dirimiu as suas responsabilidades civis.

A vocação narrativa de Cristóvão de Aguiar é a partir de agora um dado insofismável. A importância deste discurso, em termos de um levantamento sistemático, preciso e verdadeiro, da linguagem popular açoriana, é seguramente uma contrapartida a tudo o que de medíocre tem sido produzido ao longo de quase 4 séculos de existência da Obra Literária Açoriana, salvaguardadas as honrosas excepções advindas de outros autores facilmente referenciáveis, à cabeça dos quais continuo a situar a obra ímpar de Vitorino Nemésio.

Há muito esperado e desejado por quantos ainda apostavam na especificidade de um certo fenómeno de açorianidade no interior da Literatura Portuguesa, este livro é mais do que uma brecha integralmente preenchida nesses ainda estreitos domínios: é a viva recriação de uma tradição narrativa, a tocar sempre de perto toda a nervosidade sensível do equilíbrio e da voz açoriana: a oralidade natural desta palavra quase alucinada, tão veloz e tão variada, na boca do seu legítimo sujeito popular, e o entrecruzado de diversos discursos adjacentes, postos de permeio à voz unívoca do narrador. Mas é sem dúvida ao nível da questão linguística que se situa a expressa

originalidade deste romance: está ali a linguagem quase curricular dos falantes da ilha de S. Miguel, e com tal facilidade de traços que não hesitaria mesmo em acreditar na possibilidade da recriação da Língua Portuguesa a partir deste trabalho narrativo. A pesquisa dos itens e das particularidades do falar açoriano pode ser amplamente demonstrada na proposta linguística deste imenso pequeno mundo verbal, assim queiram os estudiosos considerá-lo. Decorre do que se tem vindo a dizer que é imperdoável o silêncio impiedosamente dispensado por alguns ao aparecimento entre nós deste livro. Pondo mesmo de parte os ligeiros sinais de ocasião, não pode deixar de falar-se no novo calvário desta obra, depois de publicada, tão lastimável foi o desprezo merecido pela crítica. Cumprido o ciclo do anonimato, abre-se, ao que parece, o ciclo do silêncio. A estratégia do desdém pode muito. Fica a esperança de um outro percurso: que não se iluda nesta obra o seu verdadeiro destinatário. Referimo-nos ao açoriano em geral, que aqui encontrará um fecundo chão de comunicação e, por outro lado, ao homem português do Continente, a que se oferece aqui um campo de descoberta bem capaz de bulir com os seus códigos e hábitos de leitura.

### *Raiz Comovida I*

**Luis Larios**

*World Literature Today*  
Summer 1979

44

Nascido em 1940, Cristóvão de Aguiar é um escritor comprometido e profundamente preocupado com a humanidade e, de modo especial, com os homens e mulheres das Ilhas da sua naturalidade. Deste modo, a sua opção formal (ou seja, a linguagem utilizada) é inseparável da sua opção fundamental – apresentar a história do povo a que pertence. Os esforços para canalizar a sua mensagem ao homem da rua merecem, ao nível literário, ulterior consideração, ao mesmo tempo que, ao nível sociopolítico, representa uma esperança revolucionária para o seu país.

Com descrições pormenorizadas de toda a família, assim como dos amigos e inimigos, o narrador-protagonista consegue, ao longo das páginas e das várias histórias do seu romance, transformar o leitor numa

relação de sangue, a fim de alcançar uma mais total compreensão da sua Ilha natal – S. Miguel – Açores. As personagens não são esboços rápidos, mas personalidades capazes de comunicação, que transmitem ao leitor a verdade do meio-ambiente. Tudo parece fluir com dignidade e emoção. O discurso tenso fornece ao leitor as memórias da juventude do narrador-protagonista, nas quais a solidão e a esperança estão sempre a aparecer e a desaparecer. Existe também uma impressionante e serena confiança no futuro.

*Raiz Comovida: A semente e a seiva*, o primeiro de uma obra em [três] volumes deste promissor escritor, representa um novo renascimento para a Língua Portuguesa e o esquecimento definitivo do neo-realismo.

### *Raiz Comovida I e II*

Duarte Faria  
*Colóquio/Letras*, n.º 56  
Julho de 1980

Vai-se afirmando cada vez mais a tendência para uma literatura da regionalidade, que assume na linguagem o sentir e o pensar que se pretende directo, genuíno, radical, tendo como *história* o quotidiano de uma colectividade bem delimitada na sua *personalidade*. Estes dois volumes de Cristóvão de Aguiar são disso um bom exemplo. Não está em questão uma revivescência, por exemplo, da escrita de Aquilino Ribeiro, nem sequer uma modalização do recente neo-realismo. No caso presente já não existe a história como bloco ou como trama orientada unitariamente pelo autor, onde se viesse inserir o vocabulário e o problema do elemento popular. É, antes, uma espécie de romance da fala, com intercepções, repetições, modulações, embrenhando-se a voz nos fios dos acontecimentos e na alegria ou angústia do próprio acto de contar, porque ter e conduzir a palavra é de facto, aqui, o acontecimento primordial.

Este fluir da palavra não é, porém, a corrente de direcção única para constituir uma história global concatenada na subordinação de sequências, nem é tão-pouco a voz desprendida e livre no drama do descontrolo de certo romance contemporâneo. É verdade que neste caso também o fluir é desmoronado e não sendo da ordem da

corrente é da ordem do torrencial; é verdade também que, na tradição da palavra solta de James Joyce, o texto não se organiza em função do grande acontecimento mas ressalta de vulgares acontecimentos quotidianos à maneira de afluentes do comum e fundamental romance da fala. Mas o que aqui vive e se agita e se suspende, até ansiosamente, não é a personagem enquanto figura totalitária, enquanto sujeito dentro de uma genealogia que o coloca em foco, é antes a dispersão da personagem para colocar em evidência precisamente esse vulgar acontecimento e porque esse acontecimento é o sinal vivo do colectivo e do tradicional.

Ora, é a linguagem que veicula, na pureza da sua tradicionalidade, o caos do momento flagrante onde se acumulam a ansiedade e o medo, o desmedido e o retido, numa tentativa de reintegrar sempre os fios da memória e de propiciar ao sujeito o prazer de libertar a sua palavra. E a narrativa forma-se colada intimamente ao dia-a-dia, em recortes ou pequenos conjuntos, numa inspiração de conto no que este possui do lirismo e imaginário popular, sugerindo, afinal, como que a composição de um romanceiro. A mobilidade da palavra, assumindo linhas várias, cruzadas, intermitentes, funciona como vertente de si própria segundo o modelo tradicional de «palavra puxa palavra». Mas reivindica-se ainda a ordem da criatividade ou do desvio do acto de contar, surgindo então modulações dos acontecimentos, numa garantia de que a tradição está em vias de se fazer também no contador, segundo um outro modelo de que «quem conta um conto aumenta um ponto». A voz da personagem compromete-se no acontecimento e no modo de o contar, vibrando numa espécie de ficção vital, isto é, no acto de transmissão inventiva do que é fundamental para existir.

Continuidade e criatividade definem, dessa maneira, esse fluir das *histórias*. Veja-se, por exemplo, a frequência do processo de remeter para algo de anterior já referido, tomando o fio à meada depois de explorado o prazer do desvio, repondo a palavra no lugar certo dentro de uma geografia global da mensagem. É o sentido da Regra, não a partir de preceitos técnicos da tradição escrita, mas de um fundamento cultural figurado concretamente na autoridade dos pais cuja voz e Saber garantem a transmissão através dos tempos da *boa lei*. Aliás, aí mesmo se situa uma origem do drama: a ordem sociopolítica impõe a força da regra escrita, fixa, burocrática, representando um Poder invisível ou não comunicante ao nível pessoal, enquanto a ordem do Saber oral emana do quotidiano com hábitos e ritos, fantasmas e entidades religiosas, permitindo sempre a área provisória do transgressivo e surgindo até, no lado trágico, ao modo de teatro *catártico*. Este conflito não se apresenta, nestes

livros de Cristóvão de Aguiar, em guerra aberta mas insinua-se nos interstícios da fala com ironia amarga, ou assoma, ocasionalmente, com rebeldia pertinaz e mal contida.

Se essa instância política atemoriza tanto mais quanto ameaça abafar o dom *natural* da voz, fundamento da tradição e da identidade cultural, já uma outra instância, a institucional religiosa, dotada de poderoso aparelho *escrito*, se introduz precisamente com a promessa de perene identidade e com a função restauradora do sacrifício que, repondo sempre a integridade, de certo modo cauciona a transgressão satisfazendo, de acréscimo, o desejo de *conforto*. De notar, assim, que a história insere a eventual contestação dos pais ou do clero com a familiaridade de seres próximos em que o segredo de reconciliação é sempre percebido. Por outro lado, neste campo de cumplicidade pais-clero, o hábito fácil, a fórmula decorada, o acesso à repetição, funcionam como estádio de bem-estar ou comodidade para além dos interditos do consciente, enquanto os interditos da instância política, não se encontrando ainda sedimentados, funcionam incomodamente através da desorientação. Ao contrário, porém, dos pais, o clero tem uma outra ligação, perturbante, a cumplicidade com o poder político. E aqui a sua posição ambígua, de concessivo e repressivo, na benquerença e na malquerença, determinando reacções diversas. Um modo de anular o Objecto difícil ou perturbante é indicado pelo desejo de assumir o próprio Saber escrito, mas, ainda neste caso, não está em causa o Saber da especulação teórica, o que as personagens exprimem é uma vontade de capacitação de um questionamento mais eficiente com a arma do Inimigo.

Todas estas considerações acerca dos dois volumes de Cristóvão de Aguiar não pretendem, de modo nenhum, cobrir o conjunto das suas significações num apanhado longitudinal. Dada a riqueza dessas narrativas e dado o facto de serem dois livros o objecto de análise, aqui fica a opção por uma leitura transversal onde se ponha em foco a mesma série de significações. É que a tendência da ficção para mergulhar na regionalidade através da linguagem problemática, dando a palavra e deixando-a atravessar o drama colectivo do dia-a-dia, é representativa não apenas literariamente mas também de uma renovada consciência da cultura. Ultrapassada a inépcia do século passado em resistir aos perigos da Revolução Industrial, os novos tempos beneficiam já de uma longa experiência para aderir com inteligência ao mundo natural. E este tipo de literatura pode bem ser compreendido como reintegração do humano na matriz da própria terra.

## *Raiz Comovida I*

**Fernando Namora**  
(carta particular)

Uma obra autenticamente renovadora, embora de certo modo assente em “ressonâncias” dos rimances populares, no ritmo e em certos passos narrativos (na toada e na “magia”) e mesmo, acho eu, no modo de caracterizar as personagens, algumas inesquecíveis. O domínio formal é nítido, pese embora algum pendor para o casticismo, que a repetição salienta e o forte lirismo não corrige, e sem dúvida que a composição é igualmente segura.

Não tenho dúvidas em reafirmar que raríssimos são os que hoje, no nosso País, possuem esta soberba escrita: plástica, rica, rija, doseando um classicismo sabiamente assumido com a modernidade merecedora de que lhe chamem assim. O poder evocativo, a recriação (por vezes impressionante) de lugares, atmosferas, figuras são, do mesmo modo, magistrais. Uma lição, as bruscas mudanças no embalo da frase.

O episódio da Girafa é uma obra-prima. Ele bastaria para “fazer” um livro e afirmar um autor.

### **A literatura regionalista**

**João Gaspar Simões**  
*Diário de Notícias*  
2 de Abril de 1981

48

Também o autor da “Raiz Comovida” está persuadido de que é viável uma literatura regionalista, feita da palavra para a essência, como já era crença de Aquilino das “Terras do Demo” ou do Nemésio do “Paço do Milhafre”

Em 1978 escrevia eu, num artigo aqui mesmo publicado, que quanto a mim, não só não existia uma literatura açoriana como nem mesmo um regionalismo literário ilhéu. Pelo menos, que eu soubesse, só uma obra regionalista do arquipélago se propusera, para as ilhas, o que algumas obras regionalistas do continente se haviam proposto quer para a Beira Alta, quer para o Minho, quer para o Alentejo ou para o Algarve: a obra regionalista de

Vitorino Nemésio, na sua primeira fase, a fase do *Paço do Milhafre*, que data de 1924. Na esteira, muito comodamente de um mestre regionalista beirão – Aquilino Ribeiro –, Nemésio tentara regionalizar, pela linguagem, que era pela linguagem que o regionalismo em causa levava a água ao seu moinho, a literatura da sua terra natal – a ilha Terceira –, e o certo é que a sua experiência se malograra. Não só ele próprio abandonara a partida, como, que eu soubesse, pelo menos, nenhum outro açoriano continuara a sua aventura. Ora, verifico, graças ao aparecimento de uma segunda versão, de um romance, ou suposto romance, dado à estampa nesse mesmo ano de 78, que, ao contrário do que eu sugerira, alguém, nos Açores, quisera retomar o facho de Vitorino Nemésio. Pelo que leio na bibliografia do autor de *Raiz Comovida*, agora em segunda estampa, graças à Bertrand, o seu livro, rasgadamente regionalista, viu a luz por essa altura, e com relativo êxito de Imprensa, não só local, mas até continental e mesmo norte-americana, ou melhor, luso-americana. Cristóvão de Aguiar, o seu autor, ao que parece, já publicou dois volumes no mesmo estilo literário e sob o mesmo título – *Raiz Comovida I* e *Raiz Comovida II*. Esse, de que acaba de sair a segunda impressão, tem por subtítulo *A semente e a seiva*, e é-nos apresentado como romance. De romance, contudo, pouco ou nada tem, embrechado que é de histórias – melhor dizendo, e já regionalisticamente, *istoras*, não *estórias* à maneira dos contadores arcaicos ou dos brasileiros regionalistas – regionalistas do Brasil, claro –, embora essas *istoras* se imbriquem num todo, que, no fim de contas, pendem antes para a evocação memorativa do que para a composição tipicamente romanesca, seja ela *construída* à maneira clássica, seja ela *destruída* à maneira dita moderna. Aliás, as novidades do livro estão, por um lado, no regionalismo quer fonético quer léxico do texto, pelo outro, na sequência ininterrupta da fala, ou da vocalização oral, de que foram banidos os pontos finais. Justifica-se o banimento das pausas numa prosa que não é propriamente monólogo? Quanto a nós, não.

Mas se essa é a escrita preferida do autor, que a conserve tanto quanto puder, embora com isso pouco ganhe quer o seu estilo – estilo ou – quer o leitor. Estamos numa fase algo ambígua da arte de contar, a tal ponto ambígua que, se, por uma parte, o *romance* de Cristóvão de Aguiar – o *romance* em itálico, tão pouco romance ele se nos afigura – enfileira naquela corrente em que víamos, há pouco, surgir um astro – a autora do *Dia dos Prodigios*, Lídia Jorge – por outra parte, o cerrado regionalismo do léxico e da fonética léxica em que se desenvolve todo o plano vocal do livro o atrai para uma tradição que já vem da segunda década do nosso século.



Com efeito, também o autor da *Raiz Comovida* está persuadido de que é viável uma literatura regionalista, feita da palavra para a essência, como já era crença do Aquilino das *Terras do Demo* ou do Vitorino Nemésio do *Paço do Milhafre* – aquele de 1919, este de 1924 –, o que quer dizer que, no seu labor relativamente novo entre nós, é o de substituir o real pelas palavras que o representam, se introduzem elementos tudo quanto há de menos modernos, os elementos prosódicos dos escritores tipicamente realistas, como, em verdade são, quer o Aquilino citado, quer o Nemésio, muito mais perto este de Cristóvão de Aguiar do que aquele, dado que ambos são realistas de tipo regionalizante de uma mesma área geográfica: os Açores.

Flaubert, mestre de todos os realistas portugueses, dizia *escrever real*. Não era sequer do real que escrevia: escrevia mesmo como se *escrevesse real*: o real que focava. Ora, na fase em que se inscreve o autor da *Raiz Comovida*, a literatura já não *escreve real*: escreve aquilo que se sobrepõe ao real, isto é, as palavras que porventura desposam ou encarnam esse mesmo real. É assim no romance de Lídia Jorge, assim é na obra dos mestres da presente literatura, aqueles que descendem de Joyce e se agregam às letras no plano em que as *letras* antes de mais são *letras*. Neste aspecto, os dois planos em que a *Raiz Comovida* se desenvolve contradizem-se: por um lado, é muito moderna a sua técnica narrativa, pelo outro, assaz antiga, sem sê-lo, em sentido arcaico ou clássico, a técnica prosódica usada.

50

O regionalismo não me parece literatura com futuro. Aí estão as obras-primas do género – o citado romance de Aquilino, *Terras do Demo*, e o citado livro de contos de Nemésio, *Paço do Milhafre*. Como aqui mesmo procuramos demonstrar, no artigo atrás referido, se há um regionalismo açoriano, ele está antes no romance de Nemésio, *Mau Tempo no Canal*, onde o plano léxico não se cinge ao tropismo linguístico local, que no seu livro de contos citado, onde o tropismo léxico é todo-poderoso. Não. Tão-pouco com Cristóvão de Aguiar a literatura açoriana se autonomiza. O que na sua literatura é léxica e foneticamente regional tem muito de *tour de force*, chega, mesmo, ao prodígio, mas limita os horizontes da sua narrativa – ou das suas narrativas –, tornando-os acepipe só para paladares muito afeitos à linguagem local, ou, se não afeitos à linguagem local, afeitos aos estudos linguísticos de tipo popular regional.

De modo algum pretendemos minimizar o talento deste escritor realmente talentoso, renovo que é de uma perimida tradição, a tradição regionalista, nas letras nacionais. E como é espantosamente mimética a sua

dicção – a linguagem de que usa para evocar figuras, usos, costumes, maus e bons, da sua gente – para todos os efeitos a sua *Raiz Comovida* é um caso de raro vigor literário no âmbito das nossas evocações de tipo regional. Mas que futuro o espera, ou a espera, a essa literatura, mesmo agora, sob configuração mais moderna, dentro de um livre apropriação dos elementos narrativos e até mesmo dos elementos léxicos? Quanto a nós, o futuro que a espera, a essa literatura, é o futuro que espera toda a literatura de tipo regionalista, sobretudo se o regionalismo for tão estrito quanto o é o regionalismo de uma região portuguesa a tal ponto isolada do léxico e dos costumes ordinários do continente como é o caso da região açoriana. Se o regionalismo beirão de Aquilino tornou quase ilegível a sua literatura regionalista – *Terras do Demo* ou *Via Sinuosa* –, que não sucederá ao regionalismo açoriano de Cristóvão de Aguiar?

Pois não é verdade que Vitorino Nemésio arrefeiu caminho? Se nunca abandonou de todo as suas ilhas, para se universalizar enquanto escritor açoriano, teve de escrever um romance como *Mau Tempo no Canal*, tão pouco regional no plano léxico que até já foi traduzido, pelo menos em francês. Concebe-se uma *Raiz Comovida* vertida para outra qualquer língua que não seja a língua portuguesa? Em verdade, até para leitores portugueses, o autor da *Raiz Comovida* teve de apensar ao seu texto novelístico um glossário prestimoso.

Dizia o grande mestre realista Flaubert, quando escrevia a sua obra-prima do género, *Madame Bovary*, que maior dificuldade do seu estilo – da sua arte de escrever – podia traduzir-se numa imagem: que no colar de pérolas as pérolas importam menos do que o fio. Em verdade assim é em toda a literatura, até mesmo na regionalista. Ora na *Raiz Comovida* são as pérolas que importam – as pérolas traduzidas na linguagem, nos episódios soltos, nas figuras pitorescamente evocadas –, mas essas pérolas, que são realmente pérolas, só por si não formam o colar: o romance. Para que o colar, o romance *Raiz Comovida*, existisse – para que o romance *Raiz Comovida* fosse romance, e romance com sobrevivência para além das pérolas de que se compõe – era mister que nele existisse o fio. Ora o fio deste colar de pérolas não existe. Só há colar de pérolas nele por alguém segurar nas mãos as mesmas pérolas, esse alguém que no romance mantém, como a maromba do equilibrista, a linguagem regional em que tudo o mais assenta: o que na obra é vivo e o que na obra é morto, e o que na obra é evocação do real e o que na obra é jogo de elementos léxico-fonéticos. Há hoje quem superlative esses valores. Não pertencemos a tal gente. Respeitamos, porém, a valorização superlativa que deles fazem todos quantos em

literatura, como dizia Flaubert, preferem as pérolas ao colar. Nós, pela nossa parte, admiradores incondicionais das belas pérolas léxico-fonéticas da literatura de Cristóvão de Aguiar, apenas nos permitimos adverti-lo de que o seu reinado não é duradouro, nem sequer salvará as suas ilhas do isolamento a que as vota o largo Atlântico.

Para anular esse espaço imenso não há como fazer como fez o próprio Vitorino Nemésio quando trocou o pitoresco vocabular do *Paço do Milhafre*, as pérolas, pela poesia profunda do *Mau Tempo no Canal*, o fio das mesmas pérolas.

Outros narradores vicejam nas ilhas atlânticas dos Açores. Por exemplo, o autor de *O Barco e o Sonho*, Manuel Ferreira, que, nalguns dos seus contos, sem o pitoresco léxico de Cristóvão de Aguiar, nem a invenção de ambientes em que o mesmo Cristóvão de Aguiar é mestre, mesmo assim, nalguns dos seus trechos narrativos – por exemplo *A Promessa* – comunica-nos, sem regionalismo vocabular ou como um regionalismo vocabular mitigado, belas imagens das ilhas natais. Naquilo em que o seu patricio é ágil e forte – a linguagem – é ele nem ágil e nem forte. Mesmo assim, vale a pena lê-lo para, por contraste, apreciar até onde vai o poder de evocação dessa gente de uma terra de brumas que sonha com o sol a cada momento e só sabe que a terra não acaba quando ouve falar do outro lado do Atlântico os seus filhos emigrados para a América. Um contista regional mais pelo que evoca do que pelo como o evoca, eis o autor de *O Barco e o Sonho*. Muito menos regional ainda é esse outro açoriano, Dinis da Luz, que, num volume misto, por um lado temas açorianos, pelo outro, temas lisboetas, nos dá a sua colecção de prosas narrativas *A Sereia Canta nos Portos*, outros aspectos do talento de narrar da gente das ilhas. E a verdade é que nem com o regionalismo cerrado de uns nem com o regionalismo mitigado de outros nos parece possível dizer ainda, como querem alguns patriotas ilhéus, que existe uma literatura açoriana. Já não é pouco haver uma literatura portuguesa. Há momentos, mesmo, em que chegamos a descrever dela, pelo menos no campo do romance, que não do conto, onde, ao contrário do que pensa Dinis da Luz, se pode ir mais longe, mesmo sem render preito ao mais difícil género narrativo que é o romance.

## *Raiz Comovida I*

*O Grito do Povo*  
7 de Abril de 1981

Publicado agora pela Bertrand, “Raiz Comovida – a semente e a seiva”, de Cristóvão de Aguiar, publicado pela 1ª vez em 1978, representa uma obra das mais importantes surgidas na vida literária dos últimos anos, quiçá mesmo, das últimas décadas.

Expressando na linguagem escrita a expressão oral do sofrer, do sentir e do lutar dos camponeses açorianos, ao jeito do contador de histórias, num ritmo impressionante de catadupa demolidora, de um só fôlego, Cristóvão de Aguiar retrata-nos com a vivacidade poética e a profundidade psicológica melhor architectada, as condições de vida e de luta do povo açoriano nas últimas décadas contra a opressão do sistema semi-feudal açoriano e a ditadura fascista de Salazar.

O que mais impressiona nesta obra é a profunda humanidade dos seus personagens, movimentando-se nas múltiplas contradições económico-sociais da região – qual lava incandescente com a erupção reprimida pela brutalidade e estultícia da reacção apelando a todo o momento a libertação vulcânica fertilizadora –, tudo conseguindo um realismo superior (um novo realismo em Portugal? porque não?), lembrando pouco mais do que o Aquilino de “Terras do Demo”, numa machadada mortífera na proliferação idealista, ao mesmo que filiada na luta decisiva pela superação do “realismo” limitado, de xaxa, demagógico e de péssimo nível literário, que fez furor em certos momentos do nosso novecentismo.

O autor demonstra como o “tema” povo, nem é mote a ser explorado por hipócritas de fachada socialista, nem apenas etnografia, mas uma voz poderosa e científica de análise social, de tangência poética e de expressão artística para a transformação da realidade.

Um grito de justiça a ser apoiado!

## A propósito das críticas à literatura “regional”

*O Grito do Povo*  
22 de Abril de 1981

O livro de Cristóvão de Aguiar, “Raiz Comovida I”, que notámos no número anterior, recebeu naturalmente algum interesse por parte da crítica. Desta, destacam-se os comentários de João Gaspar Simões, no *Diário de Notícias* do passado dia 2, não tanto pela pertinência ou impertinência dos aspectos incidentes na obra em causa, mas sobretudo pela linha geral em que aqueles se inserem de ataque ao que o crítico denomina de literatura regionalista, tema guindado, aliás, a título do artigo.

Na nossa nota do último número, destacámos a propósito de C. de A., o esforço para a efectivação de um novo realismo em Portugal, superante de certa tradição insípida neo-realeira e demagógica, por um lado, acutilante contra a abstracção idealista e metafísica, por outro. Hoje, com as limitações de espaço com que nos debatemos, notaremos o aspecto sobre que se debruçou J.G.S., granjeado que está o ensejo: “O regionalismo em literatura portuguesa e as suas limitações”.

Tratando a obra recente, do açoriano, o crítico habitual do DN insere-o, aliás como o havíamos feito, dentro de um esforço onde destaca o Aquilino das “Terras do Demo” e nos fala de Vitorino Nemésio. Com o pretexto adquirido, lança-se em cima de Aquilino com a tese do âmbito regional da literatura “regionalista” e concomitantes dias contados.

Digamos à primeira que o tema não é novo. Nem o tema, nem os actantes. É o ressuscitar agora monocórdico do que o mesmo repetiu contra Aquilino, fosse a propósito de “Via Sinuosa” ou “Terras do Demo”, fosse posteriormente a propósito da obra que mais irritou J.G.S.: “Mónica”, o romance da cidade, trabalhado com superioridade e minúcia pelo autor rural! A literatura de “tipo regionalista” não teria futuro, pois o uso estrito do léxico regional levaria ao isolamento ou “o regionalismo beirão de Aquilino tornou quase inlegível a sua literatura regionalista”, são as afirmações de fundo em que J.G.S. continua a estriar a sua linha de pensamento.

Bastaria a leitura de alguns textos de polémica do próprio Aquilino, por exemplo de “Abóboras no Telhado”, para abrir profundas brechas neste movimento de repressão centralista que J.G.S. continua a pretender comandar e incentivar. Com o – pelos vistos chocante – trogloditismo bárbaro da Nave e o requinte dialéctico,

subtil e gostoso do peixão do Neiva, escreveu o Beirão, ainda no tempo das trutas bravas já lá vão uns 25 anos, por exemplo, estas coisas:

“Quanto à linguagem, que se convencionou ser em seu particularismo local o plâncton de que se nutre a escola regionalista, há a ponderar que o português, dadas as pequenas dimensões do território metropolitano, é único, uniforme, ageográfico. À parte a corruptela prosódica, fala-se em Melgaço como em Vila Real de Santo António e os moliceiros da Aguda explicam-se “mutatis mutandis” como os senhores académicos no casarão do Abade Correia da Serra. Aqui, além, varia o termo significativo do mesmo objecto, que numas regiões se tornou obsoleto em relação ao Chiado ou desconhecido para os dicionaristas que em geral limitam a colheita à urbe e subúrbios.

Neste artigo, com regionalismo e sem ele, haveria muito que dizer. Assim, por exemplo, isso que certos críticos encartados denominam rebusca do vocábulo traduz tantas vezes a sua santíssima ignorância”.

E prossegue o grande mestre das letras portuguesas e da luta contra o concentracionismo literário lisboeta:

“A vida agrícola, se partirmos do departamento mais elementar, dispõe de terminologia própria, insubstituível. Abstrair dela, lá porque a leitora de unhas cor de cereja ou o papo-seco das cidades a ignorem ou cheire a mãos suadas, seria tão absurdo como semear feijões de trepar e não lhes pôr estacas, banir num laboratório de química tais e tais nomes porque a pronúncia é arresada ou pertencem a corpos que são fétidos. Pretensos arcaísmos vivem no campo tão seivosamente como a beldroega e o alho-porro.”

“Suponho que ao trabalhador, antes de mais nada, impende conhecer o abecedário do trabalho. Na oficina de carpinteiro, como de resto em todas as oficinas, cada coisa, processo, instrumento tem o seu nome particular. O aprendiz começa por conhecer o nome de tudo, antes de exercer-se na sua técnica. Assim com a língua, o escritor começará por conhecer o vocabulário. Existe ainda uma categoria de zoilos, barras na Arte, na Literatura, na Ciência, esses que não deixam fazer o ninho atrás da orelha e afinal o que não querem é dar à palmatória a mão da sua insciência, que, se encontram termo menos cursivo na locução ou, vamos, que não usam ou desconhecem, soltam gritos destemperados de peru. Ora não há termo nenhum, desde que a substância ou qualidade que exprime seja própria e definida, que não irradie dentro do mosaico da frase, mais ou menos

claramente, um lampejo da sua significação. Uma palavra é um ser vivo como um bicho. Faz-se sempre uma ideia de qualquer indivíduo que faça parte de família zoológica do nosso planeta. Uma zebra tira-se pelo burro, um javali pelo porco. De resto, um dos resultados práticos a auferir da leitura é ir enriquecendo cada um o seu instrumento de expressão com capitalizar palavras que são o formal das ideias e símbolo dos objectos. A leitura nem sempre se deve beber como um copo de água que se bebe de um trago ou uma fita cinemática que se abrange ao correr dos olhos. Exige esforço de compreensão.”

Não existe pois uma inlegibilidade da literatura regional no plano léxico, mas apenas uma incapacidade dos intelectuais cosmopolitas (ou de muitos cosmopolitas, simplesmente) em compreenderem (ou aceitarem) a realidade económica, social, cultural e psicológica do povo português e consequente realidade vocabular e linguística.

### *Raiz Comovida III*

**Oswaldo Cabral**  
*Correio dos Açores*  
17 de Julho de 1981

56

Todos os dias, quando entrava em casa de Tia Conceição, a primeira impressão que eu tinha era a de que ali havia festa. Os dias eram contados, num rebuliço, à espera do «Fernando» ou do «Cidério», que vinha de Lisboa com os estudos já feitos e a tropa cumprida no ultramar.

Até lá ia rebuscando na pequena secretária de madeira envernizada, à esquerda de quem entrava na porta da cozinha, à procura de uma régua ou de um livro de Caligrafia do tempo do Cristóvão. Sempre me servia para a Escola «da cidade» e a Tia Conceição dava-me de bom coração.

Entre um pulo à casa da minha avó Espírito Santo (para trazer uma fatia de pão acabado de sair do forno, barrado com açúcar, para mim e para o Francisco José) e uns remates à baliza na cancela da casa da Tia Conceição, os dias lá iam passando. Até que chegava a festa. O Cristóvão, sempre de barba e cabelo curto, nunca

falando à moda do Continente, contava-me as coisas da guerra e de Coimbra. Já nesta altura lhe reconhecia uma memória dos diabos.

Não largava o primo Luís a meio das tardes. Era a hora do passeio na bicicleta preta do Ti Artur e o Luís nunca se esquecia de mim, sentado de lado no esquadro segurando o guiador. À noite, a bicicleta era do Arturinho. Esta intimidade deixava-me feliz; a felicidade que sinto agora depois de ler e reler a trilogia da *Raiz Comovida*.

É – quer queiram quer não – a história de uma gente, a da verdadeira gente (como dizia o Cristóvão quando visitava, mais recentemente, a Redacção improvisada do nosso boletim «Voz Popular») e não aquela das gentes de sangue azul contada pelos padres ou pelo Evaristinho Feijó.

É esta força popular que faz com que grande parte da população da minha terra, que raramente lê um livro, procure agora com interesse e discuta com persistência o livro do «filho do Mestre Artur».

Só por isso a homenagem está feita. É que mobilizar um povo para a cultura, para a discussão da sua História, já é uma vitória confortável. O Cristóvão merece-a. E o povo também.

### Leitura de *Raiz Comovida III*

Carlos Reis  
*Vértice*, n.º 448  
Maio/Junho, 1982

57

Ler, só por si, o terceiro volume de *Raiz comovida (O fruto e o sonho)* de Cristóvão de Aguiar, é tarefa ao mesmo tempo possível e arriscada, se tivermos em conta as peculiares circunstâncias em que o texto nos aparece: trata-se da terceira parte de uma trilogia, facto que, em princípio, não pode deixar de nos remeter para as duas etapas anteriores<sup>1</sup> de um percurso que agora se completa; mas trata-se também de um segmento dessa acidentada acção dotado de relativa autonomia. Não é certamente apenas por razões de ordem material que um

---

<sup>1</sup> *Raiz comovida. A semente e a seiva*, Coimbra, Centelha, 1978 (2ª ed., Amadora, Bertrand, 1980); *Raiz Comovida (II). Vindima de fogo*, Coimbra, Centelha, 1979. A ambos os volumes dedicou Duarte Faria uma resenha crítica em *Colóquio/Letras*, 56 (1980), pp. 78-79.



ficcionista secciona o seu relato: fazendo-o, ele chama implicitamente a atenção para os sentidos fundamentais que neste derradeiro estágio se encontram encerrados, solicitando um percurso de leitura que especificamente os valorize, sem que, no entanto, se percam de vista premissas (temáticas, técnico-narrativas, ideológicas, etc.) explanadas nos dois volumes anteriores.

São alguns desses sentidos nucleares que encontramos esboçados numa passagem do romance capaz de nos conduzir aos vectores temáticos que o dominam:

Na esclarecida opinião do senhor Evaristinho Feijó já há muito que tínhamos perdido a envide da inocência. Agora era um tal escorregar pela ladeira do pecado abaixo. O senhor Liduíno da Purificação afirmava o mesmo por outras palavras igualmente elevadas. [...]

Tudo porque escorreguei (coisas do Cidério) em declarar que a Maria da Guia tinha acabado de parir um chinchim deste tamanho e que até viera o Dr. Camacho arrancar-lho da barriga, porque a Ti Custódia Nova não tivera forças nem saber para fazer o serviço. Que o bebé estava atravessado!

Minha mãe foi logo avisada do meu desbocamento. E a Ti Sabina quase a obrigou a mandar-me confessar. É o vais! Também insinuou que não fazia mais sentido eu continuar pertencendo à irmandade do Império dos Santos Inocentes. Que o direito seria desarriscar-me, porque, vistas bem as coisas, já não pertencia ao reino da inocência. Sabia coisas demais, pouco próprias da minha idade.<sup>2</sup>

Se a inocência é aqui explicitamente mencionada, não o são, entretanto, dois outros sentidos apenas insinuados à superfície do texto: a aquisição de uma experiência que vai desvelando os segredos da existência e (factor de crucial relevo neste contexto) o devir do tempo, responsável primeiro por esse irrefreável processo de maturação. É justamente a partir daqui que nos parece possível demarcar os grandes veios temáticos que subjazem ao devir da acção de *O Fruto e o Sonho*: o tempo já referido, a morte, indissociável do elemento temporal, e a emigração, indubitavelmente o componente semântico que se reveste de mais intensas incidências sociais.

Eleger a morte como dominante temática dotada de certo relevo corresponde não só ao reconhecimento dos seus redundantes afloramentos ao longo do relato, mas também à valorização de um lugar estratégico do texto: a sua abertura<sup>3</sup>, desde logo marcada por uma referência à morte: «Não tinha ainda a grande

<sup>2</sup> *Raiz Comovida (III). O fruto e o sonho*, Angra do Heroísmo, Sec. Regional da Educação e Cultura, 1981, p. 219. Todas as citações referem-se a esta edição.

<sup>3</sup> A importância do início da narrativa é sintetizada por G. L. Dillon deste modo: «The beginnings of stories [...] may stand in various conventional relations to the tale. Although it is fairly uncommon nowadays, the beginning can function as an Abstract identifying the first person narrator and establishing the sources of his information, the interest of the tale he will tell, and in general his claim to the reader's

velhaca pousado os pés solertes na soleta esfregada da porta de nossa casa» (p. 11). Repare-se, antes de mais, na relação da morte com a casa, espaço de calor e de vida, subitamente ameaçado (dizer «ainda» é insinuar um aparecimento próximo) por uma intrusão que virá perturbar irremediavelmente valores ligados à pureza de uma inocência que se vai degradando; por outro lado, importa ter em conta o carácter elíptico da referência à morte: num tempo em que «as palavras não usavam ainda a máscara e os disfarces do entrudo da sintaxe», a morte é um fenómeno não nomeado de forma explícita «Não poderia nelas, palavras, caber a morte, esse substantivo subentendido de coisa nenhuma» (p. 25), declara o narrador, numa instância que corresponde ao seu presente de entidade adulta<sup>4</sup>; e sendo assim, ela revela-se, durante o tempo que dura a inocência, uma ameaça latente, mas não assumida de forma consciente, um fenómeno ignorado, mas não ausente de um universo ainda povoado sobretudo pela «acção [que] vinha disparada de vida num brindeiro quente, a sola forrada de uma folha de inhame ou de conteira ressequida do calor, que vavó Luzia ou titia Maria dos Anjos tiravam do sacrário do forno de tijolo com a patena da pá» (pp. 25, 26).

Ao tempo cabe, pois, a árdua e por vezes dolorosa tarefa de fomentar esse amadurecimento que há-de destruir a «envide da inocência». Um tempo que, entretanto, se desdobra em duas dimensões complementares: o tempo da personagem em devir, acumulando regularmente vivências que podem ser tão marcantes como a consciencialização da violência irreversível da morte; depois, projectando-se no momento da narração, o tempo feito experiência e maturidade. É este que serve de motivação basilar ao narrador, inspirando o paciente labor de construção de um discurso tornado possível apenas pela activação da memória: de certa forma, a re-vivência (isto é, a reconstrução do passado pelos artifícios da narrativa) que a memória propicia constitui a única forma de tentar neutralizar a destruição, pela «grande velhaca», de um universo que, sendo raiz do presente, é-o também do acto de recordar.

A esse universo liga-se, pelos elos do social, do económico e até do histórico, a emigração, também ela uma unidade temática de significado mais profundo do que a «gritaria e lagrimaceira» que provoca na hora da

---

attention» («The nature of literary narrative», in *Poetics*, 9, 1-3 (1980), p. 172). Cf. também Ph. Hamon, «Clausules», in *Poétique*, 34 (1978), pp. 496-497 e F. Stanzel, «Teller-Characters and Reflector-Characters in Narrative Theory», in *Poetics Today*, vol. 2, 2, (1981), pp. 9-12.

<sup>4</sup> É também da instância da narração que releva uma outra alusão à morte: «A alegria que agora sinto alagando-me o íntimo por não ter nesse tempo ainda a morte pousado no limiar aladrilhado de nossa casa» (p. 25); tanto o «agora» (presente da enunciação) como a explícita referência à morte mostram que se trata de um tempo distanciado do presente da vivência como personagem.

partida. Uma e outra mais não são do que a superfície visível de um componente fundamental do cenário que enquadra uma acção não referenciável apenas ao percurso individual do protagonista. Ti João Perpétua é uma personagem crucial para se entender a verdadeira dimensão assumida pelo fenómeno da emigração: dotada, antes de mais, das já mencionadas (e, mais do que quaisquer outras, visíveis) incidências socioeconómicas, a emigração desvela afinal uma faceta tão insuspeitada como o deixa entender o espanto do narrador:

Mas que precisão tinha o Ti João Perpétua de ter um fim tão triste? Aquela teimosia de embarcar de volta e de vez (até era pecado desperdiçar tanta sorte) fora a principal causadora da desgraça. Andava todo o bicho-careta deserto por se desapegar da Ilha para fora, de mais a mais tratando-se da América, e o Ti Perpétua a meter-se na pele de ovelha ranhosa. O que se chamava casmurro. (p. 13)

Desobedecendo, pois, ao que parecia ser a lógica do comportamento insular (o desejo da partida, a fuga ao isolamento irremediável), Ti João Perpétua deixa transparecer, com o seu «absurdo» regresso, a força das raízes que o prendem à terra: porque nem todos podem «regressar» pela via da memória narrativa, mas em todos parece haver, afinal, a secreta ligação que torna constante (perpétua, como o nome da personagem) a necessidade desse retorno às origens. Para além, portanto, da evidência das suas motivações sociais e económicas, a temática da emigração traduz, em *O Fruto e o Sonho*, o que há de violência mal disfarçada no conflito (para além de tudo, cultural) entre as certezas palpáveis, embora sáfaras e trabalhosas, da raiz insular, e as promessas da terra distante, tão desejadas e afinal, num repente instintivo, subitamente abandonadas.

60

Porque se trata, em última instância, de um conflito entre espaços de certa forma antagónicos, vale a pena atentar nas características e nos procedimentos de ilustração que servem, ao longo do relato, a ilha revivida. A este propósito, importa, desde já, distinguir dois níveis de representação: o que incide em episódios em que o burlesco e o cómico se cruzam e completam, e o que, a partir de tais episódios, corresponde à necessidade de evidenciar a profundidade psicológica e os matizes sociais do espaço da ilha. Deste modo, o que se denuncia pela diversidade dos letreiros que recusam crédito (o do senhor Guilhermino «todo cheio de delicadezas femininas» (p. 151), o da mercearia marcado por uma «secura de regedoria», o da taberna do Borges dominado pela «figura de barro do Zé Povinho escanchado num barril, fazendo um grande manguito» (p. 152)) não são apenas as distâncias que separam peculiares comportamentos individuais: é sobretudo uma certa estratificação social e psicológica, traída na teia das relações comunitárias. A mesma dimensão comunitária atinge também figuras cuja configuração

as aproxima, com toda a nitidez, do estatuto do tipo; referimo-nos a personagens como Liveira Soveia, mestre Teófilo Tesourinha ou esse desconcertante Clemente Peidão. A alcunha que lhes é atribuída não constitui um pormenor irrelevante; servindo de elemento caracterizador de indesmentível recorte vicentino, ela releva de um consenso que só se compreende no quadro de uma vivência colectiva que as contempla com a aceitação devida ao que é natural e necessário. E isto, sem que tais figuras se reduzam a um esquematismo para cujos perigos Lukács chamou a atenção: «Un personaje característico completo actúa dentro de una realidad social concretamente diversa: siempre se trata de la totalidad del desarrollo social que está en conexión con la totalidad de un personaje característico»<sup>5</sup>.

Diferente alcance e significado têm outros elementos humanos deste universo: vavô Evaristo e vavô José dos Reis, representantes de forças antagónicas, de certa forma equivalendo a transformações qualitativas de um conflito já aqui evocado. De facto, se o segundo representa o vigor da raiz bem presa à terra por uma força centrípeta que faz da permanência um valor sagrado (o tonel será a marca indelével dessa permanência, para além da morte), o primeiro é fascinado pelo movimento centrífugo que o chama para fora da ilha:

A América passou a ser para ele uma metáfora que só tinha sentido se não fosse descamada. Seria preferível enfeitá-la de palavras ensopadas de desejo. O sonho deste modo ia chocando devagar, sem jamais se ninar a casca do desencanto. E um sonho agulhava outros sonhos numa cadeia sucessiva que ia temperando a vida chata com o picante estimulante de caminho percorrido e cada vez mais por percorrer. Por isso, vavô Evaristo, ao ver ao seu alcance a maçã tentadora debruçada da árvore do seu paraíso, deixou-a ficar intacta no seu ramo, recusando a revelação do segredo cuja chave enterrara na terra muda do seu desespero. A doença do emigrante que nunca se sente inteiro em parte nenhuma. (pp. 74-75)

Que o sonho se tenha ou não feito realidade é, de algum modo, irrelevante; mais importante é que ele exista como tal e que assim se projecte sobre um protagonista em certa medida dividido entre esses dois pólos: a certeza do ficar (vavô José dos Reis) e a fantasia do partir (vavô Evaristo).

Porque, com efeito, o crescer do protagonista é fundamentalmente o agudizar de um processo de fragmentação que vai delineando duas identidades que só mais tarde, na instância da maturidade vivida pelo narrador, são analisadas com alguma clareza:

---

<sup>5</sup> G. Lukács, *Sociologia de la literatura*, 2ª ed., Barcelona, Ed. Península, 1968, p. 338.

Inteiro, inteiro, só me considerava meu tio Luciano e dois ou três mais ilustrados da freguesia. De resto, Fernando num lado, Cidério no outro, e eu que me desenvencilhasse entre as duas fronteiras que dividem duas maneiras de estar na palavra e no mundo. O Fernando, mais familiar, obediente e bensinado. Se acaso minha mãe se lembrasse de me chamar por Cidério, não lhe dava troco. O Cidério movimenta-se mais ao Sul. Endiabrado por natureza e livre por vocação, gosta de partir a louça das conveniências e dos dogmas. Perdeu muito cedo a inocência das tias Sabinas, aquela que vedava o acesso ao mistério do parir. (pp. 253-254)

Daqui decorre um conflito representado já nas estratégias de construção do relato: neste, Cidério é normalmente um «ele», ou seja, uma manifestação de alteridade (e também, de certo modo, de não-pessoalidade) em relação ao «eu» de Fernando: porque, de facto, o tempo da história é sobretudo o protagonizado por Fernando, vivendo ainda «um pendor para o enraizamento a uma certa inocência de infância que tem pena de perder» (p. 254).

Com o amadurecimento (em grande parte já para além do tempo da história), tende a impor-se a propensão para o sonho e para o «desarremate» que caracteriza Cidério. Mas isso não significa a eliminação do pólo que até certo ponto lhe é oposto; no quadro de uma dialéctica metamorfoseada ao longo da narrativa (ficar/partir, ilha/América, José dos Reis/Evaristo), cabe ainda uma síntese final: a que é constituída pela própria narrativa, resultado de uma memória que, activando o regresso à raiz, depende de um sujeito (o narrador adulto, admirador do Cidério iconoclasta) que afirma o seu tempo sem postergar o passado plasmado pelo discurso que ele mesmo enuncia.

62

### O denso “falar” dos Açores em Cristóvão de Aguiar

J. F. Jorge  
*Jornal Semanário*  
7 de Novembro de 1987

Talvez nenhum prosador e poeta português contemporâneo tenha sido tão injustamente tratado e ingloriamente esquecido, com um silêncio tão frio e desmerecido, como Cristóvão de Aguiar. Não o dizemos por uma comiseração rasteira para com um coitado que mereceria um bocadinho mais, mas sim com a convicção que

nos ficou da surpresa, “tarde e a más horas”, sofrida pela leitura de um dos mais surpreendentes monumentos da nossa literatura moderna.

Para termo de comparação que não seja simples pedinchar de reconhecimento, julgamos que a prosa (para já não falar da poesia, que merece, por si só, outra abordagem) de Cristóvão de Aguiar em *Raiz Comovida* atinge alturas apenas alcançadas por um Aquilino Ribeiro nos seus momentos maiores ou por João Guimarães Rosa quando o “sertão era grande”. Falamos, evidentemente, pelo que se percebe dos exemplos apontados, do nível mais elementar da escrita, da construção extrafabulatória, tanto quanto é possível de dois níveis separados na construção de uma narrativa literária. Simultaneamente, apontamos para uma opção de tonalidade de escrita, ou melhor, de uma escolha do registo possível, que se faz em termos de uma sobrevalorização do regional açoriano, levado a uma densidade quase estonteante para o desprevenido leitor “continental”. Simples tipificação buscada no mais puro e vernáculo falar dos anciões? Insularização que se assume a partir do falar dos homens que nunca deixam de ser o povo até por esse tesouro linguístico agitado como uma bandeira? Erro estratégico de um autor que, por zelo de fidelidade à palavra e à terra, arrisca a inevitável *passagem* do reconhecimento público?

Em todas estas perguntas existe, cremos, uma ponta de realidade que pode ser entendida como uma faca de dois gumes. A dimensão do típico se pode ser encarada como um enroupamento retórico de viscosas ressonâncias do *mesmo*, do folclórico conformismo, por outro lado (e cremos ser o caso de Cristóvão de Aguiar, de uma forma profundamente gratificante) pode ser um inadiável e irreprimível apego às raízes, que seria quase sacrilégio trair; a insularização, quase corolário (só que em suporte geofísico glosado) do regionalismo, muito particularmente relativo às adjacentes portuguesas, por certo que só emerge de uma tragédia da arrumação administrativa – “i(n)solamento”, mais sofrido do que buscado; quanto à estratégia editorial do autor, o problema é quase o da criação literária na sua plenitude máxima – fazer-se ou não ouvir, provocar ou não a escuta profunda do potencial leitor!... Quem tem resposta para isso?

Mas, no final, o que nos resta como impressão que assumimos com o orgulho de uma descoberta é o reconhecimento de um genial escritor, solidamente assente no falar das suas ilhas, imerso num sonho de escrita que só tem corpo nesse interminável invólucro que vem desde os limites de um tempo em que o para trás era a história dos outros e o presente a capacidade de reverter em memória encantada a palavra que desperta as coisas, as faz emergir nas brumas oceânicas.

## Sobre *Raiz Comovida*<sup>1</sup>

Luiz Fagundes Duarte  
*Ilha Maior*  
24 de Abril de 2003

Há livros que não são apresentáveis. *Raiz Comovida*, de Cristóvão de Aguiar, é um deles. Na verdade, como se há-de apresentar a um público de 2003 um livro que começou a ser publicado há 25 anos – quando saiu um inspirado *A Semente e a Seiva* (1978), anunciado como o volume inaugural de uma trilogia que teria por título geral *Raiz Comovida* –, se continuou com um segundo título um ano depois – *Raiz Comovida II, Vindima de Fogo* (1979) –, e se concluiu, três anos mais tarde – com o aparecimento de *Raiz Comovida III, O Fruto e o Sonho* (1981), para finalmente, passados seis anos, como um rio que fatalmente se dirige ao mar levando nas suas águas de todos os seus afluentes, nos ser revelado, em todo o seu esplendor, como *Raiz Comovida – Trilogia Romanesca* (1987), de que agora se apresenta uma segunda edição, revista e muito remodelada – tão remodelada que poderia muito bem trazer por título um *Raiz Comovida IV*.

Mas a propósito da metáfora do rio – apetece-me evocar Ricardo Reis quando diz à sua Lydia das Odes:

Sem amores, nem ódios, nem paixões que levantam a voz,  
Nem invejas que dão movimento de mais aos olhos,  
Nem cuidados, porque se os tivesse o rio sempre correria,  
E sempre iria ter ao mar.

[Poemas de Ricardo Reis, 40, vv. 13-16]

– e também me apetece evocar, hoje e aqui, o percurso dos dois grandes rios, o Tigre e o Eufrates, que depois de nascerem pertinho um do outro, e de durante mais de dois mil quilómetros seguirem em separado os seus percursos, acabam por se reunir num só rio, o turbulento Chatt al-Arab (que quis a História servisse de fronteira natural entre duas grandes civilizações, a islâmica e a ariana), para nestes termos desembocarem no Golfo Pérsico – como metáfora aplicável aos três livros de Cristóvão de Aguiar (*A Semente e a Seiva*, *Vindima de Fogo*, e *O Fruto e o*

---

<sup>1</sup> Artigo parcialmente publicado no *Jornal de Letras* (30 de Abril) – “A Vindima da Vida” – e em *Ação Socialista* (24 de Setembro) – “Raiz Comovida de Cristóvão de Aguiar”.

*Sonho*) que, depois de terem feito os seus caminhos individuais se reuniram, naturalmente, para se nos apresentarem como o grande livro de alma açoriana que é esta *Raiz Comovida*...

Como se há-de apresentar este livro de confluências que vale tanto por si, como um todo, como por cada uma das suas partes – quando sabemos, por exemplo, que a primeira delas (*A Semente e a Seiva*) teve duas edições em dois anos, e foi Prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências em 1978? Como se há-de apresentar, 25 anos depois da epifania da sua primeira parte aos reis magos da nossa história literária recente, um livro que veio, definitivamente, demonstrar – num percurso narrativo inaugurado por *Mau Tempo no Canal* (1944), de Vitorino Nemésio, e quase solitariamente continuado por *Pedras Negras* (1964), de Dias de Melo, se não contarmos com *Gente Feliz com Lágrimas* (1988), de João de Melo, já posterior a esta trilogia – que ao longo de séculos de ventos e abalos de terra se formou nas ilhas açorianas uma identidade cultural que faz de tal maneira parte da identidade portuguesa que esta, sem aquela, seria, hoje, incompleta?

*Raiz Comovida* é, na beleza forte do seu título, e dos títulos dos livros que a compõem, muito mais do que aquilo que a uma leitura mais apressada possa parecer: não é nem um daqueles livros que costumam encorpar o que poderíamos chamar a estética da saudade, baseada no revivalismo de um país que a pouco e pouco vai deixando de ser o país das aldeias; também não é um livro de memórias regionalistas, esbeçando uma linguagem requentada do folclore saído directamente daquele espírito salazarista tão bem plasmado na quadra, da autoria de um poeta consagrado da Ilha que é o território deste livro – São Miguel –, que o Sr. Liduíno da Purificação, presidente da Casa do Povo local, leu às figuras gradas do concelho na cerimónia de inauguração do novo edifício da colectividade:

Louvada seja a pobreza | Que é riqueza de melhor: | Quem nada tem, tem no céu | Inda um tesouro maior.  
[*O Fruto e o Sonho*, p. 294 nesta ed.]

*Raiz Comovida* é, pelo contrário, uma versão – digamos, *a versão* do escritor Cristóvão de Aguiar – da magna história do povo açoriano, reflectida nas palavras de memória de um narrador que, na abertura da nova *Vindima de Fogo*, afirma:



Aqui me encontro, num regresso sem chegada, porque não me lembro ou não me quero recordar de ter deste chão algum dia zarpado. Exactamente aqui, no quatinho do relógio, onde fui outrora parido e em múltiplas almas repartido. Neste instante vou-me entretendo a mordiscar a aérea e iluminada esteira de pó que os mortos e a ausência foram deixando atrás em diadema de estrelas em cata de outra Cassiopeia, com seu M de mãe ou de manto aberto, onde juntas possam de novo constelar-se... [p. 151]

Por este livro perpassam os tipos humanos que resultaram, nas ilhas dos Açores, da amassadura da cultura ibérica tradicional com as águas, o sal e os ventos do mar, polvilhada de vulcões e abalos de terra, e mais de incursões dos piratas do Norte de África, e do isolamento, e de um ou outro arroubo colonialista (dos tempos em que os Açores e a Madeira mais não eram do que ilhas adjacentes, uma espécie de Berlengas com indígenas com séculos de arribação) –, e perpassam sobretudo os contadores de histórias, aqueles que podemos tipificar na personagem do Ti José Pascoal de quem o narrador se queixa de que

Já está aqui há muito tempo à minha ilharga pedindo-me para entrar nesta história. [pelo que, conclui] Decidi fazer-lhe a vontade e vou já passar-lhe a palavra. [p. 45]

e cuja alma de contador de *istoras* Cristóvão de Aguiar – porque é ele, sempre ele, e à revelia de muito daquilo que se aprende nos ensaios de teoria da Literatura, o narrador que nos encaminha na leitura deste livro – entendeu ressuscitar:

66 Não vou rezar-te por alma. Ressuscitei-a, ressuscitando-me. Semeei-a ao longo de muitas madrugadas frias e insones nos regos tortuosos destas páginas. [p. 141]

Por este livro perpassa, e porque é – repito-o! – uma versão da magna história dos Açores e dos açorianos, histórias de casas, de usos, de parentescos, de rituais de iniciação; histórias de emigração, com ou sem regresso; histórias de falares, que nos recordam que os açorianos, pela geografia e pela necessidade de fugir à fome e à miséria, são uma gente de entre margens e civilizações, as da Europa e as das Américas – e que no seu deslumbramento de descoberta de novos mundos e usos esculpiu, por exemplo, palavras como *mechins* ('machine', automóvel, qualquer máquina), *calafona* (natural de Califórnia), *freijoeira* ('refrigerator', frigorífico), *baicicla* ('bicycle', bicicleta), *mònim* ('money', dinheiro), *estoas* ('stores', lojas), *trablas* ('trouble', complicações), *chape* (shopping), *bia* ('beer', cerveja), *pinabêra* ('peanut butter', manteiga de amendoim), etc., que na sua naturalidade

convivem com aquelas que a partir de meados do século XV arribaram às ilhas, levadas pelos navegadores e outros chegantes de várias paragens.

E contar essa história é, pelos vistos, mister de Cristóvão de Aguiar – o escritor que, em meu entender, até hoje melhor conseguiu seguir os rastros daquela esteira de pó, desenhada pelos mortos e outras ausências, que define o percurso da tradição cultural que nos identifica como membros de uma comunidade – a comunidade açoriana, no seio da comunidade portuguesa, a meio caminho entre a Europa e as Américas –, ou interligar os aros de uma corrente cujas extremidades se esvanecem no tempo do passado e do futuro, ou compreender, aplicando-a, a metáfora dos rios que correm separados mas que no final se juntam para, juntos, enfrentarem o mar.

Verdade seja dita, desde a primeira à última frase de *Raiz Comovida* – vejamo-la nós em separado nos livros que a fizeram, vejamo-la na sua versão integral, já de si remodelada, de 1987, ou vejamo-la agora nesta nova versão que nos perturba enquanto gesto de inteligência dos tempos que correm e dos gostos que eles acarretam, mas sem nunca esquecer que se trata de uma reconstelação (isto é, de um reagrupamento, ele próprio dinâmico e interactivo) de elementos dispersos que são coerentes entre si, e que mutuamente se atraem, precisamente porque comungam do mesmo passado –, que é *nesta* esteira de pó, que é *esta* trilogia romanesca, que se alinham as palavras – que registam a memória – que define o círculo de valores – que delimita a identidade cultural de quem, como nós açorianos, é o fruto, ou o sonho realizado, de uma semente europeia que medrou mergulhada na seiva de um grande mar – e que agora se oferece, na comoção desta *Raiz Comovida*, à grande vindima que, de cada vez que acontece, representa, no nosso imaginário mediterrânico, a grande festa da vida.

*Raiz Comovida*, de Cristóvão de Aguiar, sobretudo nesta sua nova alma, é uma verdadeira vindima de vida. É por isso que, como comecei por dizer, o livro que lhe dá corpo e que aqui nos traz – é um daqueles livros que não são apresentáveis. Porque ninguém se apresenta aos seus...

### *Raiz Comovida – Trilogia Romanesca*

*Público*  
26 de Abril de 2003

Esta é uma edição revista e aumentada de “Raiz Comovida”, considerado como um dos mais importantes romances açorianos e que foi galardoado com o Prémio Ricardo Malheiros em 1978. O autor, natural do Pico da Pedra, na Ilha de São Miguel, foi durante vários anos redactor da revista “Vértice”, de Coimbra, e até ao ano passado foi leitor de Língua Inglesa da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Este livro reúne os três volumes: “A Semente e a Seiva” (escrito em 1978 e revisto em 2001); o segundo, “Vindima de Fogo” (escrito em 1979 e reescrito em 2001), e por fim “O Fruto e o Sonho” (escrito em 1981, acabado de reescrever em Janeiro de 2002). No final, um utilíssimo glossário de alguns açorianismos, arcaísmos e americanismos utilizados nos romances. A reler, absolutamente.

### *Raiz Comovida – Trilogia Romanesca*

*Açores Magazine*  
26 de Abril de 2003

68

*Raiz Comovida* tem sido considerado o mais importante romance açoriano depois de *Mau Tempo no Canal*, de Vitorino Nemésio. A riqueza do falar açoriano, a sensibilidade e humanismo com que o autor reconstitui a realidade das ilhas, fazem deste romance um verdadeiro tesouro etnográfico e linguístico.

O escritor João de Melo define-o como “uma experiência linguística sem precedentes”.

## *Raiz Comovida – Trilogia Romanesca*

*Correio da Manhã*  
27 de Abril de 2003

Estamos perante uma trilogia romanesca em edição revista e aumentada, cuja primeira parte, “A Semente e a Seiva”, recebeu em 1978 o Prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa. Completam a obra “Vindima de Fogo” e “O Fruto e o Sonho”.

### **Cristóvão de Aguiar entre o norte e o sul**

**Manuel Tomás**  
Agosto de 2003

“Era a outra metade, a que se movimentava mais a norte.”  
*Relação de Bordo I*

“O Cidério movimentava-se mais a sul.”  
*Raiz Comovida*

#### **1.**

Dois livros em apreço: *Raiz Comovida (RC)* e *Trasfega (Tr)*. Um que vale por três, pois inclui os iniciais e, sempre, distintos, *A Semente e a Seiva*, *Vindima de Fogo* e *O Fruto e o Sonho*, e o outro que, noutra formato narrativo, continua a saga anterior, ao ritmo breve do conto, mas ainda no ambiente coberto pelo universo dos primeiros, como se a sua leitura “lambesse o íntimo concreto das coisas” (in *Tr*, 19), para exorcizar a memória do passado de misérias e agonias, mas sem nunca esquecer, que o esquecimento é a derrota da rapidez do que não conta para nada.

O passado surge natural e vigoroso, em linguagem expressivamente irónica e cáustica, sem rodeios ou limites de qualquer espécie, cheia de sabores, cheiros e muitas outras sensações, onde o material se mistura com o espiritual e da intersecção dos dois planos constrói-se uma outra significação assente na atmosfera do *quiproquo*, na visão de uma criança, mas contada pela mesma já em estado adulto. Nós fomos e somos espectadores daquela

realidade e, agora, assistimos, de novo, aos acontecimentos, em retrospectiva, ou lembramo-nos, mesmo, de os termos vivido, noutra ilha, mas no mesmo tipo de história e de universo de representação. Um regresso à raiz e, comovidos, ali vemos tudo o que um dia, já muito longe, fizemos acontecer ou vimos acontecer. O narrador conta a sua própria história, de quando era criança, numa perspectiva onisciente e interpretativa dos acontecimentos. Sabe tudo do passado, do presente e do futuro. O autor textual liga-se, estreita-se e faz-se coincidir com o autor empírico.

Veja-se o seguinte exemplo:

“Quanto ao mundo, vinha explicado nas páginas do catecismo – um dos três inimigos do Homem, de parceria com o Diabo e a Carne. Ao princípio, julgava que se tratava da carne do açougue do José Moniz. Esclareceram-me, depois, que tinha outro significado. Assim ou assada, fiquei sabendo que o açougueiro não vendia inimigos nas tardes de sexta-feira. Caso contrário, não se entendia que o senhor padre novo fosse todas as semanas abastecer-se de meia arroba de inimigos para com eles se entreter o resto da semana. A carne do catecismo só vim a prová-la muitos anos mais tarde e achei-a deliciosa. Com o picante de ser pecado.” (in *RC*, 203)

2.

O norte e o sul. Um homem rachado ao meio na realidade e na ficção.

“Era a outra metade, a que se movimenta mais a norte. (in *Relação de Bordo I*)  
“O Cidério movimenta-se mais a sul.” (in *RC*)

70

Podemos perder o norte, mas, habitualmente, ninguém perde o sul, o sul, parece, é que nos perde com frequência. Quem tem norte tem sentido de orientação. Vai no caminho certo, não se desvia, segue um rumo traçado.

“O Fernando mostra-se familiar, mais obediente e muito bensinado. Se minha Mãe se lembrasse de me chamar por Cidério, não ouviria, por isso, não lhe dava troco. O Cidério movimenta-se mais a sul. Endiabrado por natureza e livre por vocação, sempre gostou de partir a louça das conveniências e dos dogmas instituídos. Perdeu muito cedo a inocência de Tias Sabinas, aquela que vedava o acesso ao mistério de parir. Inclino-me mais para o Cidério: sonha e imagina tanto! Não desdenho do Fernando. Reconheço nele um certo pendor para se enraizar numa inocência de infância vivida na Ilha e que tem medo de perder. Não cresceu como era dado. Para além do original, cometeu muito poucos pecados capitais. Conserva um fundo religioso, ao contrário do irmão gémeo que, por vezes, gosta de achincalhar a religião onde mamou o primeiro leite espiritual. Serve de contrapeso às loucuras do Cidério, mas, nem sempre o consegue segurar.” (*RC*, 249 e 350)

E quem o consegue segurar? Ao da ficção ainda é fácil. Mas, ao outro?

Ora, escutemos este outro pedaço de prosa, agora diarista e, logo, noutra campo de realidade:

“Era a outra metade que se movimenta mais a norte: bem educada, cumpridora, de chapéu e fato novo aos domingos e comunhão pela Páscoa. Sempre detestei essa metade espúria. E sempre que posso, refugio-me na outra, aquela com que minha Mãe me pariu.” (*RBI*, 108)

Quem é Cristóvão de Aguiar? É o autor das obras que são apresentadas, sem necessidade, devo dizer, pois o seu valor e os prémios ganhos testemunham-no de forma superior. Mas, é também o Luís Cristóvão. Dois nomes que se hão-de rachar ao meio. Vão ser partidos para sempre e para sempre se hão-de manifestar, como tal, ao longo da vida do escritor, já o sabemos; e do autor empírico, já houve notícia dada, mas, aqui vai mais uma e recente informação oferecida por um semanário de Coimbra, o *Campeão das Províncias*:

“Partiram-me ao meio ao ingressar no Liceu, em 1951, onde passei a ser conhecido por Cristóvão. Dentro do círculo familiar continuo Luís ou ainda, e muito raramente, Luís Cristóvão. Teve e continua tendo muita importância na minha personalidade civil e literária.”

E assim temos, nas calhas da roda do destino as dicotomias entre Luís e Cristóvão, por um lado, e entre Fernando e Cidério, por outro. Na realidade e na ficção. É que ao Cidério também, aconteceu a dicotomia quando o Fernando entrou para o Liceu:

“Quando entrei para o Liceu, veio o Cidério ao de cima, ficando o Fernando escondido. Inteiro, só me considerava Ti Luciano e dois ou três mais ilustrados na freguesia. E assim fiquei, Cidério num lado, Fernando no outro, e eu que me desenvencilhasse entre as fronteiras que separam dois modos de estar no mundo e na palavra.” (*RC*, 349)

Não se trata de uma mera visão maniqueísta do mundo e da vida dos meados do século XX, em São Miguel. Não é a divisão entre os bons e os maus da freguesia, que o mesmo era do mundo à roda, mas de uma forma “partida” de encarar os acasos e os factos do quotidiano de uma população rural e inocente, inocências próprias, entenda-se a situação, onde o pícaro surge abundante e inopinadamente, aborrecendo a vida de tantos, mesmo que um dia descubra o Mestre Libório que as suas flatulências não são únicas e os senhores ricos e de cultura também sofrem da mesma ventosidade, e nos degraus da igreja.

Tudo é notícia quando se justifica que o seja. No universo da freguesia. Hoje, com todas as imposições da globalização, obrigados que estamos a ver mais o mundo dos outros, as intrigas dos grandes e dos poderosos, até as misérias deles, como as escutas telefónicas, as fugas para o estrangeiro e a pedofilia (também) deles, de que se fala nas freguesias quando se falam uns com os outros nas esquinas de um rápido encontro, ou nos fora do nada fazer que são os cafés e as tascas de cada lugar?

Todas as histórias de toda a gente estão sempre prontas a entrar na história geral desta obra, ou destas obras, *RC* e *Tr*. Tudo o que se passou, parece estar ali registado. Às vezes, fica-se com a impressão de que tudo foi contado, mesmo nos recantos mais esconsos e nos recônditos mais sórdidos, imundos a tresandarem de piolhices gastas, que o escritor aproveita com uma mestria e desenvoltura capazes de entreter a curiosidade e um sorriso irónico do próprio leitor na apertada expectativa do desenrolar das estórias. Entra tudo o que se passou, desde o sermão do padre, ao trabalho, ou não, do ferreiro, à privacidade de um casal, até chegar ao jogo do pião, ou ao fazer-se alguém transportar nos degraus da camioneta da carreira, passando pela fome, pela emigração, ou por páginas idílicas vividas com os animais domésticos de grande estimação e “inteligência”, acompanhando os toques da música, a nova ou a velha, espreitando o grande senhor da Quinta das Almas, ou desejando e planeando a futura derrota eleitoral de Salazar e as inevitáveis substituições político-administrativas locais, entrando na discussão dos dogmas e comportamentos religiosos da paróquia, não esquecendo os males intestinais de Mestre Libório, até à caixinha de madeira, quem a não teve em sua casa, num canto do quarto dos pais que vasculhámos às escondidas, onde se guardava o (pouco) dinheiro, os retratos, as escrituras dos prédios, as licenças dos carros de bois e o registo das marcas das orelhas das ovelhas no baldio e outros..., etc..., etc...

72

A leitura de *Raiz Comovida* e de alguns contos de *Trasfega* é um regresso fantástico a um, por já longínquo no tempo e no modo, lugar da memória, de contornos cinzentos, porque que é a cor onde tudo se pacifica e harmoniza em formas de salpicos leves ou pesadas manchas como o oceano sem fim que, no horizonte, também fica cinzento à espera de novas expectativas. É a Ilha na sua essência linguística e imaginativa, rodeada da sua realidade por todos os lados, incluindo o de cima e o de debaixo. A imagem inocente de uma época e de uma terra acrescentada de sonho, transformações, críticas, ironias, sátiras e o mais que a linguagem de Cristóvão de Aguiar não se inibe de transmitir, nem pede licença a nada.

3.

Há uma galeria imensa de personagens populares, umas mais modeladas que outras, mas todas constituintes de um painel humano moldado, ao longo dos séculos, nas diferentes argamassas que enformam o homem açoriano, confluência de diferentes origens continentais, cimentados nas geografias, humidades, pedras e ondas de sismos e ventos imensos assoprando por cima dos picos da Atlântida, ainda por achar. Às vezes, são personagens de uma comédia, outras de uma tragédia da “magna história do povo açoriano”, como disse Luíz Fagundes Duarte, referindo-se a *RC*.

Uma imensa família, com Vavô José dos Reis, Vavô Samuel, Vavó Luzia e Vavó Arminda, e Ti Bufão e Ti Luciano, a Mãe, o Pai (sempre M e P maiúsculas), Mestre Anselmo de aturada arte do ferro e tantos outros constituem manancial para exploração humanística significativa e fazem desta ficção, que anda, por força do seu narrador intrometido, a par da história real, uma história diferente do povo açoriano, com heróis diferentes dos grandes senhores e reis, ou das insignes figuras eclesiásticas do costume e dos compêndios de História. Por estas personagens e pelas relações afectivas, económicas e sociais estabelecidas se pode perceber como o acontecimento, que entra na história transformado e distanciado da vivência real dos povos, foi, de facto percebido e vivido em todas as suas consequências. Tão simples como se dizer que as casas de banho entraram na vida e nas casas de toda a população açoriana, a partir do último quartel do século XX, quando todo o processo foi uma lentidão de desconfortos e frios e anti-higienidade que só mesmo lendo a desgraça que aconteceu à mulher do Cancela, “a coitada da pobrinha que esteve mal deveras com uma dentada feia que o porquinho lhe ferrou mesmo na...” (*RC*, 49)

4.

Este trabalho, começado com um rumo, entre o norte e o sul, desviando-se vai mais para sul e vai-se perdendo, sem nunca se ter achado lá muito bem, como o professor Anacleto, “o Caniço, por ser acrescentado em tamanho e escanzelado de carnes...” (*RC*, 13), neste caso, de conteúdo que valha...

A própria vida destes livros já tem uma longa história que convém especificar.

*Raiz Comovida* foi publicada agora, em Abril de 2003, mas começou bem antes, em 1978 com *A Semente e a Seiva*, 1º volume de *Raiz Comovida* e Prémio Ricardo Malheiros da Academia de Ciências; depois coube a vez a *Vindima de Fogo*, em 1979 a que se seguiu *O Fruto e o Sonho*, em 1981. Andaram individualmente



por aí e em 1987 surgiram num volume único, como *Raiz Comovida – Trilogia Romanesca* e agora surge esta nova versão revista e remodelada. Quase uma nova obra, na opinião do crítico universitário Luiz Fagundes Duarte.

Quanto a *Trasfega*, a história é mais curta, mas ilustrada com a atribuição do Prémio Literário Miguel Torga/Cidade de Coimbra e lançado ao público em Julho de 2003, precisamente em Coimbra, numa sessão solene nos Paços do Concelho. (Esta dos Paços do Concelho é o lado sulista a falar e não é por mera coincidência que há concelho, por aí, que em seus paços não deixa Cidério, ou melhor, Cristóvão apresentar livros seus...)

Um estudo interessante, mas talvez para uma tese de mestrado ou doutoramento, seria comparar as versões que *RC* foi sofrendo em conteúdo e estilo ao longo destas transformações, a que o tempo, também, não deve ser alheio, pois a lima deve ter trabalhado bastante.

## 5.

A sorte saiu a José Maiato, ao ter recebido uma Língua de Fogo que o pôs a falar inglês, sem ele saber como, daí as altíssimas febres sentidas. Cristóvão de Aguiar também recebeu Línguas de Fogo que o fizeram dizer coisas tão bonitas como estas:

“/.../ amanhã serei capaz de entoar as sílabas de teu nome a rimar com vida, a minha, ó ilha mulher que o meu sonho de poeta andou procurando sem achar pelos caminhos do mundo e do tempo!” (*Tr*, 98)

74

Estes livros, *RC* e *Tr*, são uma manifestação de amor à vida e à terra, porque, através deles, a memória vence o esquecimento.

“Rachado ao meio”, preferindo-se desnorteado pelo sul, Cristóvão de Aguiar anda na trasfega da seiva que o sonho vindima no fruto, enquanto o fogo aquece a raiz lançada pela semente. E a gente, comovida, sente que é a palavra, a ilha sempre por achar e que o escritor vai inventando, no que já há muito foi inventado, e escreve na contra-mão de alguns que se pensam deuses, tão virado a sul, que o norte do Fernando aceita serem esses deuses “arlequins e charlatães vestidos com pele de pequenos soberanos, fingindo reinar num reino que nunca lhes pertenceu...” (*RC*, 350).

Cristóvão de Aguiar vive com “os olhos abarrotados [de Ilha] /.../, sobretudo da do Pico” (*Tr*, 78) e, vivendo a norte, escreve a sul. Ainda bem!

**CICLONE DE SETEMBRO**

## A memória triste dos dias vazios

Luiz Fagundes Duarte  
4 de Dezembro de 1985

Cristóvão de Aguiar adianta para este livro a classificação de “Romance ou o que lhe quiserem chamar”. Não sou eu quem de tal classificação vai discordar, o autor – e eu ainda com ele – está consciente da carga de ambiguidade que tem hoje em dia a designação de “romance”, e da heterogeneidade das obras que para si a reivindicam; mas também não serei eu quem irá chamar a este livro outra coisa qualquer: de romance convencional, de crónica de memórias, de relatório de um percurso vivencial – de tudo isto *Ciclone de Setembro* (Lisboa, Caminho, 1985) tem um pouco. Daí que alinhá-lo sob qualquer um destes rótulos possa ser extremamente redutor, inconsequente, perigoso até.

Nascido em terra de ventos e à dinâmica dos ventos sujeito, Cristóvão de Aguiar foi, na minha opinião, muito feliz ao integrar no título deste livro a palavra “ciclone”, porque, de facto, de um ciclone se trata. Localizada geograficamente nos Açores, e cronologicamente na adolescência do narrador, a malha de ventos – da terra, da guerra, do futuro –, fortes e variados, que enforma a narrativa, consegue encaminhar numa direcção bem definida os restos dos objectos desencontrados que apanha e esbagaça, numa progressão – que é também, e paralelamente, uma constante regressão – que percorre e faz abanar todo um período da pequena história recente do nosso país e em que se inscreve a adolescência, a maturidade e o desengano da personagem Arquelau de Mendonça. É através das evoluções e involuções deste ciclone que se pode perceber, por exemplo, que as chagas que ainda nos doem da guerra colonial em África foram, afinal, produzidas por gente vulgar e quase sem uma história que ultrapasse os limites do pessoal, história essa apenas enquadrada pela engrenagem da mediocridade nacional, quase nunca questionada pelo indivíduo. Arquelau de Mendonça, protagonista e sujeito da enunciação, nado e criado numa obscura aldeia da Ilha de São Miguel, filho de ferreiro por duas vezes emigrado (primeiro na Ilha Terceira, na “pequena América” que é a base dos americanos; depois na “grande América”, o eldorado de todo o açoriano), estudante “de fora da cidade” num liceu construído para os filhos da burguesia urbana de Ponta Delgada, acaba por ser apanhado nas redes da guerra colonial (que o arrastam até à Guiné onde serve como oficial miliciano desmotivado mas nem por isso contestador de fundo) e por delas enfim se desenredar sem que, no

77

entanto, delas se consiga libertar. Desprovido de uma ideologia política estruturada, Arquelau de Mendonça brafama contra a guerra que é obrigado a fazer, reconhece a trifulhice dos comerciantes e das autoridades portuguesas nas suas relações com as populações indígenas, percebe à légua a prosápia e a burocracite dos militares do quadro que, dos seus gabinetes, comandam a guerra que os outros fazem, suspira pelo dia em que regressará à Metrópole onde o espera uma namorada (se, entretanto, um estúpido acidente de última hora o não fizer regressar num caixão e “abonado de alimentação até hoje inclusive” como soía dizer-se no palavreado das guias de marcha) – mas por aqui se fica. Como alferes faz a guerra, como cidadão limita-se a aceitá-la. E nada mais. Como, de resto, o sujeito da enunciação da sua própria história se limita a aceitar a tristeza vazia dos dias de hoje.

Não é, pois, por acaso que a memória da guerra colonial ocupa a parte central desta narrativa dolorosa na sua passividade: o homem que, num metafórico Setembro de melancolia e de tempo por achar, arrosta uma viagem pelos dias e pelos lugares da história que viveu, só na representação pessoal da guerra colonial pode cristalizar a inutilidade e o esvaziamento de uma vida sem objectivos definidos, para depois aspirar pelo regresso “à ilha perdida e ao tempo abolido”, e aí tentar colmatar a aférese que é a sua história pessoal com a prótese que é a escrita que dela faz – à laia daquilo que, naturalmente, viria a acontecer ao pé de um tal furriel Simões desfeito pela explosão de uma mina...

78

Imerso no terrível ciclone da vida, o narrador só não perde a consciência do tempo e das coisas que nele se agitam; enquanto actor do EU que rememora e escreve enquadrado por um AQUI (a ilha mítica onde se formam os ciclones), ele a cada passo, e apenas levado pelas sucessivas operações de agulhagem de desvio do seu discurso interior, vai-se escapando para as referências dos dias passados que justificam a mudança que mazela os dias de agora. A dor do presente esvaziado (a saudade do amigo que emigrou, a oficina do pai esventrada pelo “vento emigrante”, a casa da Vavó Aparecida transformada em depósito de materiais de construção) faz despoletar a inversão de sentido de marcha do “carro do tempo” que percorra, num constante vaivém, as estações que marcam o sentir e o actuar de Arquelau de Mendonça – o ontem ou o pretérito que foi a guerra colonial, e o anteontem ou mais-que-pretérito que foi o universo da adolescência, nenhum deles, no entanto, suficientemente perfeitos para que deixem de transformar o presente numa consumição de angústias: “Tanta consumição para quê” – diz o

narrador a abrir e a fechar o livro –, “se o tempo não convalesce, nem as pelangas dos dias se desengelmam mais, nem a terra que em ti buscas consta, que se saiba, de nenhum mapa oficial ou mesmo clandestino”...

É, assim, com um ponto de interrogação na alma que dobramos a primeira e a última páginas de *Ciclone de Setembro*. Da história amarga que entre elas se contém, não nos fica nem o proveito nem o exemplo daquelas histórias que, acabem elas bem ou acabem mal, nos deixam tranquilos os sonos e liberto o estômago dos arrotos com que se arremata uma refeição bem digerida; ficam-nos, antes, os soluços de um diafragma que não consegue dar conta de tanto ar que os ciclones sem fim nos fazem engolir – esses mesmos soluços diegéticos que pontuam a narrativa de Cristóvão de Aguiar.

### A dinâmica dos ciclones

No que diz respeito à estrutura e à linguagem que o autor empresta a *Ciclone de Setembro*, pouco mais do que palavras de pasmo e de louvor se poderá dizer: pega o leitor no livro, e esbarra primeiro numa linguagem densa, porque dotada de um forte lirismo, em que é difícil destrinçar o significado designativo (dos lugares, das pessoas, objectos e situações observados e codificados) do significado conotativo (das emoções que tais lugares, pessoas, objectos e situações despoletam no sujeito e de que ele dá conta); depois, a pouco e pouco, a emoção vai cedendo lugar às representações que o sujeito faz dos factos da história (a adolescência marcada pela emigração, os amigos, as memórias esparsas das pequenas coisas do dia-a-dia da aprendizagem, os amores, os familiares, a experiência da guerra colonial), e a linguagem vai-se tornando cada vez mais designativa e a narração mais linear; finalmente, regressa o lirismo decorrente do amargo de boca e do desencanto do vazio, da saudade, da consciência da irrecuperabilidade do tempo perdido. Entretanto, já o leitor se apercebeu do jogo de lembranças cruzadas, já penetrou na história dramática de Arquélau de Mendonça, já está disponível para aceitar a contraposição da multilinearidade da narrativa de *Ciclone de Setembro* à unilinearidade da narrativa convencional; e, uma vez terminada a leitura, sente-se preparado para a recomeçar e assim entrar de facto no ciclone desencadeado por Cristóvão de Aguiar: primeiro, é apanhado pela circulação de memórias em volta de um eixo que se desenvolve em altitude (o fio da história de Arquélau de Mendonça) e que tudo arrasta na convergência dos centros de baixas pressões (as “anekdotas”, como diria o Padre Bentes, esparsas da adolescência) e, em simultâneo, no movimento

ascendente que provoca a formação de nuvens (a consciência da irrecuperabilidade do passado a não ser através das representações memoriadas dos lugares e dos objectos que o sujeito conheceu como ligados a pessoas e a situações) e de precipitação (o gesto de escrever).

É esta a dinâmica dos ciclones. E é esta a dinâmica de Ciclone de Setembro, narrativa em que nada é linear e em que tudo o é: quem nela procurar a unilinearidade de uma narrativa convencional, apenas logrará colher, sob a forma de tempestades, os ventos cruzados e pelo autor semeados na história que narra; porém, quem nela procurar a multilinearidade das memórias vivas e dolorosas de um passado morto mas ainda não arrefecido, topará com a triste linearidade que caracteriza a passagem do homem pelo tempo.

Ou seja, a linearidade de um ciclone: entre o ponto de formação e o ponto de esvaziamento, resta uma sucessão de memórias destroçadas.

### *Ciclone de Setembro: o último livro de Cristóvão de Aguiar*

**J. Silva Júnior**  
*Diário dos Açores*  
13 de Março de 1986

80

Sem já utilizar a ortografia sónica que caracterizou «Raiz Comovida», que aliás obteve o prémio Ricardo Malheiros, da Academia das Ciências de Lisboa, o nosso consagrado conterrâneo Cristóvão de Aguiar, depois de completar a trilogia daquele título, acaba de publicar, em edição da Editorial Caminho, de Lisboa, um “romance ou o que lhe queiram chamar” a que deu o título de «Ciclone de Setembro».

A linguagem algo nemesiana destas 250 páginas tem para nós o delicioso sabor de nos situar na conversa micaelense que factores vários – a rádio, a televisão, o maior contacto com o moderno jornalismo e o intercâmbio com o mundo – se vai obliterando do linguajar da nossa gente.

Um fio inconsútil liga as três partes deste pseudo romance, fio duma imaginária figura feminina, a Joana, que talvez outra coisa não seja do que a saudade, enredando no início a juventude do narrador na «Terra de

Ventos» – «por ser ela assim ventígena» –, a Tronqueira toponímico com que Aguiar disfarça o seu Pico da Pedra, de novo cenário de um seu livro.

No tom por vezes cáustico, mas onde a nota lírica e sentimental corre parrelhas com o traço caricatural, o A., num ingénuo «enredo» de amores juvenis, vai traçando quer o retrato do ambiente da sua infância, desde a ternura da Vavó Aparecida até aos colegas e professores liceais (por vezes tratados com a irreverência da mocidade), quer conceitos e apreciações que se alargam aos intelectuais da terra, aos jornais da época, à «canzoada vadia» e «tuti quanti» a sua memória fiel vai recordando na paisagem física e humana do seu tempo de menino e moço, nessa Tronqueira que ao fim e ao cabo é a «ilha que para sempre, algures em mim ficou perdida». É desse «em mim» que Aguiar retira um nunca acabar de imagens de casa e da oficina paterna, dos «milheirais emaçarocados» e da vivência na «pensão – quase – familiar» da Arquinha, fase da vida liceal, com viagens na camioneta da carreira e no «Ribeirense» entre a Terceira e S. Miguel.

Vem de seguida «Os ventos da guerra», com a ida e permanência em África, depois do Curso de Oficiais Milicianos. No mesmo estilo do primeiro capítulo surge um cortejo de situações com que os portugueses responderam aos ataques e sevícias da população indígena, cenas de «suspense», cruéis, que o perigo e a pólvora suscitam. Uma pincelada de ternura surge no meio dessa «fornalha ateadada de silêncio». Parêntesis no «diário» desse dramático cenário bélico do narrador é a cadela rafeira «Andorinha» que dá à luz uma ninhada de cachorrinhos, o que enternece o A. para quem as recordações da Joana e da ilha «de fidelidade de amante antiga» são companheiras da verdade.

E vem depois a terceira parte – «Futuro de ventos»: regresso à ilha e o completar dos estudos liceais, com de novo caricaturas de alguns professores. Há ainda o ambiente familiar com o aconchego de Vavó Aparecida e os seus conselhos que ele afinal não acata. O rigor da disciplina paterna amenizado com a lírica imagem de Joana.

Páginas da vida liceal surgem nos esfregulhos da memória, acordando a imagem do Basílio e doutros colegas, cenas da estudantada buliçosa e irreverente.

Um salto no tempo. Metem-se de premeio Coimbra e Newbedfords. Um regresso às origens nas andanças dessa «ilha-locomotiva» e o encontro com os fantasmas que enchem a velha casa, a oficina e a própria Tronqueira.

Na casa, agora vazia, de Vavó Aparecida, levanta a voz como em tempos idos e chama alto: Vavó, sou eu! Mas o silêncio é a única resposta... Afinal «nem a terra que em ti buscas, consta, que se saiba, de nenhum mapa oficial ou mesmo clandestino»... Assim se encerra, numa aragem de sonho, a viagem pelo Passado que Cristóvão de Aguiar realizou neste «Ciclone de Setembro».

### **Ciclone dos “Violinos”**

...ou o «Ciclone de Setembro», onde Cristóvão de Aguiar descreve, magistralmente, a guerra de África e recorda, saudosamente, os «violinos»

**Carlos Miranda**

*A Bola*

1 de Novembro de 1986

Não pode haver, evidentemente, comparação entre a Crítica do acontecimento desportivo e a literária ou cinematográfica.

A primeira tem um aspecto classificativo, critica-se, comenta-se o acontecimento «que já passou», embora podendo ter incidências, fornecendo pistas para o que se vai passar.

82

A literária, cinematográfica, teatral, é uma Crítica que funciona como orientação, presta ou não presta, vamos comprar ou não comprar, assistir ou ignorar.

Por isso, passe o aspecto mais ou menos puxado, mais ou menos intelectual dessas críticas, penso sempre que devem fazer o favor de nos apresentar o produto. Não esqueço, por exemplo, que nas críticas cinematográficas do *illo in tempore* era parte obrigatória a sinopse do argumento.

Aquela pergunta popular «do que é que consta?», devia ter uma resposta obrigatória. Terá sido por uma possível falha destas que me arrisquei a passar ao lado de um livro recentemente publicado.

Certo que toda a Crítica enalteceu «Ciclone de Setembro», do açoriano Cristóvão de Aguiar. Não li, evidentemente, todas as críticas, mas naquelas de que tomei conhecimento, sempre me era frisado que o livro permitia uma perfeita evocação do universo açoriano.



Implantou-se como livro de cabeceira. Fui lendo e saboreando, aos poucos, deleitando-me com a evocação açoriana. Mesmo assim, lá no íntimo, eu ainda não percebia bem a razão dos altos encómios.

Só que, a certa altura, cheguei à segunda parte – «Os Ventos de Guerra». E então compreendi.

Cristóvão de Aguiar retrata a sua passagem pela guerra de África. E o livro deixou de ser de cabeceira para ser de todos os possíveis momentos.

Muito se tem escrito sobre um certo virar de costas dos nossos escritores ao tema da guerra colonial. Um certo mas não completo, pois a bibliografia da guerra de África, aos poucos e poucos, tem crescido o seu bocado, e com algumas obras de grande categoria.

Confessamos, no entanto, que nenhum dos escritores nos terá impressionado tanto como o Cristóvão de Aguiar, um depoimento forte, impressionante, cruel, onde nos é revelada muita coisa que, até aqui, só nos tinha sido contado por familiares ou amigos.

Sim, «Ciclone de Setembro» é um dos grandes livros da actual literatura portuguesa. E continuo a pensar que faltou alguma coisa quando, em algumas das críticas que lhe foram dedicadas, não se fez especial referência, não se destacou esta segunda parte «Guerra de África».

Já agora, recorde-se nesta crónica de fim-de-semana, agora que a chuva aperta e há mais tempo para ficar em casa, uma saborosa passagem (do ciclo açoriano) do futebol via rádio, com que quase todos seremos capazes de nos identificar:

«Aprendi também na pensão que o futebol constituía uma doença de domingo, propagada em ondas curtas através dos apaixonados relatos do Agostinho e do Freitas. Neste, como em outros campos, estava a pensão dividida em grupinhos, cada qual tirando parte pelo seu clube, possuindo os seus ídolos do pontapé. Até nos locutores se encontrava motivo de simpatia ou antipatia.

A patroa tinha um rádio *Philco* na saleta de estar, ao lado da sala de jantar, e quase sempre nos deixava ouvir o relato. Se andava aliada, o que raro não era, enxotava-nos da saleta e íamos para uma taberna vizinha ouvir o relato e trincar amendoins torrados ou favas assadas. Por fim, o Estanislau arranjou umas galenas e daí em diante nunca mais teve a patroa o prazer de nos mandar às favas ou aos amendoins torrados da taberna ao lado da pensão.

Numa renhida tarde de desafio entre os velhos rivais Sporting e Benfica, com zero-zero ao intervalo, perguntou-me o Estanislau à queima-roupa: És do Sporting ou do Benfica?

Fiquei meio embatucado, mas, ao verificar que ele esperava com sofreguidão a minha resposta, tornei-me adepto dos «leões», mais para lhe agradar que por convicção. Mais radiante não poderia ter ficado. A minha adesão, que com o tempo se tornou em «lagartite» aguda, vinha acrescentar a família leonina da pensão, já de si a mais numerosa e aguerrida, mas sem fanatismos...

Assim investido do meu novo estatuto de sportinguista, escutei a segunda parte do relato do Freitas com outro propósito e outra fé. Nunca os cinco violinos tocaram tão maravilhosamente a partitura da sinfonia que se desenvolvia na dianteira como naquela tarde de domingo, decerto, em homenagem ao novel apoiante... Até o Azevedo, o melhor *keeper* português de todos os tempos, no dizer acalorado do Estanislau, defendeu um *penalty*, indecentemente apontado pelo *liner* e confirmado pelo árbitro do desafio. Garantiu depois o Estanislau que o Rogério havia chutado a bola para o lado contrário para onde mergulhara o guarda-redes. Ao aperceber-se do facto, em pleno voo, o Azevedo virou-se no ar e ainda conseguiu agarrar o esférico quase a entrar, a meia altura, rente ao poste esquerdo da baliza.

O último golo do Sporting – um golão, como exemplificou o Estanislau, no quarto, por entre as camas – surgiu pouco antes do apito final: A bola vem por alto, é cabeçada em direcção a Albano, finta dois adversários, dá um toque para Vasques, Vasques avança, tenta desmarcar-se, passa a Jesus. Correia, lateraliza para Travaços, tenta rematar, a bola embate num *back* benfiquista, ressalta, vem parar a Peyroteo, há perigo, Peyroteo avança, entra na grande área, vai rematar, remata fortíssimo e... go... goooooolo do Sport... ting, gooolo sem defesa de Peyroteo; Sporting três, Benfica um; bola no centro do terreno, Espírito Santo reinicia a partida, atrasa para Francisco Ferreira... e neste momento dá o árbitro por findo o desafio entre os dois maiores do futebol português.

Talvez por ser comandante de castelo e estar habituado a dar ordens e a ser prontamente obedecido, o Estanislau era o chefe natural da família leonina da pensão da Arquinha.

Havia outras famílias menores: a dos benfiquistas, conhecida pelo seu fanatismo clubista, a dos portistas, a da Académica, sobretudo para aqueles que tencionavam seguir os seus estudos em Coimbra. Só o Gilberto de Agua Retorta é que apoiava, sozinho, «Os Belenenses». Admirava o Matateu e o Quaresma e, sobre todas as coisas, venerava o Presidente Carmona, sócio de honra da turma azul, com a Cruz de Cristo esmaltada em suas camisolas. Pendurado na parede, mesmo por cima da sua mesa de estudo, tinha um retrato do emplumado Presidente, à ilharga do Matateu. Ainda não havia conseguido uma fotografia do Quaresma para completar a trindade dos seus afectos, mas lá a arranjaria».

### *Ciclone de Setembro ou os retroactivos da memória*

Victor Rui Dores

*Açores*

30 de Janeiro de 1987

João Gaspar Simões, ao fazer a recensão crítica da trilogia «Raiz Comovida»<sup>1</sup>, de Cristóvão Aguiar, classificava de regionalista a obra e considerava este autor açoriano «um caso raro de vigor literário no âmbito das nossas evocações de tipo regional». Porém, levantava o problema do regionalismo e dos seus perigos, referindo que

---

<sup>1</sup> «Raiz Comovida – a Semente e a Seiva» (Coimbra, 1978), «Raiz Comovida II – Vindima de Fogo» (Coimbra, 1979), «Raiz Comovida – O Fruto e o sonho» (Angra, SREC, 1981)

o sistemático uso do regionalismo impede que a obra se projecte no universal. Para Gaspar Simões, a universalidade será a única saída da ilha.

Cristóvão de Aguiar terá percebido que assim é, efectivamente. Transcrever, com rigor, a fala do micaelense, dimensionar a linguística açoriana não será talvez o que mais valorize uma escrita literária; importante será recriar essa linguística, redescobri-la, inscrevê-la num universal. Só assim o escritor se fará entender por todos os seus leitores.

Pessoalmente, nada tenho contra o regionalismo. Bem vistas as coisas, ele não deixa de ser uma forma de enriquecimento da língua portuguesa; penso é que o seu uso excessivo diminui, à partida, a compreensão da escrita por parte daquele a quem o livro se destina: o leitor.

Em «Ciclone de Setembro», Cristóvão de Aguiar terá encontrado a escrita que melhor serve os seus propósitos de esconjurar a memória. A experiência linguística que caracterizava as suas obras anteriores, deu lugar a uma escrita de profunda maturação literária.

### **I – A Ilha Revisitada**

Há, em «Ciclone de Setembro», um constante apelo à ilha açoriana, «que, para sempre, algures em mim ficou perdida», conforme nos diz o narrador. A ilha funcionará como um espaço privilegiado da memória. Memória de ciclónicos ventos que mudaram o rumo da História. Memória de um tempo e de um lugar português. Memória de vivências comunitárias acontecidas na Tronqueira, ou em qualquer outro lugarejo insular. Memória de pessoas, histórias e lugares, recriados e/ou encenados através da narrativa. Acima de tudo, memória do mar e da ilha.

A ilha continuará a exercer sobre o narrador um imenso fascínio, um enorme sortilégio. Atente-se, por exemplo, no jogo semântico da palavra «ilha», que o narrador habilidosamente nos oferece aqui e além: «Marília, Marilha»; «a ilharga»; «desilhada»; «guerrilha»; «lembrança pontilhada»; «pensamentos enrodilhados»; «palavras rastilhadas»; «mãos trilhadas»; «versos de sextilha»; etc. Porque a ilha será sempre isto: a memória primeira, o eterno retorno às origens telúricas.

## II – A Adolescência Revivida

Como acima ficou referido, o discurso de «Ciclone de Setembro» constrói-se pela activação da memória narrativa.

Pretendendo reconstruir o seu passado (real e/ou imaginário), o narrador, relata-nos acontecimentos marcantes da sua adolescência, com a(s) ilha(s) por pano de fundo.

Através de um «*flashback*» narrativo, ficamos a conhecer os ventos de iniciação do narrador: os tempos fantasmáticos do Liceu, a chateza das aulas de Moral e Civildade do padre Bentes, as pilhérias dos condiscípulos, as namoradas que se teve (ou que se sonhou ter), a amizade e a solidariedade (mais tarde, repartilhadas no teatro da Guerra Colonial) e a educação familiar anti-pedagógica povoam a memória dos verdes anos. Só exorcizando o passado é que melhor entendemos o presente, para melhor prepararmos o futuro. É este o recado do narrador.

## III – Os Ventos do Contencioso Social

«O Ciclone de Setembro» varre toda uma época e causa avultados estragos (físicos e morais) em toda uma geração. Era o tempo do fascismo salazarista e seus medonhos mecanismos representativos. Era o tempo da dolorosa experiência da guerra colonial, de que nos é dada, neste livro, uma das mais lúcidas visões que tenho lido nos últimos anos.

86

Por isso, o narrador mais não faz do que renunciar, através do exorcismo da escrita, a esses tempos e lugares sujeitos a fortes ventos açorianos e tormentas mil. E fá-lo, consciente do seu acto de escrita, criticando violentamente todo o folclorismo político, social, económico e cultural desse tempo para esquecer.

Mas atenção: criticar o passado terá também implicações no presente açoriano. E porque ninguém escreve sem intenções, o discurso de Cristóvão de Aguiar possui, também neste último romance (“ou o Que Lhe Queiram Chamar”), uma marcada componente ideológica. Ou não fossemos todos nós potenciais animais políticos.

## *Ciclone de Setembro*

**Maria Eduarda Vassalo Pereira**

*Colóquio Letras*, nº 99  
Setembro/Outubro 1987.

Cristóvão de Aguiar, em *Ciclone de Setembro* (Lisboa, Caminho, 1985): a arte de contar uma história (memória e invenção, segundo um outro autor português contemporâneo) caldeada na qualidade da linguagem. Linguagem do narrador que é a da gente da ilha nas suas artes e ofícios, ou na condição dos estudantes alojados na pensão da Arquinha; linguagem que, emocionada ou sarcasticamente, toma para si a de outros, reproduzindo-a ou adaptando-a a uma visão do mundo que a despe. No primeiro caso estará a fala de alguns dos companheiros de guerra, respeitada e transcrita; no segundo, a dos senhores, da ilha, da escola e da mesma guerra, transformada pela citação irónica e na posse que dela faz o discurso íntimo do protagonista.

É, evidentemente, a coincidência entre este protagonista e aquele narrador que permite a apropriação sem mistura das várias falas. Arquélau trabalha na oficina do Pai, durante as férias do liceu; escreve, muitos anos depois, entre o fogo e o vento. Recupera, assim escrevendo, os gestos e as ferramentas – o nome dos gestos e das ferramentas –, ligado que lhes está, naturalmente. Reencontra também os companheiros, os que não voltou a ver (o Basílio Besugo, que emigrou; filho e neto de pescadores, nascido numa noite de temporal, é o vento que o evoca); ou os que reconheceu durante uma visita à ilha – «visitas físicas (as outras faço-as todos os dias)» – e que resistem ao tempo, intactos na memória anterior.

Porque contar a história significa também jogar com esse tempo, realizar o vaivém entre o momento em que se escreve e aqueles que é necessário ordenar entre as balizas que lhes são marcadas – a da primeira paixão, uma paixão infantil em que a desconhecida rivaliza com a Mãe, e a do último idílio adolescente, que não será contado. Com uma saltada à guerra, «uma extemporânea ida à guerra», digressão tornada obrigatória pelo tema que se vem arrastando, o das juras de amor: «As juras eternas rebentando pelas costuras do provisório».

É a narrativa de guerra de uma sobriedade quase inquietante. Dela se destaca a história do Niza, ponta temática que a enreda nas outras histórias. Mas destaca-se, sobretudo, a apontada sobriedade. Não é, curiosamente, a propósito da guerra que mais se interroga a identidade: Esta parece aí sobejamente garantida: pela consciência

vigilante, na denúncia que dissemos sóbria e irónica; e na solidariedade com os outros homens; e no amor à «pátria da pele». A procura da identidade consubstancia-se no acto de escrever. É a nova obrigação, urge cumpri-la com apurmo: «Essa mescla mais bem amassada, ó estudante...» Por ela apenas se poderá voltar à casa e à voz de Vavó Aparecida, ao riso da Mãe de antes da operação ao bócio; procurar a terra que não vem em mapa algum. Mas dissemo-lo já, também.

Não escapa a este protagonista – um verdadeiro herói, salvo da guerra, e da escola, quem sabe se por ensinamento do Pai –, a este atento narrador, que os anos que sobre si passaram correram também sobre Tronqueira, a terra dos ventos. Os senhores, que foram, ajeitam-se, prontos para perpetuar, variadamente, o seu mando. Merecem a gargalhada que sustenta a análise das mudanças, e estas vão dos ofícios nunca antes vistos em Tronqueira à inauguração da Literatura Regional e Autónoma.

*Ciclone de Setembro* é posterior a *Raiz Comovida*: mais elaborado na tessitura, mais independente nas vozes que o protagonista através de si reúne. Elaboração que nos pesa, porém, quando por vezes se torna metalinguagem dos processos narrativos.

Infância, guerra, presente, pátria, amor. Mulher: Marília, nome que se palataliza em Marilha, Mar e Ilha, na última homenagem da língua à terra da infância. Tem razão o narrador de *Ciclone de Setembro*: os temas não conhecem proprietários. Não há maus temas, e talvez nem sequer difíceis, para aquele que os sabe tratar.

COM PAULO QUINTELA À MESA DA TERTÚLIA

Há dias, por acaso, ao passar os olhos, distraidamente, pelas obras expostas numa livraria amiga, encontrei um livrinho de Cristóvão de Aguiar chamado «Com Paulo Quintela à Mesa da Tertúlia».

Agarrei-o sofregamente. Acontece que Cristóvão de Aguiar foi meu colega de curso da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nos idos de 60, e Paulo Quintela mestre de ambos...

O livrinho tem quase 100 páginas e foi subsidiado pelo Serviço de Publicações da Reitoria da Universidade de Coimbra. É uma obra de amor e de amizade, sem outra pretensão que não seja de dar a conhecer aspectos da personalidade do velho e querido mestre.

Cristóvão de Aguiar, de resto, avisa logo no princípio, em «Algumas Notas Prévias», que com este trabalho pretende apenas evocar Paulo Quintela «nos prodigiosos instantâneos à mesa da tertúlia, nos curtos passeios ao longo da Avenida em dias ensolarados, nas tardes de convívio, em sua casa, onde o velho relógio de repetição se desunha em horas abreviando o tempo...»

Ora, o livro é isso mesmo: lê-se de uma assentada, a prosa é simples como convém a quem cavaqueia, ao longo das páginas vão passando certos momentos mais ou menos anedóticos ou folclóricos e certas amizades que preencheram a vida do velho mestre. Ficamos a conhecer as suas origens humildes, a sua passagem pela Alemanha, as suas posições ao lado dos estudantes, o seu amor a Gil Vicente, a sua paixão pelo teatro que levou à criação do TEUC, as suas tomadas de posição cívicas e políticas, a sua filiação no PS depois do 25 de Abril, algumas incompreensões e até uma certa solidão.

Lembra Cristóvão de Aguiar: «Nessa altura (Dezembro de 75, mês em que deu a sua última lição na Faculdade de Letras) Paulo Quintela já esta um pouco sozinho. Os tradicionais amigos da cavaqueira, aqueles que durante anos e anos o rodeavam reverentemente presos da sua palavra passaram a evitá-lo. Claro que houve excepções. Divergências políticas. Ele durante toda a sua vida acamaradou com pessoas que não comungavam das mesmas ideias, viu-se de repente relegado para uma prateleira onde apenas se trocam impressões sobre o tempo... Na verdade, mudava-se a conversa quando ele chegava. Paulo Quintela ficou chocado com tamanha ingratidão e aos poucos foi deixando de aparecer à mesa da tertúlia.» Claro que esta solidão a que se refere Cristóvão de Aguiar,



terá a sua pontinha de exagero. Lembro a homenagem recente a Paulo Quintela ou a Medalha de Ouro do Município de Coimbra que lhe foi entregue no dia da República, envolta no calor de muitas amizades.

Mas no livro de Cristóvão de Aguiar o que ressalta é a personalidade vibrante de Paulo Quintela, não tanto enquanto professor, mas «fora da Universidade, à mesa do café, no bar das Letras, em qualquer sítio de convívio». Aí, diz o autor deste livrinho que todos os que um dia passaram por Coimbra lerão com agrado, «Paulo Quintela excedia-se a si próprio, mostrando o quanto sabia, o quanto gostava de ensinar. Muitos com ele aprenderam o que nenhuma Faculdade podia ensinar.»

Paulo Quintela, afirma ainda Cristóvão de Aguiar, «foi, e será sempre um homem de lampejos que, num repente, iluminam e condimentam a conversa, tornando-a de uma transparência que magnetiza. Pessoas há que tiveram a dita de nascer com o dom de encadear as palavras numa encantatória toada de factos, recordações, divagações, reflexões, crítica e, por que não dizê-lo, de má língua também... Paulo Quintela conta-se entre elas. É um homem da palavra sem nunca ter deixado de ser um homem de palavra.»

Cristóvão de Aguiar lamenta depois o facto do velho mestre ser «avesso à escrita», pois «teria muito que contar da sua infância, vida transmontana dos primeiros decénios deste século (nasceu em 24 de Dezembro de 1905, na freguesia da Sé da cidade de Bragança), e recorda que pelas mãos lhe passaram levadas de estudantes, tanto da Faculdade de Letras como dessa outra escola não menos importante e talvez mais transformadora, TEUC.» Por fim, afirma:

«Difícil será não lembrá-lo. Com amor ou ódio. E é natural que assim aconteça. A sua estatura nunca se compadeceu com a mornidão das meias-tintas sentimentais. Entre dois extremos não cabe nenhum outro afecto de segunda grandeza.

É este o preço que têm de pagar os que se aventuraram a galgar certos degraus interditos à maioria. E quando se é grande, é-se grande no verso e no reverso.»

Limitado à partida nos seus objectivos, «Com Paulo Quintela à mesa da Tertúlia», de Cristóvão de Aguiar, é, pois, um livro de amor e de amizade que merece ser lido pela responsabilidade que nos dá de conhecer melhor a personalidade do velho e querido mestre Paulo Quintela, um homem que diz de si próprio: «Pois que tenho sido eu, senão almocreve? Levo e trago, não os botos de azeite ou as canastras de sardinha, por montes e vales, à chuva e à neve e à torreira do sol, mas a veniaga cultural de franças e araganças.»

PASSAGEIRO EM TRÂNSITO

## Um escritor em trânsito

Jorge do Nascimento Cabral  
*Correio dos Açores*  
11 de Dezembro de 1988

Cristóvão de Aguiar não pára. É um escritor em trânsito permanente, amadurecendo a sua escrita em longos intervalos de publicação. Mas quando publica é a sério.

É o que acontece agora com a sua última obra «Passageiro em Trânsito», publicada pela editora açoriana «Signo», que leva assim mais longe a sua dinâmica cultural, já de nível nacional, graças ao imparável Marinho de Matos.

A apresentação do livro de Cristóvão de Aguiar teve lugar anteontem à noite, no Restaurante-Bar do Monte, do Pico da Pedra, terra natal do autor.

Este facto emocionou Cristóvão de Aguiar, que disse sentir-se como réu perante um julgamento.

Perante um apreciável número de pessoas, que se associaram à festa de lançamento – com um convívio extraordinário e bem proporcionado pela «Signo» –, a apresentação da obra foi feita pelo Director deste jornal, Jorge do Nascimento Cabral.

É esta apreciação à última obra do autor de «Raiz Comovida» que publicamos a seguir na íntegra.

«Isto de se apresentar livros tem muito que se lhe diga.

Falar-se de um livro é sempre um risco assumido.

É uma aventura desbravar as palavras escritas e procurar-lhes a raiz, o «leit-motiv», a cadência ritmada do pensamento alheio. É um desafio percorrer as linhas e entrelinhas e saborear aquilo que se escreveu e o que se quis dizer; o subentendido cheio de força e que motiva a divagação de quem lê.

Nos espaços em branco, nos parágrafos e no meio das letras, perpassam, tantas vezes, ideias e sentimentos que não estão visíveis no grafismo, mas subjacentes às palavras que contrastam com o branco das páginas.

Escrever um livro, ler um poema, entoar uma cantiga é a sequência lógica da vertigem de sentimentos que nos assolam a alma, que se derramam sobre o espírito e se espalham pelos dedos, pelos olhos, pela garganta.

Depois, depois é deixar que a paz e o sossego preencham lentamente o vazio deixado pelo turbilhão dos sentimentos em fuga, e deixar-se ficar ali, quietinho, à espera de nova motivação, à espera que a pressão da alma volte a explodir em palavras que se escrevem, que se lêem, que se cantam.

Todas as expressões de arte são emanações daquilo que nos une os ossos, articula a carne, agita o espírito. É quase como Cristóvão de Aguiar se expressa no livro cujo parto hoje festejamos: «eu existo, doo; logo existo».

Falar deste «Passageiro em Trânsito» não é fácil.

Lê-se o livro e fica-se ali na sala de espera do aeroporto à cata de outras Deolindas, de outro Manuel Reigó, de outras personagens que enxameiam o nosso imaginário colectivo. Os antigos cais de embarque, batidos pelo mar e salpicados pela babugem das ondas, transformaram-se agora em modernas salas de aeroportos, onde divagam passageiros em trânsito, afirmando o autor que nele «não se apagou a atávica atracção pelas docas. Caíram em desuso, é certo. Desviou-se o mar do campo magnético do nosso destino, que fica para ali sozinho, a rabujar contra os penedos, envelhecendo-se sem pensão de invalidez, preterido pelos aeroportos, modernas feitorias que, por trinta dinheiros, negociam a velocidade supersónica, que à terra e ao mar roubou a profunda dimensão da distância».

96 Cristóvão de Aguiar é assim. Tão depressa nos emociona com «O casalinho de pombas», com que ganhou o primeiro prémio dos primeiros Jogos Florais que organizámos em 1979, para a Radiodifusão Portuguesa nos Açores, e que faz parte do 2º volume de «Raiz Comovida», com o subtítulo «Vindima de Fogo», como nos faz sorrir com a verdade da origem do seu incomodativo cálculo na vesícula: vem do latim *calculus, calculi*, – «daí ao verbo calcular foi um pequeno giro: passaram-se a somar e a diminuir pedrinhas». Pedrinha essa que é um pedaço de ilha na vesícula e que, após extirpada, vai ficar guardada num frasco, «lavado até à cintilação, esterilizado nos vapores de alecrim do Norte e nas tenras folhas de eucalipto».

Cristóvão de Aguiar prende consecutivamente a atenção de quem lê este «passageiro em trânsito». À hilariante descrição da paixão do Amílcar por uma colega freira, cola-se a poesia de um corrupio de água das chuvas antes de se sumir no bueiro, sob o olhar atento de Armindo e Armando, quedando-se nas aventuras dos barcos de papel.

Em toda a narrativa surge, repetidamente, uma referência constante às acusações que alvejaram a personagem que faz a sequência do «Passageiro em Trânsito»: palavras em acusativo de declinação latina, escritas num pedaço de papel encaixado num imaginário espelho. Surgem na descrição quando menos se espera e estão ali a dar o mote à reacção do amor-ferido.

Outra das saborosas sequências deste novo livro de Cristóvão de Aguiar diz respeito à pobre viúva Deolinda Bi de Suza, Deolinda Perry pelo casamento. E o seu humor corrosivo logo se manifesta: «o marido costumava chamar-lhe rainha – «Ainda te hei-de fazer ‘queen’ nesta terra de liberdade». E os americanos decerto iriam gostar porque, em se tratando de coisas antigas, ficam levantados da cabeça – compram tudo: ossos de mortos ilustres de outros tempos, castelos inteirinhos, espadas ferrugentas de reis e vassalos. Rainha como as de antigamente, com coroa de brilhantes igual ou parecida com a do Divino Espírito Santo das ilhas. Coitado, morreu antes da coroação. Vá lá uma pessoa adivinhar os meandros da monarquia» – remata Cristóvão de Aguiar.

Tive de resistir a fortíssimas tentações para vos ler passagens deliciosas deste livro que li com prazer e praticamente de seguida. Cristóvão de Aguiar é assim: vai-nos aguçando gradualmente o apetite ao virar de cada página. É como quando se chega a casa e o cheiro a polvo assado nos prende à cozinha, nos aproxima da janela e, a pretexto de ver o tempero, vai-se mordiscando pedaços de pão ensopados no olho fervente que dá o sabor ao cefalópode e às nossas sempre excedentárias «pommes de terre».

As deambulações do autor sobre o chouriço envernizado, a tese sobre a mosca varejeira e o seu voo desatinado antes de aterrar na pista da careca do ilustre senhor Meneses e Sá, com o seu corrosivo apelido com que o nosso povo tão bem classifica quem de nariz emproado; as peripécias de Antília, caracterizadora de cadáveres; a oferta de Daniel ao «maneija»; a comparação de Afrânio com Antero de Quental; o fanatismo religioso de quem, para as terras da América e do Canadá transporta o pequeno pedaço da ilha-berço; o contraponto da descoberta das Antilhas que, 600 anos depois, querem que sejam portuguesas; a «biinha» fresca trazida pelo neto (também já ouvi na América dizer «biazinha»); tudo isto e muito mais se entrelaça com as rimas de uma poesia que não hesita em juntar chouriço com Santo Cristo; a polémica da quase ida da Imagem em peregrinação por terras de emigrantes; os pregões de António Gaudêncio da Covoada; a psicose de um passageiro em trânsito na sala de espera do aeroporto, na vertigem louca de preencher o tempo, ouvindo, como que distraído, o «bruá-bruá» que o envolve, passando por

momentos de intensa saudade pela ilha-raiz, tão bem caracterizada na metáfora «comichões roendo o peito de urtigas».

Após virar a última página e fechar o livro, fica-nos também na memória a viúva Deolinda Perry e o pranto sobre o seu falecido marido; o circunspecto Manuel Reigó e outras personagens que parecemos encontrar no dia-a-dia.

É esse um dos grandes méritos de Cristóvão de Aguiar. Um escritor do qual já se disse e se escreveu que «ninguém, depois de Nemésio, terá estado tão perto dum mundo ignorado e que o acto de escrever transfigura sem desfigurar».

É esse Cristóvão de Aguiar que escreveu «Passageiro em Trânsito» e que hoje temos o privilégio de ter aqui no meio de nós e do qual ficamos à espera, curiosamente à espera, do seu próximo livro que, felizmente, se encontra pronto para publicação e que tem por título «O Braço Tatuado».

É esse Cristóvão de Aguiar que assume, se identifica, desenvolve e recria o que Stevenson escreveu em «Travels With a Donkey».

«Cá por mim, viajo não para ir a parte alguma, mas para ir – viajo por amor de viajar. A grande questão é mudar de sítio».

Não teremos também nós, lá no íntimo, bem no interior do «eu» de cada um, uma vontade de mudar de sítio? De vez em quando?

Este «Passageiro em Trânsito» personaliza essa vontade de viajar, não para ir a parte alguma, mas tão simplesmente mudar de sítio, libertar o espírito das grilhetas dos horizontes sempre iguais. Sacudir da alma o pó das estradas da ilha que nos percorre as veias, a lava recozida onde mergulham, afinal, as raízes que nos vão dando alento e nos mantêm de pé...

Rasgar o oceano que vai envelhecendo, rabugento, a coçar-se nas rochas. Que invade o quarto, lambe a mesa-de-cabeceira e rouba os pedaços das fotografias do casamento (ou seriam da primeira comunhão?), rasgadas com a prata da faca de papel e onde a cama constitui para o narrador a insegurança de uma jangada que se balança ao ritmo cadenciado das ondas.

Falei um pouco do novo livro de Cristóvão de Aguiar. Foi um risco assumido. Que me perdoem a ousadia de ter navegado nas linhas e entrelinhas do imaginário do autor. Que também é nosso. Colectivo, portanto.

Depois de ir descobrindo Cristóvão de Aguiar em «A Semente e a Seiva», em «Vindima de Fogo» e em «O Fruto e o Sonho», constituindo essa já famosa trilogia que recebeu o título genérico de «Raiz Comovida»; depois de tentar perceber-se Cristóvão de Aguiar em «Ciclone de Setembro», este «Passageiro em Trânsito» é mais uma viagem que nos apetece fazer pela memória do passado e pela impressão ainda fresca do presente que o autor tão bem manipula.

Só me resta pedir-vos que dêem as boas vindas a este «Passageiro em Trânsito».

Vale a pena ler. Vale a pena continuar a descobrir Cristóvão de Aguiar.

Vale mesmo a pena.

*Passageiro em Trânsito*  
ou as duas memórias<sup>1</sup>

**António Pedro Pita**  
16 de Dezembro de 1988

A páginas tantas de *Ciclone de Setembro*, o narrador confessa: “A minha vontade era nunca mais voltar a desembarcar em nenhum cais”.

Depois da trilogia *Raiz Comovida: A Semente e a Seiva* (1978), *Vindima de Fogo* (1979) e *O Fruto e o Sonho* (1981) e de *Ciclone de Setembro* (1985), *Passageiro em Trânsito* retoma, na primeira pessoa, as mesmas referências obsessivas (a ilha, o mar, a partida, a viagem) mas inscreve-as na consciência clara de que a emigração e a diáspora não são senão outros nomes para o nomadismo essencial que constitui o humano.

Como não sou especialista da obra de Cristóvão de Aguiar não posso, agora, traçar-vos a genealogia e as mutações da concepção de *viagem*. Ouso supor, todavia, que o passo em frente agora dado reside em transpor

---

<sup>1</sup> Este texto serviu de base à apresentação do livro *Passageiro em Trânsito* de Cristóvão de Aguiar (Signo, Ponta Delgada, 1988), na Livraria Finisterra (Coimbra, 16 de Dezembro de 1988), na Livraria Ibéria (Aveiro, 6 de Janeiro de 1989) e na Casa dos Açores (Lisboa, 11 de Janeiro de 1989).

para um plano simbólico mais rico, que adensa a complexidade de sugestões e implicações, a situação dramática do ilhéu que abandona a sua terra.

Em rigor, o passageiro em trânsito (já) nem é um ilhéu: é um homem situado entre a memória de um passado só imageticamente recuperável e a memória de um futuro feita do confronto vivo entre o futuro que se sonha e o futuro que nunca chega a ser como se sonhou. Entre duas memórias.

Se lermos com cuidado, veremos que já não é o narrador que está preso à ilha (pedra, basalto, matéria) em que nasceu. É quase ao contrário: num ponto invisível da sua intimidade, ao mesmo tempo que num ponto detectável do seu corpo existe a marca de que também é matéria, o sinal sólido de uma origem. Escreve: “desde aquele dia em que me nasci sem ajuda de ninguém, nem de pai, nem de mãe, nem sequer de parteira – apostatei o meu anterior nascimento e baptismo ocorridos numa marítima falha vulcânica da ilha que trago na vesícula em jeito de pedra esquinada e já madura” (pp. 25-26). Repare-se: “em que *me* nasci”. A pedra (“pedra não é termo com finura linguística, antes quero cálculo, do latim *calculus, calculi*, pedra pequena, pedrinha”, p. 27), o cálculo é o que resiste a que seja completa a autonomia (“em que me nasci”), é o que entope “certos caminhos que me ligam à vida sem qualquer adjectivo” (p. 29), a marca de uma origem (real ou imaginada) que pode revelar-se, num determinado momento, mais obstáculo que condição: e que, para nunca mais doer “em nenhuma das raízes” (p. 42), é preciso extrair: “procede ao ritual ablativo do cálculo. Da ilha. Conserva-a na proveta, no tubo de ensaio, no frasco de xarope que vais rejeitar para o lixo. Mas limpa-o bem e enche-o de qualquer outro conservante” (p. 27). Por outras palavras: há um momento em que é preciso cortar a relação que mantinha a eficiência dolorosa. *Objectivar*, quer dizer, expulsar e conservar a pedra, o cálculo, a ilha: “se ficar assim tão bem conservada e visível terá sérias probabilidades de vir a tornar-se eterna” (p. 42).

Do passado ficará, pois, um objecto. Uma imagem, um símbolo, um signo.

Todavia, o tema da ilha só ganha sentido se for aproximado do tema do mar, das águas. Porque, como Mirceia Eliade fez notar e David Mourão-Ferreira recordou a propósito de Vitorino Nemésio, as águas são “o reservatório de todas as possibilidades da existência; elas precedem toda a forma e suportam toda a criação”; por sua vez, “a Ilha que subitamente se ‘manifesta’ no meio das vagas constitui uma das imagens exemplares da Criação”.



Encontramos um momento do conflito que opõe a fecunda indeterminação e a origem de todas as possibilidades à existência efectiva de tudo o que já é: quando subitamente o mar irrompe pelo quarto do narrador e engole tudo – rádio, candeeiro, cigarros, livros e fotografias de estimação. Como se fosse um outro princípio, como se o apagamento do que já existe fosse uma condição para o surgimento de outra coisa.

É como espaço intermédio entre o mar e a ilha, entre a viagem sempre possível e a escolha de um percurso (que é sempre o de uma concreta viagem) que se definem, por um lado, a importância simbólica do aeroporto e, por outro lado, a densidade da condição de passageiro em trânsito.

O aeroporto é um lugar babélico mas, na tematização de Cristóvão de Aguiar, é-o singularmente, atravessado por três línguas diferentes, só três, mas suficientes para a gente se desentender (cf. pp. 50, 82, 83, 99, 141-142 e 143), a que se acrescentarão os relógios que, mais tarde, virão marcar todas as horas do mundo. O aeroporto e, a seu modo, o cais são o espaço da “viagem não principiada mas com todos os sintomas de que o vai ser” (p. 83), um começo de que se ignora o fim, todo contido no fascínio de partir, pois “chegar ao fim é o erro mais grave que alguém pode cometer” (p. 43), as viagens “nunca terminam nem sequer lançam âncoras definitivas no fundo de baías tranquilas” (pp. 45-46). A viagem é o breve exercício de um outro deslocamento, infinito como o infinito jogo do mundo.

Por isso, a condição de passageiro em trânsito ajusta-se ao narrador (ou são dois?) e de certo modo a todos nós: “ser passageiro em trânsito tem os seus poréns mas também muitas regalias: dorme a gente descansada em todos os aeroportos do mundo que se vai criando cá dentro desde tenra idade, anda-se em trânsito pegado para um lado de lá qualquer. Fico elucidado: passageiro em trânsito é o que mais me convém” (p. 51). O nosso carimbo não nos envia irreversivelmente a um só destino. O aeroporto é um lugar que realiza a possibilidade da liberdade. Aí, o narrador (ou são dois?) encontra dois outros passageiros em trânsito: Mrs. Deolinda Perry, Suza em solteira, inconsolável viúva de José Pereira, alias, Joe, industrial de chouriços, e Manuel Reigó, Rego na ilha que ele perdeu não se sabe em que algibeira sentimental.

Pertence à arte narrativa de Cristóvão de Aguiar não se ter limitado a construir tipos: fez nascer figuras, mesmo (ou principalmente) quando, como Mr. Reigó, usam “dentro das veias um rio de silêncio” (p. 115). As figuras não ilustram situações: estabelecem com o leitor uma cumplicidade contraditória, na qual a proximidade

evidente é contrariada por um estilo que leva o romancista a intervir na representação ficcional com uma frequência que agora não vou analisar.

A apresentação sumária da obra ficaria incompleta sem uma referência aos dois momentos da excelente transposição final. De repente. Cito: “De repente as luzes da sala afrouxaram e o Cine-Teatro Santa Clara ocupou a sala inteira do aeroporto” – primeiro momento. Segundo momento: “Subo por desfastio as escadas e à minha frente vejo de novo o mar cobrindo tudo: ficaram as pistas submersas, retroverteu-se o aeroporto num mar imenso com fundo de asfalto” (p. 145).

Ao longo da obra acumulam-se imagens, fotografias, filmes, imagens ou signos?, que constituem a afirmação, no presente, de que o passado a que se referem já não existe: o cálculo no frasco (“os frascos são metáfora”, p. 29); as fotografias rasgadas por uma fúria de amor; o rosto morto de Mr. José Pereira e a imagem da viúva junto à campa e perto de um relógio que marca a hora exacta do passamento; a tentativa de Mr. Reigó de passar a limpo, como se fosse um filme, a própria existência. Mas o escritor radicaliza este tópico: e é no aeroporto, limiar de todas as viagens, transfigurado em sala de cinema, de cinema, imperceptível dispositivo mágico, que o passado regressa sob a forma de imagens de um velho filme.

102

E logo a seguir o mar onde deveria estar a pista. Reencontro do passado e do futuro? Talvez não. As águas e os aeroportos são, cada um a seu modo, reservatórios de possibilidades e, a ser justa a analogia, se as águas não têm passado, “sei que para trás não regresso” (p. 43). Será porque “não me interessa sentir as dores de uma qualquer raiz assanhada, nem me quero olhar no espelho grande do quarto de cama — estará ele ainda invadido pelo mar de levadia” (p. 145).

Mas pode haver outra razão: “há sempre uma parte de nós que ninguém vê, nem nós próprios, que nunca regressa” (p. 60).

Talvez mergulhe nas águas, para reaparecer, individualizado, “ilha”, em conspiração “com o oceano para se fundir na mesma luz e no mesmo céu” (Saint-John Perse).

Depois, lançar-se. Não na viagem melancólica do navio que se afasta de um porto ou de um passado, deles despedindo-se lentamente. Lançar-se: “Vou deixar-me ficar na sala de espera do aeroporto. Fico aguardando outros passageiros. Depois, irei também para a minha Ilha, que cheira a poejo e limonete e a lava recozida. Antes,

porém, é-me forçoso esperar que o mar retorne ao seu juízo e condição de oceano recolhido em seus próprios limites. Quero todas as pistas desimpedidas para a descolagem de algumas das minhas aventuras aéreas como as raízes que me sustêm de pé” (p. 145-146). Lançar-se no voo que é impossível não haver.

### *Passageiro em Trânsito: notas para uma leitura*

**Júlio Tabora Nogueira**

*Boletim da Junta de Freguesia de Taveiro*

Março de 1989

#### 1.

Não é uma obra de leitura fácil, este *Passageiro em Trânsito* (Ponta Delgada, Signo, 1988), mas é, sem dúvida, uma obra que, por exigir uma “recepção” atenta, envolve o leitor, progressivamente, no universo de sentidos do seu complexo tecido textual. Dir-se-á, por outras palavras, que o prazer de a lermos se vai consolidando e clarificando em sintonia com a progressão do próprio tempo de leitura.

“Novela em espiral ou o romance de um ponto a que se vai acrescentando sempre mais um conto” (cf. subtítulo) – e nesta referência paratextual se insinua o aviso de que estaremos perante uma narrativa sem estatuto genológico definido –, a obra em questão assemelha-se, no seu primeiro capítulo, a uma abertura de cadência a um tempo rasgada e trepidante. Tem-se, desde o início, a impressão de que o ritmo da leitura se não acomoda ao ritmo da escrita, de que a voz do narrador se antecipa ao exercício de descodificação que o acto de ler, normalmente, implica e pressupõe. Leva de facto o seu tempo até se alcançar aquele momento em que a estratégia discursiva da instância de narração se harmoniza com a capacidade e o ritmo de recepção do leitor. Mas esse momento surge com a força estética do imprevisível, quando, a p. 14, o movimento digressivo da escrita é interrompido por uma referência temporal precisa, coincidente, aliás, com o primeiro momento de toda uma sequência diegética não linear: “Andava eu na República, em Coimbra (...)”. Até aqui, e ao longo deste primeiro andamento (a metáfora musical ressalta do próprio texto), emergem, em caótica mas intencional sucessão, as notas de um registo digressivamente memorialista [“Já no quadro azul de uma infância que me fica curta de mangas

(...); (...) “ando, ou devia andar, frequentando a primeira classe adiantada do tirocínio da minha adultez (...)”; “ (...) teve o condão de me explodir de repente uma lembrança (...)”].

## 2.

Na coluna vertebral do texto (na linha diegética principal, se quisermos) inserem-se pequenas histórias, ora exemplares, ora mais avulsas, mas sempre funcionalmente integradas no contexto. Recordem-se, a título de exemplo, a frustrada tentativa de aproximação da personagem Afrânio Condinho Gaudêncio àquela “excelentíssima dona” de uma cadelinha *pekinois*, “proprietária de um par de coxas de refrear o fôlego” (pp. 22-23); ou o caso daquele Amílcar, aluno da Faculdade de Letras, atraído pelo misterioso erotismo da irmã Desagravo, sua colega e freira (pp. 30-31); ou ainda, mais adiante, aquela pitoresca e picaresca histórica do Arrãozinho (pp. 53-54), exemplo de uma das melhores facetas do autor. São histórias da ilha e da diáspora, pequenas crónicas encastoadas no tecido textual, como aquela, no capítulo 13, em que se relata a tentativa de embarque para a América do Senhor Santo Cristo, ou aquela outra, mais extensa, de cariz fantástico, em que a bela Antília, sobrinha do “Sr. Mr. Reigó”, enlouquece a partir do momento em que a troca do seu nome próprio conduziu à progressiva perda da identidade (cf. cap. 19, um dos mais longos da obra).

104

Nestes, como em muitos outros passos, quer a nível do estilo, quer no plano da estratégia narrativa – e isto sem prejuízo de uma escrita fortemente individualizada –, é possível detectar uma hábil relação intertextual com alguns dos mestres da arte de narrar, como Garrett, Camilo, Saramago ou Vergílio Ferreira. Mas, no tocante à arte de contar, importa sobretudo distinguir, por um lado, o domínio hábil das formas de representação do tempo da narrativa, com recurso frequente a analepses e prolepses (cf., no segundo caso, as antecipações do futuro de Afrânio ao longo de todo o segundo capítulo) e, por outro, o superior recurso a um *jogo irónico* que se traduz em distanciamento crítico do narrador (etimologicamente, aquele que sabe, que conhece) em relação às personagens e aos factos narrados. É sem dúvida este um dos aspectos que mais inequivocamente conferem à obra o seu inquestionável tom de *modernidade*.

### 3.

A *história* propriamente dita (no sentido hoje já clássico do lexema), neste caso, a história dos outros (das “personagens em trânsito” – cf. título), essa tem início, a bem dizer, a p. 50, quando, de súbito, os altifalantes anunciam a pretensa partida. Trata-se no entanto de um anúncio que só muito mais tarde se cumprirá, se é que verdadeiramente alguma vez se cumpre. E o não cumprir-se o anúncio significa apenas que o *tempo da história* fica magicamente suspenso (por artes, naturalmente, de um narrador de certo modo demiúrgico), para dar lugar a um longo tempo outro – o *tempo do discurso*. De um discurso feito de várias vozes que iremos conhecendo à medida em que a voz do sujeito principal da enunciação as faz vencer o silêncio.

Vem a propósito referir que não estamos perante um caso típico de narrador omnisciente (nem tal se harmonizaria com as características gerais da obra), mas antes perante um narrador, digamos, de ciência relativa, como decorre, entre muitos possíveis exemplos, do passo seguinte: “Não posso sequer ouvir o que está contando [a viúva Perry] ao luso-americano, seu companheiro em trânsito (...)”. O narrador é ele próprio a um tempo personagem (estatuto homodiegético) e testemunha dos eventos que relata.

A primeira voz (das secundárias, se é lícito dizê-lo) daquela viúva recente do “seu rico Joe”, Deolinda Perry de seu nome, que o narrador, peripatetizando (como ele diz) “ao longo de uma ampla sala de espera do aeroporto”, faz contracenar com um luso-americano “de falas escassas, mas de pensamento encafuado num ruminadouro” (saberemos mais tarde que se trata do conspícuo “Sr. Mr. Reigó”). Do contraste entre a incontinência verbal e sentimental da viúva e a mazombice do seu interlocutor, e em contraponto às informações que de um e outro nos vão sendo dadas, surgem na sequência diegética, e marcando o registo discursivo, as notas cómica e satírica. Cómico de situações e de linguagem e sátira de comportamentos e atitudes, aqui e ali com ressonâncias político-ideológicas, como naquela pequena fábula das “diversas ilhas de estimação” com que termina o capítulo 7, ou na paródia do negócio do chouriço *made in USA*, que “puxa o vinho de cheiro, o sangue real e verdadeiro do ilhéu pelo mundo derramado” (p. 67). Aliás, *a ilha*, amorosa, satírica ou parodicamente contada, está sempre presente, explícita ou implicitamente, no tecido ficcional da obra. Este é um aspecto que importa não esquecer, sobretudo pelo que significa se o articularmos com a relevância assumida pela ideia de partida. (“Ajoujado pela ilha, continuo dando que fazer às pernas (...)” – cf. início do capítulo 9). O narrador define-se algures (cap. 11)

como “passageiro em trânsito” (cf. título), vítima inelutável de “nómada condição” (p. 83), mas a verdade é que não renega as origens, a possibilidade sempre em aberto de regresso através de uma viagem que ele próprio designa “de périplo às raízes” (p. 82), para, um pouco à frente, acrescentar: “A raiz pertence-me, ninguém deve pôr este princípio em causa”.

A segunda voz é a do *boss* Afrânio Padrinho, expressão de uma presença frequentemente anunciada, mas sempre diferida por força de uma estratégia narrativa de acentuado pendor digressivo. Ecoa, finalmente nos capítulos 20 e 21, essa voz representativa do poder e do senso comum, habilmente desmontada por um discurso de carácter nitidamente satírico, através do qual, parodiando, a personagem se transforma em exemplo paradigmático da pesporrência e da autocontemplação acrítica.

Mas é, como já vimos, a voz do narrador que prevalece. É ele de facto o autêntico sujeito da enunciação, ressentindo-se todo o enunciado, coerentemente, da sua presença obsessiva. Bom exemplo dessa presença – significativo exemplo pela estratégica posição que ocupa no espaço global do texto – é o último capítulo da obra. Bastará atentarmos nos três passos seguintes: “Sento-me longe dos passageiros em trânsito (...)”; “Estou cansado.”; “Fui-me cansando, e agora aqui me encontro diante deste espelho que sou eu próprio chegado à minha crua realidade”.

106

#### 4.

De salientar também a importância assumida pelo *narratário*, entidade que em alguns passos da obra se constitui em suporte privilegiado para a transformação, do que poderia ser um longo monólogo, em discurso dialógico, marcado, aliás, por uma grande tensão dramática.

Esta entidade narrativa, interlocutor feminino sem nome próprio expresso, desempenha de facto uma função semântico-pragmática de inegável força ilocutiva, sobretudo naqueles momentos em que o narrador se afirma como sujeito de uma enunciação em que certos acentos de um lirismo exasperado se confundem – ou alternam – ora com pausas de confessionalismo agónico, ora com acessos que parecem traduzir, de forma intencionalmente repetitiva, uma consciência trágica das coisas (“Não, a culpa pode não ser minha – será

porventura de alguém? Tua, nunca se sabe, que quando nasci já trazia esta dedada, e as impressões digitais coincidem com as tuas – impressa no falar da alma.” – cf. início do capítulo 6).

Não adianta procurar, num universo ficcional tão saturado de situações problemáticas, uma saída clara, um porto de alívio, se quisermos, para os momentos de tensão. Encontrar soluções seria, aliás, ofender a sua mais funda coerência semântica. A não ser, talvez, na apetência pelo gesto de partir, entendido não como fuga, mas como marca inerente ao estatuto existencial da voz que se confessa (“Não me resta qualquer dúvida que o verbo partir faz parte do eixo sintático e semântico que me atravessa a contextura deste corpo e do próprio sangue (...)”, p. 49).

*Partir, viajar, passar* (no mais íntimo sentido do termo), *ir* de um lugar para outro, são, pois, semantemas que entre si configuram um núcleo, digamos, de invariância significativa. Podemos admitir formas superficialmente variadas de expressão desse núcleo (as próprias personagens, encarceradas no guinhol em que se transforma a sala de espera do aeroporto, são, de certo modo, representativas dessa variedade), mas, no fundo, o importante é que as pistas se encontram desimpedidas para a partida, para uma qualquer partida (cf. últimas palavras do romance).

Não extrapolaremos, a nosso ver, se postularmos a existência, subjacente ao nível superficial do enunciado, de um eixo semântico, espécie de micro-universo animado por uma dinâmica de fuga: fuga do eu, dos outros, de tudo o que nos rodeia, mesmo que, paradoxalmente, a fuga se transmute em potencial regresso – o impossível regresso ao mundo perdido da infância? A transformação, pelo sonho (pela ficção), daquilo que somos ou julgávamos ser, em algo que nos escapa e nos transcende? No fim de contas, talvez seja para isso, para nos posicionarmos perante o instável (o que sempre foge), que vale a pena a aventura da escrita. E da leitura enquanto reinvenção da escrita. Este será, com certeza, um dos possíveis sentidos de *Passageiro em Trânsito*, mais um belíssimo texto de Cristóvão de Aguiar.

*Passageiro em Trânsito* – panfleto para esquecer

Vamberto A. Freitas

*Diário de Notícias*

25 de Março de 1990

Primeiro que nada, frases de um livro sem pés nem cabeça:

«Írra, irró, doutor Laró!

– Ó pedagogos do meu país, onde vos acoitais que não vindes pedagogizar?

– O mistério é a mostarda do espírito.

– O bilinguismo, de resto, é muito difícil, sobretudo quando se trata de linguagem sincrética de corpos e almas.

– Cada vez mais sucumbidos da polidez do polimento das pessoas bem-educadas.

– E merecem-no, que na alma têm já bosta que basta»

108 Bosta que basta? Sim, mas para mim basta é precisamente esta bosta verbal, saída da mais inesperada pena, ou computador, ou lá de onde saiu toda a narrativa deste suposto romance de Cristóvão de Aguiar. A minha tristeza e desapontamento com este abaixo de medíocre *Passageiro em Trânsito* não têm limites. Eu sou um imigrante açoriano na América, e sinto-me aqui também, para além do que atrás foi dito, ofendido com este livro, exactamente porque é de Cristóvão de Aguiar, também açoriano e que, aliás como demonstra a falsa segurança da sua prosa, está ligado, dizem-me, por laços familiares e de amizade, à nossa imigração no país americano. Isto não me vai ser nada fácil – estava convencido que a rafeirice anti-americana e anti-imigrante já tinha passado aos intelectuais e/ou escritores da periferia europeia. É pena que *Passageiro em Trânsito*, o mais recente romance de Cristóvão de Aguiar e a mais abismal de toda a ficção açoriana destes últimos anos, não tenha caído logo num esquecimento total. Teria sido, para o próprio autor assim como para a reputação da literatura nas ilhas e/ou na nossa imigração inspirada, o seu justo e feliz destino.

Este, para mim, dispensável livrinho, após uma dolorosa leitura, tornou-se como que um insulto quase pessoal. Os seus dois temas, aparentemente, são a alienação do seu narrador e a condição imigrante de gente lusa nos Estados Unidos, tal como é vista e descrita por esse mesmo narrador.

Tudo aqui é contado, daí o seu título, nuns momentos em que o protagonista está em trânsito num aeroporto americano. Esperemos que, por ser de quem é, seja este um livro em trânsito, que a infelicidade e



confusão do seu momento seja a escuridão da pré-madrugada antes da viva luz do dia. O seu autor (e seus leitores) merece muito melhor, e destas coisas já ele havia demonstrado que sabe muito mais.

Mas antes de mais, uma primeira pausa. De Cristóvão de Aguiar, por certo que ninguém esqueceu, saiu uma das grandes obras da literatura açoriana contemporânea, *Raiz Comovida*. Como muita gente, li os três volumes deste romance que mais tarde viriam a ser republicados num só. É certo que, já no terceiro *Raiz Comovida: O Fruto e o Sonho*, o autor manifestava cansaço, repetia-se, e, por vezes, resvalava mesmo para o banal e rude, quando, por exemplo, dedicou um bom número de páginas às artes flatulentas, e para aí sem sentido nenhum, de uma das suas muitas personagens menores, que nas suas páginas fulgurantemente aparecem e desaparecem. Nem por isso, no entanto, *Raiz Comovida* deixava de ser a fluente, humorística, empática e carinhosa narrativa que é, uma série de estórias que o autor habilmente interliga para projectar o crescimento de um menino e a sua entrada no mundo dos adultos numa ilha açoriana, São Miguel.

A sua linguagem, então fidelíssima ao seu meio, a voz e o tom do seu narrador e o andamento dessas estórias, em que o chamamento das pessoas e determinados episódios do passado vão esclarecendo o seu presente e prevendo um futuro, oferecem ao leitor uma límpida visão e temática muito açorianas – o desfazimento de famílias, ora pela morte ora pela sua partida em busca de outra vida. Esse romance publicado há uma década, em minha opinião, é um dos mais autênticos e legíveis retratos do quotidiano de todo um povo e sua sorte. Li e sublinhei sem parar *Raiz Comovida*. Merece, ainda que tenha recebido da melhor crítica portuguesa a máxima atenção quando foi publicado, muito mais do que aqui fica dito.

Chegamos ao seu fim, e uma geração está a morrer, o natural ciclo de vida a completar-se com a chegada de outra geração, personificada pelo narrador, adivinhamos outros e agora aventureiros futuros. Por outro lado, falar dos Açores sem falar da América é uma impossibilidade, e esse facto o autor não esquecia – a outra pátria açoriana sobressai aí de modo bem diferente, mais calmo, verdadeiro e justo, um essencial contraponto a certo passado ilhéu. Um escritor consistente ante uma realidade e temática teria forçosamente de voltar à carga. Só que neste caso o autor falha desgraçadamente.

*Passageiro em Trânsito*, que poderia ter sido esse outro romance do destino e da caminhada açoriana, nada mais é do que um seco e, em praticamente todas as suas 146 páginas, insidioso panfleto anti-imigrante, sem

um rasto de arte, empatia humana ou entendimento actualizado do povo a que ele, quer queira quer não, pertence. E se falo neste «pertencer» é porque o próprio narrador desta coisa que tenta passar por romance parece estar agora patologicamente isolado e em guerra totalmente injustificada contra esse seu mundo. Não há que escrever sem se o fazer criticamente, é verdade. Não posso por isso deixar de aconselhar Cristóvão de Aguiar a ler o pouco ou muito que sobre a nossa imigração escreveram alguns dos seus conterrâneos, como João de Melo, Onésimo T. Almeida e José Martins Garcia, por exemplo.

Acontece aqui algo de absurdo e nefasto por parte de um narrador sem qualquer redenção e sem que ele nestas suas pobres páginas dê por isso – o humor falha, o sarcasmo torna-se raiva pessoalíssima, a sua suposta viagem geográfica e interior que o traz de Portugal aos Estados Unidos nunca tem justificação, ficando o leitor, pelo menos este, a simpatizar com a mulher aqui vagamente ficcionada e que aparentemente provoca o narrador-passageiro a tentar recompor-se de um amor que se apaga. Viver com o tipo ali retratado seria uma impossibilidade, seria uma crueldade humana. Ainda bem que isto é ficção, fingimento. Todos os outros que em *Passageiro em Trânsito* aparecem são para ele triviais, medíocres, maus, ignorantes, pretensiosos, palhaços, egoístas e charlatães. Menos o narrador, pobre vítima sabedora, que tudo isto, Açores e América, e todos estes, imigrantes e açorianos residentes, nos «explica» ele.

110

«Nesta disposição de espírito me vou preparando para me afastar daquele local da sala de espera do aeroporto. Já de resto havia pensado em mudar o rumo magnético à rota dos passos: deixo sem qualquer pejo a viúva Deolinda Perry mais o seu companheiro Mr. Reigó entregues à pachorra do seu *luso-americanismo* [o sublinhado é meu] ou vice-versa; que talvez seja mais apropriado e sobretudo mais patriótico – e é exactamente aqui que tenciono chegar sem ser de carrinho, pois quero para sempre alinhar-me com as linhas que a pátria me desfia: juro e jurarei que, se preciso for, por ela morrerei; chiça, minha prima, que até rima.»

*What?* Pelo amor de Deus, isto não pode ser o autor de *Raiz Comovida*, nestas tão mal alinhavadas e desengraçadas, desgraçadas linhas.

Faço aqui, felizmente, a última pausa. Quero responder a duas perguntas que tenho feito a mim próprio após a leitura deste livro. Primeiro: por que ler um romance do princípio ao fim, e, sim, sublinhá-lo e anotá-lo, quando, se palavras me afectassem desse modo, só me apetecia vomitar? E por que escrever sobre esse

«romance» – devia ter colocado estas aspas desde o início – se entendo uma recensão como um juízo de valor sem dúvida, mas que deve acima de tudo encorajar a leitura, num mundo tão desatento e atarefado como o nosso e sendo o meu habitual método de crítica negativa ignorar o que atenção e precioso tempo nosso não merece? A obrigação de ler este livro tem a ver com o meu respeito pelo autor, que não conheço pessoalmente, de *Raiz Comovida*, uma das mais conhecidas vozes da nova ficção açoriana. Segundo: estas linhas outro fim não têm senão acusar um «romance» escrito por tal autor, mas que tão ridiculamente tenta, é esse o seu efeito, intencional ou não, desumanizar o meio ambiente imigrante, que, uma vez mais, tem de ser retratado criticamente, como por muitos outros tem sido, mas não creio que deste triste, incompetente e raivoso modo. Um livro pode ser lixo, mas um povo, mesmo reinventado na ficção, nunca.

E mais: acredito num dignificado regresso do autor de *Raiz Comovida*.

### ***Passageiro em Trânsito: para além do partir e do ficar***

**Victor Rui Dores**  
*Diário de Notícias*  
15 de Abril de 1990

Cristóvão de Aguiar é um escritor inteligente e insolente. O seu último livro, *Passageiro em Trânsito* (Signo, 1988), é disso prova irrefutável. Trata-se de um desenvolvido texto mítico, metafórico e metonímico, onde a ousadia à transgressão e a truculência lexical se cruzam e completam.

#### **A Aventura da Emigração**

“...quanto mais gente vier para a América  
menos miséria vai haver nas nossas ilhas...”  
P. em T., p. 133

*Passageiro em Trânsito* não é nem um romance, nem uma novela, nem um conto, nem uma crónica; é um bailado de palavras. Um bailado de palavras coreografado num texto escrito em fragmentos soltos, mas contendo um fio narrativo que os atravessa.

Não se trata, porém, de um texto inocente; daí a sua função catártica, a de ironizar as tricas de um certo pequenismo paroquial de um povo dividido entre ilhas vulcânicas de pasmaceira e Américas de promessas e abundâncias. Por conseguinte, sucedem-se episódios do burlesco e do cómico, como por exemplo aquele que gira em torno de «Perry's Chouriços and Typical Island Food, Ldt».

Porém, para lá dessa hilariante aparência, *Passageiro em Trânsito* evidencia alguma profundidade psicológica e alguns matizes sociais do espaço da ilha. Neste livro é-nos evocado e representado o povo açoriano em situação de «passageiro em trânsito», povo esse que, na sala de espera de um aeroporto aguarda ordem de embarque.

Dir-se-ia que de tanto viver a «ilhada vagareza», esse povo sofre a ânsia de partir e a resignação de ficar. Por isso, sonha com o *eldorado* americano da «fortuna endolarada» e acaba por viver o conflito da emigração. Aliás, a emigração, o devir do tempo e a morte são os componentes semânticos de mais intensas incidências sócio-económicas apontadas em *Passageiro em Trânsito*. (De resto, esses componentes são uma constante nos livros de Cristóvão de Aguiar; a propósito, convirá (re)ler a recensão crítica de Carlos Reis sobre *Raiz Comovida – III* publicada na revista «Vértice» nº 448, Maio/Junho de 1982).

112 Ora, se por um lado, *Passageiro em Trânsito* nos remete para o percurso desse povo emigrante e para a sua conseqüente perda de identidade («Antília pintava e envernizava mortos numa Funeral Home de Fall River», p. 126), por outro, é-nos desferida uma cáustica denúncia dos mecanismos que suportam essa emigração.

Deste modo, este livro escoiceia com violência a autoridade religiosa e a autoridade política (certos padres e certos políticos) que, nos Açores de ontem e de hoje, cumprem um segundo tempo inquisitorial, quer aliando-se ao poder dos ricos, quer promovendo a falsidade e o obscurantismo.

A par de tudo isso, a culturazinha filistina e ignorante é, em *Passageiro em Trânsito*, sarcasticamente achincalhada, quer dizer, certos meios ditos intelectuais, certos círculos universitários, certos críticos («que têm biscates semióticos») e certas capelinhas literárias...

## O poder evocativo da ilha

*Passageiro em Trânsito* dá-nos, acima de tudo, uma visão mítica da ilha. Da ilha enquanto tentativa de recuperação de lugares irremediavelmente perdidos. Da ilha enquanto memória do sentido e do vivido.

Assim, estamos perante visões complementares da ilha. A ilha poderá ser esse espaço de ternura («Eu vi um dia um homem chorar, na doca, por uma vaca que se lhe ia pelo mar fora, como se de uma pessoa de família se tratasse», p. 135); poderá ainda ser lugar de opressivo remorso («Continua-me a ilha retrovertida em cálculo, está alojada na vesícula inchada e dorida – hei-de extraí-la um dia destes», p. 142); mas a ilha é sempre o pretexto (isto é, o pré-texto) para um impiedoso ajuste de contas crítico com aquele espaço insular («Mas a respeito de bosta e de moscas, que é o que a ilha tem de mais fartura...», p. 108).

De resto, *Passageiro em Trânsito* é um livro cuja moral consiste em não possuir moral alguma. Talvez por isso, os menos atentos possam encontrar, na leitura deste livro, alguma sensação de logro.

Convirá, no entanto, não esquecer que Cristóvão de Aguiar é um escritor que explora os retroactivos da memória (e aqui ousaríamos remeter o leitor para uma leitura nossa sobre *Ciclone de Setembro* publicada no jornal *Signo* de Fevereiro de 1987<sup>2</sup>). Trata-se, pois, de um autor que, em cada livro seu, busca incessante, laboriosa e experimentalmente a linguagem que melhor serve os propósitos da sua escrita.

E, ao fazê-lo, Cristóvão de Aguiar mete a cauda na boca (como a Ouroboros mítica), buscando, assim, o encontro com as origens. Pois que é sabido que no princípio era o Verbo. Isto é, o poder da criação literária. E em *Passageiro em Trânsito* esse verbo é-nos dado com uma irónica piscadela de olho. Cá está, pois, um livro que incomoda. Como uma mosca varejeira.

113

---

<sup>2</sup> O artigo referido foi também publicado no jornal *Açores* em 30 de Janeiro de 1987 (cf. supra, p. 81).

*Passageiro em Trânsito:*  
percursos do Eu no espelho da emigração

Ana Paula Ferreira  
Gávea-Brown XIX-XX  
Janeiro de 1998 – Dezembro de 1999

No man is an island, entire of itself; everyman is a piece of the continent, a part of the main ... A man's death diminishes me, because I am involved in mankind; and therefore never send to know for whom the bell tolls; it tolls for thee.

John Donne, Meditation 17, in  
*Devotions Upon Emergent Occasions*

[O] real não está na partida nem na chegada – ele se dispõe no meio da travessia.  
João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*

Car la fonction du langage n'y est pas d'informer, mais d'évoquer.  
Jacques Lacan, "Fonction et champ de la parole et du langage"  
in *Écrits I*<sup>1</sup>

Introdução

114 A representação literária do drama nacional da emigração tende a articular-se como testemunho dorido de um trajecto suspenso, sem conclusão nem regresso possível. Delineado entre uma experiência de falta primária e a antecipação de uma abundância porventura nunca alcançável, esse trajecto persiste e insiste em nomear o lugar de origem enquanto espaço mítico de plenitude trespassado pelo trauma resultante de uma lei castrante e exiladora.

A narrativa da emigração pode ser considerada, assim, como uma viagem estruturalmente paralela, talvez mesmo a metáfora-sintoma por excelência, do percurso humano aí representado: perseguir as andanças do emigrante na palavra literária implica, e até por motivos de identificação afectiva, social e ideológica, um complexo labor de traslação ou tradução na cadeia de significantes que procuram apreender o sentido de um concreto vivencial desde sempre vedado quer ao conhecimento, quer à linguagem daquele que o pretende mediatizar, nele se inscrevendo de forma irredutível. Se, ao nível da diegese, o poder de compra do emigrante dificilmente lhe adquire a reintegração com a terra-mãe que o expulsara do seu seio, muito menos ao nível do discurso as palavras do

---

<sup>1</sup> Veja-se a versão em inglês em *Écrits: A Selection*, p. 86.

escritor alcançam a unidade e fixação semânticas em princípio necessárias ao seu comprometimento com a verdade histórica que pretende representar. Resta-lhe talvez a tentativa de trasladar-se, de traduzir-se a si próprio, procurando o seu sentido nos contornos semânticos do material que ficcionaliza – como denúncia, como pergunta, como apelo a um potencial “tu” -leitor, idealmente feito cúmplice do processo de reintegração (im)possível.

Aludir aqui à clivagem entre vida e literatura seria uma redundância banal se não fosse pelo facto de que a deslocação ou, se se quiser, o vaivém do emigrante, como o do sentido da palavra no discurso, remetem, em última instância, para experiências imaginárias tão díspares quanto, de certa forma, comuns. É no ser e no não-ser de uma viagem tornada metáfora obsessiva e obsessionada com a miragem de uma origem escindida, referência perdida ou dispersa, onde radica a frustração de um testemunho que, para lá de todas as boas intenções realistas, será por vezes nada mais do que construção narcisista-agressiva do sujeito solitário e duplamente alienado na linguagem que escreve “eu” e dá pelo nome de “escritor”<sup>2</sup>.

A demonstração deste impasse, acaso relevante para toda a escrita que se quer representação de um *outro* ser, grupo ou problema social, é levada a cabo por Cristóvão de Aguiar no desconcertante texto-viagem que é *Passageiro em Trânsito* (1994). Eis-nos perante uma explicação, ou melhor, como diria John Donne, “expostulação” (no sentido de súplica, rogo e simultaneamente queixa) de um romancista estreado quase vinte anos atrás com o primeiro volume *Raiz Comovida* (1978), distinguido então com o Prémio Ricardo Malheiros.

#### O traslado metafórico da “dor deilharga”

Desde o seu subtítulo, “novela em espiral ou o *romance* de um ponto a que se vai sempre acrescentando mais um *conto*”, *Passageiro em Trânsito* anuncia-se como narrativa conturbada de vozes, textos,

---

<sup>2</sup> As prévias considerações teóricas atêm-se a uma leitura lacaniana da actuação do sujeito na cena do discurso em que se pretende representar para um outro. Já que o Eu é constituído enquanto tal pela linguagem que o fixa numa imagem alienante e narcisista de si mesmo, o seu discurso é, na melhor das hipóteses, uma tentativa de saber de si “retroactivamente”, ou seja, a partir da imagem fictícia (e da chamada “*méconnaissance*”) em que é desde sempre fundado o seu conhecimento de si como sujeito instalado no mundo da sociedade e da cultura. Na medida em que a estrutura narcisista em que se desenvolve esse ‘saber de si’ por meio da evocação na palavra, confronta o Eu com a sua sujeição ao que Freud chamara “o descontentamento da civilização”, o sujeito vive em tensão permanente entre o narcisismo e a agressão, esta última virada para a morte. Vejam-se a este respeito os *Écrits* de Jacques Lacan, especialmente os capítulos 1-3: “The Mirror Stage as Formative of the Function of the P”, “Agressivity in Psychoanalysis” and “The Function and Field of Speech and Language in Psychoanalysis”.

percursos interiores que tematizam e, mesmo, desconstroem um “eu” escritural, a que será redundante chamar de “fictício” (já que em termos pós-estruturalistas, em geral, a condição de todo o Eu na linguagem assim o é). Revestindo-se de ironia e de auto-ironia, esse “eu” exhibe-se como apenas um “ponto” na linguagem, pelo que o seu percurso (ou estória) só cobra sentido com relação a outros “pontos”, que são em si estórias/“contos” entrelaçados de textos passados e do texto presente, numa semântica de combinação e substituição que re-envia ao significante-âncora “Ilha”.

Desdobrada metonimicamente em “matriz”, “meretriz” mas, primeiro que tudo, “raiz” “fasciculada” ou fragmentada num “eu” não só dividido – e dorido – como também deslocado em corpos, terras e “eus” alheios, é essa “Ilha” imaginária que lança o sujeito à aventura do símbolo numa ordem de troca nomeada e regida por uma Lei que igualmente faz do “eu”, e dos outros em que este se projecta, mareantes-emigrantes desenraizados, perdidos, em busca de uma referência, ponto fixo ou âncora que mais não é. Ou, paradoxalmente, só será quando assumida como passagem, como ilha-em-trânsito: trânsito de um “eu” ao outro, de uma palavra e estória a tantas outras, de um temporário local de espera a outro, este não transitório mas definitivo: a morte, que enfim irmanará todos os “padecentes de dores de raízes” (169), devolvendo-os, se bem que isoladamente, à única “Ilha” que é certa: a campá-matriz.

116 Avançada assim a minha resposta ao convite analítico (e sobretudo dialógico) que *Passageiro em Trânsito* (me) propõe – não sei até que ponto isenta dos “biscates semióticos... [d]a chamada crítica em si” ironizada pelo narrador (162) – passo a retroceder para olhar mais de perto os passos do “giro peripatético” (103) exibido no texto, agónico-irónico rendimento de contas de um escritor fictício, talvez irmão-gémeo daquele outro que se tem por real e que vive radicado em Coimbra desde os anos da Faculdade, onde professa (marginalmente, diga-se de passagem) a disciplina de Inglês<sup>3</sup>.

Mantendo e até explorando a vários níveis a tensão entre o “incidente impressionante” veiculado pelo primitivo género da novela e a galeria de personagens envolvidas em tramas do quotidiano, característico do

---

<sup>3</sup> Não sendo afectá a biografismos, parece-me, no entanto, importante apontar o detalhe de que Cristóvão de Aguiar lecciona Inglês na Faculdade de Ciências, um serviço que o mantém (ou com o qual o escritor se mantém) um tanto à margem dos “doutores” da Faculdade de Letras.



romance burguês (Aguiar e Silva 643-49), o Autor apresenta aqui o que se poderia considerar um momento-limite na vida interior de um personagem, que se assume como escritor, narrador e também interlocutor do seu próprio depoimento. Inspirado acaso pela famosa “Meditação 17” do renascentista John Donne, o Autor focaliza nesse momento-limite uma etapa decisiva na vida mental (algo doentia) de um solitário confrontado com a verdade de que “nenhum homem é uma ilha”. Por este motivo, romanescamente, o personagem transporta-se às “ilhas” que são os outros ou aos outros-fragmentos de “ilhas” que ele comporta dentro de si, chegando, de metáfora em metáfora, à realização de que chegará para cada um a hora em que “o sino” derradeiro soar.

Tal transporte, ou viagem interior, é levado a cabo em movimentos circulares, organizados de acordo com a relação especular (narcisista-agressiva) do “eu” com o seu “outro”, terminando num epílogo que devolve o personagem ao seu ponto solitário inicial, isto é, à palavra, metáfora-em-trânsito que ele é como homem, como ilhéu e, principalmente, como escritor. Passaremos revista a cada uma das etapas de uma viagem não sei até que ponto eco paródico daquela outra que o romântico Xavier de Maistre fizera “autour de [sa] chambre”.

Homem maduro, de certa forma emigrado desde jovem “a oeste da ilha” (em Coimbra), o personagem-narrador depara-se inicialmente com uma dor de raiz, ou “de ilharga”, que lhe dói mais do que costume, ou lhe dói mais que outras dores de raízes espalhadas no seu corpo e alma de homem desilhado (5, 19). Olha-se no “espelho das análises” (21) – simultaneamente o espelho do seu quarto de cama e o espelho metafórico da sua vida-de-escrita/vida escrita, e eis que começa o seu “solipsismo” (51) ou “périplo” (109, 137) à volta do continente de palavras chamado “eu”. Este angustioso, se não mesmo neurótico, processo implica o ir desfiando farrapos – significantes de si, “os meus tropismos” (6, 40), revolvidos no tempo e no espaço em pseudo-associação livre ao jeito de uma freudiana “cura da fala”.

Ritmada pelo ladrar de cães na noite coimbrã e não só, esta instância do “eu” desdobrado no “tu” do espelho em que se observa, sem no entanto se poder ver de corpo inteiro, tem por objectivo o “tomar uma decisão” com o fito de “extrair a ilha da vesícula” (42). Conhecido em *parlance* psicanalítica como “trabalhar o sintoma”, tal movimento inicia-se com a projecção narcisista-agressiva do “eu” num “tu” imaginário, correspondente a uma etapa anterior e decisiva da sua constituição como sujeito alienado no mundo da linguagem e da cultura. Não reconhecendo divisões espaço-temporais, esse “tu”-“eu” é, de facto, o “moi” do estádio do espelho lacaniano:

“começava esta consumição de ficar por ti e por mim cada vez mais enamorado” (49)<sup>4</sup>. Faz sentido, então, que o discurso elaborado a partir desse ponto de ‘enamoramento’ seja tecido de ficções de infância e juventude entrelaçadas em ficções do presente, evocando a “estrutura de fortificação” à volta da qual se erige o “monumento” do Eu (Lacan 5).

Neste contexto, que evoca de modo bastante evidente a própria experiência analítica, tão-pouco admira que irrompam vários comentários sobre a teoria e a prática da “semântica” – aquela professada em aulas de literatura, desde o liceu à Faculdade (11, 17); aquela representada pelos “cães literatos de Lisboa” (18); e, sobretudo, aquela que impera sobre a “complicada semântica deste arrazoado” (21)<sup>5</sup>. Oferecendo o que se poderia considerar a chave hermenêutica interna à própria narrativa, ditos comentários pautam este primeiro movimento da “navegação” falante/escritural do sujeito desejante, consciente de que o processo de evocação é inútil como forma de procurar o sentido puro ou originário do “eu”.

O que se pretende aqui não é um retomo – o *leit-motif* de toda a obra é justamente a frase ou variações sobre o tema “não há retornos” (8, 30) – mas uma “evacuação” (21). Trata-se de expelir da consciência, ou da “ilharga esquerda” (22, 67), a angústia de uma dor-ilha, “pedra” (43, 45), “amplo de raiz comum” (48), para a qual o sujeito estivera fadado mesmo antes de nascer noutra quarto de cama, por finais dos anos trinta (26). Esse quarto estava já inscrito com a sombra da ausência paternal, livrada à embarcação (8-9), uma forma já do estar e do não estar que viria a ser a emigração do seu padrinho (30), como a sua também. É por isso que o “eu” dividido enfrenta a acusação emblematizada nos fragmentos de fotografias – “suponho que eram as do casamento ou da primeira comunhão” (52) – espalhados sobre a mesa-de-cabeceira e pelas declinações do latim e do alemão pregadas na “parede em frente à mesa do estudo” (64). Estes pedaços do “eu” constituem a prova inelutável da sua fragmentação como sujeito, da sua impossibilidade de se erguer num todo íntegro, quer ficando, quer partindo de vez. Oscilando entre rituais de sacrossanta permanência (primeira comunhão/casamento) e saltos de traição à

<sup>4</sup> Mais adiante, por exemplo, o narrador refere-se ao “quotidiano exercício de narcisismo a que me aplico cheio de falhas sintácticas e de outra natureza” (65).

<sup>5</sup> No ensaio “The Freudian Thing”, Lacan associa a “experiência analítica à estrutura geral da semântica na qual tem suas raízes” (*Écrits* 128; tradução minha).

mesma em viagens/traslações para outras ilhas, línguas, continentes-corpos, identidades, o “eu” é alvo da perseguição maternal trans-histórica contra aquele Pai/Filho/Marido que, ao final de contas, nem fica nem vai. Acentuando o sentido da sua ambivalência, tão física quanto espiritual, e, em correspondência directa com as cinco declinações de latim e de alemão (associadas à educação em Letras em Coimbra), colado do lado inferior esquerdo do espelho impõe-se o dedo acusador do papel que reza os cinco “pecados” do sofredor da dor da raiz (recorde-se que à “ilharga esquerda”): “cobarde, fraco, abúlico, volúvel, inconstante” (64, 69).

Desdobrado nos gémeos Armindo a Armando, o primeiro a “construir barquinhos de papel” (59) para a viagem que só em parte o é – a viagem da escrita –, o segundo a inquirir (“cartesianamente” ou “estupidamente” [41]), sobre raízes de dores há muito dispersas, há muito de sentido submerso, esse “eu” acochado pela acusadora imagem de “cobarde, fraco, abúlico, volúvel, inconstante” decide – ou finge que decide – “tomar uma decisão” (42, 52) e partir para fora do quarto/espço da raiz/matriz imaginária representada no espelho narcisista, incluindo o da sua própria escrita.

O segundo momento da viagem interior ou percurso terapêutico de “evacuação” do sintoma-metáfora começa aqui, com o sujeito transpondo-se para uma sala de espera do aeroporto de Lisboa em companhia de luso-americanos que esperam o voo de regresso cada um à “sua Ilha” (91,161)<sup>6</sup>. Simulando o renascer de um novo homem-deus, em certo sentido um renascer paralelo àquele encetado no quarto de cama, este poiso simbólico (“postura”) do escritor-narrador situa-se, não por acaso, “talvez em Dezembro” (74). Em vez do ladrar dos cães da pseudo-semântica literária ou literata coimbrã, o ritmo do seu vaivém na palavra é neste momento marcado pelos “anjos instrumentalistas” dos altifalantes que anunciam nas três línguas da Comunidade Europeia as portas de embarque dos diversos voos (72). O que está, assim, em jogo no seu “giro peripatético” (103) é o perigo de levar “a metáfora do passageiro em trânsito à escatologia cristã” (72). Ou seja, incorrer num translado metafórico que reduz a uma condição ontológica de teor universalizante o problema não só existencial como também social e ideológico que se teria que resolver na narrativa do “eu” colocado no “eixo sintáctico e semântico” da partida (71), mas de uma partida concretamente associada à condição do emigrante ilhéu. Sem de facto contornar essa possibilidade

---

<sup>6</sup> “Cada uma das Ilhas constitui um resumido mundo de diferenças” (85).

universalizante-cristã de interpretação, que tem o seu quê de relevante para uma cultura de algum modo associada à imagem do *Ecce Homo* e às festividades do Santo Cristo (89)<sup>7</sup>, o escritor fictício projecta-se ao longo desta etapa decisiva da sua auto-análise numa série de “companheiros de ilha” que, como ele, também padecem de dores de raízes, também “terão culpas” (75) a exorcizar. É frente a esse espelho (literal e metafórico) de emigrantes em trânsito que re-inicia, então, o “minucioso processo de inventariação de trastes e cacos” do seu “eu”<sup>8</sup>.

Posto que em sala “de trânsito”, na que todos transitam psicologicamente da ilha perdida imaginária para uma ilha real que, para cada um, difere em grande grau do desejo de “ilha” absoluta que seu dinheiro – ou sua obra literária, no caso de escritor – pretenderia apreender, a viagem-procura do narrador pela palavra que o diz vai transitando de estória em estória, todas elas de personagens de identidades em trânsito (i.e. “lusu-americanos”). O conseqüente movimento digressivo e espiralado da narrativa do “eu” volta, no entanto, e com insistência deliberada, ao seu ponto inicial: a acusação, que o narrador quereria compartilhar com todos os “passageiros em trânsito”, de que ele (talvez também com estes) não passa de um “cobarde, fraco, abúlico, volúvel, inconstante” (87, 93). Isto explica, pelo menos em princípio, a agressividade quase burlesca com que “o escritor” faz representar os luso-americanos, por exemplo, a prepotência da viúva Deolinda Perry. No entanto, na medida em que estes funcionam como espelhos do “eu”, na medida em que neles se espriam as raízes múltiplas e contraditórias da “ilha” que o “eu” em vão procuraria simbolizar no seu discurso, a agressão é, em última instância, contra o próprio “eu”, colocado ainda e sempre “em frente do espelho” (139, 140).

Ao ser de um ou outro modo invocada nas estórias subscritas aos luso-americanos do presente, como aos do passado (por exemplo, o seu padrinho), a dicotomia maniqueísta da ilha, entendida como a consciência do ego pensante “nas duas idades do Homem” – “grandessíssima matriz e meretriz” (82, 138), naturaliza-se e, portanto, perde a sua aresta dolorosa. A antiga “dor de ilharga” do narrador esvai-se, assim, nesse espelho

---

<sup>7</sup> Rememoradas aqui por referência paródica aos “chouriços” do defunto emigrante Joe, adornando a procissão ao Santo Cristo. O símbolo fálico dos chouriços associa-se simultaneamente ao poder de compra do emigrante e ao “todo” imaginário que esse poder lhe facultaria ao nível (fantasmático) da sua integração como sujeito na ilha de algum modo para sempre perdida. Dada a condensação metafórica encapsulada neste significante, não creio que a paródia possa ser reduzida a mera anedota de tom pejorativo, anti-emigrante.

<sup>8</sup> A frase é de Carlos Ascenso André, na “Carta-Prefácio” dirigida a Cristóvão de Aguiar a partir da leitura do seu último manuscrito, filiado no género diarístico, *Relação de Bordo*. O texto foi-me enviado pelo autor em mensagem electrónica (21 de Abril de 1998).

fragmentado e distorcionante, quais fotografias em pedaços, que vêm a ser os passageiros na sala do aeroporto: “A raiz nunca mais me doeu. Desde que aqui cheguei e me deambulo de um lado para o outro, ao longo desta sala de espera” (108); “Já não dói desde que lhe foi dado o carimbo de passageiro em trânsito” (109).

Não que o escritor, “passageiro em trânsito” por trânsitos alheios, tenha com isso alcançado “o segredo para o [seu] abre-te sésamo” (107), o conhecimento de si, sendo de resto, impossível, para quem escreve e se escreve – e para quem não escreve coisa nenhuma<sup>9</sup>. Mas esses pedaços do “eu”, permanentemente dividido entre o ficar e o partir, entre o comungar, o casar-se e sem com isso deixar de deslocar-se ou “avacalhar-[se]” (138) em “declinações” de outras línguas, terras ou povos-continentes, são, no final de contas, aceites, assumidos como condição radical da própria subjectividade: daquela que marca a identidade dos ilhéus emigrantes, em particular, e, em termos mais gerais, daquela que faz de todos sujeitos-para-a-morte<sup>10</sup>.

É sob esta nota, escatológica, sim, mas *quand-même*, que “o périplo às raízes” traçado em *Passageiro em Trânsito* se fecha, devolvendo o “escritor”-narrador à solidão do seu ponto inicial, “encolhido frente ao espelho que sou eu próprio” (170). O percurso narrativo não vai, de facto, a lado nenhum; os “eus” do personagem desilhado e transplantado continuam, cada um por sua conta, vivendo vidas paralelas que não chegarão mais a re-integrar-se à sombra de outra “ilha” ou ponto fixo que não seja imaginário. No entanto, o poiso de amparo construído pelo desejo – e pelos interesses – daquele que se sente “cansado de tanto peregrinar” (167), antevê-se aqui como conducente a uma resolução terapêutica. Esta liga-se à possibilidade de “desaprender” (109) o que vêm a ser os significados das metáforas “declinações” e “pecados”, ou seja, os remorsos, as culpas imputadas por um super-ego fálico-maternal que insistiria na unidade e na permanência, ou seja, na “ilha” do “eu”, quando este é em si uma viagem, um constante fluxo e refluxo. A resolução terapêutica, em consonância com a passagem do sintoma

121

---

<sup>9</sup> A crítica da razão humanista condensada na máxima de Descartes, “eu penso, logo existo”, faz-se presente ao longo de toda a narrativa em forma de auto-ironia, quando não auto-paródia, do ego autónomo por parte do narrador. Para a base psicoanalítica deste posicionamento, veja-se Jacques Lacan, “The Agency of the Letter in the Unconscious or Reason Since Freud” (in *Écrits*) onde se lê, por exemplo, o famoso postulado anti-cartesiano, “I think there where I am not, therefore I am where I do not think” (166).

<sup>10</sup> Segundo Lacan, na medida em que a condição de sujeito, literalmente sujeito da linguagem, só existe como o significante que o substitui (“eu”) na esfera sócio-cultural, a linguagem que lhe dá a vida (‘normal’) na sociedade é também o instrumento da sua morte enquanto ser à parte da linguagem que o constitui. Daí que Lacan proponha: “It still remains to be decided which death, that which is brought by life or that which brings life [i.e., a linguagem]” (308). Será, enfim, como “[b]eing of non-being” que o Eu emerge na cena social, dependendo a sua sobrevivência tanto do não conhecimento de si como de um “discourse in which it is death that sustains existence” (300).

nessa desfiagem de metáforas é, portanto, o que leva o personagem a esquecer a dor radical, anterior a todos os cortes, a todas as divisões físicas, psicológicas, geográficas: uma “dor da raiz” matricial e comum, que impera manter à margem do conhecimento no trânsito discursivo de todos aqueles que a linguagem faz passageiros/sujeitos para a morte<sup>11</sup>.

Conclusão: *Passageiro em Trânsito* e o resto

Aludia-se ao começo do presente ensaio ao já tão gasto “problema” da relação entre o discurso literário e o material humano que o torna possível – o seu objecto ou “conteúdo”, por assim dizer. A obra de Cristóvão de Aguiar manifesta uma aguda consciência do quanto a representação literária pode ser considerada, em linha com o pensamento pós-estruturalista filiado em Foucault, uma violência perpetrada por aquele que possui a autoridade do discurso contra os que desta autoridade carecem. Os que continuam presos às ocupações e aos costumes da terra e os que partem para a aventura do trabalho além-mar obviamente não gozam do estatuto social de quem deles se ocupa num romance, ou neles projecta as suas angústias e contradições como sujeito na sociedade burguesa. Como dar, então, voz pública no mercado da cultura oficial a essas experiências que, normalmente, se não comunicam pela palavra escrita, a não ser acaso em esporádicas cartas pessoais nem sempre recheadas da única moeda de troca que interessaria às contingências dos que ficam em terra, daqueles que habitam um espaço geográfico identificado historicamente com a falta, com a emigração?

Para Cristóvão de Aguiar, a solução tem sido a de ir erigindo a sua obra como recriação evocativa de uma oralidade, dir-se-ia que “primitiva” ou “original” açoriana, da qual um futuro “homem de letras”, originalmente nascido entre a mesma, é feito herdeiro-depositário. Independentemente de qualquer autobiografismo que se lhe queira ou não imputar, esta estratégia narrativa faz presente, mais do que representa, o contrato interlocutivo em que se funda a instância de oralidade comunitária no passado, contrato este que, de algum modo, pressupõe e antecipa o cumprimento da escrita. Sejam as “istoras” do Tio Pascoal, do primeiro volume de *Raiz Comovida* (1978), sejam as da Tia Severiana de Jesus, de *Um Grito em Chamas* (1995) – só para assinalar dois

---

<sup>11</sup> Veja-se nota anterior

marcos cronológicos na ficção do Autor, este último justamente posterior a *Passageiro em Trânsito* –, as histórias do passado são sempre mediatizadas por um narrador homodiegético, mas já infinitamente distante das mesmas, que vai evocando as etapas da sua própria história como “indivíduo solitário”, perplexo perante a “amplidão da vida” (Benjamin 87). É natural que o “escritor”, sabendo-se mero arremedo do “contador de histórias” da cultura oral, não se sinta capaz de recriar “aquele lume aceso” que os seus antepassados punham em “palavras sem pressa” (*Raiz* 176). E também não admira que considere a sua escrita um projecto necessariamente incompleto, falhado, se não mesmo impossível: “sempre o mesmo [livro], sempre diferente, sempre por escrever” (*Um Grito* 46).

É por isso que, no conjunto da obra romanesca de Cristóvão de Aguiar, ultimamente seduzido pelo fascínio da diarística da cultura oficial<sup>12</sup>, tem imperado um certo comprometimento com a divulgação artística e, até certo ponto, a preservação de uma cultura que, necessariamente, passa pelo eixo “sintáctico e semântico” da emigração. Por este motivo, entre outros motivos, um livro como *Passageiro em Trânsito* precisou de ser escrito como depoimento, como testemunho e também como espécie de exoneração de uma culpa desde sempre pressentida ou antecipada. Que direito tem o Autor, afinal, de fazer histórias (para não falar de ironias e sarcasmos) sobre emigrantes se ele, pessoalmente, nunca passou na pele essa experiência? O escritor fictício de *Passageiro em Trânsito* vem confrontar esta questão – que até pode pecar por um essencialismo reductivo –, teatralizando de maneira agonística quanto é, como sempre, risonho (e auto-risonho) o posicionamento ambivalente de um escritor que, não obstante viver e trabalhar em terra lusa, vive no corpo – até pela sua semi-marginalização intelectual e profissional – a dor, seja real, seja imaginária, de uma “Ilha” desilhada, transportada e reconstruída noutras ilhas-corpos-terras: “eus” vivendo no desejo de voltar a ser a ilha íntegra, redonda, fixa e única, que só o é, ou foi, na fantasia daqueles que dela um dia se viram irremediavelmente afastados.

### Obras Citadas

Aguiar, Cristóvão de. *Raiz Comovida I: A Semente e a Seiva*, 2ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980.

\_\_\_\_\_. *Um Grito em Chamas*. Lisboa: Edições Salamandra, 1995.

---

<sup>12</sup> Refiro-me a *Relação de Bordo*, ainda não publicada ao tempo da composição do presente ensaio, mas entretanto publicada (Porto, Campo das Letras, 1999).

- \_\_\_\_\_. *Passageiro em Trânsito*, 2ª ed. Lisboa: Edições Salamandra, 1994.
- Aguiar e Silva, Vítor Manuel de. *Teoria da Literatura*, 4ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.
- André, Carlos Ascenso. "Carta-Prefácio." Mensagem electrónica 21 Abril 1998.
- Benjamin, Walter. "The Storyteller." In *Illuminations*. Trad. Harry Zohn. New York: Harcourt, Brace and World, 1968, 83-109.
- Donne, John. *Devotions Upon Emergent Occasions*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1975.
- Lacan, Jacques. *Écrits: A Selection*. Alan Sheridan. New York, London: W.W. Norton, 1977.
- Maistre, Xavier de. *Voyage Autour de ma Chambre*. Paris: R. Laffont, 1959.
- Rosa, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*, 21ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

Eloísa Alvarez  
18 de Março 2001

Querido amigo:

124

Ayer, sábado, acabé de leer tu *Passageiro em Trânsito* y, como es mi costumbre y respondiendo también a lo que me pedías, quiero decirte que, con el subtítulo que le diste, preveías ya la sensación de extrañeza del eventual lector ante un libro de estructura provisional y, sobre todo, tan inestable como la superficie de ese océano que invade los laberintos de tu alma y de tus huesos. Sensación que procede también de la dificultad de identificar un género literario en que se armonizan memorialismo, biografismo y ficción, en torno de ese tu "yo", que es el punto de convergencia y de irradiación de las sucesivas oleadas de hechos, y, mayoritariamente, de palabras. Y el lector no está acostumbrado a semejantes innovaciones literarias.

No sé si me interesó especialmente la sobreposición erótica Isla – Mujer, ni si el desgarrar las fotografías puede representar un comienzo y un final narrativos. Tampoco importa mucho.

Lo que sí te digo es que en tu *Passageiro...* se integran relatos deslumbrantes, hechos humor y ternura (Joe Perry y su viuda; el Ecce Homo; Antília) que parecen querer desgajarse del marco en que el autor los encerró y alcanzar la vida autónoma que merecen. Estas historias me hicieron pensar en un realismo mágico, pero no en el



latino-americano, sino en otro, más levemente diluído pero tan profundamente perturbador como aquél, y que tal vez pueda entroncar con un "sentir la realidad", más cercano a las brumas atlánticas de vuestra literatura azoreana y que, en caso de existir, talvez goce de un canon estético que la identifique. Pero tú sabes mucho más de ésta que yo.

Y también sentí de nuevo la seducción de tu lengua, magma en ebullición que roba nuestra mirada y la fija en las pequeñas y múltiples incandescencias azoreanas (qué bonita palabra: emarouviado), en los expresivos neologismos que creas a partir del sentimiento (estrenoitados), o del hibridismo lingüístico (tan refrescante y deliciosa que debe saber aquella biínha, bebida entre afectos azor-americanos).

Con lo que, también te digo, no envidiaría al traductor que alguna vez se atreva a dar una versión de tu *Passageiro* ... en otra lengua que no sea la de Cristóvão de Aguiar. Tendría que reventar una lengua a partir de la que tú has ido creando.

### Três tempos de uma só ilha. 1. O desacerto da viagem<sup>1</sup>

Carlos Ascenso André

125

Transeunte da vida, sacudido pelas vagas do acaso, aos baldões do destino, caiu o homem em um desses enormes salões desertos – desertos, sempre, posto que povoados de rostos sem conta e de multidões, as mais das vezes, sem rosto – de um aeroporto. A aguardar embarque, que é quanto se espera de um passageiro em trânsito.

Por ali vai ficando, entre trastes que desconhece, restos de viagem (quem sabe de quantos naufrágios?), a partilhar aquele pedaço de cais onde aportam jangadas sem nome como é a sua, “botes de andar à deriva” (p. 9), iguais àquele que até ali lhe carregou o “corpo já de si tão esburacado” (p. 9). Por ali vai ficando,

---

<sup>1</sup> Tempos seguintes: p. 137 e p. 159.

encolhido no seu tempo, um tempo de espera, sem outro horizonte que não seja a sua espera e a espera de quantos o acompanham sem que ele os tenha escolhido por parceiros de jornada.

Por ali vai ficando, acobertado num tempo sem tempo, refugiado naquele ocasional convés; sim, porque este passageiro em trânsito, quedado no tempo, como todos os que merecem um tal nome, transita entre dois portos, ele próprio metáfora de viagem, como que no convés de um cargueiro que entre duas ilhas o transportasse, nem que uma delas seja (será, por certo) um continente.

Por ali vai ficando, a aguardar um destino, uma chegada. Que lhe aflora, primeiro, à presença (leia-se memória)? A solidão, antes de mais. Importa povoá-la. De lembranças, desde logo, depois... de gente.

Assim é *Passageiro em trânsito*, seja na segunda versão, refundida e, diga-se, desde logo, enriquecida, seja já na anterior, saída do húmus da alma, como que em primeira fornada, para deitar mão de uma das metáforas em que o narrador é recorrente. Passageiro de uma viagem que se não diz, de um voo que fica por saber, de um destino que se não conhece. Em trânsito. Até à página derradeira. Por opção assumida, confessa a dado ponto, quase inadvertidamente, como quem deixa escapar, em sussurro, um desabafo mal consentido:

*Ser passageiro em trânsito tem os seus poréns mas também muitas regalias: dorme a gente descansada em todos os aeroportos do mundo que se vai criando cá dentro desde tenra idade, anda-se em trânsito pegado para um lado de lá qualquer.*

*Fico elucidado. Passageiro em trânsito é o que mais me convém. (p.51)<sup>2</sup>*

Que avião o trouxe até ali – e de que aeroporto, de que cidade, de que viagem – não o sabemos.

Sabemos, isso sim, que nessa outra jornada, mais longínqua, a que chamamos vida, vem das ilhas. Da lembrança delas se povoam os primeiros momentos na sala de espera. Infância, escolas, liceu, rostos a que se esforça por tirar a poeira dos anos, palavras que revive, que vai retirando do ficheiro da memória. Saudade, enfim (palavra com que abre, quase abruptamente, o terceiro capítulo, na segunda edição). Viagens, depois, o destino de todos os ilhéus – paradoxalmente fadados para viajantes, sem perderem o estigma da ilha, essa “pedra na vesícula” (p. 26), a atormentar nos caminhos do devir. A ilha. E o mar.

<sup>2</sup> Todas as citações são feitas a partir da primeira edição (Cristóvão de Aguiar, *Passageiro em trânsito*, Lisboa, Signo, 1988). A leitura, no entanto, conjuga esta com a segunda edição (Lisboa, Salamandra, 1994).

*Não se apagou em mim a atávica atracção pelas docas. Caíram em desuso, é certo...  
Haverá algum dos meus companheiros de ilha que não tenha, numa das enseadas do corpo ou da lembrança,  
um pequeno cais de acostagem de contrabando de sentimentos, sobretudo se a ilha se agiganta, arroxeadada, no  
horizonte? (p. 52)*

De rotas de passado, portanto, se faz o deambular na sala de espera (de espera?) do aeroporto. Rotas de passado, mescladas de medos, de culpas, de remorsos, de ressacas, de amores exaustos a desembocar nas veredas difíceis do cansaço.

Só bem mais tarde, em jeito de quem porfia por “aquietar a consciência” (p.57), deita o olhar ao largo e se dá conta dos outros passageiros em trânsito: pedaços de emigração, que “nacionalizaram irreversivelmente o seu território de permanecer em trânsito” (p. 57).

Detém-se a observação, não sem sucessivas hesitações, deliberadamente assumidas, em jeito de quem alonga o passo para não perder de vista o que os olhos vão alcançando e filtrando, em Deolinda, viúva de Joe Perry, fabricante de chouriços, afadigada a desfiar dolorosas recordações do defunto marido diante de um tal Manuel Reigó, ocasional parceiro, não se sabe se de viagem se de espera; todos eles, naturalmente, em trânsito precário entre a América e a ilha natal. Aparentemente nomes forjados, verdade seja, pois somente o de Joe se faz ouvir nas dolentes lamúrias saudosas da viúva. Mas que impede o passageiro em trânsito de rotular os rostos que vê desfilar na sua sala?

É, ainda assim, uma concentração difícil, esta de quem quer firmar-se em recordações alheias, quando tanto lhe pesam já as que no próprio corpo e na alma vem carregando. E não tarda que umas e outras lhe invadam, a contragosto, o silêncio, também ele pejado de vozearias desencontradas, de novas lembranças das ilhas.

Assim se vai consumindo, página após página, o mesmo é dizer lembrança após lembrança, o romance de Cristóvão de Aguiar, feito de um relembrar que nele vai desfilar ao sabor do tempo, da solidão, das pessoas, da sala de embarque, de encontros e desencontros... e da história da viúva Perry, firmemente apegada à imagem simbólica do marido no adeus que nunca parece ser definitivo. No fundo, um percurso feito de memórias próprias (das ilhas) e alheias, se é que o alheio, aqui, não é sempre a outra a face de quem se conta.

Afinal, que impede um passageiro em trânsito de escolher a rota do seu peregrinar? Nada, o autor mesmo o diz, ou o outro que, em seu nome, escreveu o livro. “Percalços da desencontrada geografia de

sentimentos” – não sou eu, mas o narrador quem o afirma. E aqui reside o paradoxo do texto: teimoso no seu apego à Ilha, bem enraizada no meio do oceano, dela se despega, não menos teimosamente, como quem busca, no desacerto, os ritmos do seu próprio passo:

*A raiz pertence-me, ninguém ousa pôr este princípio em causa. Perfura-me o húmus, e a outra pouca terra arável, com algum do meu consentimento. (p. 83)*

*Passageiro em trânsito* é agressivo; mais: é um belo canto agressivo. O autor fecundou-o de viagem, mas não quis – como poderia querer? – descortinar o sentido dessa viagem. Em trânsito, sim, mas contraditório em si mesmo, por ser trânsito de adeus e de retorno.

Lê-se um regresso à Ilha, a que inevitavelmente importa regressar. Navios, linguagem, nomes, símbolos – e, mais do que tudo, uma vontade mal disfarçada – são a semente e a marca desse retorno. Os regressos de Deolinda Perry ou do senhor Reigó, a primeira prenhe de morte, o segundo fecundado de silêncio, são a atracção de uma raiz que clama hinos amaldiçoados. Por isso, a morte que deixam atrás pode ser – é – a raiz, já não comovida, mas cerceada. Sentir a raiz só é possível do outro lado do solo, quando a hesitação entre a luz e o húmus pode ser a definição de vida.

E serão, igualmente, o caminho do apaziguamento insistentemente buscado nas múltiplas histórias, sejam elas próprias ou alheias:

128

*Estou cansado. Doem-me as costas, as pernas – dói-me tudo, menos a raiz: está agora serenada. Desde que aqui cheguei, perdi-lhe já a conta do tempo, que ela nunca mais deu sinal de si. Talvez aqui resida, quem sabe, o milagroso remédio para os padecentes de dores de raízes como eu: a sala de espera de um aeroporto e, sobretudo, o estatuto de passageiro em trânsito. (p. 141)*

Creio que nunca como aqui Cristóvão de Aguiar espelhou a simples e incontornável contradição: a raiz nas Ilhas só é raiz quando sentida fora delas. Não se sente a raiz sem erguer o caule para além do chão.

Daí a força de *Passageiro em trânsito*. Em trânsito, por opção assumida; em trânsito, mas na hesitação da viagem. Perdoar-se-me-á, por isso, a ousadia da interpretação estilística: martelar frases curtas, como quem gagueja monossílabos, pode ser – será? – o retrato titubeante da hesitação.

*Sei que para trás não regresso: não me interessa sentir as dores de uma qualquer raiz assanhada....*

E, logo depois:

*Vou deixar-me ficar na sala de espera do aeroporto. Fico aguardando outros passageiros em trânsito. Depois irei também para a minha Ilha, que cheira a poejo e a limonete e a lava recozida. (pp. 145-146)*

Pura ilusão!... Nem uma nem outra afirmação podem ser verdadeiras...

Prisioneiro do espaço incerto, a soletrar reticências, ancorado entre o cais e o aeroporto, o passageiro sabe, de uma sabedoria lucidamente angustiada, que jamais pode embarcar.

**UM GRITO EM CHAMAS**

## *Um Grito em Chamas* ou a completude da escrita<sup>1</sup>

Cristina Robalo Cordeiro

4 de Abril de 1995

São-me pedidas algumas palavras de apresentação do novo romance de Cristóvão de Aguiar, *Um Grito em Chamas*.

Perante um público de amigos e apreciadores da sua obra, socorro-me da dupla isotopia do **canto** e do **corpo**, procurando cruzar a metáfora musical que explicitamente percorre o texto – lhe empresta coerência, o pontua de notas e andamentos, de pontos e contrapontos, num ritmo que oscila de *adágio a multo vivace*, passando por *allegro ma non troppo* – com a de um organismo vivo que se exprime na completude dos órgãos que o compõem e onde ao plano dos afectos se acrescenta o da racionalidade e o da transcendência, na busca de um sentido totalizador da vida.

A dimensão afectiva é a que leva Cristóvão de Aguiar a escrever com o **coração**, criando um imaginário da memória que ajeita e corrige o passado, retocando as imagens que o tempo imobilizou, em inevitável extravasar de um vivido onde o leitor tem a tentação de reconhecer um percurso autobiográfico. É na teia das estórias que nos são contadas que se recria aqui o mundo das emoções.

A dimensão intelectual obriga Cristóvão de Aguiar a escrever com a **mente**, com a inteligência de quem conhece a máquina da escrita, os mecanismos e as articulações com que o romance se constrói. Como um tecido, o texto faz-se em entrançado lógico e necessário de elementos e estruturas, recusando o artificialismo mas também nada deixando ao acaso, na obediência a uma composição coesa e forte.

A dimensão simbólica é que põe o Autor a escrever com a **alma** e a procurar um sentido para além da superfície das coisas, dos sinais explícitos e evidentes do real. A alegoria e a metáfora ajudam a desvendar o inacessível e a descobrir o mistério e a transcendência da vida: pela palavra, passa-se aqui do tema ao mito.

---

<sup>1</sup> Texto de apresentação do romance *Um Grito em Chamas* (Edições Salamandra, Lisboa, 1995) em 4 de Abril de 1995, na Casa Municipal da Cultura de Coimbra.

## Conto do coração

“Bem vozeado saíra da matriz. Aí se inaugurara. Era o espantado grito da tia Severiana de Jesus. Até transportava parecências, salvo o devido respeito e temor que devem merecer as coisas da Santa Madre, tão sérias e sagradas, com o magoado garganteio de certas cantoras do coro da capela, principalmente com o da Susaninha [...]. Difundiu-se o grito pela vizinhança, alastrou-se para além dela levado na crista da onda do silêncio que forrava aquela meia manhã de Agosto, que rima com desgosto.”

O romance abre um com um episódio ocorrido numa manhã de sexta-feira de um Agosto agoirento: 13 notas de conto de réis inadvertidamente queimadas pela tia Severiana de Jesus, “enrodilhadas entre papéis e recibos velhos” que o lume ateadado na lareira da sua cozinha depressa devorou, e que nela acordam um grito desmedido! Fulcral e simbólica, esta cena inaugura a evocação de uma vivência singular – a da tia Severiana de Jesus – e colectiva – a da freguesia da Tronqueira, no Concelho da Ribeira Grande da Ilha de São Miguel.

134 A existência da tia Severiana chega ao leitor através do relato de momentos marcados e marcantes, em instantes de dores fundas e caladas e de desmedidas aflições. É assim que conhecemos a família – e a malquerença que se reflecte na severidade dos pais e na hostilidade dos irmãos –, a escola – e a figura repressiva de Dona Jacintha, a quem Severiana guarda um rancor secreto e profundo –, episódios da sua vida, ora tristes – como a operação de barriga aberta que coloca Ti Aristides, seu marido, perante graves dificuldades económicas – ora suculentos de troça e riso – como o dos figos de Ti Aristides ou o do voo de Dona Clemência Cancela, levada pelo vento –, ou ainda aspectos configuradores da sua personalidade, como o amaldiçoado canhotismo que, enquanto tara reveladora de um pacto com o demónio, a estigmatiza desde o berço, e a sua conversão à Igreja Adventista, a nova vivência da religião e do diálogo com Deus, ambos sinais de afastamento de um padrão normalizador, de uma diferença que pouco a pouco se revela, evidenciando em Severiana um tom que destoa – um contraponto! – na desejada e absoluta monotonia de uma massa colectiva e amorfa.

A vida da Tronqueira – a vivência e os costumes da aldeia, o desenho das suas figuras proeminentes, o senhor padre vigário, a professora Caracola, o arqueólogo, senhor Correia, o doutor Virgílio, o primo Jovino, as senhoras Sosas –, ritmada pelas visitas bianuais do rateiro, pelas festas da Senhora das Vindimas e do Coração de Jesus, e trazida aos anais da História pelas calamidades que sobre ela se abateram, a pneumónica ou o tifo, é



transfigurada em cenário de conto maravilhoso por fabulosas ocorrências, como o milagre das roseiras abraçadas ao pé do túmulo de dois jovens que a vida não chegou a juntar.

Entre a vivência do quotidiano de Severiana e a representação da aldeia, vai o narrador também falando de si, desvendando momentos de uma vida contada ao ritmo dos acidentes que marcam o rosto de uma terra e de uma natureza abanadas por ventos e trovoadas, ciclones e sismos.

Tudo isto, na desordem de uma memória que procede por associações e se deixa espicaçar por imagens, palavras e atmosferas, recusando a linearidade do desenrolar cronológico e a tranquilidade de um vivido sequencial. Neste entrançar de ramos – e de notas! – vão-se desenhando com crescente nitidez as silhuetas, os corpos e os gestos, que progressivamente se tornam rostos, expressões e olhares. Pouco a pouco vamo-nos sentindo da casa, reconhecemos os passos e as falas de quem nela habita: e nesta inevitável apropriação, Severiana de Jesus – porque sempre mais presente do que todos os outros – é cada vez mais por nós interiorizada, cada vez mais sentida como nossa!

### **O canto como “cosa mentale”**

O que poderia aqui ser entropia afectiva – o bater do coração e o pulsar do sangue nas veias deste corpo – é recolhido e formalizado por uma estrutura compositiva que lhe confere a dimensão de obra literária. Presidido pela ideia de polifonia – de uma polifonia orquestrada –, o trabalho de construção determina uma organização textual em quatro partes – andamentos! – segundo um percurso narrativo que privilegia dois pontos de vista e duas modalidades de enunciação. É o narrador que abre e fecha o romance, em *Adágio* e *Per finire*, ouvindo-se a voz de Severiana em caudal de palavras que contam, lembram e relembram o seu passado, nas duas partes centrais. No primeiro caso, amalgamando a evocação da vida da tia com cenas e lembranças da sua própria vida, dirige-se o narrador a uma figura de mulher exterior à história – “meu amor” – dando-lhe a conhecer um universo de onde terá estado ausente. No segundo, Severiana de Jesus dirige-se ao narrador, em diálogos que correspondem às várias visitas do sobrinho à Ilha de São Miguel.

A organização do romance em torno destes dois planos discursivos implica a revisitação das mesmas cenas, diferentemente perspectivadas segundo o olhar de quem as restitui como se, à medida que avançamos, se

fossem também ajustando e regulando as lentes do nosso olhar. E assim se vão entrelaçando planos, abrindo e fechando círculos, juntando as peças de um *puzzle* que o autor deliberadamente não quis construir para nós, como se a realidade evoluísse em duas espirais paralelas que, de tempos a tempos, unissem os seus movimentos circulares e confundissem os seus anéis.

Em ambos os discursos está patente a preocupação de mostrar os bastidores desse teatro onde o texto se faz. Ao desfilarem os seus rosários, e apesar do aparente caos dos fluxos verbais de que são responsáveis, o narrador e a tia desvendam o movimento que os determina e a vontade de que estão animados: querer contar, sim, mas deixar algo em suspenso, criando expectativas – “Vou-te agora contar”, “A seu tempo te contarei”, “Espera um instante. Já te conto o passo todo” –, num jogo de contenções e de expansões que hesita – ou finge que hesita – entre tudo dizer e não dizer tudo, e que assim coloca um certo ocultamento do real como fundamento de uma estratégia discursiva que privilegia na elipse o modo de expressão de um segredo, o da própria vida.

Através destes dois discursos, procura o Autor restituir dois modos diversos de dizer, o da oralidade e o da escrita, mostrando o que profundamente as aproxima e para ambas é essencial: a vontade de comunicar, o poder do encontro no diálogo e o valor soberano da partilha. E é aqui que também nós, leitores, nos sentimos mais implicados, incluídos nesse *tu* que de nós também é feito, seja ele a mulher-companheira a quem o narrador se dirige ou o sobrinho-narrador com quem a tia Severiana fala.

136

### A alma do texto

Se é certo que a estrutura compositiva do romance quer sustentar a desordem das emoções que determinam a estória, igualmente certo é que parece escapar-lhe uma franja discursiva, assinalada no corpo do texto pelo uso do itálico. Nestes pequenos fragmentos narrativos – que abrem cada uma das três primeiras partes –, o narrador pensa em voz alta, interroga-se e discorre sobre a essência da escrita e da criação.

E assim se passa à palavra e à dimensão transcendente que a pode iluminar. O texto revela-nos agora uma alma que se liberta das peças apertadas da sua composição, dos limites impostos pela sua materialidade, se oferece como escavação espiritual e humana e se torna alegoria ou metáfora, símbolo ou mito.

É o momento em que se diz a importância do dizer, da palavra solta à boca do presente que se faz urgência e se derrama no papel, de uma palavra dita nos diálogos trocados – a da tia e da sua arte de bem conversar, pois que “muitas poucas coisas há-de haver nesta vida que cheguem aos calcanhares de uma boa conversa”, e a do sobrinho, “ilhéu transmigrado”, expressão da “inexorável caminhada em busca do texto perdido”.

É o momento também da apologia da palavra a decifrar, como a da Bíblia onde Severiana de Jesus encontra a serenidade de um absoluto partilhado. Simbolicamente, este verbo divino é o do próprio texto, o de um autor profeta a cumprir um destino e uma missão, palavra testemunho de uma outra palavra santificada pela lonjura, pela memória e pelo afecto.

É o momento ainda da palavra criadora, expressa no gesto simbólico de amassar o pão com mão firme e segura, mão de mestre ou de maestro, do escritor que, pela escrita, transfigura o mundo.

*Per finire*, quando a forma que controla dá lugar à doce incerteza do sentido, é um grito que percorre o texto, como um eco. O grito da personagem Severiana de Jesus ou o nosso próprio grito, aquele que o escritor foi capaz de ouvir, de entender e com o qual escreveu um poema.

**Três tempos de uma só ilha.**  
**2. *Intermezzo*: o grito incontido<sup>1</sup>**

Carlos Ascenso André 137

Abre-se o romance, ou, por outra, a “polifonia romanesca”<sup>2</sup>, no acto narcísico, como em toda a escrita de primeira pessoa, de esventrar a memória. Na porfia de esquadrihar o passado (e a Ilha, que nele se refugia e adensa), sobre ele vai abrindo janelas, aparentemente a descompasso da escrita, que é como quem diz, ao arrepio de outro fio condutor que não seja a emoção de quem recorda, filtro por opção assumido, posto que pouco fiável.

Assim se vão delineando, a traços soltos e descontínuos, rostos avulsos, em jeito de esboço, a que outros traços, ainda por riscar, mas por ora mal adivinhados, hão-de dar forma e consistência. Assim se vão

---

<sup>1</sup> Outros tempos: p. 125 e p. 159.

<sup>2</sup> Cristóvão de Aguiar, *Um grito em chamus: polifonia romanesca*. Lisboa, Salamandra, 1995.

desenhando, meio difusos, como se mais não foram que névoa, quadros dispersos, que a narrativa por fazer deverá encadear, organizar, para lhes dar sentido e coerência. Uma polifonia, afinal de contas, por grande que seja a sua diversidade, a fazer jus ao nome, não deixa de ser singular.

Constrói-se, pois, a história aqui narrada de movimentos múltiplos, tonalidades, por vezes, desencontradas, a desafiar o leitor a uma audição de conjunto; aí, e só aí, quando todos, reunidos mais do que somados, poderão vir a ganhar razão de ser. O mesmo é dizer que aí, e só aí, quando um olhar sobre tantos e tão soletrados episódios vier a alcançar e abranger a imagem do todo, o fio condutor, como se dizer-se, se deixará vislumbrar.

Um desafio ao leitor, portanto, ou ao ouvinte, pois assim quis o autor que ele se considerasse.

Severiana de Jesus ou Ti Aristides, Jovino ou o mestre Bento dos Reis, o Doutor Virgínio ou o Jaime ou o Valentim, entre tantos outros, a par do eu que com eles vai alternando no diálogo com tia Severiana, sobre todos recai a incumbência de darem corpo a este drama compósito, polifónico.

Tronqueira e a Ilha, com todas as aldeias em redor, tocadas de longe pela sombra esperançosa da América, são o espaço exíguo (por vezes, embora, do tamanho do mundo), onde o drama se desenrola. Até ao grito final.

138

Deixemos de lado, contudo, a trama, de que se fazem os romances (e também as “polifonias”), para olharmos, em especial, essa mesma tia Severiana, saída de um sonho ilhéu, telúrica como uma sibila povoada de solidões e consulentes, com a força de um maremoto. É ela que povoa todas as páginas, é dela que se tece, por inteiro, o timbre deste grito.

Dela e do que em torno de si mesma faz girar, em rodopio só aparentemente descontrolado, evolva-se um quadro entretecido de húmus, aquele mesmo que perpassa, desde *Raiz comovida*, a obra de Cristóvão de Aguiar e do qual, porventura, jamais se libertará.

Tem, por isso, o leitor mais atento alguma dificuldade em se afeiçoar à ideia de um narrador final que sepulta tia Severiana aquém do seu grito. Compreende-se, é certo, e vislumbra-se o acerto e a necessidade, porventura legítima, de sustar as personagens na suspensão de uma história inacabada, que desfaz o mito do narrador quando o confunde com o destinatário, como aqui acontece.

*Um grito em chamas* será, talvez, isso mesmo: o fulgor da terra quando se funde com o oceano; o fulgor do(s) tempo(s) quando se solve(m) no discurso fluido da e com a memória; a suspensão do grito de tia Severiana, como que a travar o amanhecer somente pressentido.

As personagens configuram-se bem nos seus trajos singulares, isto é, na linguagem que ineludivelmente as marca.

E Tronqueira com o seu termo define um espaço delimitado por fronteiras com o rigor da penumbra.

De toda essa imprecisão se tece uma história tecida de mil histórias. Como todas. Só assim a polifonia se compreende e justifica: um imenso acorde que sussurra de longe notas desencontradas, cuja harmonia inconsciente se assemelha ao fragor das ondas que assaltam as ilhas pela calada da noite silenciosa.

**O BRAÇO TATUADO**

### *O Braço Tatuado*

“Um novo romance que deixa ainda e sempre presente o drama da Guerra Colonial”

**Júlio Conrado**

*Jornal de Letras*

20 de Novembro de 1990

Cristóvão de Aguiar narra em **Braço Tatuado** a sua experiência de guerra, na Guiné, nos anos sessenta. O texto figurou inicialmente no romance **Ciclone de Setembro**, publicado em 1985, mas veio a ser daquele destacado e reescrito, apresentando-se agora como peça autónoma. Se mudou de título, adverte o autor em nota preambular, não houve intenção de vender «gato por lebre» e sim de adequar o novo título «ao fio condutor da narrativa». O inicial **Ventos de Guerra** «só estava ajustado dentro da sequência romanesca onde se encontrava arrumado; **Terra de Ventos** e **Futuro de Ventos**, que constituem, respectivamente, a primeira e a terceira parte do já referido **Ciclone de Setembro**».

Esclarecida a reciclagem desta «narrativa militar aplicada», interessa sobretudo referir que a presente obra não é só mais um livro sobre a guerra colonial. Cristóvão de Aguiar, prosador dos melhores no nosso actual panorama literário, aborda, de maneira directa e contumaz, matéria ainda sensível no tecido mental português ao ficcionar as atrocidades cometidas num quadro de progressivos desrespeitos pela vida humana e esclerose ética – que a «lógica» bélica sustentada por «leituras» enviesadas do conceito de pátria leva a consequências de inimaginável horror. As cenas de atrocidades são narradas friamente, como se o quotidiano de guerra as naturalizasse e a sua constatação escrita não justificasse a ultrapassagem dos mínimos obrigatórios de objectividade. Em todo o caso, entre o requinte cruel das sevícias e o destino fatal dos seviciados, há um território de alarme ainda incompletamente revisitado, se se pensar que Cristóvão de Aguiar, denunciando embora o tratamento selvático, contrário às convenções internacionais, dispensado aos prisioneiros, é ainda sobre a tragédia individual do soldado sacrificado a um conflito cujo sentido não entende que faz incidir um maior investimento de atenção.

143

## HONRA ÀS VÍTIMAS

Para os soldados da companhia 666 vai, pois, o melhor da arte do autor, ao erguer, com o conto **Abertura em Dó**, um dos soberbos monumentos escritos em honra do militar português vítima de guerra colonial, «com os ponteiros do relógio subitamente parados nos vinte e poucos anos». Trata-se do «novo início do livro», uma espécie de comentário ao capítulo nono, ou, se se preferir, uma *remake* desse capítulo com recurso a outros ingredientes: o sangue fantástico inunda a história, a emoção solta-se, a fábula rompe da estreiteza realista primitiva para se espriar num vasto espectro surreal. Em vez de emendar a versão original, em vez de se **emendar**, Cristóvão de Aguiar mantém aquela e junta-lhe outra – mais rica, mais perturbadora – como se fossem dois escritores a tratar o mesmo tema por caminhos estéticos diferentes.

Só por si, este belo texto de abertura – será excessivo compará-lo ao extraordinário plano da árvore, do **Non**, de Manuel Oliveira? – vale o livro. Mas a história do soldado Niza (tatuado com os dizeres **Amor de Lena**, a sua que o trocava por outro) que renunciou, enforcando-se, a aceitar trazer na pele para todo o sempre o símbolo traidor, põe o selo de qualidade num trabalho súbita e inesperadamente actual graças ao detonar eleitoralista da problemática da descolonização.

### *O Braço Tatuado* ou a guerra revisitada

**Victor Rui Dores**

7 de Dezembro de 1990

“E aqueles que caíam tinham nos olhos  
espantados a recusa da morte aos vinte  
e poucos anos” (pág. 126)

As feridas da Guerra Colonial Portuguesa não cicatrizam facilmente na memória dos que a viveram.

Com efeito, são aos milhares os portugueses que sofrem, hoje, do chamado “distúrbio pós-traumático do stress da guerra”. Há os que ainda não conseguem esquecer os episódios mais dolorosos por que passaram em África; há os que ainda sofrem de pesadelos e insónias; há os que são perseguidos por sentimentos de culpa (de



atrocidades cometidas), ou por recordações dos anos de violência. Enfim, é já lugar comum dizê-lo: os que fizeram a guerra em África nunca mais serão o que eram antes de para lá ter ido.

Ora, como se sabe, há toda uma geração de escritores portugueses que se viu forçada a ir combater para África. Marcados pela dura realidade da guerra, tais escritores viriam a dar, nos seus livros, importante testemunho literário da presença dos portugueses por terras africanas. Apenas para citar alguns nomes: Álamo Oliveira, António Lobo Antunes, Cristóvão de Aguiar, Fernando Dacosta, Fernando Assis Pacheco, João de Melo, José Martins Garcia, Manuel Alegre, Mário de Carvalho, Santos Barros, Urbano Bettencourt, etc. Estes e muitos outros escritores também não conseguiram calar o rio magoado do ressentimento. Daí que eles, tendo (sobre)vivido à guerra, façam, hoje, o exorcismo da memória através da ficção narrativa.

Vem tudo isto a propósito do último livro de Cristóvão de Aguiar, “O BRAÇO TATUADO” (Signo, 1990), no qual o autor faz um (re)ajuste de contas com a Guerra Colonial Portuguesa. O livro dá conta precisamente da experiência humana e da realidade social dessa guerra.

Mais do que isso “BRAÇO TATUADO”<sup>1</sup> relata o trágico absurdo da condição militar. Por isso, pelas suas páginas, perpassam os dias da incerteza da guerra: o medo, a solidão, a angústia, a inquietação, o pessimismo, o desapontamento, o desespero... É doloroso esse quotidiano bélico, regrado por operações e emboscadas, mas também por amizades que se constroem, por cumplicidades que se aprofundam, por experiências de grupo que se vivem.

Há a hierarquia “castrense e castradora” e há as teias do delírio e da loucura. (Neste aspecto, é bastante significativo e sintomático o suicídio do soldado Niza). Anti-heróis inadaptados, numa guerra onde o que conta é manter-se vivo, as personagens (humaníssimas) de “O BRAÇO TATUADO” entregam-se com sinceridade a contar o tempo que lhes falta para o definitivo adeus às armas, aguardando, com impaciência, o regresso a Portugal.

O resto é o rumor da violência ensurdecida; e é a rotina dos relatórios hipócritas (em que os vivos e os mortos viajam sempre “abanados de pré e alimentação até hoje inclusive”); e é a leitura expectante das cartas e dos

---

<sup>1</sup> Recorde-se que o texto deste romance surge agora rescrito após ter constituído originariamente a segunda parte do romance “CICLONE DE SETEMBRO”, com o título de Os Ventos de Guerra.

aerogramas; e é a chegada de novos contingentes de tropa (e é a agonia da ideologia do Estado Novo); é, enfim, o horror de matar e ver morrer.

Ao narrador-protagonista de “O BRAÇO TATUADO” restará assumir a consciência crítica dos factos que o rodeia. Cá está ele a debater toda a problemática da guerra; e a questionar os mecanismos e os bastidores que suportavam a manutenção desse conflito armado, a partir de Lisboa. Deparamos, neste livro, com a denúncia das atrocidades cometidas por portugueses contra populações africanas, dando-nos o narrador a exacta dimensão da guerra na consciência de ambos os povos.

Escrito com desenvoltura narrativa, “O BRAÇO TATUADO” é um livro que questiona e nos inquieta e que, por isso, mas não só por isso, importa ler.

**A DESCOBERTA DA CIDADE E OUTRAS HISTÓRIAS**

## *A Descoberta da Cidade e Outras Histórias*

Daniel de Sá  
Outubro de 1991

### PREFÁCIO (para adultos)

O Escritor está num tempo parado na memória. Não convém que avance, porque a vida é tarde depois da infância. Ele tem o dom do pensamento e da palavra, sem esconder nem fingir. Sabe que tudo aconteceu como recorda, apesar de nada ter sido exactamente assim. Os olhos da memória vêem por outros olhos e, mais do que elas mesmas, as coisas são o juízo que se faz delas. E, no entanto, não mudam esses gestos que se fixaram no tempo. Só o tempo se muda e os muda. E só por isso, também, o que foi ontem, como hoje o Escritor o diz, já não é o que foi, por já não ser.

O Escritor está no mundo da infância. Da sua, como na de todos os que a não perdem, porque só se perde quando se perde a memória dela. E essa memória é como um vinho sagrado, que envelhece e se enobrece à espera da celebração final da vida. Depois, quando o homem tem cumprido já o seu destino, e se cumpre e completa na indignidade da morte, lembrar-se-á dele uma data de privilégio: o dia em que nasceu. A seguir, o vazio de longos anos de esquecimento, como se não se vivesse entre o nascer e o ser grande. Como se o homem se fizesse só depois da sabedoria profana e diplomada... ou só depois de um livro... ou só depois da obra...

No entanto, o homem é um ser que se cria lentamente, como se a Natureza quisesse nele tudo bem acabado, com muito tempo para burilar-lhe as formas e a força do corpo e cinzelar-lhe a beleza e as virtudes de alma. E, ao consumir-se essa construção sagrada da infância, fica o homem completo. Depois, nada verdadeiramente muda nele.

Cristóvão de Aguiar dá-nos, na palavra, a preservação da memória. Fita o passado e fixa-o nos pormenores que nos aconteceram a todos, porque ninguém foi criança se não pôde amar a vida nesse tempo em que o Mundo parece, mais do que nunca, ter sido feito para nós e também por nós.

E as recordações que mais perduram são as de todas as pombas da nossa meninice, das árvores onde se foi índio ou Robin dos Bosques, da avó que nos adocicou a boca com delícias e os ouvidos com histórias velhas,

149

dos medos sem sentido e das aventuras de uns quase nada, dos beijos de pai e mãe para quem se foi o melhor filho do Mundo, dos piões partidos, das calças rasgadas, das guloseimas impossíveis...

Hoje, esse mundo de Cristóvão de Aguiar, reconstruído pela palavra, continua a ser o melhor dos mundos possíveis, o que só é verdade quando se o vive em criança. E nenhuma dentada de fome, negada, ou morte de bicho amado, puderam destruí-lo, ainda que, por momentos, o tenham posto em desequilíbrio.

O talento do Escritor repõe as coisas nos seus lugares. Um talento que emociona, pela perfeição da Língua, pela poesia que respira, pela verdade vivida. Estamos no seu mundo quase tanto como ele, postos nos mesmos caminhos e conduzidos aos mesmos diálogos com a nitidez de um presente intemporal. Participamos, figurantes, nos seus momentos infantis de glória ou desencanto, e acabamos a viagem vendo, pelos seus olhos, o desalento de um menino grande, que ainda faz redacções de desilusão, quando o mundo mítico da Literatura, que queria perfeito, se desmorona no desconcerto de uma emulação de feira.

(O mesmo) **PREFÁCIO** (em versão para crianças)

150 Cristóvão de Aguiar é um menino que, depois de crescer, se tornou um grande escritor. Mas, de vez em quando, pensa com mais força ou com mais saudade nos seus tempos de criança, e escreve-nos histórias de encantar. Fala-nos de coisas, de pessoas ou de animais. De tudo o que foi importante para ele, e continua sendo, porque na infância é que um homem fica feito a vida inteira.

E, assim, ele recorda “A Girafa”, uma cadelinha meiga e amiga, quase como se fosse uma pessoa de família, e cuja morte foi uma tristeza enorme. Mas “A Matança do Porco” era uma morte de muita alegria, uma espécie de Natal de sangue, que se tornava uma festa de fartura para os pobres. E por dizer Natal, “O Casalinho de Pombas”, que o menino Cristóvão tanto desejou, levou o escritor Cristóvão de Aguiar a escrever um dos contos de Natal mais belos que conheço.

“A Inocência” é uma história que recorda momentos e dúvidas da infância que jamais se esquecem; e “A Descoberta da Cidade” mostra-nos o espanto e o medo de uma criança que, pela primeira vez, sai dos caminhos

seguros da sua terra, onde conhece todos os atalhos e todas as pessoas, para se encontrar, sozinha, no meio de uma cidade em que tudo é diferente e como que imensamente maior.

“O Menino Joãozinho” é uma daquelas crianças que, se fosse justo dizer que há crianças más, teria de se considerar que era uma delas. Mas também os adultos, embora os mais pequenos pensem que não se enganam, cometem erros muito grandes. Naquele tempo, era proibido ler a Bíblia, o livro mais lindo que se conhece, tão lindo que até se diz que Deus ajudou a escrevê-lo. Por isso, era às escondidas que, na casa do Cristóvão menino, se fazia “A Leitura da Bíblia”.

Nesse tempo, igualmente, era muito difícil ser aluno. Por essa razão, “Uma Aula na Escola” poucas vezes era motivo de alegria. E, como nem todos os alunos conseguem aprender facilmente, acontecem, por vezes, coisas daquelas como a que Cristóvão de Aguiar nos conta, durante “Uma Chamada na Aula de Inglês”.

E, finalmente, o escritor, agora já homem, mas talvez a lembrar-se de como pensava, em criança, que os homens eram diferentes, fala, com ironia triste, da mania das grandezas de alguns outros escritores. E escreve uma espécie de crítica para gente grande, mas de que bem podem as crianças aproveitar, que eu gostaria que tivesse sido “A Minha Redacção Sobre a Feira do Livro”.

Para dizer a verdade, eu bem gostaria era de ter escrito estas histórias todas... Mas o que importa é que elas foram contadas e, para quem gosta de ler, é uma sorte haver quem escreva coisas assim tão lindas, ainda que, às vezes, nos pareçam tristes. Mas uma das funções dos bons escritores é mesmo esta: pintar com palavras de beleza todas as cenas que inventou, ou que viveu e lhe ficaram na memória.

*A Descoberta da Cidade e Outras Histórias*  
ou a evocação nostálgica da infância

Victor Rui Dores

*A União*

23 de Julho 1992

“... a vida é tarde depois da infância”.  
Cristóvão de Aguiar

Cristóvão de Aguiar continua a escrever com os olhos na memória. O seu último livro “A DESCOBERTA DA CIDADE E OUTRAS HISTÓRIAS” (Signo, 1992) remete-nos para a memória da infância vivida e sentida no microcosmo da ilha. Trata-se de uma colectânea de pequenas histórias, que vêm complementar algumas linhas temáticas já desenvolvidas em livros anteriores do autor, nomeadamente na trilogia romanesca “RAIZ COMOVIDA” e no romance “CICLONE DE SETEMBRO”.

A infância constitui, de resto, um domínio privilegiado da criação literária.

152 “A DESCOBERTA DA CIDADE E OUTRAS HISTÓRIAS” evoca justamente aspectos ligados ao tempo perdido da infância do narrador – isto é, esse paraíso distante onde vivem a pureza, a inocência, as promessas e os mitos... Mas há também os medos, as dúvidas e as perplexidades do narrador, na sua relação com os outros: o mundo misterioso dos adultos, o “destino corisco” da vida, a iniciática “descoberta da cidade”...

Há, pois, nas histórias do livro, uma revisitação a lugares, memórias, coisas, pessoas e animais que povoam o imaginário do narrador. No que a estes últimos diz respeito, eu sou tentado a estabelecer uma relação temática entre este livro e “BICHOS”, de Miguel Torga. Bem vistas as coisas, ambos os autores humanizam os bichos de que falam, dotando-os com uma grande dose de humanidade, lucidez e fascínio. Pegue-se, por exemplo, nalguns dos contos incluídos no livro de Cristóvão de Aguiar. Como esquecer a “Girafa”, essa dócil cadelinha “de olhar lúcido e humano”? E o “casalinho de pombas”? E a festa da “matança do porco”? Eis um livro que desperta em nós uma imediata adesão afectiva.

Não há dúvida que Cristóvão de Aguiar sabe contar histórias. Li-as com emoção. São belas e envolventes, bem urdidas e bem alicerçadas sob o ponto de vista narrativo. Numa altura em que muitos escritores

tendem a uniformizar escritas e estilos, é sempre um regalo para os olhos ler um autor que, na melhor tradição de um Camilo, de um Aquilino, ou de um Nemésio, busca toda a riqueza vocabular do arcaísmo e toda a frescura da fraseologia popular açoriana.

Este autor do Pico da Pedra é, cada vez mais, um escritor indispensável, ele que tem vindo a escrever a infância insular de cada um de nós.



RELAÇÃO(ÕES) DE BORDO

## *Relação de Bordo*

**Viriato Madeira**

Carta particular

(referindo-se ao ainda original de *Relação de Bordo*)

8 de Julho de 1996

Caro amigo:

Desculpa, Cristóvão. Deixa-me ser eu, em primeiro lugar, vir falar-te da “RELAÇÃO DE BORDO”, em que cada página é, “por um assim dizer”, como o desdobrar dum ano ou anos da nossa vida, caminho acidentado e tantas vezes contraditório, em que somos envolvidos doce ou rudemente. Deixa-me ser eu, na simplicidade e limitação que me caracterizam, extravasar o que senti ao ler-te, numa precipitada e infantil antecipação às académicas e para mim demolidoras críticas, aonde o “*híbrido sub-intencional*” irá justificar “*a sublimação universalista do ilhéu e, assim, o seu ego intemporal*”. São lindas e sonantes palavras que se escrevem, mas não soam à espontânea autenticidade de quem, mais do que compreender a obra, a sentiu, a viveu e a julgou (vã e passageira vaidade) sua. É que eu, sem saber como, senti-me sentado a estibordo deste barco aonde navegas (tenho direito a isto, tão grande foi a identidade das nossas vidas) e onde, com a sensibilidade poética e apaixonada que sempre te acompanhou, vais, aos poucos, dissecando com paixão e dor, com estupefacção e alegria, com mágoa e, deixa-me dizê-lo, até com vaidade, as microscópicas “células” do teu íntimo, que são as mesmas duma geração em que o pouco era imenso, o lusco-fusco parecia uma esplêndida claridade e a visão parcial dum corpo de mulher fazia-nos antegozar escaldantes intimidades de alcova. Mas estas limitações, observadas por alguém que “manuseia”, com tanto à vontade, o íntimo de nós próprios, que mergulha e se deleita nas profundezas da nossa estrutura mental, fazem com que possam ser recriadas e repensadas de forma pedagógica e aliciantemente exemplificativa. E aos poucos, Cristóvão, os balanços deste mar, que também é meu, mas que de mim tomou conta, aumentaram, não deixam de me entontecer de alegria, de identificação, e quase que me sinto, na realidade, ao teu lado, no cemitério silencioso de cruces e pétalas emurchecidas pelo calor, a acompanhar-te na dilacerante dor da perda de tua Tia Luísa, que, longe de levar com ela um pouco de ti, pelo contrário, deixou-te muito dela, no seu amplexo de bondade, de carinho e até duma perdoável preferência por este Luisinho travesso e atrevido. E dou de

157

mim a querer controlar o incontrolável, a querer dominar o leme, numa tentativa vã de alterar o percurso da sua navegabilidade. E as ondas, que “com blasfémias de cansaço, dão punhaladas contra as penedias”, numa reafirmação de que nada fará mudar o curso do já percorrido (nada simulará ou ocultará o praticado ou sentido) parecem, efectivamente, demonstrá-lo. E, relato após relato, a violência da tempestade aumenta, num turbilhão incontido de súplicas e remorsos, de autocríticas negativas e elogiosas, de constatação de energias perdidas e objectivos diluídos na estrada calendarizada do estar aqui. Os sucessos, poucos, e os insucessos, muitos, são atabalhoadamente contabilizados, numa exposição facilmente reprovada por uma “*auditoria*” mais serena e reflectida. É que eu, levado pela grandeza deste teu público confessional, em que és simultaneamente pecador e juiz, saltei das linhas dactilografadas e lancei-me ao mar, num inconsequente e inútil suicídio, pensando calar, com tal acto cobarde, este contraditório vulcão emocional, tão depressa ruidoso e agressivo, com o expulsar ensurdecador da lava, como, de súbito, numa falsa aparente quietude. As minhas interrogações são setas que contra mim se viram, são, por absurdo que pareça, condenatórias afirmações de actos e comportamentos que, longe de serem desonestos ou de ferirem alguém, que não os mais chegados, foram (e penso que ainda são) um estigma, uma perpétua e pesada sentença, que eu assumo e cumprirei sem traumatismo ou fatalismo paralisante. É que mesmo dos erros se podem fazer grandes reconstruções, quando se tem a coragem de reflectir, de analisar e de apontar o dedo ao que esteve ou está infectado.

158

Tudo isto, Cristóvão, me sucedeu com a tua “*RELAÇÃO DE BORDO*”. Ao escrever isto não risquei palavras, não verifiquei sintaxe, nem procurei saber se o “s” não seria, talvez, “ç”. Cedilhado andava eu, porque confrontado com uma nova antiquíssima realidade, como se a nossa vida não fosse um amontoado de constantes novas realidades. Mas como esta, que eu, aos poucos, fui-me revelando, não era a mais agradável e elogiosa, inicialmente chocou-me um pouco e repeliu-me de mim mesmo. Com a inevitável bonança (numa justificação do adágio popular) comecei a ordenar-me, a rearquivar o que o vendaval misturara e espalhara no solo invisível do relacionamento passado/presente. O estrondo das vagas dava lugar ao embalar relaxante das águas que suavemente se estendiam sobre este nosso imenso areal. E é agradável ouvir este ameno bate-bate, que nos enleva e transporta ao calor dum colo materno, em que cada carícia é já o analgésico para as futuras feridas que hão-de vir. E vejo-te agora, Cristóvão, com o martelo do génio que possuis, a descansar do esforço de ter derrubado as paredes que

separam o local do universal, parafraseando a citação que fazes do *Diário* de Miguel Torga em que este supremo poeta e Homem diz que “o universal é o local sem paredes”. Com toda a tua obra desfizeste confrontações limitativas e caminhas, incessantemente, numa eterna procura do tudo e do nada que nos compõe, no universo artístico das letras. Não te imploro que não pares, pois tu és imparável, irrequieto, imprevisivelmente inovador e criativo. Comunicar é um dos teus dons! Enviar mensagens de amor e humanidade é o teu “mister”, que cumprirás até que sejas chamado à irreversível plêiade dos que, tendo partido, continuam a ser presenças constantes e imprescindíveis referências.

### Três tempos de uma só ilha. 3. A raiz. Sempre<sup>1</sup>

Carlos Ascenso André

Meu caro Cristóvão de Aguiar:<sup>2</sup>

Disse-te já da minha dificuldade em lidar com o rol de dias vividos a que a crítica literária costuma dar o nome de “diarística” e a que nós (permite-me este inusitado plural) chamámos, com toda a propriedade, *Relação de Bordo*.

Não conhecia o texto quando, em conversa de bar, daquelas onde desfiamos, às escondidas do tempo, as minudências da vida, te sugeri esta epígrafe. Confesso que receei. Depois de te olhar no minucioso processo de inventariação de trastes e cacos no salão do aeroporto, temia que a navegação te não fosse o ambiente mais propício. Pessoalmente, vejo sempre uma certa contradição entre a condição de ilhéu e a de marinheiro. É que o ilhéu firma no meio do oceano as raízes, ao passo que o marinheiro nele constrói o vaguear.

---

<sup>1</sup> Tempos anteriores: p. 125 e p. 137.

<sup>2</sup> O presente texto assume, inequivocamente, a sua feição primitiva: nasceu como uma reacção, imediata e urgente, ao original daquele que viria a ser o primeiro volume de *Relação de Bordo* (Lisboa, Campo das Letras, 1999). Como tal foi transmitida, em forma epistolar, a Cristóvão de Aguiar, com a familiaridade própria de correio entre amigos. Por opção dele, veio a ser usado, em jeito de prefácio nessa edição. Pareceu desajustado dar-lhe, aqui, outra formulação, que seguramente iria desconfigurar essa primeira leitura.

Hesitei, pois. Infundadamente, reconheço agora. Porque, em *Relação de Bordo*, todo o espaço é mar e todo o tempo é de viagem. Verdade seja que a tua condição de ilhéu te forja, de um modo muito especial, para essa contradição que anuncia, não raro, os contornos da angústia: mergulhas as raízes (poucas vezes o verbo mergulhar é tão expressivo) onde raízes não pode haver.

E é dessas contradições que se tece a *Relação de Bordo*. De uma procura incessante. Das tábuas de uma jangada. Raízes com sabor a vento e um odor a salitre. Poeira das ilhas, que é aquela que se espria sobre a bruma das marés.

No resto, este livro é igual ao retrato que de ti foram esboçando os anteriores: à ilha voltas sempre e voltarás, fascinado pela aldeia de onde se avista o mar e a viagem. Regressas às pessoas (uma em cada livro). Como quem sabe de cor o cordame de que jamais se hão-de tecer as amarras, porque amarras, neste caso, são veleiros.

Mesmo o *tu* que construístes, paulatinamente, a compasso dos dias que nestas páginas vais rastreando, mesmo esse *tu* poderá não ser quem tu planeaste que fosse. Queiras ou não, esse *tu* – que desejarias fosse a Ilha onde aportaste – é também, inelutavelmente, a Ilha de onde partiste. Simplesmente. Mágica, como todas as ilhas. Obsessiva. Fascinante. Pólo aglutinador de todas as vagas e areal por onde as mesmas águas se espriam. Espaço de encontro e espaço de solidão. A Ilha feita pessoa e a pessoa volvida Ilha, como te impõe essa condição que os acasos da fortuna ditaram fosse a tua.

Não te direi, em todo o caso, que gostei igualmente de todo este esventrar de passado. Conheces, suponho, a minha obstinação em buscar palavras nas ravinas mais afeiçoadas a silêncios. Sabes que persisto naquela estranha crença de que o encantamento é mais fundo – venha ele tecido de riso ou de pranto – quando as palavras cantam ao sabor da névoa, a ocultar farrapos inconsistentes de viagens; desagrada-me quando se assumem na sua indigência de palavras. Talvez por tudo isso – ou sei lá dizer porquê – sabe-me a tropeções o começo, em jeito de parto ajudado a fórceps, quando envergas a roupagem de soldado. Fica-me a estranha sensação de que a carabina e a caneta são incompatíveis nas tuas mãos. E o solo, aí, não dá nada. Terá de ser assim?

Prefiro olhar-te na Ilha. Mesmo quando nela não estás. Porque nela estás sempre.

## Sobre *Relação de Bordo I*

Mário Mesquita

*Público*

14 de Março de 1999

(...) Cristóvão de Aguiar é um dos principais responsáveis pela afirmação cultural dos Açores após o 25 de Abril, em especial com a publicação do romance “Raiz Comovida”, que recebeu, em 1978, o Prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa. No entanto, detesta ouvir falar em “literatura açoriana”, fórmula que, ao contrário de muitos conterrâneos e amigos seus, considera vagamente separatista e suspeita de abominável folclorismo regionalista. O Cristóvão pertence, como é óbvio, à corrente expansionista que visa alargar a outros continentes as fronteiras culturais açorianas. Além da Guiné, durante o trágico período da guerra colonial, os fragmentos do diário do Cristóvão de Aguiar articulam-se, fundamentalmente, em volta de três pólos geográficos. É o próprio quem o diz: “De há dois anos para cá, não me canso de percorrer este triângulo amoroso: a Ilha, Coimbra e a América.” Por todos esses sítios perpassa uma memória insular, que não é só nostalgia da infância, das pessoas e dos lugares, mas também referência constante a um círculo familiar alargado e complexo. Ao encanto da ilha das origens, associa-se a lembrança opressiva de uma sociedade fechada e rural, consubstanciada na freguesia natal do Pico da Pedra.

(...) A leitura de “Relação de Bordo” levou-me a reflectir sobre a relação entre a escrita autobiográfica e o discurso da História ou da informação. Se o historiador ou o jornalista apagam as marcas de subjectividade, assumindo o (impossível) papel de narradores objectivos, como se falassem de um lugar situado acima dos conflitos e das desavenças do mundo, já o diarista visa a construção do eu, assume plenamente o enunciado na primeira pessoa do singular. Simula a sinceridade. A objectividade e a sinceridade são, antes de mais, “construções textuais”. Poderíamos falar de uma retórica da objectividade e de uma retórica da sinceridade.

A procura da autenticidade concorre, no processo criativo do diarista, com a necessidade de contenção perante a multiplicidade dos potenciais leitores. Talvez nenhuma passagem illustre melhor o trabalho de construção da sinceridade, até pela (involuntária) representação teatral inerente ao episódio relatado, do que a cena patética do civil Cristóvão de Aguiar “reincarnado” na figura do oficial miliciano que meses antes deixara de ser:

**“Coimbra 28 de Junho de 1967** – Estava há dias estudando num cubículo que tenho no terraço de casa e me serve de escritório quando a Otilia lá entrou a perguntar-me o que queria que ela fizesse da minha farda camuflada, que trazia na mão para me mostrar. Andava em arrumações. Eram dez horas da noite. Havia fogueiras de São João no Largo de São Salvador na Alta, nas traseiras da minha república. Passou-me um clarão pela cabeça e disse-lhe: ‘Deixa cá ver a farda.’ Sem uma palavra passou-ma para as mãos fardei-me e saí de casa, sem ouvir sequer um resmungo. Ao chegar ao Largo de São Salvador, o bailarico estava animado e meti-me na roda mascarado de guerreiro. O meu amigo Germano Rego Sousa, da República dos Corsários e aprendiz de psiquiatra também lá estava. [...] Quando me viu naquele preparo, fardado de guerreiro da guerra colonial, deve ter torcido o nariz e desconfiado da minha sanidade mental. Aproximou-se de mim. E, muito delicadamente, pediu-me que o seguisse até à república, que queria falar comigo. Falou, interrogou, como se estivesse praticando psicanálise [...].”

(...) Os grandes acontecimentos do diarista são, muitas vezes, anti-acontecimentos mediáticos, micro-eventos recriados a partir da sua experiência quotidiana: o problema doméstico, a conversa no café, o familiar recém-chegado de Bristol, o telefonema do amigo.

Contudo, a apropriação pelo escritor dos grandes acontecimentos da vida nacional também está presente na “Relação de Bordo”, conforme sucede, por exemplo, com a ratificação do 25 de Abril pelo povo de Coimbra:

**“Coimbra, 1 de Maio de 1974** – Nunca vi um dilúvio de gente desta natureza em toda a minha vida. Nem a procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Que é a maior de todas que se realizam, também em Maio, nas ilhas dos Açores, se pode comparar com o que hoje assisti com as lágrimas rebentando-me com gostosura dos olhos cheios. Eram um tejo transbordando de povo correndo da Praça da República até ao Estádio Universitário, na margem esquerda do Mondego. Miguel Torga seguia perto de mim. Procurei ler-lhe no rosto o que lhe ia na alma. Não consegui. Mas a sua presença na grandiosa procissão cívica deu ao acontecimento uma garantia de seriedade patriótica – a Poesia e a Revolução de mãos dadas pela avenida abaixo. Oxalá seja este himeneu duradouro. Até o meu filho mais velho, o José Manuel, que tem pouco mais de sete anos, teve hoje o seu primeiro acto de emancipação doméstica – perdeu-se por entre a multidão e só regressou a casa ao princípio da noite. E estava todo contente porque, segundo declarou, sumiu-se de propósito porque conhecia as ruas que podiam conduzir de regresso a casa. Quis também saborear o seu quinhão de liberdade [...].”

Relida a (quase) 25 anos de distância, esta metáfora da criança que se perde na multidão para, depois, se reencontrar adquire redobrado valor. Além disso, representa, nesta “Relação de Bordo”, um “intermezzo” eufórico, de júbilo e alegria, que contrasta com o tom dramático e pessimista que percorre o livro de Cristóvão de Aguiar. Pessimismo que o narrador, muitas vezes, “volta” contra a personagem principal da narrativa, como se o narcisismo do diarista passasse pela severidade com que o Cristóvão-narrador lida com o Cristóvão-personagem.

*Relação de Bordo*  
ou a memória vasculhada

Victor Rui Dores  
Correio dos Açores  
25 de Março de 1999

Homem inquieto e irrequieto, escritor telúrico e intempestivo, observador infatigável e dotado de discernimento crítico, Cristóvão de Aguiar escreve com os olhos da memória.

A sua trilogia romanesca *Raiz Comovida – A Semente e a Seiva* (1978), *Vindima de Fogo* (1979) e *O Fruto e o Sonho* (1981) – é a prova disso mesmo: ali se dá conta da memória da infância açoriana, no microcosmo da Tronqueira, com gente de grande riqueza psicológica e funda expressão humana, de que são exemplos a avó Luzia, o avô José dos Reis, o Ti José Pascoal, entre muitas outras personagens que falam com sotaque micaelense, sendo o(s) livro(s) servido(s) por uma escrita que mergulha fundo no húmus do discurso popular e vernáculo. (Recorde-se a propósito que, em 1987, *Raiz Comovida* foi publicado pela Editorial Caminho, em edição revista e remodelada num só volume).

Todas as obras de Cristóvão de Aguiar são atravessadas pela memória do vivido e do sentido. Há efectivamente uma memória que escreve este autor, quer na sua poesia – *Mãos Vazias* (1965), *O Pão da Palavra* (1977), *Sonetos de Amor Ilhéu* (1992) – quer na ficção narrativa, sendo nesta última que este escritor tem dado o melhor de si.

Cristóvão de Aguiar é, acima de tudo, um romancista.

Para além da já referida *Raiz Comovida* (sem dúvida a sua obra emblemática), escreveu outros livros cujos géneros literários ele vai classificando de forma criativa e da seguinte maneira: *Ciclone de Setembro* (1985), “romance ou o que lhe queiram chamar”; *Passageiro em Trânsito* (edições de 1988 e 1994), “novela em espiral ou o romance de um ponto a que se vai acrescentando sempre mais um conto”; *O Braço Tatuado* (1990), “narrativa militar aplicada”; *Um Grito em Chamas* (1995), “polifonia romanesca”; e, agora, *Relação de Bordo* (1999), “diário ou nem tanto ou talvez muito mais”.



Há três grandes vectores que atravessam toda a obra de Cristóvão de Aguiar: a memória insular, a imigração e a guerra colonial.

Para melhor conhecer este autor e a sua escrita, convirá aqui avançar com alguns dados biográficos.

Luís Cristóvão de Aguiar nasceu no dia 8 de Setembro de 1940, na freguesia do Pico da Pedra, ilha de S. Miguel, e aí viveu até aos 20 anos de idade. Cresceu num ambiente familiar completo de avós, tios, primos, vizinhos. Deles ouviu histórias que lhe regalavam a imaginação nos serões de Inverno. A oralidade exerceu sobre ele uma influência decisiva: neto e sobrinho de poetas repentistas, o avô era tanoeiro, pai serralheiro e a mãe dada às poesias – como todo este “pecúlio afectivo e humano” estava destinado a ser escritor.

Concluídos os estudos liceais em Ponta Delgada, no liceu Antero de Quental (onde foi aluno de Armando Côrtes-Rodrigues e Rui Galvão de Carvalho), Cristóvão de Aguiar embarcou para o continente, em Outubro de 1960, “com duas malas cheias de roupa e de muitas ilusões”, conforme nos relata em *Relação de Bordo*: “A ilha foi comigo e comigo permaneceu até hoje, como companheira fiel. Foi então que a compreendi! A distância traz-nos nitidez das coisas e das pessoas” (p. 27).

Estudante em Coimbra, sofre “fortes abalos sísmicos afectivos”, anda transviado pelos caminhos da vida e da literatura e vive agitação cultural que eclode nos anos 60. Interrompe os estudos por causa da tropa. Faz recruta em Mafra e, depois, parte para a Guiné, onde viverá, durante quase dois anos, a “patriótica estopada”, isto é, a dolorosa experiência da Guerra Colonial. Dessa guerra e dos retroactivos da sua memória, dão conta os livros *Ciclone de Setembro* e *O Braço Tatuado*.

164 Regressado da Guiné, fixa residência em Coimbra, em cuja Faculdade de Letras conclui a Licenciatura em Germânicas, desenvolvendo depois actividade como professor e tradutor. Entregando-se à “lavoura das palavras” vive a dúvida e a inquietação da escrita. Escreve ele em *Relação de Bordo*: “E quanto mais leio o que escrevi, mais insegurança sinto (p. 333).

Em 1978 dá à estampa *Raiz Comovida*, que viria a receber, nesse mesmo ano, o Prémio Ricardo Malheiros e a merecer, três anos mais tarde, uma crítica elogiosa do temível e temido João Gaspar Simões, no jornal *Diário de Notícias* (2 de Abril de 1981), que ficou deslumbrado com o “pitoresco léxico” da obra.

Aquele exigente crítico, referindo-se à originalidade linguística e à técnica narrativa de *Raiz Comovida*, nomeadamente à assimilação de uma linguagem estritamente popular, ambientada no espaço geo-social micaelense, escreve que Cristóvão de Aguiar “é ágil e forte na linguagem” e considera-o “mestre na invenção de ambientes”.

Outros reputados críticos e escritores acolhem *Raiz Comovida* da melhor forma, entre os quais se destacam Urbano Tavares Rodrigues, Fernando Namora, José Manuel Mendes, João de Melo e Vasco Pereira da Costa.

É chegada agora a altura de lançar alguns olhares ao livro *Relação de Bordo* (Campo das Letras, 1999), diário que Cristóvão de Aguiar escreveu entre os anos de 1964 e 1988. O autor deixa aqui a marca do seu indiscutível talento literário, demonstrando (à semelhança de Samuel Pepys, Jonathan Swift, William Byrd, ou, no caso português, de um Miguel Torga, ou de um Fernando Aires) que a escrita diarística não é um género menor.

*Relação de Bordo* é uma obra importante, por três razões maiores. Em primeiro lugar, porque nos informa sobre as suas ideias, as opiniões e as reacções de Cristóvão de Aguiar sobre as coisas, os acontecimentos e as pessoas de um tempo e de um lugar. Em segundo lugar, porque espalha alguma luz sobre aspectos relacionados com alguns eventos que marcaram este país, contribuindo, assim, para que fiquemos a fazer uma ideia mais pormenorizada e, por isso mesmo, mais rica e mais perfeita do período em apreço. Em terceiro lugar, porque nos põe em contacto com o estilo do autor, levando-nos a surpreendê-lo em estado puro e nascente, tal e qual ele surge no movimento despreocupado de quem não pensa na futura publicação.

Por conseguinte, este livro vem contribuir para que o nosso conhecimento de Cristóvão de Aguiar – do homem do seu estilo e de uma época específica – seja mais amplo e mais completo.

De resto, o diário é um dos meios privilegiados de revelação das personalidades. A obra destinada à publicação e à publicidade rodeia-se de preocupações para que não se corra o risco de se dizer mais do que se deseja. No diário (registo íntimo de pensamentos, atitudes, observações e experiências do escritor) é-se mais verdadeiro, no sentido de que se é mais natural e mais sincero.

Em *Relação de Bordo*, autor e narrador são entidades coincidentes. Cristóvão de Aguiar deixa neste diário olhares inesperados e originais sobre os homens, as coisas e os acontecimentos, fazendo um ajuste de contas

consigo próprio (por vezes o *eu* do texto dá lugar a um *tu* judicioso e imperativo – a voz da sua consciência?), com os outros e com o mundo. “Escrever é escrever-se”, disse Júlia Kristeva. O escritor fala abundantemente de si e dos seus familiares: os que com ele vivem, os que ficaram na ilha (a qual se lhe “reverteu em pedra alojada na vesícula”) e os que se encontram emigrados.

Aliás, a (numerosa) família de Cristóvão de Aguiar possui uma “tradição embarcadiça”, movimentando-se por espaços dos Açores, do Continente Português e das Américas. Ao lermos este diário, estamos condenados a entrar na intimidade não só do autor, mas também dos seus familiares – de tal maneira eles se expõem e nos são expostos. Isto faz com que o autor circule num apetecível triângulo amoroso: a Ilha, Coimbra e a América. Vivendo na sua encantada e romântica Coimbra, ele recorda a Ilha namorada (e a “namorada da Ilha”) e escuta as vozes da avó Luz, do avô Anselmo, da mãe (que lhe escreve bonitas cartas) do pai (com quem mantém uma relação nada pacífica), do irmão Francisco e de muitas tias e primas. No dia 9 de Julho de 1979, referindo-se à sua herança sócio-cultural, escreve:

“O romance *Raiz Comovida* (...) não nasceu do pé para a mão: teve uma longa gestação, praticamente desde que saí da Ilha e comecei a compreendê-la com mais profundidade. Não é em vão que se nasce numa Ilha e se vive nela até aos vinte anos, para depois a deixar para sempre, na pele de um emigrante que sou, filho e neto de embarcadiços. Entre a parca bagagem de estudante, vinha também a minha Ilha, que, a pouco e pouco, se foi entornando para dentro de mim, transfigurando-se. Tinha sido nela que dera os primeiros passos, com muitas topadas (no verdadeiro sentido do termo), fora nela que aprendera, por dentro, o gosto amargo dos dias sujeitos e sem futuro, onde apenas floria a flor da esperança numa mítica América, paraíso atado na bolsa da imaginação e agarrado ao desejo, sempre à mão para qualquer eventualidade.

No início da década de sessenta Coimbra teve em mim o efeito de um tremor de terra dos mais elevados da escala de Richter. Foi um deslumbramento e uma bebedeira constantes, que me deixaram os miolos em calda de pimenta. O ilhéu-bicho-de-conta que era (e ainda sou) passou num repente a viver num mundo explosivo de sensações novas, que, de tão intensas e variadas, mal conseguiam assento no rústico universo que me deixaram em herança” (p. 230).

*Relação de Bordo* vale também pelos ecos que nos dá da génese dos livros do seu autor, à medida que vão sendo escritos. Ei-lo a questionar o seu próprio acto de escrita (que lhe causa angústia), a registar o *feed back* dos seus romances junto dos críticos e dos leitores. De resto, ele deixou-nos, neste diário, um perfil que se casa perfeitamente com o que se surpreende nos seus romances.

Por outro lado, este livro é animado filme mostrando cenas da vida vivida entre 1964 e 1988. Surpreendemos o autor (com o seu “feitio eriçado”) enredado em frustrações, amores mal sucedidos e súbitas paixões impossíveis... Aluno da Faculdade de Letras de Coimbra, vive atormentado com os estudos e alimenta a vaga ideia de vir a ser escritor. O seu primeiro livro de poesia, *Mãos Vazias*, não é bem recebido pela crítica... A tropa chama-o. Feita a recruta, parte para a Guiné. Temendo a morte em combate pede à mulher que venha ter com ele – para lhe fazer um filho e, assim, deixar descendência... E é na qualidade de combatente da Guerra Colonial que escreve páginas magistrais dando conta dos angustiados e angustiantes dias de guerra:

“... E eis-me aqui, diante de mim, nu, andrajoso suplicante, a alma enregelada e crucificada na cruz destes dias sem nome. Nos olhos uma fornalha de fúria e uma fome antiga não sei em que víscera, essa fome de séculos que é já grito milenário de todas as bocas em mim. Eis-me, pois, aqui, disparando bombas de palavras ao concentrado silêncio da noite. Eis-me aqui, tentando pescar estrelas no poço aberto do firmamento. Eis-me aqui, indefeso e nu, interrogando não sei que morto que vive numa parte de mim... Em frente de mim, nu e com o frio de todos os pólos, interrogo-me como se fosse réu e juiz ao mesmo tempo. E as palavras que ouço vêm da minha voz antiga, saída do mais fundo de mim, carregada de pedras e de cardos, que se grita e se contorce, morre e ressuscita, e continuo, indefeso e nu, aqui em frente de mim...” (p. 52).

Este autor é mais prosador que poeta. No entanto, em *Relação de Bordo*, exprime-se, aqui e ali, em poesia: de realçar os admiráveis sonetos “O visionário” e “Alma dolente”, bem como esse notável poema que dá pelo nome de “Sentimento de um ilhéu encalhado na praia”.

Numa prosa nervosa e viva, Cristóvão de Aguiar comenta livremente e sem reбуços acontecimentos que marcaram os anos 60: dá conta da morte de Nikita Krutchev, manifesta-se contra as guerras do Vietname e do Ultramar; testemunha o impacto causado pela publicação do livro *Praça da Canção*, de Manuel Alegre; critica a apreensão, levada a cabo pela PIDE, da *Antologia da Poesia Erótica e Satírica*, de Natália Correia; entusiasma-se com o primeiro homem a caminhar sobre a lua; assiste, com sentido crítico e irónico, à queda de Salazar; desconfia de Marcelo Caetano; denuncia o regime, os vícios e os ridículos da sociedade...

Depois vem o 25 de Abril de 1974, em que a revolução e a poesia andaram de mãos dadas na rua... Cristóvão de Aguiar descreve, com grande perspicácia, o impacto dessa revolução por todo o país, o derrube do antigo regime, a rendição da PIDE, os primeiros vagidos da democracia, a celebração do 1º de Maio... Atento e vigilante, reage criticamente à imprensa reaccionária (a do Continente, a das ilhas e a da diáspora), denuncia os

movimentos separatistas dos Açores e da Madeira e lança golpes certos à “insular bazófia”... Aos microfones do Emissor Regional de Coimbra, vai relatando cenas da vida social, política e familiar. Ainda e sempre, vai reagindo, pela escrita, a um quotidiano cheio de “tão belas contradições...”

Regressa frequentemente à ilha (há em Cristóvão de Aguiar um permanente desejo de a ela voltar), onde reencontra as raízes e revisita toda a geografia sentimental e humana ligada à memória da infância, seu paraíso perdido. Impressiona-se com a riqueza vocabular das suas gentes e regista: *alpardusco* (lusco-fusco), *garetos* (biscates), *batacum* (escorregadela), *fiminha* (fêmea), etc. delicia-se a ouvir o Ti José da Costa a dizer, em Coimbra: “Estou-me consolando a apreciar lindeza tamanha”.

O escritor efectua várias viagens aos Estados Unidos da América e fica impressionado com as contradições americanas. Ali vai encontrar “a mais requintada libertinagem” a par do “mais conservador puritanismo”. Desperta-o o “imigrês” e a aculturação dos emigrantes (tema que viria a desenvolver em *Passageiro em Trânsito*). E é assaltado por preocupações de cariz universal:

“E se mudássemos de planeta? O nosso já deu o que tinha a dar” (p. 341). Neste autor está vivo o interesse vital da experiência humana, tanto como o interesse intelectual pelas criações do espírito.

168

Prossigamos a nossa viagem pelo diário. Cristóvão de Aguiar é agora pai de três filhos (José Manuel, Artur João e Luís Francisco), marido afectuoso e cidadão responsável. Fala apaixonadamente do seu grande mestre Paulo Quintela, com quem privou de perto e de quem nos traça um retrato admirável. Aliás, convirá recordar que Cristóvão de Aguiar é autor de um trabalho (de “nótulas biográficas”) de referência intitulado *Com Paulo Quintela à Mesa da Tertúlia* (1986).

Recorda também outras grandes referências na sua vida: Miguel Torga, Joaquim Namorado, Fernando Namora, Luís Albuquerque e Mário Braga. Com igual paixão fala dos seus amigos do liceu e dos seus “companheiros de República e da Guerra”: Antero Dias, Medeiros Ferreira, Viriato Madeira, Jorge Ormonde de Aguiar, Weber Mendonça, José Noronha Bretão (de quem nos dá inesquecível testemunho), entre outros. E dá conta de pessoas com quem convive(u) e que se lhe atravessaram na vida: Vitorino Nemésio, Aurélio Quintanilha, Natália Correia, Fernando Assis Pacheco, Baptista Bastos, Almeida Pavão, Dias de Melo, Manuel Ferreira, Pedro da Silveira, Rui Alarcão, Jaime Gralheiro, Louzã Henriques, Linhares Furtado, Fernandes Martins, Carlos Moreira,

Zeferino Coelho, Vital Ferrão, Teixeira Ribeiro, Álamo Oliveira, João de Melo, Luiz Fagundes Duarte, Marcolino Candeias, Vasco Pereira da Costa, Onésimo Teotónio de Almeida, Duarte e Ciríaco (o duo que popularizou o poema de Cristóvão de Aguiar intitulado “Naufrágio”, escrito a partir da melodia da canção tradicional terceirense Charamba), etc.

Enfim, ao longo desta *Relação de Bordo* – “o caderno das minhas contas correntes” – Cristóvão de Aguiar vai (d)escrevendo acontecimentos que marcaram uma época (a par do interesse literário, há, nesta obra, uma importância sociológica que convirá não perder de vista). Por outro lado, através de uma escrita acutilante, contemplativa, impressionista, terna e rebarbativa, o autor vai exercendo alguma catarse relativamente às minudências da vida: as arrelias domésticas, as preocupações quotidianas, familiares e sociais e as muitas dúvidas que o assaltam. E tudo isto nos é dado de forma sincera e sentida, com mágoa e alegria com amargura e esperança. Mas sempre com uma visão crítica e muito lúcida.

Em *Relação de Bordo*, Cristóvão de Aguiar escreve a falar. Com grande poder evocativo e boa capacidade expressiva. E lançando sobre as coisas do mundo um olhar profundamente humano e universal, ele que encontrou a salvação nas palavras e através da escrita.

### *Relação de Bordo I*<sup>1</sup>

169

**Carlos César**  
9 de Abril de 1999

Cristóvão de Aguiar não é escritor ou homem de se submeter à ritualidade institucional ou de depender da oficialidade político-administrativa para evidenciar o seu perfil de cidadão ou a sua qualidade de escritor e poeta. Exactamente por isso, este acto público de lançamento de mais uma obra sua, com a presença do Presidente do Governo da Região que o viu nascer, quer dizer, apenas, que, ele tem mais um, entre tantos, leitor e admirador.

---

<sup>1</sup> Intervenção feita na sessão de lançamento do livro, realizada no Auditório Municipal da Vila de Povoação.

Agradeço-lhe, por isso, o convite que me foi dirigido para estar hoje aqui, e agradeço, também, ao Cristóvão de Aguiar, o facto de continuar a escrever.

Como para quase todas as pessoas da minha idade e com um determinado percurso, ele foi “Semente” e “Seiva”, em tempo de difícil “Vindima” e integrou “Sonhos” que já deram, creio eu, “Frutos”.

Cristóvão de Aguiar – é preciso reconhecê-lo – é um dos poucos escritores açorianos contemporâneos que conseguiram impor-se nos meios literários nacionais.

Melhor do que eu, o Prof. Dr. Medeiros Ferreira já falou do Homem, das ligações entre a obra do escritor e a sua biografia pessoal e do aparecimento deste seu novo livro, integrado no género diarístico e marcado por uma série de reflexões e curtas narrativas de acontecimentos vividos pelo autor e com uma já reconhecida qualidade literária.

Para uma obra desta natureza, melhor título não teria podido encontrar Cristóvão de Aguiar: *Relação de Bordo*, que remete directamente para “viagem”. Uma viagem dominada pela aguda consciência que o seu autor, à semelhança dos antigos diaristas que, a bordo das caravelas, registavam dia-a-dia tudo o que se passava a bordo, mas também – e aí reside a sua maior importância – a leitura que de bordo os navegadores iam fazendo das novas terras, animais, gentes e fenómenos naturais que lhes iam aparecendo num mundo em descoberta permanente.

170 Cristóvão de Aguiar, no seu posto de vigia permanente, sobre tudo o que de relevante observa, faz opinião, e a manifesta.

Neste livro, mais do que os pequenos-grandes problemas pessoais, familiares e profissionais, temos o relato que uma consciência nos faz do mundo em que todos nós vivemos. Por aqui passa o serviço militar obrigatório em tempo de guerra; a guerra colonial vista por dentro num dos seus períodos mais difíceis; a universidade; a emigração por laços familiares; a ausência da Ilha de que o autor confessa não ter conseguido ainda partir, que lhe está sempre presente mas a que é difícil readaptar-se; a revolução libertadora do 25 de Abril de 1974 e todo o período revolucionário que se lhe seguiu; as mudanças de cariz sociológico verificadas na sociedade portuguesa; o conflito de gerações; a memória de grandes vultos da cultura portuguesa que conheceu, como Paulo Quintela, Joaquim Namorado ou Aurélio Quintanilha; as referências a alguns aspectos “peculiares” dos primeiros anos da Autonomia dos Açores, que incluem a transcrição de um ofício de um Director Regional, a propósito do

qual não deixa passar um desabafo num jeito então muito glosado em surdina; – e até sobre o grande tremor de terra que Cristóvão de Aguiar tão extraordinariamente descreve ao pôr em letra de forma uma imagem que, infelizmente, nos é tão familiar: “as paredes e o chão sacudindo-se como um cão molhado,... um cavernoso rugido rolando debaixo da terra que se veio aproximando em crescendo e se prolongou por não sei quantos segundos do tamanho de séculos”, não esquecendo a “gente nua ou em trajas menores correndo a bom correr não sei para onde”.

Diário ou nem tanto ou talvez muito mais é o subtítulo desta *Relação de Bordo* que Cristóvão de Aguiar agora nos faz. Na verdade, é, sobretudo, muito mais do que um diário porque é, afinal, o romance de vinte e quatro anos da vida do nosso país, onde os Açores e os açorianos desempenham um papel de relevo. E tudo isto é, afinal, aquilo que nós, açorianos, podemos esperar de um escritor como Cristóvão de Aguiar: que ele seja a consciência crítica daquilo que somos e fazemos, e sobretudo daquilo que é ser-se açoriano num mundo que cada vez mais se vai mostrando alheado das suas raízes. Esperamos todos nós que, pelos seus livros, possamos melhor reencontrar, comovidos, as nossas raízes culturais e humanas. E, naturalmente, esperamos que este livro seja mais um êxito na já notável carreira literária de Cristóvão de Aguiar.

### O diário da geração da guerra colonial

Vasco Pereira Costa

*Diário de Notícias*

27 de Abril de 1999

171

Comecemos por uma data e por uma cidade. Não poderia ser mais inicial a data: precisamente o primeiro dia do ano de 1964. E a cidade é Coimbra, terra a que sempre regressa aquele que elabora esta *Relação de Bordo*.

Cristóvão de Aguiar tem o cuidado de avisar quem se apreste a, com ele, viajar pelas páginas deste livro que se trata de um *diário ou nem tanto ou talvez muito mais*, deste modo alertando o desprevenido navegante para o facto de as rotas não estarem bem definidas na geografia difusa desta aventura literária, pelo contrário, serão



determinadas pelos ventos das emoções, pelas calmarias da razão, pelas tempestades dos sentimentos, pelas correntes da vida.

Quando, depois de percorrer o planeta mágico das palavras – depois de ter riscado uma cartografia sinuosa de um *passageiro em trânsito*; depois de ter arriscado as atribulações de um *ciclone de Setembro*; depois de ter conhecido os calores insuportáveis de *um grito em chamas*; depois de ter um *braço tatuado* como todos os nautas impenitentes; depois de reconhecer fantasias das ilhas dos amores e desamores; depois dos torrões mais íntimos e sofridos ter arrancado as *raízes* mais *comovidas* – quando depois de tudo isto estiver de novo em Coimbra, 25 anos passados e completos, o viajero apenas poderá registar na *Relação de Bordo* o indefinível definitivo.

Assinale-se que a viagem física não abarca os cinco continentes, paisagens mais diversas, itinerários longos e frequentes... A viagem mais vivida é a interior, aquela que percorre os escaninhos da memória, que aporta a calhetas de refúgio, que alarga para os oceanos da imaginação, que enfrenta as *vagas verdes* (olá, Nemésio!) dos sentidos, que estiola ao sol baço das desilusões, que se anima ao pressentir os incontidos entusiasmos do curso breve, que se presta para as arremetidas de piratarias traiçoeiras...

De facto, na relação portulana, figuram Coimbra, Mafra, Tomar, Pico da Pedra, Lisboa, Guiné (e os sugestivos topónimos da guerra) e Bristol como espaços de permanência mais alongada. Como espaços de estada fugaz surgem Leça da Palmeira, Gerês, Vieira de Leiria, Sítio da Nazaré, Figueira da Foz, Ponta Delgada, Providence, Boston, Praia de Mira...

172 Não é, porém, a diversidade de lugares que importa relevar nesta viagem. Tratando-se, apesar de tudo, de um diário (se bem que o seu autor não esclareça com decisão a tipologia da obra), o que, a meu ver, interessa destacar são os movimentos viajeros da escrita, movimentos provocados por ventos contrários, que na elaboração do discurso íntimo se chocam no espaço autobiográfico. Neste sentido, escreve Clara Rocha, no seu ensaio *A Poética dos Géneros Autobiográficos*: «Os dois movimentos de sentido contrário que se combinam na escrita intimista são, por um lado, a concentração ou procura de um centro e a dispersão ou desregramento da coerência do eu (*je est un autre*). Por outras palavras, chocam-se neste tipo de escrita uma força centrípeta e uma força centrífuga.»

Nos diários, este movimento de forças contrárias é particularmente visível. Na realidade, a actividade diarística é uma concentração (nos dois sentidos da palavra: procura introspectiva dum centro e atenção concentrada): mas a escrita produzida revela-nos um eu disperso, variável ao sabor dos dias ou mesmo das horas.

Ora, de facto, nesta *Relação de Bordo*, Cristóvão de Aguiar constrói a sua personalidade literária autenticando uma imagem através das confidências e do desvendamento da intimidade. Mas essa personalidade é indeligiável de outra faceta, já anteriormente entrevista no conjunto da sua obra poética e, sobretudo, ficcional. Em boa verdade, o leitor assíduo de Cristóvão de Aguiar verificará que muitas pessoas que constam desta relação são personagens dos seus romances. O que é interessante, nesta operação reveladora, é o reconhecimento das suas personalidades reais e referenciais.

Naturalmente, o acto de leitura leva a que, involuntariamente, sejam estabelecidas comparações com modelos anteriormente estabelecidos. Neste caso, há aproximações evidentes aos diários torguianos, posto que, *de forma aberta e fecunda*, as formas e os conteúdos são diversos. Claro que fica registado o percurso de vinte e cinco anos de vida e que o experienciado é o mais significativo, não só porque representa quantitativamente o essencial da viagem mas também porque relata, dá testemunho e recria factos de suma importância para o conhecimento do autor, sem dúvida, e, mais importante do que isso, para a compreensão do mundo em que vivemos.

Assim, logo no primeiro dia, anuncia... «No próximo dia 27 do corrente, numa segunda-feira, logo de manhã, vou iniciar em Mafra o curso de oficiais milicianos, com destino à guerra colonial.» Chegará, porém, a 26 de Janeiro de 1964, à noite: «O casarão do convento é tão frio e tão feio, que tenho o coração a doer e vontade de chorar.» E até Agosto o soldado cadete n.º 1114/64 dará conta das suas revoltas de consciência e dos seus arrepios perante, por exemplo, as condecorações póstumas ao assistir na televisão a uma parada militar no dia 10 de Junho.

Serão depois as peripécias da guerra que marcam duas gerações e que vão consumindo todas as razões até ao tição da loucura. Numa época em que tentam fazer crer na morte das ideologias e na inexistência do fascismo em Portugal, é pertinente a evocação do estado da alma e do corpo de um involuntário combatente. Para além do conhecimento das etapas da vida do escritor Cristóvão de Aguiar (e nesta *Relação* fica mais inteiro e reconstituído o possível homem total), a observação do quotidiano pode incidir sobre o conhecimento de uma

realidade risível, delineando-se, a espaços, a caricatura, que chega a ser pungente. Apenas um atento observador das nossas tristuras mesquinhas as pode traçar de um modo tão certo quanto impiedoso.

Assinaláveis por aquilo que representam no plano individual e por aquilo que significam para o entendimento da vida cultural e social do nosso país são as evocações datadas e emotivas e emocionadas de personalidades que vincaram indelevelmente os tempos referenciados: Nemésio, Paulo Quintela, Joaquim Namorado...

Retomando a aproximação entre a *Relação de Bordo* e os diários de Torga, há que referir a inclusão de poemas que referem o local onde foram redigidos e ainda a obsidante procura de um centro. Se, em Torga, é São Martinho de Anta, o espaço português, a pátria, em Cristóvão de Aguiar é a ilha. Como escreve Carlos Ascenso André na *Carta-Prefácio*: «Mesmo o “tu” que construístes, paulatinamente, a compasso dos dias que nestas páginas vais rastreando, mesmo esse “tu” poderá não ser quem tu planeaste que fosse. Queiras ou não, esse “tu” – que desejarias fosse a “ilha” onde aportaste – é também inelutavelmente a ilha de onde partiste. Melhor dizendo: Esse “tu” é a “ilha”. Simplesmente. Mágica, como todas as ilhas. Obsessiva. Fascinante. Pólo aglutinador de todas as vagas e areal por onde as mesmas águas se espraíam. Espaço de encontro e espaço de solidão. A “ilha” feita pessoa e a pessoa volvida “ilha”, como te impõe essa condição que os acasos da fortuna ditaram que fosse tua.»

174 Outro encanto deste livro reside no escoreito, limpo e direito uso da língua portuguesa – uso que provém da mestria e do pressuposto saudável de que aquele que escreve quer ser entendido.

Finalmente, o carácter sedutor de um diário provém daquelas virtudes assinaladas por Marcelo Duarte Mathias em *No Devagar Depressa dos Tempos*: «Um diário é isso mesmo, e não pode, em boa verdade, ser outra senão o reflexo particular de uma história que é de todos e a todos pertence. (...) Cada olhar reflecte uma imagem e é essa imagem diferente que procuro nos outros. Se o que a todos nos define é o nosso indefinível, o respeito pelos outros, a valorização da vida alheia só a entendo através do que os aproxima daquilo que em mim é irredutível aos demais, e faz de mim – do nascer ao morrer – o meu limite e a minha última referência.»

Pois, partir desta leitura, fico mais consciente do meu limite e mais sensibilizado para as minhas referências.

E, para além dos assinaláveis pontos de interesse diversos deste livro, que se abre à leitura onde tocam os dedos na cisão das páginas, oferecendo a crónica, o poema, o comentário, a memória, a narrativa a que se não furta o ficcionista que Cristóvão de Aguiar essencialmente é – a *Relação de Bordo* aí está, sobretudo, como o espaço por onde erra a geração que padeceu a guerra colonial, que fez e assistiu ao 25 de Abril, que tem inquietações e anseios de fim de século, que pode rever-se no eu autobiográfico de um sujeito dramático que ora vem dialogar connosco no mais íntimo e insulado tempo da leitura.

### *Relação de Bordo (1964-1988)*

**Teresa Almeida**  
*Expresso*, 12/6/99

Proust escreveu que, graças à arte, podemos sair de nós próprios e aceder a outros universos que, de outra maneira, ficaríamos a desconhecer para sempre. Como explicou Gilles Deleuze numa obra admirável – **Proust et les Signes** –, para o escritor, cada pessoa consegue exprimir o mundo a partir de um ponto de vista diferente. No entanto, embora o mundo expresso não exista fora do sujeito que o diz, não se podem confundir um com o outro. **Relação de Bordo**, de Cristóvão de Aguiar (escritor açoriano que se tornou conhecido com a trilogia **Raiz Comovida**), é uma obra estranha que poderia ilustrar as considerações de Proust sobre a arte, bem como a leitura que delas fez Deleuze. Trata-se – diz o subtítulo – de «**um diário ou nem tanto ou talvez muito mais**». Cobrindo o período entre 1964 e 1988, o texto foge por vezes ao apontar dos pequenos acontecimentos que preenchem o quotidiano para acabar por ser um exercício fragmentado sobre uma memória ancestral que parece transcender o próprio sujeito que escreve. O livro devolve-nos uma visão do mundo forte e original, obsessivamente centrada num pequeno canto do universo: o Pico da Pedra, nos Açores. Aquele que assina o diário viaja – no dia 1 de Janeiro de 1964 está em Coimbra, no final do mês em Mafra, nos dois anos que se seguem na Guiné –, mas afinal não sai nunca do mesmo lugar, como se o tempo fosse apenas a rememoração de um espaço fantasmático. A cada passo regressa à ilha, lugar mítico da infância perdida, do primeiro desgosto de amor, espécie de nó de fios destroçados que não consegue desatar: «**As minhas raízes estão enterradas em outro chão, menos**

175

**granítico, mais batido de ventos de salmoura, com naufragos e gritos e mastros partidos»** (pág. 104), escreve no dia 23 de Dezembro de 1970. Mergulhamos, assim, num universo povoado de espectros que invadem a realidade que parece ocultar-se diante de uma presença que a apaga. No entanto, este diário traça um percurso pessoal, atravessa a história do país, da guerra colonial ao 25 de Abril, fornece uma determinada visão da cidade de Coimbra, desenha um comovente retrato de Paulo Quintela. Mas nada parece ter importância face a essa presença mítica da ilha que transforma a vida numa espécie de dança desesperada à volta de um ponto de onde o autor quis partir e onde quer agora chegar: **«Estou sentado no mesmo banco em que me sentava na camioneta da Ilha. Gostava de ver o pico de Santa Maria ao longe, para sentir ânsias de fuga. Agora vejo toda uma cidade suspensa de luzes. Enquanto o autocarro vai subindo até o Picoto, tenho a impressão de que viajo de avião. E na verdade viajo. Ainda não perdi o sentimento de fuga. De mim, dos outros e das coisas (Coimbra, 28 de Abril de 1984)»** (pág. 343).

O diário é, assim, a história de múltiplas intersecções que mutuamente se anulam. O Pico da Pedra atravessa paisagens, faz de Coimbra (ou do mundo) local de exílio, contamina o presente e projecta-se no futuro. No entanto, é desta sobreposição, deste sentimento de fuga permanente, que nasce uma espécie de fascínio por um texto que se alimenta obsessivamente dos seus próprios fantasmas, onde se encontra a estranheza e a cumplicidade, um mundo que, de certa forma, nunca se consegue desvendar na sua irremediável opacidade.

176

### *Relação de Bordo (1964-1988)*

**José do Carmo Francisco**

*Notícias da Amadora*

17 de Junho de 1999

Vinte e cinco anos de registos de uma vida em viagem. Desde logo entre o Pico da Pedra (lugar de origem) e Coimbra (porto de abrigo do estudante na República Corsários das Ilhas). Mais tarde entre Mafra (serviço militar obrigatório) e a Guiné («Demorámos dois dias e duas noites para atravessar o rio Geba»). A seguir as aulas em Leiria e as férias na Ilha de S. Miguel. Trabalhos em Coimbra e férias no Sabugal. Os filhos que

nascem, os livros que se sonham, a família que viaja para a América. Uma educação sentimental, literária e política. Um percurso. Uma viagem. Onde é possível ouvir histórias deliciosas como a de um emigrante a comparar duas Universidades: «A Universidade de Coimbra ao lado da Universidade Brown onde os meus filhos graduaram é o mesmo que seja uma escola primária...» Ou lembrar factos políticos registados em tempo real como o 11 de Março de 1975 – «Desta vez não foi inventona, não senhor. Houve um morto e tudo, o soldado Luís mas tragédia podia ter sido maior.» Ou sentir as lágrimas amargas de Paulo Quintela na morte de Vitorino Nemésio: «Cheguei à mesa da tertúlia e encontrei Paulo Quintela a chorar. Fiquei sem pinga de sangue e ele, entre soluços, foi-me dando a triste nova – morrera Vitorino Nemésio no Hospital da Cruz Vermelha em Lisboa.» Não é fácil em poucas palavras aquilo que ficou da leitura destas 424 páginas de Diário. Mas uma impressão se instala: a de que sendo este um percurso pessoal e personalizado ele é compartilhado por uma multidão. As notas do diário são de um “eu” mas o “tempo” que elas revelam é plural e amplo. Cabe lá dentro muita gente, a começar pelo leitor que compartilha muitas das vivências destes vinte e cinco anos do autor. Talvez porque é forte a imagem do tempo e do lugar do nascimento do autor e o leitor “sonha” que também nasceu assim: «À hora em que nasci, rezam as crónicas familiares, passava à porta da nossa casa uma das bandas da música da freguesia, vinda da procissão dos Fenais da Luz.»

Noutro passo recorda Cristóvão de Aguiar o seu avô José Dias que «tinha também dois cadernos de tamanhos diferentes, ambos de capa de percalina preta quase luzidia onde assentava na sua letra miúda o que de mais importante ia acontecendo na freguesia ou no círculo familiar». Da paixão de mexer nos livros do avô pode ter nascido o gosto por este exercício de memória passada a limpo...

Possa esta breve nota de leitura servir de convite a que haja mais leitores atrás desta Filarmónica Perdida. Cada página é a partitura de uma marcha grave numa procissão entre Sol e Pó, entre Luz e Sombra. Há uma música de fundo neste diário que pode ser lido como um romance: basta pensar que o personagem mudou e é agora um de nós, perdido num vendaval de datas e de lágrimas, achado na força dum abraço dado a alguém que esteve sempre ao nosso lado.

## O diário e a crónica ou a escrita como catarse

Carlos Reis  
*Jornal de Letras*  
8 de Setembro de 1999

1. Um dos aspectos mais significativos de muita da literatura que lemos neste fim de século e que cada vez mais se me afigura, ao mesmo tempo, fascinante e perturbante, é a tendência claramente assumida por ela para diluir fronteiras entre géneros. Ou, noutros tempos, para desvanecer domínios e registos de produção discursiva, também pela propositada anulação de diferenças entre o que é e o não é literário.

Os termos em que as figuras e os temas da História têm sido acolhidos em contextos de produção ficcional são disso uma evidência. E, de forma praticamente simétrica ou especular, a propensão de algum discurso historiográfico – tanto no plano da divulgação como no da indagação mais restritamente erudita – para assimilar códigos e estratégias narrativas de ressonância literária, uma tal propensão é igualmente significativa. Vale recordar, aliás, como no âmbito da reflexão teórica tem sido marcante nos últimos anos a presença de um pensador como Paul Ricoeur: a valorização do tempo como factor decisivo em toda a formulação narrativa – seja historiográfica, seja ficcional – é, para Ricoeur, determinante, no sentido de investir nela uma matriz de referência humana, à margem da qual nenhuma narrativa (literalmente) **faz sentido**. Não é possível, para me referir apenas à narrativa portuguesa contemporânea, ignorar o decisivo peso da cumplicidade entre o literário e o histórico (mesmo quando este tem ainda a nitidez do contemporâneo), quando falamos de obras tão importantes como as de Agustina Bessa Luís, José Cardoso Pires, Mário de Carvalho, António Lobo Antunes, Almeida Faria ou José Saramago, este último discípulo confesso de Georges Duby: não por acaso Saramago evoca algures o significado fundador de um certo *incipit* (que em princípio parece estranho num historiador) lido numa obra de Duby e que reza o seguinte: “Imaginemos que...”.

2. Vem isto a propósito de muito do que pude ler em dois livros recentes, que considero a vários títulos correlatos: *Relação de Bordo* de Cristóvão de Aguiar (edição Campo das Letras) e *Angola 61. Uma crónica de guerra* de Rocha de Sousa (edição Contexto). O que os aproximava? Várias coisas: o facto de, em ambos, os anos 60 registarem uma presença forte; o de esses anos 60 serem o tempo cinzento, espesso e sombrio do final do

salazarismo; o de nesse estertor da nossa História recente a guerra colonial ser um cenário tristemente dominante; e também (ou sobretudo) o facto de em ambos os livros o testemunho individual, carregado de subjectividade que abertamente se assume como tal, construir o eixo em torno do qual giram evocações extremamente sugestivas (para nós, hoje, e porventura para os historiadores do futuro) de factos da nossa história recente.

Os dois livros revestem a forma de diários, ainda que construídos em registos estilísticos diferentes, sendo isso, contudo, a meu ver menos importante do que outra coisa. Com efeito, em Cristóvão de Aguiar, a *Relação de Bordo* remete inevitavelmente para o trajecto da viagem e para o seu registo, para a sua relação. Se, como é bem sabido, navegar é preciso, escrever também o é, para que na navegação se invista o timbre pessoal que faz da viagem não tanto (ou não só) um trajecto físico, mas sobretudo o percurso existencial de quem aceita a responsabilidade ética de revelar aos outros o carácter **exemplar** desse percurso e do saber que nele conseguiu: e isto sem que nessa exemplaridade se deseje obrigatoriamente impor o sentido da excepcionalidade, menos ainda o da heroicidade. A formalização diarística da *Relação de Bordo* ajusta-se com exactidão a um tal propósito, ao mesmo tempo que deixa transparecer a matriz torquiana do texto de Cristóvão de Aguiar.

3. O relato de Rocha de Sousa, sem enjeitar a dinâmica diarística, reveste, contudo, a feição da **crónica** que no subtítulo se menciona. E, dessa forma, afirma de modo ainda mais incisivo a dominância de um tempo pessoal. “Fazer crónica”, dizia Garrett no início das *Viagens*, quando implicitamente afirmava a noção de que era impossível contar um trajecto e representar uma experiência sem nisso projectar a vivência de um tempo.

O tempo vivido por Rocha de Sousa é tempo de uma geração, essa que no dealbar dos anos 60 foi martirizada por uma experiência de guerra a que só se resistia por duas formas: pelo exílio e pela escrita. Rocha de Sousa escolheu a segunda opção; fê-lo a partir de um ponto de vista em que se surpreende o mais amplo (mas também discretamente sugerido) estatuto cultural de quem, na profissão e na vida, erigiu o olhar e a forma plástica como eixo e critério de toda a vivência.

Por isso, o texto de Rocha de Sousa é insistentemente descritivo; mas nesse descritivismo não se adivinha a minúcia de um inventário objectivo, mas antes a incontornável necessidade de filtrar pelo olhar uma realidade – com os seus cromatismos e com as suas linhas de configuração – cuja forma e sentido último advém dessa peculiar vocação para olhar o mundo e os outros sob o signo de uma plasticidade que se não esgota em



contemplação formalista. Porque, convém sublinhar, o longo diarístico de Rocha de Sousa é também, à sua maneira (que é uma maneira saudavelmente contida), um sentido e emocionado libelo contra uma política e contra uma ideologia cujo elevadíssimo preço (até hoje difícil de quantificar) foi sobretudo o inútil sacrifício de toda uma geração, ou de mais do que ela.

4. O diário de Cristóvão de Aguiar tem uma outra abrangência, tanto cronológica como sociológica, porque as suas balizas temporais, sociais e literárias são também outras. Visando o lapso temporal de um quarto de século (de 1964 a 1988), *Relação de Bordo* permite-nos testemunhar muitos tempos e muitos lugares: o tempo e o lugar da Coimbra dos anos 60, e o regresso episódico às origens açorianas de Cristóvão de Aguiar, a passagem pelos lugares da emigração americana, a guerra colonial, os entusiasmos da revolução de 74, os dramas pessoais e familiares do autor, etc., etc. Em tudo surpreende-se normalmente a tonalidade de uma contenção que equilibra a escrita diarística de Cristóvão de Aguiar entre os dois extremos que não raro são os escolhos de perdição de uma tal escrita: o extremo da radical pessoalidade, sem outra explicação que não seja o gosto pela autocontemplação; o extremo do relatório neutro de coisas, pessoas e eventos.

Entre um e outro extremo transcorre o discurso de uma **relação**: um texto que, sendo relato e descrição, é também o resultado de um encontro e de uma interacção do sujeito “viajante” (para que conste: intitula-se *Passageiro em Trânsito* um romance de Cristóvão de Aguiar), interacção estabelecida com o mundo e com os outros. Os termos (por exemplo) em que a Coimbra dos anos 60 perpassa nas páginas da *Relação de Bordo* ilustram bem a contenção de que falei, sabendo-se bem como o universo coimbrão é convidativo à entoação lacrimajante e saudosista própria de evocações (afinal) pouco ou nada consequentes.

Saúde-se, pois, de forma expressiva, esta *Relação de Bordo* de Cristóvão de Aguiar. Ela é um outro passo importante na obra de um escritor porventura ainda insuficientemente valorizado, mas a quem devemos já uma obra ficcional coerente, tecnicamente elaborada e bem representativa de tendências significativas da ficção portuguesa contemporânea, a algumas das quais esparsamente fui aludindo.

5. Regresso à crónica diário de Rocha de Sousa, para sublinhar nela a relevância de um aspecto, de resto evidente também em parte da *Relação de Bordo* de Cristóvão de Aguiar. Refiro-me ao facto de este ser um

contributo mais para uma espécie de catarse ainda em aberto no nosso imaginário presente, relativamente à África colonial portuguesa e aos termos dramáticos em que ela se esgotou.

Precisamente de **catarse** fala um livro publicado no ano passado, da autoria de Rui de Azevedo Teixeira: *A Guerra Colonial e o Romance Português: Agonia e Catarse* (edição da Editorial Notícias). É um dos poucos trabalhos sistemáticos que entre nós se publicaram sobre o modo como a literatura (e especialmente o romance) fez ou tentou fazer a catarse colectiva do trauma e da agonia da guerra colonial, ambos provavelmente ainda por resolver em nós. A catarse que nos Estados Unidos o cinema operou em relação à guerra do Vietname, por exemplo, em filmes de F. Ford Coppola, Oliver Stone ou Michael Cimino, temos tentado fazê-la (escassamente e com hesitações, a meu ver) nalguma da nossa ficção.

Alguns nomes já aqui evocados; acrescentar-lhe-ei os de Fernando Assis Pacheco, Manuel Alegre, Lídia Jorge e João de Melo, este último responsável por um importante trabalho de recolha de textos, recentemente reeditado pela Dom Quixote: *Os Anos de Guerra. 1961-1975. Os Portugueses em África: Crónica, Ficção e História*.

O livro de Rocha de Sousa confirma duas coisas: que tal catarse pode ainda fazer-se, sobretudo pela conjugada enunciação de registos convergentes (designadamente: a crónica, a ficção e a história de que fala o subtítulo do livro de João de Melo); e também que o esquecimento de África e da guerra colonial é, afinal, um **não esquecimento** ou uma lembrança calada, para ser enunciada na palavra dos escritores – sejam romancistas, diaristas ou historiadores ou ainda tudo isso ao mesmo tempo. As palavras finais de *Angola 61* representam precisamente um silêncio e uma não presença que o texto, pela sua existência e pela interpelação que suscita, refuta: “Sinto mágoa, sinto que perco irremediavelmente qualquer coisa inominável, um espaço, uma comunidade, *alguém*. Depois, na atmosfera lilás, tudo desaparece. Angola deixou de existir”

## Cristóvão de Aguiar e algumas das suas *ralações* de bordo<sup>1</sup>

Onésimo Teotónio Almeida

12 de Outubro de 1999

Foi uma simples coincidência o facto de eu ter lido *Relação de Bordo* a bordo de aviões. E digo-o no plural porque embora se leia muito bem estas 424 páginas de escrita intensa, elas não se esgotam num voo só. Iniciei a leitura em Lisboa e continuei-a Europa fora, entre Lisboa e Frankfurt, Frankfurt e Luxemburgo, com os respectivos aditamentos de tempo nos bares e cafés dos aeroportos; vim finalmente a terminá-la durante uma viagem de comboio entre Trier e Utrecht. Dormi pouco. Quer dizer, este Diário de Bordo manteve-me desperto horas a fio, pormenor que friso em jeito de epígrafe emblemática, a abrir os dez minutos que vos tomarei a falar dele.

Parecerá talvez estranho a quem me sabe leitor atento de Cristóvão de Aguiar que eu tivesse achado neste livro algo de tão novo para assim me captar a atenção. Não é afinal toda a sua escrita obsessivamente marcada pelos Açores, ou melhor, por S. Miguel, ou mais especificamente ainda, pelo seu e meu Pico da Pedra? Não estava já tudo na trilogia *Raiz Comovida*, no *Ciclone de Setembro*, em *Um Grito em Chamas?* E as suas passagens pela América (diria melhor por Bristol, Rhode Island, ou Pico da Pedra City) não haviam sido registadas em *Passageiro em Trânsito?* Não fora a sua ida à guerra transposta em *Braço Tatuado?* E os seus convívios de Coimbra, em *Com Paulo Quintela à Mesa da Tertúlia?* Que mais haveria para ser revelado num diário?

152

Eu avanço a resposta aprendida na minha leitura: a profundidade da sua obsessão pelo lugar da infância. Cristóvão de Aguiar sai do Pico da Pedra para Coimbra onde descobre que a sua terra natal está nele ou, vice versa, que ele está sempre no Pico da Pedra. Em cada regresso à pátria ilhoa revive intensamente uma relação de amor-ódio com o que o atrai ou lhe repugna naquelas ruas, paredes e caras. E sempre que de lá sai é para recomençar a obsessão da saudade, logo ao virar do canto do Calço e ainda antes de chegar à Giesta. Se de Coimbra vem a Bristol, vê-se rodeado do Pico da Pedra, ao vivo ou em memórias, e de imediato o assaltam as revivências. Pus-me a contar quantas entradas deste diário são escritas no Pico da Pedra, e quantas compostas em Coimbra

---

<sup>1</sup> Texto inédito, lido no lançamento do primeiro volume de *Relação de Bordo* na Casa dos Açores da Nova Inglaterra, East Providence, Rhode Island (EUA).

falam do Pico da Pedra. Desisti por ser às vezes difícil decidir se uma determinada referência tinha ou não a ver com a ilha e a freguesia, mas confirmei a minha impressão inicial de uma elevada percentagem de alusões à terra de berço. Como se Cristóvão continuasse sempre vivendo nela, embora movimentando-se num tripé assente no Pico da Pedra, Coimbra e Bristol, e hoje precisando desses três rochedos para se não afundar.

Ortega e Gasset disse que Vitorino Nemésio andou sempre com a ilha às costas. Cristóvão transporta a sua freguesia. Em versão moderada do “expatriado”, conceito definido por Karl Beveridge ao apontar James Joyce como seu melhor exemplo: deixou a Irlanda aos dezanove anos sem nunca mais voltar, mas gastou o resto da vida em Paris a escrever sobre uma Irlanda sentida de longe, vivida à distância.

Não são, aliás, casos únicos. Nem raros. Eça de Queirós passou grande parte da sua existência em Inglaterra e França escrevendo sobre o Portugal que deixara atrás; Jorge de Sena, no Brasil, em Wisconsin e na Califórnia, quase não pensava senão nesse rectângulo peninsular; e José Rodrigues Miguéis, durante os quarenta e tantos anos que habitou em New York, parece não ter saído nunca de Lisboa.

Pensando bem, é mesmo um fenómeno muitíssimo comum. Carlos Fuentes e Octávio Paz só nos Estados Unidos se terão apercebido de quão mexicanos eram; ao sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, e mais tarde a um patricio seu, o antropólogo Roberto da Matta, foi também a experiência norte-americana, em New York e Cambridge (Massachusetts), respectivamente, que os fez sentirem-se definitivamente brasileiros. Em todas estas situações, a distância serve para compreender melhor a cultura de origem, para relativizar alguns absolutos e temperar patriotismos exagerados, ao mesmo tempo que põe a nu a importância da ligação umbilical à terra-berço, ou melhor e mais correctamente, à terra onde se cresce e se é moldado no período fundamental que se estende da infância à adolescência e juventude.

No caso de Cristóvão de Aguiar, porém, há fantasmas, espectros, casas e lugares assombrados, como se as noites de *halloween* em Bristol, Rhode Island, tivessem sido de verdade no Pico da Pedra da sua meninice. É por as suas experiências dolorosas (e há duas fundamentais – uma paixão não correspondida e a difícil relação com o pai) – continuarem doendo, que dispomos hoje de uma obra de ficção notável, onde agora se inclui um diário quase tão romance como os outros romances do autor (se é que mesmo esses podem classificar-se assim, questão que o próprio Cristóvão foi o primeiro a colocar).

Há ainda presente neste diário uma outra experiência profunda, a da guerra. Sobre essa fica a vontade de saber mais no leitor que porventura trocaria algumas páginas redundantes na citação de exemplos do conservadorismo de jornais das cidades do interior no pós-25 de Abril pela informação que nesse aspecto escasseia. São todavia as outras duas feridas as que recorrem insistentemente ao longo do texto, a ponto de convocarem um desenlace, como se de romance (e romance *à clef*) se tratasse mesmo.

*Relação de Bordo* está longe da simples “relação”. Seria mais apropriado chamar-lhe *ralação*, ou *ralações*, tantas e tão fortes são as da vida de Cristóvão de Aguiar aqui retratadas, ou melhor, literariamente transfiguradas, assunto a que convém dedicarmos alguma atenção.

Um diário, supostamente repositório de verdades e confissão privado (embora a confissão posteriormente se torne pública), normalmente não é uma coisa nem outra. Não pode nunca ultrapassar-se a barreira do subjectivismo. Por isso a auto-imagem num diário nunca é a que se reflecte no espelho, mas antes a que no espelho se pinta. O que um diário costuma na verdade ser é ajuste de contas. Curiosamente, para se desembaraçar dessa necessidade, Cristóvão de Aguiar escolheu a ficção, onde quase ninguém do seu círculo escapou. Em contrapartida, na autobiografia o grande ajuste de contas é consigo próprio (embora de passagem não deixe de dar em outros algumas bordoadas injustas). Recorrendo à técnica do desdobramento, dirige-se com frequência a um “tu”, quase heterónimo, embora identificado pelo sujeito do discurso como um eu distanciado ou exorcizado da sua auto-consciência. A esse interlocutor, alter-ego, cabe a função de desancá-lo bem mais duramente do que alguém se atreveria a fazer-lhe em público. Suponho, de resto, que o próprio Cristóvão de Aguiar nunca o admitiria, talvez nem sequer em privado.

Este *Relação de Bordo* ficará, pois, na bibliografia do diário português quanto mais não seja pela escrita em carne viva cujo autor se autoflagela desapiedadamente, como se tomasse por modelando o “poema em linha recta” de Fernando Pessoa. Essa, para mim, parece-me a grande marca distintiva deste diário, género aliás tradicionalmente pouco cultivado em Portugal, que há uma década viu de repente surgir em Fernando Aires, outro açoriano, um dos seus melhores cultores (veja-se os cinco volumes de *Era Uma Vez o Tempo*).

É altura de regressarmos ao problema dos nexos entre verdade e ficção nesta escrita diarística. Referi Pessoa. *Diário de Bordo* termina com um poema de que transcrevo os últimos versos: “*Sonhos desfeitos na alma*

do poeta, tanta dor verdadeira por ser fingida”. É óbvia a referência ao “Autopsicografia” pessoano. Afinal, também um diário é fingimento? Sim, também. Este é, com frequência, reinterpretado e reescrito (para além de muita liberdade com os factos, pelo menos alguns conhecidos pelo autor destas linhas), já que as entradas não correspondem por vezes à linguagem do tempo em que são datadas. Mas por sinal não é a faceta do fingimento que salva ou afunda este diário. Alguém disse que a melhor maneira de mudar a história é fazer-se historiador. Todavia, ao reescrevê-la, Cristóvão de Aguiar não foge consideravelmente do chão, antes se banha numa impressionante e vasta dose de autenticidade que lhe faz reiterar obstinadamente afirmações por ele repetidas durante toda a sua vida de pessoa real. Quer dizer, na reescrita deste diário não aconteceu como ao barco de Teseu que, ao substituir-lhe peça atrás de peça, acabou por nada deixar do original. O barco a bordo do qual Cristóvão de Aguiar viaja, surge-nos bem próximo da sua versão modelar, pesem embora os consertos e as pinturas exigidas pelos anos para debelar os estragos das intempéries e o desgaste do tempo. Daí a sua força.

Fui (tal como João de Melo) dos primeiros a saudar Cristóvão de Aguiar logo a seguir à publicação do primeiro volume de *Raiz Comovida*, com um artigo no *Diário de Notícias* de Lisboa em 19 de Outubro de 1978. Nessa altura ficara já claro para mim que Portugal tinha à sua conta mais um notável escritor. Nascido ou não nos Açores, isso era indiferente para a literatura. Ou, por outras palavras, se se tratava ou não de um escritor da literatura açoriana, sempre foi questão mais somenos do que Cristóvão de Aguiar, na sua teimosia, tenha alguma vez podido supor. Mas era nascido, isso sim, um escritor de garra, obcecado com as suas raízes até à medula dos ossos, e que fez dos fantasmas da sua infância e adolescência um manancial de inspiração para uma significativa obra literária. Como se necessária fosse alguma confirmação, Cristóvão assina agora o ponto dos diaristas portugueses com este estimável *Diário de Bordo* que vai ainda em começo de viagem.

Meu Caro Cristóvão de Aguiar,

O vício da leitura que me foi inoculado por meu Pai, andava eu pelos seis anos de idade, não me deixa passar muito tempo sem devorar os livros que, devidos à generosidade dos amigos ou à minha constante mania de comprar papel impresso, me vão chegando um pouco todos os dias. O pior é dar conta dessa leitura, não apenas pelos agradecimentos devidos aos ofertantes, mas sobretudo através de um juízo, uma impressão, uma simples palavra, que mostrem como esses livros não mergulharam no eterno sono do esquecimento que as prateleiras das estantes mais afastadas do nosso quotidiano tantas vezes lhes reservam, mesmo aos melhores!...

Você é desse meu vezo uma prova evidente.

Quando eu acedia aos seus livros por minha iniciativa pessoal ou pela intervenção de amigos comuns como o Mota de Sousa ou o Medeiros Constância, ainda se compreendia que guardasse, para mim ou para conversas privadas com eles, as impressões, aliás, sempre excelentes, que esses seus escritos me deixavam; mas depois que, na sequência de um casual encontro no bar da Faculdade de Letras de Coimbra, que Você registou em palavras que muito me sensibilizaram no primeiro volume da sua *Relação de Bordo*, passei a recebê-los da sua mão dadivosa, a falta veio-se transformando em feio delito de ingratidão. Recebido o livro, lia-o de um fôlego e, passados breves dias, se calhava passar por si, logo lhe dizia do agrado com que o lera prometendo-lhe repetir por escrito essa minha opinião, fiel como sempre ao princípio de que *scripta manent*. Só que, pela máquina infernal das ocupações e preocupações que pouco a pouco se apoderam de nós, privando-nos de fazer o que mais gostamos, aos dias vieram sucedendo os meses e aos meses os anos, sem que me fosse dado cumprir tão repetidas como adiadas promessas.

Hoje, porém, aqui estou. Não para lhe escrever o estudo crítico que, como escritor, Você de há muito merece. Não lhe escondo até que, se o tempo a isso me der talho, muito gostarei de o fazer um dia. Desta feita quero apenas, de uma forma afectuosamente simples, dizer-lhe um pouco das razões do meu apreço por si e pela

sua obra, tal como tenho vindo a conhecer um e outra, através dos três volumes da *Raiz Comovida*, e das páginas do *Ciclone de Setembro*, do *Passageiro em Trânsito* ou da *Relação de Bordo*, entre outros.

O que mais profundamente me impressiona na sua escrita é a riquíssima carga de humanidade que simultaneamente lhe serve de “raiz”, lhe vivifica a alma e lhe marca o estilo. Por isso a sua ficção está tão visceralmente ligada aos lugares onde nasceu, cresceu e viveu, e às pessoas que, sendo parte essencial desses lugares, deles conservam marcas tão fundas mesmo quando, no seu discurso, sevolvem personagens. E daí decorrem, afinal, as características que melhor o definem como escritor.

Em primeiro lugar, a sua autenticidade, que é, acima de tudo, fidelidade às suas raízes, teimosa e indelevelmente arreigadas na lava da sua Ilha. Não é por acaso que este conceito e a palavra que o traduz lhe saltam com tanta frequência à mente no acto de escrita e lhe servem de título a uma assaz longa série de volumes! No seu mundo afectivo (do qual decorrem, afinal, as suas opções essenciais como escritor) a Ilha transforma-se, tanto pelo poder encantatório da saudade como por um sentido artifício metafórico e metonímico, numa envolvência generosa e plena, que é ao mesmo tempo mãe placentária, mulher de serena beleza, amante fogosa e sempre dolorosa nostalgia, mesmo quando nela reentra por períodos mais ou menos demorados de reencontro ou de evocação. É assim que, quando, num passo da *Relação de Bordo* escrito em Mafra a 3 de Fevereiro de 1964, escreve “Viajo por dentro de mim e chego sempre à Ilha”, não está apenas a referir-se ao encontro imaginário com um amor ausente no tempo que por lá deixou perdido. Está sobretudo a procurar dentro de si (e a encontrar!) essa Ilha feita de lava, de mistério e de saudade, sem se dar talvez conta de que, estando dentro de si, ela o envolve e o enleia, não para o sufocar, mas para o fazer vibrar de emoções sempre novas e lhe revelar, dentro e fora de si, dentro e fora dela, o melhor do sentir poético que, por uma força quase invencível que dela lhe vem, Você exprime na sua prosa, bem melhor (permita-me a franqueza) do que nos seus versos.

É por essa mesma razão que, sendo um errante passageiro em trânsito, Você consegue o milagre de conciliar esse apego profundo a essa sua Ilha ancestral com a entrega, sempre apaixonada, às novas ilhas de um seu arquipélago imaginário, em cujo mapa se vieram alinhando outros lugares, marcados pelo bom e mau que a Vida sempre traz consigo, sejam os eldorados da emigração açoriana em terras americanas, sejam (*mirabile dictu!*) as dores físicas e morais da lancinante experiência da guerra da Guiné, antecedidas pelo inferno tantas vezes



desumano de Mafra, seja sobretudo o encantamento irresistível desta Coimbra, que tanto o soube cativar desde o tempo das suas ilusões de menino e moço! Compreende-se deste modo como, em si, a espontânea generosidade com que adere às causas que, em certos momentos da vida lhe parecem justas, se concilia com uma nobre capacidade de tolerância, só de raro em raro perturbada, e com um sentido quase bravio de independência de espírito e de opinião que o fazem respeitar os outros ou reconhecer, com exemplar humildade, que o seu caminho não era exactamente por onde, em determinadas circunstâncias, julgou que necessariamente poderia ou teria de passar.

Depois, gostaria de sublinhar a intrínseca simbiose que estabelece entre o memorialismo e a ficção. Como em todos quantos se abalançam à arte difícil da escrita diarística, o meu Amigo vê a realidade vivida por si com as lentes de uma agudíssima sensibilidade poética de dimensão universal.

Não admira, pois, que, quando narra o seu dia-a-dia, nos dê dele um ou mais quadros que, sem faltar à verdade, adquiram uma dimensão ficcional tão própria e acentuada que os projecta numa polifonia já de pendor flagrantemente lírico; e que, por outro lado, a sua ficção se mantenha tão presa ao seu quotidiano referencial, conferindo-lhe tons de verdade que mantêm os problemas humanos sofridos pelas personagens ao alcance imediato dos seus leitores e da vida real que estes também defrontaram ou defrontam. Lembra-me Camilo, em cuja ficção personagens, criador e os virtuais leitores tão facilmente conviviam que pareciam comparsas de um mesmo drama em cuja representação se acotovelassem sobre as tábuas do imenso palco do grande teatro do Mundo!

E é ainda a essa simbiose de ancestralidade, de experiência de vida e de cultura literária que Você vai buscar o melhor do seu estilo. O linguajar da fala micalense, bebido no leite de sua Mãe e no rigor honrado de seu Pai, e do qual Você (Deus louvado!) conserva o feliz sotaque, dá-lhe belíssimas expressões que conferem ao seu discurso, em cuja correcção se sente ainda a excelência dos Professores de Português que teve e a lição das muitas e boas leituras que ao longo da vida fez, aquela mesma autenticidade feita de saber, de sentir e de exprimir que eu acima sublinhava. Respiro, quase ao acaso, alguns exemplos das páginas da *Relação de Bordo*. Veja como ficou “néscio e sucinto”, quando a Contuboeil chegou o telegrama anunciando o nascimento do seu primeiro filho (p. 67); ou aquele “lirismo de confeitaria [que] atinge o negativo no termómetro social” que tanto o irritou na véspera de um Natal passado em Coimbra (p. 104); ou aquele “desistir de ter futuro” com que noticia a morte de Ary dos

Santos (p. 310); ou aquela sensação de que “era a cabeça do mundo que doía em si”, no fim de uma tarde passada numa esquadra de polícia (p. 331); ou o desejo que sentiu um dia em Bristol, de que o levassem imediatamente a casa de seus Pais a fim de reunir, um por um, os cacos em que se fragmentara (p. 384) – cá temos um sinal bem claro daquela sua fragmentação de ilhéu ancorado por vários cantos do mundo! –; ou o adro azul da sua infância, de que fala na p. 408...

Não deixa de ser prova bem evidente dessa sua capacidade de metaforizar a vida e a linguagem que a traduz, mesmo nos seus momentos mais difíceis, este passo, datado de Coimbra, a 3 de Maio de 1984, em que, para exprimir a dificuldade de retomar a escrita, evoca o salto para o galho que, como todos os que por lá passámos, tinha sido obrigado a dar quase 20 anos antes, na Tapada de Mafra: “O galho da escrita está um pouco mais afastado da plataforma onde se encontram as intenções. Nele entram em jogo outros músculos e outras mãos” (p. 344).

Recordarei sempre, como momentos de magnífico recorte poético e estilístico a página datada de Leiria, a 16 de Dezembro de 1970, em que, perante um menino pobre que brincava na rua, se aproximou de Jesus, porque a Ele o compara o menino, mas também porque, descido de novo à realidade, não encontrou nenhum José de Arimateia que se aproximasse da sua cruz... Ou aquela outra a ressumar um doloroso sentimento de abandono, mas de tão feliz riqueza metafórica, quando em Coimbra, a 24 de Agosto de 1988 (p. 412), o telefone emudeceu, o carteiro não tocou e, sobretudo, a esperança não esperneou!

Meu caro Cristóvão, tenho de parar, sob pena de transformar a expectativa da carta que lhe prometi, num enfadonho arrazoado de análise de textos que corre sério risco de lhe causar pesadelos. É que eu, como Professor, pergunto muitas vezes a mim próprio o que diriam os autores cujos textos ensinamos, se pudessem ver os coelhos críticos que lhes tiramos das cartolas que escreveram... Graças a Deus que o meu Amigo está vivo e são para me poder desmentir e pôr na ordem, se vir que desatreimei ou que me atrevi a vender a suculenta lebre dos seus livros pelo esfolado e mal cozinhado gato vadio da minha prosa arvorada em... crítica! Creia, no entanto, que; justo ou injusto, certo ou errado, quanto aqui lhe escrevo é sincero, porque nasce do cordial apreço que lhe dedica o seu colega, amigo e fiel leitor muito agradecido.

## Triângulo de amor e paixão

Fernando Couto Alves

*Terra Nostra*

18 de Maio de 2000

Meu caro Cristóvão: Embora inibido, vou falar-te mais com o coração do que com a razão. Com o coração porque, de modo particular, um imperativo de uma velha amizade me move. Amizade de quem partilhou muitas das tuas histórias e muitas das tuas fascinantes personagens registadas na minha memória. É que escrever sobre ti, Cristóvão de Aguiar, sobre a tua notável obra e, obviamente, sobre o lugar altaneiro que de há muito alcançaste na Literatura Portuguesa não é para mim uma tarefa fácil. Reconheço-o, mas, mesmo assim, atrevo-me a levar por diante o meu intento. De propósito escrevi “Literatura Portuguesa” podia ter escrito “Literatura Portuguesa de significação açoriana”, mas isso é “água que há-de correr ainda por baixo das pontes”. Sobre isto o consagrado Miguel Torga judiciosamente já dizia que “o universal é o local sem paredes”, o que não se compadece com “Literaturas” emparedadas.

Laureado já com o Prémio “Ricardo Malheiros” coube-te agora, por direito próprio, mais um honroso galardão, o Grande Prémio de Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores pela tua “Relação de Bordo (1964-1988) ”.

190

A pureza das gentes, a quietude do ambiente do Pico de Pedra de algum tempo, os hábitos prenes de generosidade, a forma de vida não contaminada pelo consumismo, pela insolência, pela mesquinhez, pela hipocrisia, a vida saudável e simples da aldeia, onde razões havia ainda para se ter um sorriso aberto, franco e descomplexado, para se praticar o culto da fraternidade e da solidariedade, têm sido a ambiência de grande parte da tua obra literária.

Foi mesmo esta pacata freguesia a principal ponte, quase inesgotável, onde foste buscar o húmus com que recriaste as tuas personagens. A “Raiz Comovida” é bem a prova disso. E foi com ela que alcançaste ímpar notoriedade no panorama das letras portuguesas. Recuperaste fidedignamente, mediante a utilização de um léxico de relevante sabor popular, os teres e haveres culturais da pequena comunidade onde nascemos. As gentes açorianas que labutam na América constituem parte relevante na tua escrita. Um outro lado do triângulo. Exemplos

claros são os de quando te referes às personagens Tio João Perpétua e Tio Marchaninho, este que, de volta dos Estados Unidos, trouxe uma grafonola (gramofone) com a qual tocava músicas lindíssimas, espantando seus conterrâneos e provocando os ciúmes artísticos do mestre da banda local.

Por fim, Coimbra, a tua terra adoptiva. Foi lá que geraste e pariste, a partir da “bigorna” da tua pena e com um tempero de persistente e exigente “serralheiro da escrita”, a tua apreciada e consagrada obra.

Com o Pico da Pedra no coração, com a América no horizonte e com a cumplicidade do Mondego, tens construído como que um “edifício de muitos andares” de onde ressaltam o mérito e a notoriedade, com que tens enriquecido a Literatura Portuguesa contemporânea e enobrecido a terra que te serviu de berço.

Dir-se-á que este é um triângulo de amor e paixão que tens percorrido com tenacidade e afecto e te transformou num luzeiro alcandorado no panorama das letras portuguesas e que certamente é a pedra de toque do teu sucesso.

Da poesia à ficção, da crónica ao ensaio, agora os factos, agora a biografia, agora a “Relação de Bordo”. Presente recente, e primeiro dos muitos que pretendes levar à estampa, é este livro uma forma de expressão diferente e não muito usual na literatura portuguesa. Com uma escrita talhada e trabalhada com um poder descritivo a que nos habituaste, regista factos, acontecimentos e pessoas, onde a realidade temporal é patenteada com beleza, sensibilidade e exuberância.

Poderão não ser as mais relevantes, mas com alguma subjectividade aqui deixo duas referências registadas na tua “Relação de Bordo”.

Ao teu avô José Dias, tanoeiro respeitado e um homem apaixonado pela sua terra, quando te encontraste com o teu tio “mestre” José Dias. Foi na ida à terceira onde foste “ver o meu tio, mestre José Dias, carpinteiro e marceneiro, estabelecido com oficina mecânica na Aldeia Nova das Lajes, a quem não via há cerca de vinte anos. Ao abraçá-lo parecia que estava abraçando meu avô materno, tal era a presença entre ele e o pai, até nervoso miudinho, no jeito de andar e de falar – enfim matei saudades e reví-me na idade que tinha quando o vi da última vez”. É verdade, que saudades também tive quando li este trecho! É que a tanoaria do teu avô faz parte das três “catedrais” da minha infância e que aqui já trouxe em jeito de conto.

A segunda referência da “Relação de Bordo” que elegi foi a seguinte: “Voltar à origem é sempre uma aventura. Uma aventura que pressupõe um renascimento. Renascer na ilha onde se nasceu, percorrer os caminhos com os pés pequeninos e descalços de outrora, olhar as pessoas, as coisas e as casas com os olhos virginais da criança ainda acordada, ouvir as vozes familiares com ouvidos inocentes. A transfiguração deixa uma ferida interior inlocalizada. Os caminhos são de facto os mesmos, as pessoas e as coisas pouco mudaram, as vozes possuem o mesmo ritmo dolente e traduzem ainda amargura e desencanto. Só não são os mesmos pés que tacteiam, os olhos que repousam nas pessoas, nas coisas e nas casas, os ouvidos que escutam, atentos, voltar à origem com os olhos novos é uma aventura...”.

Parabéns Cristóvão de Aguiar. Muitos anos te dê Deus para continuares a deliciar-nos com a tua escrita, esculpida, como disse, nesse triângulo de amor e paixão, de “semente e seiva”, de “vindima de fogo” e de “fruto e sonho”.

### **Sobre *Relação de Bordo I***

**Albano Martins**  
29 de Junho de 2000

192

O Júri, que aqui represento e de que, por deferência, fui designado porta-voz, decidiu, por unanimidade, atribuir o Grande Prémio de Literatura Biográfica, para o biénio de 1998/1999, ao volume *Relação de Bordo*, de Cristóvão de Aguiar, por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, pela qualidade humana da referida obra, que se apresenta simultaneamente como um vasto e rico repositório de experiências, assinaladas por um vinco de inegável autenticidade, e como documento de irrecusável alcance, se olhado na perspectiva da ética das relações, dos gestos, das atitudes, e do sentido da própria vida. Como documento, dizemos, no sentido rigoroso do termo, isto é, o do que se oferece como ensinamento ou lição e, também, como testemunho e memória emblemática. Em segundo lugar, pela qualidade literária de uma escrita onde poesia e prosa se aliam, se cruzam, se

---

<sup>1</sup> Texto lido na sessão de entrega do Grande Prémio de Literatura Biográfica da APE/CMP.

entrelaçam, se harmonizam, urdindo um tecido de irradiantes tonalidades e, não raro, de efeitos de surpreendente beleza.

Julgo, por isso, que a obra – esta obra – de Cristóvão de Aguiar exigiria – diria mesmo: reclama – uma análise de que eu, reduzido, por natural inclinação, à condição de leitor atento e obrigado, não disponho, e da qual beneficiariam não apenas a obra em questão, mas o seu autor.

*Relação de Bordo*, diz o título. E, se a palavra “bordo” logo inequivocamente indicia a ideia de viagem, o substantivo “relação”, esse, inscreve-se numa área de complexa variabilidade semântica. É que a “relação” tanto pode ser o *relato* (derivado regressivo do verbo *relatar*), isto é, a narração de algo, de acontecimentos vividos ou, tão-só, observados, como a *lista* ou *rol* dos objectos, instrumentos e pertences, próprios ou alheios, necessários a determinada actividade ou simplesmente oferecidos à curiosidade, à observação e à análise. E pode, ainda, ser a *ligação* – o relacionamento, o trato, o comércio – com os outros, com as coisas, com o mundo. De todos os referidos conteúdos participa, a meu ver, esta “Relação” de Cristóvão de Aguiar, já que o autor se não apresenta como simples narrador dos acontecimentos que se inscrevem na órbita do seu dia-a-dia existencial, mas porque eles, acontecimentos, lhe fornecem ocasião e pretexto para pôr em evidência, mas também em confronto, comportamentos, práticas, sensibilidades, mentalidades, diferentes modos de olhar a realidade, o tempo, o mundo, os homens. De se olhar a si próprio como peça numa engrenagem em constante mutação, de se auscultar e explicar, sem tibiezas, aos olhos dos outros. De se conhecer e compreender nos próprios movimentos ondulatórios da sua personalidade e nas interacções que os motivam e determinam. Se há aqui efabulação, é no sentido etimológico do termo, isto é, de fala ou discurso a partir de algo. Daquilo que, no caso, se institui ou elege como motivo de registo, de ponderação e reflexão. De auto-reflexão também.

Porque, é preciso dizê-lo, o autor não se constitui mero narrador de acontecimentos de que é, umas vezes, protagonista, outras, participante, observador, outras, ainda, mediador. E é por isso, também, que não é fortuita ou insignificante a selecção dos episódios trazidos à colação. Dela (porque nem tudo o que acontece tem igual significado e importância) releva uma personalidade que tanto se anuncia e afirma na “arqueologia dos afectos” (“Arqueologia de um afecto” é o título de um dos poemas incluídos no livro), como nas pulsões oriundas

dum quotidiano itinerante onde cabem e, por vezes, coabitam a ternura e os amores, os traumas, os temores e os tremores, as raivas, as aversões e as repulsas.

Da obra e do autor (porque o autor é aqui a sua obra, ou vice-versa) acentuarei, pois, e ainda, se me permitem: a coragem de se encarar ou enfrentar ao espelho; de se retratar em carne viva; de trazer à superfície, expondo-os na praça pública, o lodo, a enxúndia, a náusea e o nojo acumulados nos interstícios do tempo e da memória. Acentuarei o diálogo de si com o outro, que é o próprio, não lhe ocultando – e não lhe perdoando, às vezes – as pequenas perversidades, as fraquezas, as fragilidades e misérias a que humanamente está sujeito e a que não logra furtar-se. Direi, enfim, que se trata de um documento de rara grandeza e duma nobreza e pungência raras a que não pode ficar-se indiferente, a menos que se tenha entorpecida a mente e embotada a sensibilidade.

Testemunho de um tempo – nosso tempo – e dos agentes da história – a pequena e a grande história –, esta *Relação de Bordo* é, em síntese, um compromisso (mas também, às vezes, um ajuste de contas) do autor consigo mesmo, com o mundo, com a mesma história. Um compromisso com a vida, no que ela tem de verdadeiramente substantivo, estimulante e significante. De nobre, sim, mas também de obsceno, algumas vezes. Demasiadas vezes, porventura.

194

“Diário ou nem tanto ou talvez muito mais”, assim vem subtitulada esta *Relação de Bordo*, que tem como âmbito cronológico o período compreendido entre os anos de 1964 e 1988.

Diário, isto é, nas palavras do autor, “a tineta de assentar tudo o que vai acontecendo” ou, por outras palavras, também suas, “esta empreitada de ir assentando e assuntando (...) as coisas mais importantes da minha vida e dos que me estão mais próximos”. Está assim, julgo eu, explicado aquele “nem tanto” do subtítulo, já que o termo “diário” aponta para o registo, dia-a-dia, de tudo o que vai acontecendo, e não apenas “o mais importante”. Mas o livro é também, e não “talvez”, muito mais do que isso. É também autobiografia, livro de memórias, de confissões, ensaio, crónica, reportagem, sátira, poema. Um complexo mosaico onde lirismo, e drama, e tragédia, e comédia (a tragédia e a comédia existenciais) alternam, umas vezes, outras se enlaçam, se enredam, construindo uma teia em cujas cerradas malhas o leitor se vê, também ele, envolvido, enredado, comprometido, sem remissão e sem apelo.

Dito isto, afigura-se-me irrelevante, além de inoportuno, falar de modelos. Cristóvão de Aguiar não esconde a sua admiração por Miguel Torga, que diz ser o seu “escritor preferido”, achando mesmo “natural” que a sua “escrita tenha sido grandemente influenciada” pela dele, que considera, diz, “inimitável”. O mais cómodo – o mais fácil – seria trazer de imediato à colação, do referido autor, *A Criação do Mundo* e o *Diário*, obras, sem dúvida, de referência obrigatória (incontornáveis, como agora se diz), quando se questiona a existência, entre nós, duma verdadeira literatura autobiográfica. Mas poderiam citar-se, além de Torga, Raul Brandão e as suas *Memórias*; *O Mundo à Minha Procura* e as *Páginas*, de Ruben A.; a *Conta Corrente*, de Vergílio Ferreira; os *Cadernos de Lanzarote*, do Nobel português José Saramago; *Na Água do Tempo*, de Luísa Dacosta; e, mais recentemente, *Tudo o que não escrevi*, de Eduardo Prado Coelho. É irrelevante, insistimos, porque di-lo algures Eduardo Lourenço, “ninguém nasce de si mesmo”. E porque, como lembra José Régio, “só o que de algum modo nos pertence pode influenciá-los profundamente”.

Terminarei com uma nota pessoal: numa época em que tantos aprendizes de feiticeiro da escrita, guindados ao pódio, se vêem promovidos ou auto-promovem a candidatos a nobéis de ocasião; numa época em que a língua se vê diariamente maltratada em tantos – em todos os – lugares onde devia ser respeitada e protegida, é reconfortante (é-o, realmente, para mim) encontrar alguém para quem o exercício da escrita é simultaneamente um acto de cultura, de liberdade, de coragem, de inteligência, de lucidez, de higiene (de purificação ou catarse, se preferirem), de aprendizagem e de conhecimento. De conhecimento dos outros, sim, mas também, ou sobretudo, de si próprio. O que torna, desde logo, o referido exercício um acto necessário e, por isso, imperativo. E, por isso, indispensável. E, por isso, inadiável. Alguém com soberana mestria e soberana dignidade, se entrega à dura “lavoura das palavras” para, com elas, limpar o “muito lixo” acumulado no “armazém da memória”. Cristóvão de Aguiar sabe, com efeito, que “a palavra gerada, amadurecida e parida na maternidade do verbo” traz coladas pústulas de sangue e outras aderências que, a bem da higiene, da verdade e da estética, é necessário remover a todo o custo. Sabia-o já, muitos séculos antes de nós, o velho Sá de Miranda, ao confessar ao seu amigo Pêro de Andrade Caminha, num conhecido soneto, que nunca se cansava de “lamber” os seus versos “como urso os filhos mal proporcionados”.



Obrigado, Cristóvão de Aguiar. Estou certo de que a “memória curta dos dias” – isto é, dos homens – não irá “atirar para um cesto cheio de esquecimento” a sua obra. A garantia é ela própria, a sua obra, que a fornece. E os premiados somos nós.

### *Sobre Relação de Bordo II*

António Machado Pires  
Junho de 2000

Uma *apresentação* não é um género definido. Na realidade, não “apresenta”, porque o livro está lá para quem o queira adquirir e ler; não é crítica, pois a crítica não se compadece com os rituais sociais e exige o pudor do recato e da isenção; não é ensaio, porque, sendo este uma segunda criação bem livre, não faz serviço ao apresentado, mas sim ao apresentador.

Apresentar um livro é, pois, um acto de juízo e emoção, de elucidação e enquadramento, em que o apresentado (ele e a sua obra são aqui uma complexa e curiosa metonímia...) confia no apresentador. Tem de haver, assim, um nexo humano qualquer, o bom pretexto e o bom motivo. Talvez o nexo da emoção com seriedade, sem promoções de elogio mútuo.

196 Cristóvão de Aguiar pertence à geração que partiu para o Continente mesmo no limiar dos anos 60, quando só havia estudos universitários de Letras em Lisboa, capital desconhecida para muitos, e Coimbra, mítica e temida para outros.

O mundo que se deixa são os Açores em distritos, cerca de 340 mil habitantes com um fluxo habitual de emigração para os Estados Unidos e Canadá, que o vulcão dos Capelinhos aumentara e as muito próximas guerras de África viriam ainda a potenciar, quase desertificando certas zonas rurais. Uns Açores fortemente ruralizados, onde se ouviam apenas as rádios locais em Onda Média e as estrangeiras em Onda Curta, dos quais se saía no “Carvalho Araújo” ou no “Lima”, já para privilegiados nos jactos, via aeroporto de Santa Maria. Em todo o caso, um êxodo de estudantes *finalistas*, geração à qual Cristóvão de Aguiar e eu pertencemos, com rigor de anos e datas, e alguns amigos comuns. O tempo os espalhou um pouco por toda a parte, no Continente, de volta às Ilhas,

nas Américas ou para além do rio Letes. Mais de uma geração volvida (já passaram quase quarenta anos!...) é difícil fazer entender que não se visitava a Ilha ao fim de semana nos aviões da SATA ou da TAP, que não havia televisão para nos falar do Arquipélago, que havia pouco dinheiro no bolso dos estudantes e que muitos nem vinham a férias todos os anos. A *Ilha* – com os seus arquétipos de beleza e saudade acirrada, com o peso do passado ou as reminiscências de infância – ficava muito mais longe. Os estudos abriam os olhos e os horizontes, mas nem sempre esmaecia a imagem da Ilha. Para muitos até a tornava dolorosamente presente. O Passado e a Ilha pesam sempre. É desse saber-peso-recordação que se constitui uma sabedoria insular não regionalista, por ser mais do que isso: por ser a experiência impregnante que se carrega toda a vida no mais íntimo recesso – por isso escreve Cristóvão de Aguiar: “existem valores culturais que da matriz trouxemos, em insondáveis porções, e que podem e sobretudo devem ser transmitidos” (p. 65). E é essa sabedoria dos porções da alma ilhoa que emerge nas linhas de prosa do quotidiano, salvas da trivialidade por essa vivência ardente, dolorosa, que traz a Ilha, o passado e as contradições do presente.

Mais intimista que a descrição de um quotidiano de diário factual, esta *Relação de Bordo* não vale tanto pelo que conta mas pelo que faz intuir; não nos provoca a continuar a leitura pela sucessão alinhada dos factos, mas pelas doloridas ou mesmo amargas confissões subjacentes – ou mais evidentes – de uma incompletude, de uma ansiedade não explicada: “o veemente vulcão de uma paz irrequieta por que há tanto anseio?” (p. 51); ou a inércia e a abulia, a intermitência criativa tão velha como a Humanidade da arte e do pensamento, que o nosso autor descreve impressionisticamente como “esta poalha que sobre mim se vai chovendo...” (p. 50).

*Relação de Bordo* implica viagens, as que se fazem no espaço, mas também as que se estendem ao passado, que é o mesmo que dizer ao lugar de privilégio ou dor que o passado ocupa *dentro* de nós. Cristóvão de Aguiar serve-se metódica e cartesianamente da cronologia como modo pretextual de arrumo, mas a sua escolha (a escrita é sempre uma escolha!) não é a do calendário: é a do entusiasmo ou da dor, da mágoa ou da exigência de justiça e reconhecimento. A família, presente ou ascendente; um nexos; uma referência, uma exigência de compreender o destino; o espaço onde vive profissionalmente um arrimo com o dever que se cumpre, à espera da evasão, do sonho, do *clique* da escrita conquistada na estética *novíssima* do computador “descoberto” e adoptado. E a sua escrita – e em parte o melhor dela – é a busca inquieta, a própria interrogação adâmica do como começa e

acaba um acto de escrita. É, pois, a questionação não só do clássico escritor e açoriano saudoso, mas a “velha” questionação do acto de escrita, que enobrece sempre o escritor, se as perguntas não são feitas por snobismo mas nascem com autenticidade. A autenticidade – meu caro Cristóvão – eis um dos valores fundamentais desta(s) *Relação(ões) de Bordo*; a autenticidade vertida num *realismo confessional* que analisa não só a sociedade mas o *eu*, o *eu* confrontado com as evocações, o passado, os sobressaltos de novas surpresas. A escrita como auto-análise, mas também a escrita como desforra, a escrita como penitência, a escrita como imperativo interior: “Mas não há dia nem hora nem momento que não penses em escrever” (*Relação de Bordo*, vol. I, p. 332). Para logo confessar “a poalha de angústia que me polvilha as interioridades” (*Relação de Bordo*, vol. I, p. 334). Tal escrita, pois, não é só passado e presente, mas é futuro na incerteza e no humano desejo de reconhecimento, que apetece a todo o ser humano por essa mesma inerente condição de humanidade que é a angústia.

Essa autenticidade vem referida pelo prefaciador, o Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, que a define “acima de tudo, fidelidade às raízes, teimosa e indelevelmente arreigadas na lava da sua Ilha” (p. 10). Aníbal Pinto de Castro, que todos conhecemos, não faz favores de crítica a ninguém, e o tom carinhoso com que acolhe este livro mostra bem o apreço em que tem não só a “autenticidade da escrita” mas a “autenticidade humana” que se baseia na simplicidade da confissão da vida sem snobismo, não só o valor literário do memorialismo, mas a simpatia pelo homem que o assume.

108 Também não escapa ao prefaciador esse traço profundo de lirismo que é um veio alimentador das memórias, mais uma vez abolindo a distinção entre poesia e prosa, fazendo do “prosador” tão poeta como o “poeta de rima”. Como, por exemplo, sucede nessa notação de Coimbra, 13 de Agosto, sobre as “saudades enriçadas como cabelos hirsutos” (p. 77).

Cristóvão de Aguiar preocupa-se com a escrita não só como registo ou diário factual – isso seria muito pouco para um escritor premiado – mas com a confessional ressonância desses factos que já regista porque lhe falaram ao coração. Escritor temperamental, humoral, é pois capaz de nostalgias profundas como de facundiosas iras. No fundo de ambas a necessidade de reconhecimento à ligação umbilical à terra e ao mérito de a traduzir dolorosamente em escrita, a escrita como sublimação e como permanência: “memento homo qui pulvis est...”

A escrita, ao contrário do barro morredouro do corpo, consegue por vezes passar a fronteira da dura prova (...)” (p. 206).

Escrita, lembrança, a viagem da vida, o carregar com o esforço de tudo isto até ao fim: “Memento homo. Eu cá vou lembrando com uma aguçada vontade de esquecer, omitir-me – árdua empresa que não é consonante com quem tem o corpo, e o resto, que é ainda o maior quinhão, revestido de uma espessa pele de reminiscências (...)”. (p. 205). Outra preocupação que pesa nesta(s) *Relação(ões) de Bordo (I e II)* é o tempo. O seu efeito desolador e doloroso, desmitificador e paradoxalmente nostálgico: a mulher encantada da adolescência que se reencontra no desgaste e na ruína das rugas; os filhos que crescem no meio dos choques de uma “geração nova”; a insegurança de “novos tempos” perturbando a serenidade do cidadão, os parentes que se reencontram, a família e os traumas da escola que se evocam. Tudo lá está, porque *Relação de Bordo* é viagem e viagem é tempo em *fieri*, em transformação, em percurso. Nesse percurso, vê retrospectivamente desfilar, num écran verbal e afectivo, a linguagem e as imagens do passado e do local da infância, com uma nitidez que o afastamento exacerba. Como Nemésio, as suas palavras treinam-se na dura escola da ausência e não na fácil escola do psitacismo. O telurismo de Nemésio é “areia e ausência”, “pedra torrada” e nuvens no canal; o apelo da terra em Cristóvão é uma torrencial raiz aquilianamente cifrada nas linguagens ouvidas na infância. Num português dialectal que não esquece o português.

O seu português é exemplarmente escoreito, sem arroubos ininteligíveis nem ousadias modernças. **199**  
Moderno é o que é inovadoramente correcto; modernção, o que é pretensiosamente *à la mode*.

Memorialista, poeta, ficcionista, polemista, Cristóvão de Aguiar é hoje, indiscutivelmente, um escritor açoriano de uma literatura sem preocupação de adjectivos identitários, porque a identidade do escritor lhe basta: isto é, o mundo que carrega vale mais que o rótulo que ele tem.

## Sobre *Relação de Bordo II*

Luiz Fagundes Duarte

*Diário Insular*

30 de Julho de 2000

Cristóvão de Aguiar é um caso singular no conjunto dos escritores portugueses nascidos nos Açores e que elegeram os Açores como objecto e como referência dos livros que escrevem.

Escritor de projecção nacional, sobretudo a partir de 1978, com a atribuição do Prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências ao romance *A Semente e a Seiva*, primeiro volume da trilogia romanesca *Raiz Comovida*, e que como tal foi recentemente confirmado com o Grande Prémio de Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores/Câmara Municipal do Porto atribuído ao primeiro volume de *Relação de Bordo*, cujo segundo volume acaba de ser dado à publicidade, Cristóvão de Aguiar nunca deixou de ser um escritor profundamente açoriano, apesar de, pelo menos até agora, nunca ter sido canonizado no céu da auto designada “Literatura Açoriana”.

200 Estranha situação esta. Quem lê os livros de Cristóvão de Aguiar – e sobretudo os três romances de *Raiz Comovida* e os dois volumes de *Relação de Bordo* –, fica com a sensação de que dificilmente encontrará um escritor de grande pujança que seja mais açoriano do que ele: estamos perante um escritor que não precisa de recorrer às receitas canónicas de como-se-ser-um-escritor-açoriano, ou de procurar cumprir os “critérios mínimos de convergência” para que como tal seja considerado; pelo contrário, estamos perante um escritor que, tal como ele próprio afirma no texto do presente volume referente ao dia 17 de Novembro de 1989, produz uma escrita que é coada pela memória afectiva. Ou seja, Cristóvão de Aguiar assume-se como um escritor que faz as suas representações do mundo utilizando como meios de referenciação a *memória* – enquanto parâmetro do que já foi assimilado e que passa a condicionar o presente e o futuro – e o *afecto* indispensável para que um texto literário deixe de ser uma mera aplicação de virtuosismos estéticos ou linguísticos, para poder ser algo provido de alma. Em termos comuns, diríamos que Cristóvão de Aguiar é um escritor que escreve mais com o coração e com a emoção do que com o raciocínio.

E um açoriano, e um escritor açoriano, que não renegue a memória nem condicione os afectos – por mais mundo que conheça, por mais leitores que tenha pelas terras indiferenciadas que são sempre as terras onde se não nasceu – esse escritor açoriano que não renega a memória, é sempre às ilhas que acaba por regressar. Assim fez Antero de Quental, que só se deixou confiar à morte na ilha onde nasceu; assim faz Cristóvão de Aguiar que, em meu entender, é quando fala da Ilha, e das emoções e memórias que lhe acarreta, que atinge a sua plenitude enquanto escritor.

«Ilha» talvez seja a palavra substantiva mais recorrente em *Relação de Bordo*. Não a ilha retórica pedida pela fatalidade de se ser ilhéu, mesmo numa outra ilha como seja Coimbra, terra adoptiva do autor – mas a ilha que é mãe e que é pai, o cofre secreto onde se guarda a alma e a memória, o *locus amoenus* onde se nunca tem estranheza ao chegar, nem de onde jamais se tem pressa ao partir. É entre essa Ilha maiúscula, que nos protege a memória numa presença tão certa como certa temos a presença do sol em cada manhã, e uma outra referência permanente nestes livros – o Pai –, que em meu entender se desenrola o romance vivido que é este diário que se chama *Relação de Bordo*: a Ilha, enquanto metáfora de tudo aquilo que inspira segurança e indica o Norte que nos orienta, e enquanto referência territorial herdada dos ancestrais e que distingue o autor (e os açorianos em geral) de todos os outros; o Pai, enquanto o Outro de um diálogo interrompido, e enquanto bitola a que o autor recorre nos momentos em que mais necessita de aferir o grau de derivação da sua rota no percurso do mundo.

Comovi-me ao ser confrontado com a frase que abre o dia 19 de Julho de 1991, e que tenho como uma das mais fortes e mais poéticas, mas também como uma das mais terríveis que se pode encontrar neste livro: “Ontem peguei de mim e fui regar meu Pai” – o Pai que fora morrer em terra alheia, mas que no fundo mais não fora do que transplantado de uma ilha para outra, aquela outra ilha que só os açorianos são capazes de inventar para trazer consigo, a grande ilha sem mar que fizemos crescer em terras da América. Regar o Pai que morreu em terra alheia significa garantir a sobrevivência, por transformação permanente e contínua, da memória que nos faz e que, depois de enriquecida com a nossa própria experiência, temos o dever de passar aos nossos filhos, e assim os fazer.

Hino à Ilha e hino ao Pai, é-o este livro laborado na memória afectiva de Cristóvão de Aguiar. Relatório dos acidentes de percurso de um escritor repartido entre espaços descontínuos que só a memória consegue unir – é-o este livro repartido por natureza, como repartido pelos dias dos meses dos anos é qualquer livro

que se assume como um diário, subgénero literário de que Cristóvão de Aguiar, depois de Miguel Torga, com o seu *Diário*, e antes Vergílio Ferreira, com a sua *Conta Corrente* (e estes “depois” e “antes” são valorativos, não cronológicos), é um dos mais inteligentes cultores em Portugal. Porque aqui não encontramos o registo dos *faits divers* do dia-a-dia que a ninguém interessa: o que aqui, nesta *Relação de Bordo*, mais temos, é um exercício estético de reflexão afectiva sobre o mundo e sobre o próprio acto de escrever, onde não entra a crónica dos dias cinzentos nem os lugares comuns do escritor que rebusca os acidentes da sua vidinha em busca do assunto. *Relação de Bordo* é, antes de tudo, um assunto – que só depois o escritor amanha para dele fazer literatura.

Ao ler este livro, qualquer açoriano encontrará nele, *mutatis mutandis*, a mesma memória, a mesma afeição, o mesmo desespero, a mesma sensação de ausência, o mesmo sentimento de estar presente, que encontra um escritor que, como Cristóvão de Aguiar, faz do viver um assunto literário. E, em *Relação de Bordo*, encontramos passagens que são da melhor literatura.

### *Relação de Bordo II (1989 – 1992)*<sup>1</sup>

Joana Matos Frias  
25 de Novembro de 2000

Quem da pátria / sai a si mesmo escapa?  
Horácio

Heureux qui, comme Ulysse, a fait un beau voyage.  
Joachim du Bellay

A 25 de Maio de 1965, em Bambadinca, Guiné, um jovem poeta escreve: «A tua ausência/É este estar nu por dentro». O poeta é Cristóvão de Aguiar, o poema um dos muitos que se podem encontrar ao longo de todo o primeiro volume de *Relação de Bordo*<sup>2</sup>. Os versos, esses escolhi-os por entrever nesse desnudamento interior a essência ontológica que o diário encerra — um duplo movimento, de interiorização e de exteriorização, onde o

<sup>1</sup> Texto de apresentação de *Relação de Bordo II*, lido na Casa dos Açores do Porto.

<sup>2</sup> Cristóvão de Aguiar, *Relação de Bordo (1964-1988)*, Porto, Campo das Letras, 1999, p. 44.

sujeito alternadamente se esconde e se revela, se expõe e se impõe, mediante uma turbulenta e constante luta entre forças centrípetas e centrífugas.

Como notou Clara Rocha no estudo que dedicou à literatura autobiográfica, os dois movimentos de sentido contrário que se combinam neste tipo de escrita são, por um lado, a concentração ou procura de um centro e, por outro, a dispersão ou desagregação da coerência do Eu. Estes fluxos e refluxos encontram no diário o seu melhor efeito, pois, na mesma medida em que a confiança diarística é uma concentração enquanto demanda introspectiva de um centro, o modo da escrita produz um Eu disperso, que se dá a conhecer por fragmentos, variável ao sabor dos dias e das horas<sup>3</sup>. No caso de *Relação de Bordo*, este duelo entre impulsos opostos é tanto mais evidente quanto se ancora em duas figurações simbólicas que determinam o sentido e a coesão de todo o diário: a Ilha, ostentando o poder do centro, e o Mar, espaço originário da disseminação.

Não é decerto por acaso que uma das personagens da história literária mais invocadas a propósito do género autobiográfico, e mais especificamente do diário, seja esse naufrago que aportou sozinho numa ilha, e que teve necessidade imediata de falar consigo próprio através da escrita, tornando-se a um tempo locutor e interlocutor do seu discurso. Trata-se, é claro, do Robinson Crusoe criado por Daniel Defoe no dealbar do século XVIII. O género que Robinson escolhe para registar os dias e para comunicar consigo mesmo é o diário — por isso se pode dizer, como faz ainda Clara Rocha, que todo o autobiógrafo tem algo de Robinson Crusoe<sup>4</sup>. Ora, esta personagem de Defoe confere pleno significado à afinidade etimológica que reporta o sentido originário de *ilha* a *insula*, assim sobrelevando a situação de isolamento a que a imagem da Ilha sempre nos conduz.

203

Neste sentido, o autor de *Relação de Bordo II* é ele próprio, antes de mais, a Ilha a que tanto alude: «Agora, tal como antigamente, tenho tido urgência de estar a sós comigo», confessa no registo de 24 de Agosto de 1989<sup>5</sup>. Esta situação de isolamento, ou de solidão, favorável à escrita do diário, e a que recorrentemente o escritor alude, gera um *efeito de confiança* de extrema importância, proporcionando ao leitor um preenchimento mais verosímil dessa curiosidade voyeurista que sempre subjaz à leitura de obras de cariz biográfico ou autobiográfico.

---

<sup>3</sup> Cf. Clara Rocha, *Máscaras de Narciso: Estudos sobre a Literatura Autobiográfica em Portugal*, Coimbra, Almedina, 1992, p. 27.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 55.

<sup>5</sup> *Relação de Bordo II*, Pórtó, Campo das Letras, 2000, p. 35.



Entra-se assim no «casulo» de um autor, na expressão do próprio Cristóvão de Aguiar (p. 110), para quem «a insularidade, mais do que fatalismo geográfico, é muitas vezes uma condenação de índole e de alma» (p. 124). *Dentro de Mim outra Ilha* é o título de um poeta moçambicano que bem poderia resumir a verdadeira condição insular do narrador de *Relação de Bordo*, reverberando a solidão da derradeira frase do terceiro volume de *Raiz Comovida*: «Sozinho»<sup>6</sup>. O narrador de *Relação de Bordo* exhibe, a par de todos os narradores-autores dos livros de índole autobiográfica, um sujeito autocentrado que se revela como centro do seu mundo – quando se move, o centro do mundo move-se com ele. Um sujeito concentrado que em certos passos caminha rumo a uma postura de quase autismo, como declara a 31 de Agosto de 1990, ao dizer que «a vida é este enroscar-me sobre mim mesmo» (p. 86), acrescentando meia dúzia de dias mais tarde: «Um dia definiste com precisão e argúcia e numa única palavra este meu estado já crónico – encaracolado» (p. 89).

No entanto, apesar de todo o segundo volume de *Relação de Bordo* nos fazer aderir a um narrador cada vez mais «encaracolado», e portanto fundamentalmente intransitivo e autotélico – o que aliás reforça o predomínio de uma função expressiva que encontra no modo lírico a sua mais genuína actualização discursiva, o certo é que este Narciso é também um sujeito eufórico apaixonado pelo reflexo da sua imagem, como se pode entreler no seguinte passo: «Iluminei-me diante de mim e fui olhar-me a seguir ao espelho e não tive medo nem pânico dos olhos fundos que me espiavam do lado de lá com um expectante acento circunflexo de curiosidade» (p. 35). Lacan lembra-nos que a ideia do Outro surge sempre do reflexo da própria imagem – em *Relação de Bordo II*, num gesto invertido, a imagem do Eu é permanentemente recortada a partir da imagem do Outro, desse interlocutor omnipresente sempre designado como «Ela».

A sobreposição das duas figuras nodais do diário, Ela e a Ilha – sobreposição que o escritor condensa de modo exemplar ao referir-se a Ela como a sua «Ilha de carne» (p. 91) –, encontra porventura a sua maior afinidade na forma primitiva desse Ela que em latim se grafava *Illa*. Mas o reflexo traz também consigo, na cisão especular, uma duplicação entre aquele que narra e aquele que é narrado, duplicação que, no caso concreto do segundo volume de *Relação de Bordo*, se firma sobretudo num constante vaivém entre o presente e o passado,

<sup>6</sup> Cf. Júlio Carrilho, *Dentro de Mim outra Ilha: 1969-1993*, Maputo, Associação dos Escritores Moçambicanos, 1993. Cf. Cristóvão de Aguiar, *Raiz Comovida III (O Fruto e o Sonho)*, in *Raiz Comovida (Trilogia Romanesca)*, Lisboa, Editorial Caminho, 1987.

através da memória afectiva, desde o primeiro dia de 1989, cujo registo se inicia com um longo retorno à infância. Numa das idas aos Açores, o autor descreve ainda a visão de si próprio nos rostos que pertencem ao seu passado, de modo muito significativo: «Na plateia, o meu velho e íntimo Amigo Viriato Madeira, juntamente com a Zita, sua mulher, além de muita outra gente conhecida e desconhecida, velhos colegas a quem não via há anos sem fim, trazendo enormes espelhos em suas caras, para que eu não me esquecesse da imagem viva da minha própria ruína» (p. 121).

Torna-se, de facto, impossível tentar circunscrever este volume aos limites genológicos do diário, pois o discurso narrativo adquire com frequência a configuração das memórias, ou da autobiografia em sentido estrito, abandonando o autor os limites da *ordem* cronológica que regula o diário enquanto género, para optar pela *ordenação* de raiz topológica.

No que diz respeito à lógica temporal da narrativa, encontramos então face a um texto que de imediato corrobora a indicação dada no subtítulo do livro, «Diário ou nem tanto ou talvez muito mais», uma vez que todo o discurso progride a partir de uma alternância entre a quase simultaneidade do tempo da experiência com o da sua notação e a total separação desses dois momentos, o que gera um corte decisivo entre o *eu que experiencia* e o *eu que narra*, como aliás se torna evidente nas palavras do próprio autor: «E sofro. Um sofrer duplo, como dupla é a minha personalidade e a minha existência» (p. 84)<sup>7</sup>.

O primeiro procedimento, próprio do diário, é portador dessa frescura do originário que ressalta das primeiras impressões do vivido, ou do *calor* do originário, como no registo de 30 de Outubro de 1989, onde se pode ler: «O comboio é um túnel dentro do qual a memória anda em sentido contrário ao dos carris. Assim, posso palmilhar, mais pausadamente, os passos percorridos, ainda quentes de terem há pouco sido dados» (p. 36). O segundo procedimento, pelo contrário, característico das memórias ou da autobiografia, assegura em muitos momentos fulcrais da vivência do autor a hierarquização dos dados da memória, obedecendo à fórmula de Julien Green em *Partir avant le Jour*, «O esquecimento é uma escolha que apenas deixa passar o essencial». No que

205

---

<sup>7</sup> Para as expressões *experiencing self* e *narrating self*, ver Franz Stanzel, *Narrative Situations in the Novel*, Bloomington/London, Indiana University Press, 1971.

respeita ao acto da escrita, estes dois procedimentos têm os seus correlatos flagrantes na distância que separa o manuscrito do dactilografado ou, se quisermos, do digitalizado.

Uma das passagens mais estimulantes deste segundo volume de *Relação de Bordo* é precisamente a narrativa, a 19 de Maio de 1989, em que o autor relata, num singular andamento catafórico, o seu primeiro contacto com o computador enquanto instrumento de escrita. Não deixa de ser de extremo interesse acompanhar o modo como a uma gradual intensificação da distância entre o tempo da escrita e o tempo da narrativa corresponde a distância aumentada entre o corpo e a letra. Porque os momentos em que o autor se mantém fiel à arte do diário, anotando o que vivencia no instante da vivência, são também os momentos em que se mantém fiel a essa arte do manuscrito que encontra na mão o lugar de dissolução do corpo no escrito. No caso do diário, a autobiografia torna-se naturalmente uma autografia, e a presença da mão emerge como presença plena do sujeito que escreve: «Ao domingo pode-se mudar de pele ou de caligrafia. Hoje mudei a pele da letra, ou, melhor dizendo, a letra mudou de mim» (p. 52)<sup>8</sup>.

206 Invocando o célebre verso de Sá de Miranda «comigo me desavim», Vergílio Ferreira aponta que, a um nível literário, o desdobramento de nós vem já do Classicismo e é quase um topos do Renascimento<sup>9</sup>. O desdobramento de que fala o autor de *Conta Corrente* não é porém o mesmo que se conhece desde que Rimbaud proclamou *je est un autre*. Há na Modernidade uma esteticização das diversas clivagens do Eu, entidade cindida e esteticamente consciente dessa divisão essencial. Não há, em Sá de Miranda ou no Classicismo, a distanciação irónica do Eu de si próprio que comparece num Fernando Pessoa, num T. S. Eliot ou num Antonio Machado, e que de modo muito particular os textos como o diário íntimo permitem figurar.

Num ensaio intitulado «Complexe de Narcisse», Gérard Genette lembra que no mito de Narciso – obviamente o mito mais referido quando se pensa na literatura autobiográfica – se casam dois motivos, o do Reflexo e o da Fuga. Trata-se, em rigor, de uma imagem em fuga, pois a água, mesmo estagnada, ondula, e a imagem de Narciso ondula com ela, anima as suas formas numa mímica sem objecto, distende-as, contrai-as, e descobre-se de uma inquietante plasticidade: «E a minha vida tem sido sempre assim. Merda. Nunca estou onde estou», desabafa

<sup>8</sup> Cf. Abel Barros Baptista, *Autobibliografias*, Lisboa, Relógio d'Água, 1998, p. 233.

<sup>9</sup> Vergílio Ferreira, «Do Eu, Etc.», in *Colóquio/Letras*, 19, Lisboa, Maio de 1974.

Cristóvão de Aguiar quase no final do diário (p. 149). Mas quando Narciso se olha nas águas do mar, a agitação acentua-se, e a ondulação torna-se fraccionamento, dispersão; a elasticidade contínua da onda decompõe-se numa infinidade de facetas justapostas, em que Narciso desaparece numa enganosa intermitência, como acontece com o narrador de *Relação de Bordo*, que se dissemina pelas ondas, «cada vez mais perdido no picado mar de uma vida» (p. 70)<sup>10</sup>.

*Relação de Bordo* elege, neste sentido, um modo singular de constituição de uma imagem do sujeito, pois o *eu que narra* navega à vista na demanda de um Eu que se foi espalhando pelos lugares e pelos tempos do passado. «Vamo-nos semeando pelo mundo como um punhado de trigo» – é assim que Vitorino Nemésio sublinha a sua existência nómada e dispersada. Também esta dispersão radica, como a concentração que lhe é correlativa, na qualidade originária de ser ilhéu, cultivando, nas palavras de Cristóvão de Aguiar, «uma liberdade interior de fuga» (p. 124). Ora, esta disseminação ontológica encontra o seu correlato perfeito, no plano discursivo, na estética do fragmento que o diário, como nenhum outro género em prosa, desenvolve. O fragmento desenha a escrita em forma de Ilha, é o lugar isomórfico dos *biografemas*, dessas cinzas biográficas do sujeito espalhadas ao vento do Texto.

Aqui, sim, encontramos a verdadeira condição desse *passageiro em trânsito* que dá título ao romance de 1988, e que a epígrafe de Stevenson no pórtico do mesmo romance sintetiza de forma lapidar: «Pela minha parte, viajo não para ir a qualquer sítio, mas para ir. Viajo por viajar. O que importa é mover-me». Com efeito, a existência do autor de *Relação de Bordo II* firma-se num único conceito aglutinador de todos os movimentos, de vida e de viagem, no tempo e no espaço, por mar ou por terra: este *homo viator* tem na errância a sua essência de Homem e de Ilha. Assim, a propósito desta *Relação de Bordo*, mais ainda do que de *viagem*, deveríamos falar em *travessia* – porque não sendo sinónimo de viagem, a travessia é uma das suas modalidades mais peculiares, dado que acentua o percurso enquanto transversalidade<sup>11</sup>. A 18 de Agosto de 1970, no Pico da Pedra e ainda no primeiro volume do diário, o escritor regista: «Por isso, só estou bem indo. Quando estou, já não gosto. Seja lá onde for» (p. 87).

<sup>10</sup> Cf. Gérard Genette, «Complexe de Narcisse», in *Figures I*, Paris, Seuil, 1966.

<sup>11</sup> Cf. Maria Alzira Seixo, *Poéticas da Viagem na Literatura*, Lisboa, Cosmos, 1998, p. 19.

O que agita a escrita deste diário é, em suma, a radical impossibilidade do regresso, a constatação angustiada das palavras com que, no início do século que agora termina, Álvaro de Campos sintetizava a relação problemática do homem com o tempo e com o espaço:

«Partir!  
Nunca voltarei,  
Nunca voltarei porque nunca se volta.  
O lugar a que se volta é sempre outro,  
A *gare* a que se volta é outra.  
Já não está a mesma gente, nem a mesma luz, nem a mesma filosofia»<sup>12</sup>.

Afinal, Cristóvão de Aguiar é, como Guimarães Rosa foi, um *sertanejo universal*, um açoriano universal, e universal é o seu trajecto de Ilha e de Mar. Tão universal, que encontra num dos primeiríssimos heróis épicos da literatura ocidental a génese da simbiose que o compõe. Também Ulisses é uma personagem feita de Mar e de Ilha. Por isso encerro este texto dando voz a Constantin Cavafy, e à sua exortação ao herói da *Odisseia*:

«Quando partires para Ítaca, deseja que o caminho seja longo, rico em peripécias e em experiências.  
[...] Deseja que o caminho seja longo, que numerosas sejam as manhãs de verão, onde (com que deleites!) entrarás nos portos vistos pela primeira vez.  
[...] Guarda sempre Ítaca presente no teu espírito. O teu objectivo final é aí regressar, mas não encurtes a tua viagem: melhor será que dure longos anos, e que aportes enfim na tua ilha nos dias da tua velhice, rico com tudo o que ganhaste pelo caminho, sem esperares que Ítaca te enriqueça. Ítaca deu-te a bela viagem: sem ela, não terias partido. Ela não tem mais nada para te dar.  
[...] Sábio como te tornaste depois de tantas experiências, compreendeste enfim o que significam as Ítacas»<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> «*Là-bas, je ne sais où...*», in Fernando Pessoa, *Obra Poética*, II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986, p. 290.

<sup>13</sup> Tradução minha, a partir da versão francesa de Marguerite Yourcenar e Constantin Dimaras: Constantin Cavafy, *Poèmes*, Paris, Gallimard, 1978, pp. 102-103.

## *Relação de Bordo I e II*<sup>1</sup>

Maria Aida Costa Batista  
1 de Fevereiro de 2001

Quando o Senhor Cônsul Geral de Portugal, Dr. João Perestrello, nos fez o convite para apresentarmos o livro do Dr. Cristóvão de Aguiar (digo bem, o livro, porque pensava que se tratava apenas do segundo), de imediato anuímos à solicitação por entendermos que, na qualidade de leitores do Instituto Camões, temos a responsabilidade de tudo fazer para a divulgação da nossa cultura, nas várias vertentes que a mesma possa assumir. Ora, tal tarefa passa, claramente, por dar a conhecer os grandes valores da nossa Literatura Contemporânea. Claro que o fazemos nas nossas aulas, mas eles não estão lá para nos ouvirem. Apresentar a obra na presença do autor é um acto de coragem e um desafio, tanto mais que nem sequer tinha lido os livros, quando aceitei o convite. Importa, contudo, realçar que, fisicamente, já o conhecíamos, pois o nosso departamento, aquando do lançamento da *Antologia de Poesia Açoriana* de Eduardo Bettencourt Pinto, fez uma pequena exposição de livros de autores açorianos, onde, entre outros, figurava a sua **Relação de Bordo II**, com a respectiva tarjeta **Grande Prémio de Literatura Biográfica** da Associação Portuguesa de Escritores.

Tive, então, de lê-los, de supetão, numa semana, para poder levar a bom termo a tarefa que atrevidamente aceitara. A solução para vencer o medo, encontrei-a na página 223 do seu 1º volume quando, convidado para escrever um pequeno texto para sair na contracapa de um livro de contos do seu amigo e conterrâneo Vasco Pereira da Costa, afirma: “estou longe de ser crítico literário, não possuo o ferramental próprio para escarpelizar textos, mas, (...) enchi-me de coragem e escrevi o que aí vai...”. Pois bem, também eu não sou crítica e o único ferramental que possuo é o que me advém de algum sentido estético que me permite fruir de um texto, quando o seu autor tem a capacidade poética de dançar com as palavras, num rodopiar sincopado, pleno de voluptuosidade que a intimidade da escrita lhe dá. Depois, é só proceder como afirma Luiz Fagundes Duarte: “por detrás de um texto, antigo ou moderno, há sempre um autor a esconder uma intimidade, e na frente de cada um deles há sempre um filósofo a tentar desvendar-lha; o que varia é a dimensão da temporalidade”.

---

<sup>1</sup> Texto de apresentação da obra, lido no Consulado Geral de Portugal em Toronto.

O título *Relação de Bordo* imediatamente nos transporta para o catálogo da designada Literatura de Viagens, embora saibamos de antemão tratar-se de literatura biográfica, conforme o próprio prémio indica. No entanto, se nos abstrairmos da nomenclatura redutora que tudo codifica, atrevo-me a dizer que, não sendo Literatura de Viagens, toda a Relação de bordo é, de facto, uma Viagem.

Viagem longa de quase trinta anos através do tempo (1964-1992).

Viagem pelos espaços efectivamente percorridos: a Coimbra de estudante; a Guiné para onde o empurrou a guerra colonial; de novo Coimbra, ninho adoptado para aconchego futuro da família e exercício da docência universitária, eterno porto de abrigo, ponto de partida e de chegada de todas as outras viagens às Ilhas: as mergulhadas no mar-oceano e as da diáspora americana, responsáveis pelo aceno da emigração a que não ficaram indiferentes seus pais e grande parte dos demais familiares.

Viagem pelos acontecimentos que marcaram uma época, o pesadelo da guerra colonial; a contestação académica vivida quase na clandestinidade; a alegria do 25 de Abril e os períodos conturbados que se lhe seguiram; a queda do muro de Berlim e, tantos, tantos outros acontecimentos, que não escaparam ao olhar atento de quem, apesar de ter nascido numa ilha, não escolheu como fronteira o mar e soube perscrutar atentamente o horizonte à sua volta.

Viagem pelos amigos, mestres tutelares que foram ficando pelo caminho, Vitorino Nemésio, Paulo Quintela, Fernando Namora, Ary dos Santos, Miguel Torga, cujas perdas sentiu profundamente.

Viagem pela teia dos afectos familiares, urdida de errâncias, que marcaram tanto a sua infância, como a idade adulta, umas vezes descrita em páginas de doce ternura, outras, deixando vir ao de cima feridas mal cicatrizadas. “A minha escrita tem de ser coada pela memória afectiva”(pág. 42, vol. II).

Viagem pelos recônditos mais escondidos da alma, de janelas completamente escancaradas à curiosidade de quem quiser “esgravatar íntimos alheios” (pág. 27, vol. II): medos, angústias, ansiedades, fraquezas, numa autêntica catarse deliberadamente exposta e libertadora.

Tantas viagens, como se o seu nome de baptismo Cristóvão Dias de Aguiar, se lhe tirarmos a preposição, Dias Aguiar, fosse já a premonição de que se deixaria enredar por “Dias a Aguiar”-nos, pelas malhas de um verdadeiro “serralheiro da palavra”, como seu pai fora exímio no tratamento do ferro.

Contudo, viajando num constante rodopiar de tempos e espaços, Cristóvão de Aguiar não chegou a sair do mesmo sítio – a sua Ilha:

“Entre a bagagem de estudante, vinha também a minha Ilha, que, a pouco e pouco, se foi entornando para dentro de mim, transfigurando-se” (Julho de 79, Coimbra, vol. I).

“Dei por mim, embasbacado, namorando de janela, na ilha, de onde não consegui ainda partir” (Janeiro de 77, Coimbra, vol. I, pág. 21).

“Em chegando à Ilha verdadeira que me pariu, fico com a sensação de nunca ter saído dela” (Março de 84, Coimbra, pág. 335, vol. I).

À Ilha onde nasceu “com o vento da porta e ele estava mesmo encanado, que bem o sinto, o corisquinho, assobiando-me nos intervalos dos miolos” (pág. 39, vol. II) e de onde partiu embrulhado “nos valores culturais da matriz que trouxemos em insondáveis porões” (pág. 63, vol. II), volta sempre embalado na morfologia do substantivo de quem sempre se sentiu emigrante: a saudade. Palavra sofrida e vivida por todos quantos passaram a fronteira do seu torrão natal, de Vieira a Pessoa, desaguando nesta massa anónima de uma humanidade córdica, mais *sentiente* do que pensante, que personifica este nosso *ontos* em pedaços repartidos com todo o mundo e ninguém.

“Sinto saudades. Tem sido, de resto, o meu ofício mais permanente. Não quero matá-las de vez, caso contrário eu próprio ficaria sem sentido dentro de mim” (pág. 47, vol. II).

Esta recusa em matar saudades passa pela impossibilidade de cortar o cordão umbilical e continuar preso à lava do útero magmático que o gerou, num processo de autoflagelação contínua, como se tivesse um contencioso por resolver com a sua Ilha:

“A freguesia que já percorri de lés a lés para me martirizar, continua sendo a minha eterna espinha atravessada na garganta. Passo pelos caminhos a dar topadas em pedras aguçadas de muita memória. E tudo me sangra” (Pico da Pedra, 25 de Julho de 1986, pág. 367, vol. I).

“Tantas são as emoções desencontradas, que ando meio baralhado no meio desta Ilha. Ora me acaricia, ora me repele, naquele constante vaivém que produz uma forte corrente de angústia que me traz tolhido de todo” (Ponta Delgada, 2 de Maio, pág. 133, vol. II).

“Nunca me esqueci, porém, de por esta Ilha peregrinar diariamente, numa espécie de penitência rememorativa...” (pág. 123, vol. II).

“...tenho a íntima noção de que já está a transformar-se num ajuste de contas comigo mesmo e com a Ilha, que trago atravessada não sei bem aonde, ou, melhor ainda, como lá escrevi a dado passo (refere-se ao livro



*Passageiro em Trânsito*), que se reverteu em pedra alojada na vesícula” (Coimbra, 18 de Novembro de 1987, pág. 398, vol. I).

Apesar do incómodo da pedra alojada na vesícula, daquelas que por vezes se movimentam, e, que, além da dor aguda, provocam náuseas profundas, em 1991 escreve ainda “apetecia-me fugir para qualquer sítio do mundo que tivesse semblante de Ilha” (pág. 149, vol. II).

O mar, outrora tenebroso e difícil de transpor, não hoje mais que um rio, em que a distância entre as margens se dilui. Cristóvão de Aguiar mais não faz do que participar neste jogo de travessias, em que o fluir transitório da vida se processa entre as várias margens que inevitavelmente foi construindo ao longo do seu nomadismo congénito, em que imaginário e dor se fundem e confundem.

A Ilha, sempre a Ilha, omnipresente entre os fantasmas do passado e os silos da memória que Cristóvão de Aguiar se compraz em não querer exorcizar, condenado a ser sempre um “ser-entre”, sejam quais forem os meridianos da sua matéria em mil ilhas repartida:

“No momento da partida sinto sempre um sino soando a saudade (...). Talvez por causa de tudo isso me sinta sempre a saborear a estranha sensação de querer ficar e partir ou de não querer uma coisa nem outra. Sempre assim me aconteceu. No fim e ao cabo, nem fico nem parto: dissimulo-me no eixo da dobradiça em cujas abas me espreitam os dois verbos de mais difícil conjugação na primeira pessoa do singular desta minha tão plural pessoa” (Ponta Delgada, 6 de Maio, pág. 144, vol. II).

212 Dr. Cristóvão de Aguiar, acredito que ainda hoje continue a ter dificuldade na flexão destes dois verbos, mas apenas este lhe é consentido. No que toca ao resto, toda a arquitectura da gramática da sua escrita é de uma apurada riqueza e plasticidade, impregnada daquela magia das ilhas, que agarram o leitor da primeira à última linha. Depois de lermos a sua **Relação de Bordo**, fica bem patente toda a exigência, disciplina e rigor que põe no “**joear** as palavras”. A propósito deste verbo, é curiosa a forma como se serve de metáforas ligadas às profissões, ditas manuais, para se referir ao apuramento de todo o seu trabalho de escrita.

A costureira – (pág. 53, vol. II), “Estive até há um bom pedaço sentado diante do computador, **cortando, cerzindo, chuleando, assentando**, enfim, as **derradeiras costuras** da minha escrita...”.

O lavrador – (pág. 60, vol. II), “Ando a remendar textos, dando-lhes uma nova estrutura, **podando** aqui, **esgalhando** acolá”.

A mulher de limpezas – (pág. 117 vol. I), “ Todos os dias entro nele (o livro) e percorro algumas das suas ruas e atalhos, **limpando, consertando, brunindo**”.

Com tal disciplina e rigor, não poderia deixar de nos legar uma magistral lição de como devem proceder aqueles que pretendem ousar aventurar-se pelos caminhos da tessitura das palavras. Já o sabemos, mas é sempre bom recordá-lo:

“O saber escrever aprende-se como qualquer ofício: desde que tenha vocação, paciência e muita leitura sobretudo dos bons escritores da nossa língua – Eça, Camilo, Júlio Dinis, Almeida Garrett, Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, Virgílio Ferreira, Vitorino Nemésio, só para citar alguns consagrados dos séculos XIX e XX, porque há anteriores (...). É mergulhando na leitura dos grandes autores que um candidato a escritor poderá esfregulhar o que tem dentro de si, se sente necessidade de dizer qualquer coisa e este ter que dizer é essencial, o qual, por vezes, aguarda tão só um maduro sol de colheita para irromper da terra do íntimo. Não vale a pena forçar o que não pode ser contrafeito, nem sequer se pode dar saltos na esperança de ultrapassar algumas fases menos agradáveis. Não é forçando o Outono que ele se carrega de frutos. Ele só fica prenhe deles devido ao esforço que despendeu nas estações antecedentes: preparar a terra, adubá-la, semeando-a e por aí fora. O mesmo poderá acontecer na leitura porfiada e atenta, uma das chaves mestras (ele há inúmeras), que poderá abrir as desvairadas portas que aportam à escrita. O resto vem por acréscimo: intenso suor outra tanta desilusão nos intervalos...”.

Intenso suor existiu, de certeza, para poder dar à luz uma obra já tão vasta e consistente. Não queremos é que nos desiluda, deixando-nos, como diz a página 38, do segundo volume, “...sem saber que rumo lhes hei-de dar a estes dedos e a esta imaginação”. Todos os presentes sabem que rumo lhes há-de dar! Escreveu “que a vida não foi inventada para ser escrita, mas para ser vivida na intensidade de cada segundo que passa ...”. No seu caso, a intensidade de cada segundo só fará sentido se traduzida em mais torrentes de vidas escritas, como aquelas com que já nos presenteou, a melhor forma de reconciliação com a sua Ilha – Universalizando – A.

“Escrever, pois! É uma das formas mais penetrantes de fazer amor. Mais uma a acrescentar às não sei quantas posições do *Kama Sutra*” (pág. 75, vol. II). Não sei se o *Kama Sutra* aceitará esta sua sugestão, mas a Literatura Portuguesa Contemporânea ganhará, de certeza, uma nova posição.

Eloísa Alvarez  
8 de Março de 2001

Querido amigo:

Te escribo en español porque, siendo ésta mi lengua materna, siento que mi expresión es más libre. Curiosamente, cuando me expreso en portugués mi lenguaje es más conceptual, pero más forzado, además de que los errores ortográficos me parecen un atentado a una lengua a la que tanto quiero. Estoy segura, claro, de que no tendrás dificultades en entenderme.

En principio, me interesaba mucho tu *Diário* debido, sobre todo, a que en él figurarían referencias a Miguel Torga. Y no me equivoqué. Pero no sé cómo no te enfadaste conmigo. Confesarle a un autor que estamos interesados en una obra suya, para apreciar las ideas que manifiesta en torno a otro, no parece muy halagüeño. Pero es que, de hecho, yo sólo te había leído en tu *Com Paulo Quintela à mesa da tertúlia*, y, aunque saltaba a la vista que estabas dotado de una fluidez de escritura notable, nunca podía imaginar las revelaciones que esta nueva lectura me traería.

214 Así que, durante vuestra estancia en Azores, con tiempo libre y mucha curiosidad, devoré glotonamente los dos volúmenes que tu generosidad me regaló. Y debo confesarte que me sentí totalmente absorbida por esa prosa tuya, de enorme poder metafórico, capaz de metaforsear retratos, relaciones humanas, naturaleza, paisaje, realidades sociales, en vivencias sensibles que, a pesar de ser tan personales, y a veces íntimas, envuelven totalmente al lector. Y me sorprende esta “comunicabilidad” cómplice que consigues a partir da primera nota. Por otro lado, como tu mundo exterior es pródigo, para alimentar tus raíces, para impedirle a la bruma que diluya la cohesión del clan, las ligazones de amistad, emerge un componente ficcional cuya intriga también nos arrastra. Y, lo que quizás sea más importante, tu mundo interior, tu personalidad humana – tu “humanidad” diría, si nuestro común amigo Aníbal no se hubiera adelantado en el empleo del vocablo – que te empuja a socorrer lealmente al amigo y a exponer tu alma, de manera tan conmovedora sincera, en las reales dimensiones que posee. Y que te lleva a esa mirada de bondad con que interpretas la realidad humana que te rodea.

En cuanto a los poemas, y ve cómo mi carta no es una simple adulación, creo que mientras no te libras de la obsesión de los moldes estróficos y de la rima, no vas a ser el poeta que tú quieres ser. No veo otra razón, ya que en prosa consigues serlo.

Y sí, la luz de Torga flota tenuamente sobre tu Diario, aunque me parece notar que va decreciendo en la parte final del segundo volumen. De manera que, por todo esto, mucho te agradezco el regalo y me alegra haberte invitado a venir a mi casa.

**Boa literatura**  
***Sobre Relação de Bordo II***

**João Paulo Moreira**  
(texto recebido por e-mail)

Falei e pensei em ti várias vezes hoje, meu querido amigo. Primeiro foi ao almoço, no bar, com os amigos do costume. Como ando a ler o segundo andamento do teu diário de bordo, acho que fui eu que puxei o assunto. E o assunto era como escreves bem. Disse-o o Oliva, disse-o o Campar, disse-o o Torres (sim, é verdade, e não vou omitir o facto só para te não dar desprazer). De passagem, eu mencionei um ou outro senão que me parecia encontrar no livro, como a atenção a meu ver exagerada que dás ao Vamberto F., mas o essencial da conversa – foi assim que a terminámos, por isso foi essa a conclusão – é que tens, na tua obra, belíssimas páginas, daquelas de ler e voltar atrás para melhor saborear. Já ao fim da tarde, em casa, prosseguindo mais um pouco na leitura do teu *Rebordo* (digo, porque se trata de um diário reincidente), deparei com a tua homenagem póstuma a teu pai, escrita a partir de Bristol, no dia 26 de Janeiro de 1992 – exactamente um ano depois de ele te ter morrido. Muito, muito bonito. Comovi-me, o que é coisa que já não me lembro de me ter acontecido, por via da literatura. Provavelmente a circunstância de o meu próprio pai estar idoso, e parece que bem doente, mas sobretudo bastante enfraquecido fisicamente e até no ânimo, ele que sempre foi um gigante para mim, fez com que me apropriasse do teu texto e o apreciasse de uma maneira particular. Mas por isso mesmo fiz questão de o ler várias vezes, e provavelmente a razão da minha funda empatia está em que ele mesmo está eivado de um sentimento que é muito íntimo e verdadeiro, e que nenhuma manipulação estética poderia disfarçar nem que o quisesses. Parabéns! Obrigado.

215

## Cristóvão de Aguiar, segundo a palavra

José Medeiros Ferreira

Este convite de Cristóvão de Aguiar é um acto de amizade e de admiração entre companheiros de geração. Geração de cinquenta nos Açores e no liceu, geração de sessenta na Universidade e na luta estudantil, geração da guerra colonial e do anti-colonialismo, geração da liberdade com o 25 de Abril de 1974, geração da responsabilidade perante o futuro diverso e incerto, geração da memória perante o passado múltiplo, presente e ausente dos dias de hoje. Uma das gerações mais marcantes do Portugal contemporâneo. Ainda hoje.

Ora, a obra de Cristóvão de Aguiar é uma obra de geração para outras gerações.

Cristóvão de Aguiar é um criador enraizado na sua geração. Uma geração *incómoda* num tempo em que os velhos governantes assistiam impávidos à morte da juventude. É ainda hoje uma geração *incómoda*, com idade para observar e participar na mudança de mentalidades, de gostos e de pessoas mesmo entre os mais novos.

Receio bem que esta apresentação fique gravada na memória afectiva do meu constante amigo Cristóvão de Aguiar, como aquela que ele relata nesta sua *Relação de Bordo*, diário, a 11 de Dezembro de 1988, quando do lançamento de um dos seus livros mais polémicos, *Passageiro em Trânsito*:

“O apresentador fez o que pôde, disse bem do livro, como vem sendo uso nestas ocasiões solenes...” (p. 419).

Como devo reagir a esta prova? Pois, como quem corre por gosto este e outros riscos.

Sobretudo, não sou um crítico literário. Já uma vez disse que gostaria de o ter sido quando assistia, também por gosto, às aulas de David Mourão-Ferreira. Todavia, une-me a Cristóvão de Aguiar uma profunda amizade, daquelas que não necessita de alimento quotidiano, mas que nos dá a certeza da alegria dos sucessivos reencontros. E de facto perdi e reencontrei várias vezes na vida Cristóvão de Aguiar. Sempre o mesmo? Nem tanto.

Cristóvão de Aguiar é uma personalidade tumultuosa, cuja finíssima sensibilidade regista as mínimas oscilações do afecto e do entendimento. É por isso uma personalidade propícia ao memorialismo e ao diarismo como géneros literários, dado o seu estremado amor à conversão dos sentimentos e das situações em palavras cifradas e decifradas.

E por aí começo a minha apresentação crítica da versão publicada da sua *Relação de Bordo* (1964-1988) e *Relação de Bordo II* (1989-1992), dois volumes muito apetitosos da editora nortenha Campo das Letras. Um micaelense editado por uma editora do Porto e que se expõe por dentro e por fora.

Digo *versão publicada* porque Cristóvão de Aguiar fez e refez esta *Relação*, que assim se situa entre o género diarístico e o género memorialista. Possivelmente são assim todos os *diários*. Quem acredita que a perfeição das páginas de um Miguel Torga, de um Vergílio Ferreira ou de um Fernando Aires seja um rompante de escrita súbita e inalterada? Sem labor as palavras não se afeiçoam às coisas e aos sentimentos. Só assim nos afeiçoamos às palavras escolhidas e polidas e retratadas em letra de imprensa. Que depois se pretendem intocáveis, senão sagradas.

Nesta versão publicada, só a custo e guiado reencontrei, p.e., uma página tremenda sobre um tremor de terra pressentido pelas bestas do jardim zoológico de Lisboa (em 29 de Fevereiro de 1969, creio) cuja descrição é notável de dramatismo sobre o que une o mundo animal à face do globo. Um livro destes teria tudo a ganhar com vários *índices editoriais*, um maior trabalho editorial, com índices onomásticos e topográficos, pois é *entre pessoas e lugares* que Cristóvão de Aguiar, há muito, viaja. Desde a fundadora *Raiz Comovida* até ao *Passageiro em Trânsito*, o nosso autor percepçiona-se numa eterna viagem da qual ele só conhece o porto de partida: a enseada insular da sua criação. Ele não quer partir, nem ficar ou chegar, apenas viajar pela vida dentro de si.

Ele o escreve em Coimbra a 24 de Janeiro de 1964:

“Ando em despedida contínua. Dos meus amigos, dos meus colegas de curso, dos meus companheiros de República... E já sinto saudades. Até das aulas. Eu que nunca me encantei com a maior parte das que são ministradas na Faculdade, quase sempre uma seca, muito piores, sem comparação do que as do meu velho Liceu, na Ilha, onde tive professores de mão cheia...” (p. 17).

Essa procura dos seus professores é uma referência vivencial. Quando a 22 de Dezembro de 1987 o nosso autor lê o Vol. V da *Conta-Corrente* de Vergílio, ele termina a apreciação dessa leitura inspiradora com um nostálgico anseio: “quem me dera ter sido seu aluno” (p. 399).

É um hino em louvor aos professores do secundário tão pouco estimados socialmente, apesar da sua importância para a sociedade.

*A Relação de Bordo*, no fundo um diário de memórias, é de facto uma viagem secular pela vida de um ser de excepção cuja sensibilidade é mais apurada do que o mais alertado dos sismógrafos.

Por isso falta nesta Relação dos anos passados a percepção actual do autor. Explico-me melhor:

Li, há anos, um diário do escritor francês José Cabanis, *Les Profondes Années* – editado pela Galimard, em 1976, e elaborado em dois planos temporais distintos e justapostos: uma *parte diarística*, escrita dia-a-dia, situava-se entre 1939 e 1945 e relatava os sentimentos de um jovem entre os vinte e os trinta anos com tal crueza que o próprio ainda os considerava absolutamente sinceros no fim da vida. Pois tal crueza levou-o a hesitar sobre a publicação de tal diário durante trinta anos. Quando resolveu fazê-lo, já nos anos setenta, anotou as suas impressões sobre os seus sentimentos de há trinta anos com igual franqueza, oferecendo duas vezes a sua alma através do discurso atormentado da verdade e da recordação.

No fundo, o que eu egoisticamente pretendia era obrigar o Cristóvão a confessar-se, duas vezes, sobre os mesmos “pensamentos, palavras e obras”.

Que pensará Cristóvão de Aguiar desta sua oferta *pública de sentimentos* depois destes anos todos? Ele que é tão vibrátil e cujo céu sentimental é tão mutável como o céu da ilha de S. Miguel?

218 Aliás, a obra que hoje nos convoca a estas considerações revela-nos um vulcão de sentimentos em plena actividade, que o autor nos oferece quer em pedras incandescentes de ira quer na lava fria da ironia. Ira e ironia que escondem uma vontade impetuosa de ser amado através da palavra. *Ira e ironia* que se misturam e impedem a uniformidade do tom diarístico, um valor literário que C.A. atribui à *Conta-Corrente* de Vergílio Ferreira, o melhor paradigma actual desse género.

Deixem-me aqui fazer uma breve sessão de leitura de uma página tocante deste livro sobre o discurso de situações e sentimentos.

*Ponta Delgada, 4 de Julho de 1979:*

“Vim à Ilha receber um prémio de conto instituído pela RDP/Açores (...).

A certa altura chegou Natália Correia, com a sua longa boquilha, que preencheu logo todo o salão. Foi-me apresentada pelo João Bosco. E, não sei por que razão, começou logo a entrar comigo. Pediu-me lume. Como não o tivesse, disse-me de chofre, em voz bem audível, nataliana: - Ai, esses homens sem fogo! – E durante cinco, seis vezes, veio ter comigo para me pedir lume, mas logo se apressava a emendar: - Ai, já me esquecia, este homem não tem fogo!

“O melhor de tudo, porém, passou-se na cervejaria Melo Abreu... Fui acompanhado de um grupo de amigos e antigos colegas do Liceu. Ela também foi. Nunca lhe tinha falado. Apenas nos carteámos umas duas, três vezes, se tanto, nos princípios da década de 50... Pedi-lhe namoro numa carta apaixonada de retórica [...] Sentei-me ao lado dela, na mesa da cervejaria e desliguei do resto. Passámos a existir só os dois. Falei-lhe do passado. Lembrava-se dele tão bem como eu. E à medida que ia dando voz à recordação, sentia-me corando por dentro e por fora, um tão doce calor percorrendo-me o íntimo sobressaltado. Passei de imediato a ser um homem com fogo, capaz de acender e acender-me. Pena a Natália não estar presente com o seu cigarro enfiado na boquilha de palmo e meio, bastava tocar-me que se acendia logo!

[...]

... fui levá-la ao automóvel estacionado junto do Coliseu. Despedi-me dela. E só não lhe dei um beijo para não quebrar o encanto de todos estes anos de silêncio...” (*Relação de Bordo [1964-1988]*, Porto, Campo das Letras, 1999, pp. 227-229)

Como assinala, pleno de empatia, Viriato Madeira na contra-capla em discurso directo e verdadeiro “Comunicar é um dos teus dons”.

É facto. Comunicar é não só um dos dons de Cristóvão de Aguiar como esse dom é exigente e imperativo em relação ao nosso dotado. O autor é compelido a escrever por um imperativo superior a ele, mas que lhe brota do íntimo e do amor às palavras escutadas, ou lidas, no passado.

De certa maneira Cristóvão de Aguiar não é senhor de si perante a escrita que o obriga. Ele o diz, e mesmo que o não fizesse, eu o confirmaria:

“Fazes um exame de consciência que parece não ter fim. Mas não há dia, nem hora, nem momento em que não penses em escrever. Até sonhas que estás escrevendo lindas páginas de prosa poética [...] Escreve, se isto te dá realmente oportunidade de te reencontrares com o teu eu mais profundo” (Coimbra, 15 de Março de 1984, in *Relação de Bordo [1964-1988]*, p. 332)

219

Esta passagem da sua *Relação de Bordo* deu-me vontade de voltar a ler o trecho de uma carta de Rainer Maria Rilke – esse poeta trans-humano estudado e traduzido por um amigo querido de Cristóvão de Aguiar, em Coimbra, Paulo Quintela – em que o austríaco guia um jovem poeta:

“Compenetre-se em si próprio. Examine esse fenómeno a que chama escrever: comprove se ele estende as suas raízes até ao lugar mais profundo do seu coração: *avalie se morreria caso deixasse de escrever*. [...] E sobretudo interrogue-se durante a hora mais silenciosa da sua noite: *devo escrever?* Dilacere-se a si próprio na procura de uma resposta profunda.”

Caso essa resposta seja radicalmente afirmativa “então tente – *como se fosse o primeiro homem a fazê-lo* – dizer o que vê, o que experimenta, o que ama e o que perde”.



“Para tanto, fuja dos temas gerais e volte-se para os que a sua vida quotidiana lhe oferece: descreva as suas melancolias e desejos, os pensamentos fugazes e a alegria suscitada por alguma coisa bela; descreva tudo com sinceridade interior, tranquila e humilde e use as expressões que lhe são familiares, as imagens dos seus sonhos e os dados da sua memória”.

De certa maneira é a repetição duma condenação bíblica que inspira Cristóvão de Aguiar na *Trasfega* quando ele, desesperado, se aconselha como remédio a trasfegar-se como o avô fazia ao vinho novo. Fá-lo de uma forma esclarecedora para compreender o essencial da sua obra literária:

“O melhor é escreveres-te. Necessitas de palavras. De muitas palavras em brasa, amadurecidas, capazes de te limpar de uma vida que se te azedou.” (*Trasfega, casos e contos*, Lisboa, D. Quixote, 2003, pp. 23-24)

A forma como Cristóvão de Aguiar se escreve a si mesmo constitui já uma homenagem à língua portuguesa, muito mais bela escrita do que falada. Ora o facto de a língua portuguesa ser mais estética escrita do que falada tem também as suas consequências positivas e potentes na obra do nosso autor embebido no léxico açoriano. Num país onde há ainda uma briga de pronúncias (surdas!), o livro vence a televisão como elemento congregador do português. Ao ler-se Cristóvão de Aguiar, João de Melo, Vitorino Nemésio, não se corre o mesmo risco que José Medeiros nas suas singulares séries televisivas tão carregadas dos sons micaelenses.

O vocabulário açoriano ressalta límpido do trabalho sobre as palavras de Cristóvão de Aguiar, um trabalho que visa a ressurreição da vida passada pela busca incessante da memória e pela restituição escrita de um modo de dizer grave e quase mudo!

João de Melo que consagra esse trabalho sobre o léxico micaelense com a sua *Gente Feliz com Lágrimas* não deixa de prestar uma verdadeira homenagem a Cristóvão de Aguiar quando descreve a obra deste como uma experiência linguística sem precedentes.

Todas estas diligências as encontramos criativamente em Cristóvão de Aguiar e ainda sabemos que ele seria o primeiro a dar guarida à técnica operativa do poeta Rilke quando este, perante o *nada* simbolizado num cárcere cujas paredes isolassem o criador do resto do mundo, apela para a memória da infância “essa riqueza preciosa, régia que é o tesouro das recordações”. Esse *tesouro* das recordações é uma mina que Cristóvão de Aguiar sublima publicamente em palavras.

Às voltas com a memória, com a infância e com a necessidade imperiosa de escrever, assim reencontrei o meu querido amigo Luís Cristóvão após o 25 de Abril.

Testemunho assim a paixão de Cristóvão de Aguiar pela sua memória afectiva. Quando nos dá para discordar de uma data ou de um facto, ele amua como se lhe estivesse a tirar um brinquedo, o seu “*Rosebud*”...

Com efeito, Cristóvão de Aguiar foi o grande promotor do processo de erudição literária da linguagem açoriana em geral e da micaelense em particular.

Como já tive ocasião de escrever depois do 25 de Abril: “florescem nomes na literatura como Cristóvão de Aguiar e João de Melo, que se reclamam do universalismo e aborrecem o localismo, mas cujas «raízes comovidas» são insulares no precioso vocabulário e numa rememoração da primeira idade própria de «gente feliz com lágrimas» (in *Portugal em Transe*, Vol. VIII, *História de Portugal*, orientação de José Mattoso, Lisboa, Estampa, 1994, p. 177).

Na sua *Relação de Bordo*, o Cristóvão teve a generosidade de transcrever uma carta que lhe enviei em Dezembro de 1980 e em que lhe dizia:

“Recebi, como sei saberes, os teus livros subordinados ao título profundo, paradoxal e sugestivo de *Raiz Comovida*. A tua obra já mereceu consagração oficial. Será assim merecedor de atenção dizer-te que creio ser entre os teus leitores um dos que melhor te compreenderá? Não sendo continental e tendo habitado a Fajã de Cima e Vila Franca do Campo, não é na seiva vocabulatória que me detenho, deixando tal encargo aos escritores que te julgaram tão merecidamente. O que me seduz é a potência criadora do teu processo evocativo. Por isso creio que irás continuar a criar e não serás “apenas” um escritor de temas sitiados em que a realidade desconhecida pelo público favorece a surpresa e o encanto da leitura” (pp. 255-256).

221

A sua obra posterior irá oscilar, de facto, entre o memorialismo e a ficção, além de anexar, mais recentemente, o mundo onírico no livro *Trasfega*.

De certa maneira, com os seus diários, Cristóvão de Aguiar regressa a uma fase original e genética da criação ficcionista enraizada na lembrança, na memória, no vivido. Como se ele se quisesse libertar da obrigação de ficcionar a existência.

Há neste recuo da ficção para o diarismo um “grito em chamadas” no sentido do autêntico, do real ontológico sem o abandono do romancear da vida vivida, tão efémera como ela própria.

A obra de Cristóvão de Aguiar é um protesto do espírito contra o desfalecimento da felicidade, dos sentimentos amorosos, das pessoas de quem gostamos, dos gestos nobres; no fundo é um protesto contra a fragilidade e a perecibilidade dos homens.

Detecto assim em Cristóvão de Aguiar a procura insistente, mas talvez inconstante, de uma saída para a criação literária assente na memória.

Consegue em parte esse desiderato de um modo sagaz, ao recorrer à dimensão onírica, no conto intitulado “A Noite e a Sombra”, inserto no livro *Trasfega*, onde descreve um pesadelo “pontual como sempre!”

A técnica narrativa, e evolutiva, do sonho merecerá sem dúvida a atenção dos estudiosos da criação literária onde se mistura numa sequência ao mesmo tempo fantástica e lógica os temas da infância e dos seus medos, da guerra colonial, da vida de estudante em Coimbra, dos antepassados mortos e sempre existentes. Uma síntese brilhante e horrivelmente bela arrancada à memória e à imaginação e exposta com o nexos das coisas irreais ou impossíveis.

Não será este conto, filho de uma *memória fantástica*, a mais bela síntese literária entre a realidade vivida e uma outra dimensão desenvolvida da existência?

Cito mais como aperitivo de leitura do que como ilustração:

“De repente, meu Pai. Chega meu Pai, trazendo presa pela coleira a cadela trigueira chamada *Bonita*; põe-se-me lambendo as feridas ainda não saradas de alguns estilhaços fincados na perna esquerda. [...]

«O que vens aqui fazer meu Pai, se já estás morto há tantos anos, vestido com o teu fato novo... o penteado ainda não desfeito, lacado, a cara maquilhada do dia do velório, numa casa mortuária da América?» Não me fala. Só me olha; fico com esse punhal perdido algures no cerne do peito, falecidas as forças para arrancá-lo...

A cadela gane. Dou-lhe um pontapé e ela transforma-se numa cobra que se me vem enrolar ao pescoço. Rasgo-lhe o corpo mole com o punhal que meu Pai me deixa esquecido no peito” (in *Trasfega*, Lisboa, D. Quixote, 2003, pp. 145-146).

Impressionante.

### Conclusão

A língua portuguesa engrandeceu-se com Cristóvão de Aguiar e a raiz que mais me comove nele é a que busca a seiva nas palavras da etnografia açoriana para lhes dar uma ressonância renovada e cultivada.

A sua abertura de *A Semente e a Seiva* é um hino evocativo de um modo de produção de palavras raras e ao mesmo tempo quotidianas desta civilização insular: o dia de cozedura de vavó Luzia, o dia da matança de vavô José dos Reis ficarão para sempre na história da recuperação afectiva e literária – e creio que esta ordem é a exacta – de um modo de viver crítico e, no entanto, fugaz e morredouro.

Um modo de viver que já passou na sua inteireza e só não morre porque Cristóvão de Aguiar, qual médico dessa sociedade antiga, lhe prolonga indefinidamente a vida através dos seus livros. Dos seus livros romanescos como a inaugural *Raiz Comovida*, dos seus livros de *casos e contos* como *Trasfega*, ambos premiados, mas talvez mais reconhecidos do que conhecidos. Daí também o valor acrescentado dessa política de difusão da Dom Quixote, a sua nova editora.

É entre pessoas e lugares que há muito viaja o homem nascido no Pico da Pedra. Desde a fundadora *Raiz Comovida* – talvez o título mais portentoso da literatura portuguesa depois do 25 de Abril – que o nosso autor se percepçiona numa perpétua viagem da qual ele só conhece o porto de partida: a enseada insular da sua criação. Curiosamente esta criação não o torna numa criatura insulada antes num criador... de primeira água.

Cristóvão de Aguiar é um escritor dos afectos, melhor dizendo, é um escritor dos *seus afectos*. Para isso mergulha compulsivamente na memória como se esta lhe trouxesse vida e ressurreição. Embora ele faça de conta que procura apenas libertar-se dos seus fantasmas, mal suporta o desvanecimento destes e está sempre a chamá-los em forma de romance, em forma de conto, em forma de diário. É capaz de não haver casas assombradas, mas Cristóvão de Aguiar é certamente um homem assombrado que gosta de ser habitado pelo passado e por palavras muito caras e especiais: esparrame, barrinha de ferro, quartinho do relógio, calzins de abafado, ou de cachaça, Vavó Luzia, Vavô José dos Reis.

Vou concluir prestando a minha singela homenagem a Cristóvão de Aguiar como o grande iniciador do processo de erudição literária da linguagem açoriana. Um Almeida Garrett literário com um feitio mais próximo do de Alexandre Herculano...

Cristóvão de Aguiar revela-nos nos seus livros o modo de produção de palavras raras porém quotidianas na narração de sentimentos perenes e universais.

Sem pretender classificar a sua obra ela aparece hoje assente em três eixos: o “eixo do romance”, o mais carregado, com *Raiz Comovida*, *Ciclone de Setembro* e *Um Grito em Chamas*. Depois o “eixo dos contos (e casos)”, mais disperso mas um género muito querido do nosso autor, agora concentrado no livro *Trasfega*. E o “eixo diarístico” onde o memorialista anda à solta na *Relação de Bordo*.

A pergunta amiga que se impõe é a de saber se um dia Cristóvão de Aguiar voltará à poesia ou se a quer soterrada como a memória de Raquel...

### *Nova Relação de Bordo: a secreta vida das palavras*<sup>1</sup>

Ana Paula Arnaut  
6 de Março de 2004

“Escrever é abrir o fleimão com a lanceta bem afiada. Fica-se mais leve e apto a fazer peito à próxima onda” (p. 69).

“Gostava de principiar esta escrita com um murro de sol nas ventas destas linhas e entrelinhas, já que me não posso desferi-lo na própria cara” (p. 124).

224

De todas as categorias oferecidas pelo sistema genológico, o diário parece ser, numa primeira instância, a mais complexa de abordar. Com efeito, se, ao iniciar a leitura de um romance, de um conto ou de um poema, o leitor tem a expectativa de lhe ir ser permitido representar o papel de um detective (que procura não o criminoso mas os sentidos que se escondem por detrás das palavras, em pontos de indeterminação por vezes de difícil preenchimento), na escrita diarística esse papel parece ser-lhe sonogado. Tal acontece pelo facto de tudo (a) parecer límpido à superfície do relato que é levado a cabo. A vida vivida não é, de facto, o mesmo que as vidas inventadas ou recriadas por um autor; é mais séria, mais grave e mais pensada, justamente porque foi e não porque poderia ter sido. E o pudor de comentar, de reinventar a partir da vida e dos sentidos oferecidos, de relacionar com obras do mesmo ou de outros autores, inibe, tolhe os movimentos da nossa própria escrita.

---

<sup>1</sup> Texto de apresentação de *Nova Relação de Bordo* (Lisboa: Dom Quixote) – Casa Municipal da Cultura de Coimbra.

Numa segunda instância, todavia, se, como é o caso de *Nova Relação de Bordo*, os fragmentos narrativos se apresentam como bem mais do que uma compilação de acontecimentos pessoais, e se, como acontece em Torga, o Diário se traveste em uma experiência literária intrinsecamente fluida e mista (que, muitas vezes em surdina, toca os limites de outros géneros), começa, então, a restabelecer-se o desejado pacto de leitura. Esse que nos permite desenovelar o fio do espírito crítico e, também, da imaginação. A tarefa interpretativa torna-se, por conseguinte, viável e sedutora, principalmente se tivermos em conta o desafio que preside à máxima – construída a partir de *Fly* de Joaquim Pessoa –: diz-me quanta vida tens, dir-te-ei de que escrita és capaz.

A sedução a que acabamos de aludir decorre não apenas do próprio título mas também do subtítulo (*diário ou nem tanto ou talvez muito mais*). O primeiro orienta as expectativas de leitura para o relato de (novos) incidentes de uma viagem, só obliquamente remetendo para o registo de uma vida; o segundo, parecendo embora esclarecer o teor da obra, acaba por contribuir para o seu afastamento (temático e genológico) em relação a outras do mesmo jaez. Alerta fica, pois, o leitor, quer no que respeita ao conteúdo quer, eventualmente, no que se refere à própria estrutura do livro.

Em todo o caso, os dois ‘avisos à navegação’ acabarão por se cumprir, satisfazendo a avidez com que sempre lemos as vidas alheias. É, de facto, de uma viagem que se fala, mas de uma viagem ao interior de si e à roda dos outros, pelo meio dos dias do passado e do presente. E a escrita-reconstrução de quotidianos pelo seu lado de dentro e de fora vai sendo debuxada no mesmo passo apressado com que, no início do relato (p. 9), o autor diz subir as escadas do Quebra-Costas: uma escrita onde, para além de vidas, ecoa a música de fados e guitarradas de noites de boémia coimbrã ou onde ressoa, muito simplesmente, a música estrutural do próprio texto-enunciado que, de quando em quando, parece estabelecer relações de parentesco próximo com o texto poético. Tal acontece não apenas pelo ritmo melódico com que se cunha a frase, mas também pela peculiar orquestração do leque vocabular de que se apropria.

Assim sucede algures no ano de 1993 (lembramos que neste diário, ao contrário dos dois anteriores, não há entradas cronológicas) quando “O crepúsculo” entra “pela janela aberta” e “poisa lentamente sobre as linhas da escrita”, trazendo “silêncios de pássaros vermelhos cansados de voar um sonho inteiro e uma rubra saudade de

poente que pediu a tinta de empréstimo à vermelhidão das maçãs de seu rosto” (p. 49). Assim ocorre, ainda, entre outros exemplos possíveis, igualmente suspensos no tempo dos meses, no fragmento que a seguir transcrevemos:

Construir-te numa só estrofe em clave de sol, escandir cada verso em sílabas tónicas de fragrâncias de mentastro ou marrolo, poejo ou outras essências do mato, cantar-ta com hálito de roca-de-vénus na voz, celebrar-te na ascensão à Montanha, em hora parida de estrelas, auscultando a demorada súplica do silêncio – seria confidenciar-te, em sinfonia, o Cosmos e a Ilha harmonizados num só ventre. Mistério tamanho por revelar, sete chaves o guardam na sombra do sangue, viaja-te dos primórdios do corpo sem porto para acostar. A viagem será o pão e o vinho que hão-de matar a fome e embebedar a festa da mútua descoberta... (pp. 82-83).

Afinal, ao contrário do que aqui e além escreve (quando dá conta, por exemplo, de que, em matéria poética os seus bolsos estão “na mais rapada das penúrias” [p. 23], quando reconhece que a poesia lhe estende a mão e não a sabe colher [p. 168], ou quando afirma que “Nem uma minúscula sombra de poesia” descobre dentro de si [p. 269]), o seu destino de poeta acaba por se cumprir nestas páginas que se consubstanciam em escrita-aventura sem tempo, ou de tempo suspenso, como acima sublinhámos.

Um tempo que se monda com objectivos variados, mas quase sempre catárticos (pp. 56-57), recolhendo e reconstituindo – num ajuste de contas com a memória, com os fantasmas e com os afectos – momentos fulcrais do passado mais distante: a infância-adolescência na sua Ilha perdida e sempre encontrada na sua demanda em “nau de velas pandas” (p. 272); a imagem do pai, a quem se pede “contas da maçã de mágoa” que foi obrigado “a colher da árvore da vida” (p. 56); ou a imagem dos avós, a quem, no espaço do onírico, se pede desculpa “por há muito os não ter ido visitar” (p. 60).

Um tempo que, apesar da ausência da canónica indicação de data, e também de local, em cada uma das entradas do Diário (talvez por ser “uma bica de água múrmura sem pressa de contar o instante...” [p. 269]), é marcado pelo ritmo de vida do sujeito de enunciação e dos que o rodeiam, próximos de diversas maneiras. E a escrita torna-se sempre menos longínqua de um passado quase presente, onde reconhecemos nomes, gestos e conversas. E assim a pauta da existência, inevitavelmente feita de fragmentos eufóricos e disfóricos – vida e morte –, acaba por ser preenchida por momentos/indicações que cabe ao leitor precisar e dilucidar, agora num maior jogo de leitura interactiva exigida pela aparente indefinição temporal.

É certo que, atendendo às expectativas criadas pelos dois Diários anteriores (1964-1988 e 1989-1992), espera-se que este volume, numa linha de continuidade, retome o fio a partir de 1993. Contudo, sendo também

verdade que nenhuma indicação concreta nos é dada a esse respeito, a certeza de que assim acontece decorre, apenas, de pontuais referências, nem sempre fáceis de localizar<sup>2</sup>, que vão permitindo fixar esse tempo, e também esses espaços, por onde o autor se perdeu e se encontrou.

Destarte, o Doutoramento da Leontina – “Amiga e companheira da mesa doze do bar da Faculdade de Letras” (p. 12) – marca, na primeira das quatro partes desta *Nova Relação de Bordo*, num mês de Janeiro que posteriormente identificamos como pertencendo ao ano de 1993, o início de um relato que se estenderá, de forma precisa e assinalável, até 1995 (o que não significa, no entanto, que o relato se não estenda, como suspeitamos acontecer, até um tempo que nos é bem mais próximo). Curiosamente, pois, ou talvez não tanto quanto isso, o tempo parece diluir-se à medida que percorremos as páginas do Diário e, se nas duas primeiras partes o ciclo se cumpre até ao último mês de cada um dos anos em causa, na terceira e quarta partes, pelo contrário, o tempo de 1995, e dos anos seguintes, parece abrir-se a um futuro que se suspende num qualquer outro ano de verão de “Sol a pino, [e] zumbidos de moscardos” (p. 268).

Pelo meio, recua-se, avança-se e retoma-se o fio de vozes várias, parando-se, insistentemente, em dois motivos que, em derradeira instância, se fundirão num só: o amor e a Ilha. Assim, se na primeira parte desta *Nova Relação de Bordo* se apresentam como duas entidades distintas a Ilha e uma Ela – cujo nome não é nunca nomeado mas que diversos comentários identificam como uma mulher-objecto-e-sujeito-de-desejo –, nas páginas finais essa separação tende a desaparecer ou, pelo menos, a esbater-se. O amor, a presença de Ela-mulher parece diluir-se, acalmar-se – tal como o próprio tempo ou os comentários a esse respeito –, sublimando-se e confundindo-se com o amor a Ela-Ilha, num ponto de equilíbrio estável e pacificador:

Não preciso de mais negrura. Tenho-a que me baste até ao fim. Preciso dessa luz que de Ela por vezes jorra e dá sentido a tudo. Até ao absurdo. A vida não se repete. O sonho, sim! Decerto pensará: “não te conheço tão cauteloso!” Ataques etários. Estou na idade e na Ilha do Pico. Há meia dúzia de anos, já teria antecipado a viagem. Ando mais esclarecido. Mais sereno. E cheio da alegria que Ela para mim trasfegou. À noite veio com aquele corrupio de ternuras. Tanto bem me fizeram! Gosto de senti-la gaiata. Se estiver triste encontrará o que de melhor guardo dentro de mim. E muito desse tesouro foi Ela quem mo deu. Sem juro de mora, mas com muito amor. Estou na Ilha. A vida é tão bela se olhada com olhos limpos. E eu acho que ainda os tenho. Vou continuar a

---

<sup>2</sup> A morte de Natália Correia (16.3.1993), o aniversário de Torga (Agosto de 1993), a publicação do primeiro volume de *Cadernos de Lanzarote* de José Saramago (1994), a morte de António Portugal (1994) e a de Miguel Torga (1995), etc.



limá-los. Estar alegre é um exercício da vontade. A minha está no acume. Viver. Amar. Ao pé da Montanha e de Ela... (pp. 272-273);

Mana música e cor das esfíngicas ravinas da Montanha. Por vezes, atavia-se de uma dalmática homérica que a cinge de uma abstracta neblina. Fá-lo sempre que lhe apetece esconder-se ou revelar-se para melhor se lacerar e esvair-se, em paleta de tintas excêntricas, diante dos olhos que a dissecam e dos ouvidos que porfiam em auscultar-lhe, em surdina, a sidéria sinfonia. Não grita. Ela é a essência contida do grito. Para ser bem sentida, a harmonia dos acordes que lhe escorre dos flancos exige um secreto e cavado silêncio (p. 289).

Em qualquer dos casos, como já havia sublinhado em *Relação de Bordo II*:

Nos momentos afundados de medo; nos instantes caiados de alegria; nos babados silêncios de caracol a fechar-se em sua casa; na circunstância engelhada de angústia; nos baques de loucura do corpo em festa; no calor das palavras enfeitando a treva; no gume do tempo, inventado ou não, que rasga a carne ou se desaba em mutismo – preciso de Ela (p. 159).

Ela, a mulher; Ela, a Ilha-personagem-mulher, ou quase-quase-mulher. Ela, apenas; Ela, a indispensável à sua re-constituição como sujeito-homem e sujeito-poeta que, sem cessar, procura a palavra nas linhas que escreve. Como se, dessa procura, dependesse a sua inscrição na matriz de uma escrita-silêncio-tempo e sempre espaço de autognose e, em concomitância, de crescimento.

Não é este um percurso fácil e linear. Por conseguinte, ao contrário de outros autores que pretendem dar a impressão de que as palavras surgem límpidas e fluidas, decorrentes da inspiração do momento, Cristóvão de Aguiar, pelo contrário, admitindo embora a hipótese, numa ideia de reminiscências torguianas, de que o texto pode pedir para nascer (p. 40), reconhece, indelevelmente, na própria superfície do discurso, todo o labor que preside à construção deste enunciado em particular e, por extrapolação lógica, da escrita em geral.

Assim acontece quando, *ad exemplum*, dá conta de que “Ao jogo das escondidas brincam-me agora as palavras, têm muito pouca vontade de me acudirem ao bico da esferográfica” (p. 32), ou quando afirma gostar “de escrever com muita antecedência. Não só para ir burilando de meu vagar, mas por ser lenta a minha escrita...” (p. 40), talvez porque as palavras, não lhes apetedendo “uma voz que as nomeie”, se escapam por entre as linhas da consciência (p. 44). Assim sucede, ainda, quando de forma explícita se identifica como artesão das palavras:

Ao contrário da oficina de serralheiro de meu Pai, devidamente licenciada, impostos em dia e portão escancarado para receber os fregueses, tenho a minha tenda montada sem porta aberta para a rua e sem pagar licença a ninguém. Sou um artesão clandestino exercendo o ofício de macerar palavras, como o antigo boticário esmagava

em almofariz mais concreto folhas de certas plantas para delas extrair sucos de virtude curativa. Ao invés massacro-me e massacro as nervuras rebeldes das palavras, num graal todo fundido de vontade e paciência, na esperança quase sempre lograda de delas poder vir a retirar uma gotinha de beleza que gosto de compartilhar com o leitor que me queira visitar. Aqui, neste torrão úbere, tenho-me municiado de matéria ficcional de grande riqueza humana. Matéria antiga que vou arrancando aos poucos de mim, em bruto, como certos animais fazem aos pêlos do ventre para construírem o ninheiro aos filhos. É esta matéria-prima que procuro, depois, vestir com palavras que vou polindo e repolindo, passando e repassando pelo joeiro de malha apertada de uma escrita lenta, sempre presidida por uma tutelar memória afectiva (p. 263).

Em outros momentos, e à semelhança do que acontece em *Trasfega*, como em outras obras, constrói-se um outro *eu*, uma consciência alternativa que, entre outros conselhos que passam pela saúde física, mental e afectiva (pp. 135, 269), sugere processos de aprendizagem literária, como a (re)leitura da diarística torguiana (pp. 86, 98).

O resultado destas “andarilhanças interiores” (p. 151) é a constatação de que, afinal, por muito que se finja como poeta sem versos<sup>3</sup>, Cristóvão de Aguiar se re-constrói, pelo avesso e pelo direito do avesso, como um extraordinário prosador que nunca deixa de tocar os limites da beleza semântica e estrutural da poesia.

Mas nem só do texto poético se aproxima *Nova Relação de Bordo*. Pelo meio tocam-se as fronteiras do registo epistolar; disseminam-se instantes ensaísticos, quando, em exemplos de auto-crítica, pontualmente comenta a qualidade literária de *Passageiro em Trânsito* (pp. 38-39) ou de *Um Grito em Chamas* (p. 176); enxertam-se pequeníssimas histórias, embriões apenas de vidas alheias (imaginadas ou reais), todavia com os condimentos suficientes e necessários para, num futuro que esperamos próximo, se consubstanciarem em contos ou para, simplesmente, se oferecerem como mote na constituição de outros universos narrativos.

Referimo-nos, por exemplo, ao episódio do General Cagado (pp. 200-201) ou ao episódio do “grande Caruso” que, assim dava conta uma placa na parede do café Vittoria (Boston), teria um dia utilizado a sua voz como forma de provar a sua identidade (p. 149); ao pequeno relato do “derriço” amoroso entre Horácio Cabral, Florinda e Felisbela (pp. 149-154); ao caricato momento em que, por terras da América, conhece o senhor José Damásio, de Água de Pau, e a senhora Doroteia, das Furnas que, muito à americana, é tratada pelo marido como Dorothy, pronunciada Dirty e, por conseguinte, fazendo o diminutivo Dirtisinha... (p. 276); ou, finalmente, à não

<sup>3</sup> 1ª versão de *Nova Relação de Bordo*, texto policopiado, p. 46.

menos caricata e cómica matéria-prima facultada pela leitura “de um romance de língua inglesa por uma luso-americana oriunda da Terceira, Katherine Vaz” (pp. 167).

Vale a pena citar alguns excertos desta ‘obra’ orquestrada à volta da ida para a América de Clara, orfã e surda-muda, e de uma conterrânea que “toma a peito instruí-la nas letras do alfabeto”:

Ainda li algumas páginas referentes aos primeiros tempos de estada na Califórnia, mas parei. (...) o inglês é arrevesado e há traduções literais de expressões portuguesas de se fugir: *My one-more-than-everything*, o meu-mais-que-tudo! *In Portuguese death, the soul flies away as a moth (traça), white as a snowflake. It first perches on the lips, then hovers and ascends...* Ainda na Ilha, Clara, a surda-muda, comunica através de montinhos de açúcar. Dispostos de diferentes maneiras, significavam coisas diversas. (...) Chegada a heroína à Califórnia tudo se vai modificar. (...) [e traduz] Glória [a conterrânea-pedagoga] mostrou-lhe as letras que as pessoas falam, as quais letras, parecem anzóis espalhados numa praia branca... De dia para dia, a surda-muda dá mostras de que se vai aperfeiçoando, até que por fim consegue dizer num lamento: “Estou cheia de saudades, cá estou eu pensando muito em vocês.” Glória dançou à volta da pupila, na esperança de fazer amalgamar o verbo *estou* contra o adjectivo cheia, a fim de obter um vocábulo mais inteiro, *estoucheia*. Clara conseguiu pronunciar-lo. Logo Glória aproveita para dar um salto qualitativo na lição, isto é, para dar início ao ensino do inglês. Sem sair do português... Glória começa: “Ora muito bem, a palavra inglesa *touch* está escondida no meio da palavra *estoucheia*... (pp. 167-168).

230 Desta e de outras peregrinações que nos permitem visitar outros tempos e outros espaços, com regresso sempre inevitável à Ilha – a sua Ilha – vive e respira a escrita de Cristóvão de Aguiar. Uma escrita onde se joeiram e se mesclam sons e sabores e cores de tonalidades várias. Uma escrita que, por vezes, pode mentir, mas só “para que a verdade (o que será ela?) reluza nas suas linhas lavradas a ferro e fogo” (*Relação de Bordo II*, p. 204). Uma escrita que, libertando-o embora de cada dia passado, o acorrenta à pauta de uma existência humanista e literária de inegável valor. Uma escrita, finalmente, que “ao contrário do barro morredouro do corpo, consegue (...) passar a fronteira da dura prova, sem se transmudar em cinza, pó e nada” (*Relação de Bordo II*, pp. 204-205).

*Nova Relação de Bordo*  
ou os afectos de Cristóvão de Aguiar

Victor Rui Dores  
9 de Março de 2004

“Mon métier, mon oeuvre, c’est ma vie.”  
Montaigne

Cristóvão de Aguiar escreve com sensibilidade, emotividade, elegância narrativa e apuro literário. É autor de uma obra que é das mais vastas, das mais originais e das mais sérias da literatura dita de significação açoriana. Deste escritor acaba de ser publicado *Nova Relação de Bordo* (Publicações Dom Quixote, 2004), “diário ou nem tanto ou talvez muito mais”, que vem completar a trilogia iniciada em *Relação de Bordo – 1964-1988* (Campo das Letras, 1999) e continuada com *Relação de Bordo II – 1989-1992* (Campo das letras, 2000).

Contrariamente aos dois livros anteriores, registre-se que este terceiro não apresenta balizas temporais definidas e precisas, mas é óbvio que o autor retoma a escrita deste “quase diário” a partir da data referida na segunda obra.

Quem escreve, escreve-se, já se sabe. Há em *Nova Relação de Bordo* uma vibração afirmativa que traduz fragmentos da vida vivida e sonhada de Cristóvão de Aguiar que, página a página, vai tropeçando nas suas memórias. O autor viveu entretanto novas experiências e, por isso mesmo, lança novos olhares sobre pessoas, coisas e acontecimentos. Por exemplo: as mortes de Natália Correia, Miguel Torga, Paulo Quintela, Mário Dionísio, António Portugal e de outros amigos e colegas menos conhecidos: Idalina Aguiar de Melo, Victor Borges, Carolina...

Por isso estamos perante um livro de perdas, afectos, monólogos, convívios, cavaqueiras, peregrinações e viagens sentimentais. Ainda e sempre o autor evoca, invoca e convoca a ilha primordial, sendo que esta continua a ser o epicentro do seu imaginário, isto é, o seu roteiro afectivo. Mas há outras geografias afectivas: a recordação saudosa de Coimbra (recordar é “chamar ao coração”, diz-nos por mais de uma vez o autor), cidade mítica, dos doutores de borla e capelo, dos estudantes, futricas e tricanas, das Repúblicas, das tertúlias, do fado e da boémia... Mas também a Coimbra da actualidade sobre a qual escreve páginas de apetecível recorte literário. E há

ainda a intimidade da geografia americana: as viagens e as vivências familiares da diáspora açoriana. Fortíssima é a memória que o autor guarda de seu pai, sobre quem continua a dar vivíssimos e inesquecíveis testemunhos. Aliás, no âmbito da literatura portuguesa actual, não conheço nenhum outro escritor que evoque a figura do pai de forma tão intensa e insistente.

Por outro lado, e nunca perdendo de vista o discurso literário, Cristóvão de Aguiar envereda por estratégias pedagógicas para comentar acontecimentos vividos ou recordados, quer se trate de explicar o doutoramento de Vergílio Ferreira, na Universidade de Coimbra (belíssima a explicação dos rituais académicos); ou de dar a conhecer os contornos de “Boston Tea Party” (ocorrido no dia 16 de Dezembro de 1773); ou de retratar a forma como Karla Faye Tucker foi executada na prisão de Huntsville, nos Estados Unidos da América.

São magistrais os testemunhos e as páginas que o autor escreve sobre Miguel Torga, Vitorino Nemésio e Paulo Quintela. Deste último escreve o melhor, mais sentido e desenvolvido retrato jamais perspectivado sobre aquele distinto professor (cf. págs. 236 a 252).

232 Neste livro, Cristóvão de Aguiar, assumindo-se como narrador autodiegético (narrador protagonista), também fala da sua condição de escritor: dos seus livros *A Descoberta da Cidade e Outras Histórias*, *Passageiro em Trânsito* e *Um Grito em Chamas*, sobre os quais vai tecendo considerações e expectativas à medida que vão sendo escritos, revistos ou lançados. Recorrendo à mais ácida ironia, o autor fala das “pândegas culturais”, das tricas, amarguras, azedumes e invejas do *milieu* literário (por exemplo, considera o “Jornal de Letras” o “porta-voz da paróquia literária lisboeta” (pág. 157); leitor compulsivo, discorre sobre os livros que vai lendo e tece considerações sobre os seus autores; dos portugueses: Camilo Castelo Branco, Antero de Quental, Teófilo Braga, Florbela Espanca, Fernando Pessoa (Bernardo Soares), Armando Côrtes-Rodrigues, Jaime Cortesão, José Régio, José Rodrigues Miguéis, Vitorino Nemésio, Miguel Torga, Paulo Quintela, Luís Albuquerque, Orlando de Carvalho, Joaquim Namorado, Vergílio Ferreira, Jorge Amado, Natália Correia, David Mourão-Ferreira, Manuel Bandeira, Almeida Pavão, José Martins Garcia, Emanuel Félix, Agustina Bessa-Luís, Eduardo Lourenço, José Saramago, Mayone Dias, Manuel Alegre, Pires Cabral, José Medeiros Ferreira, Herberto Helder, Eugénio de Andrade, Sophia de Mello Breyner, Fernando Aires, Dias de Melo, Francisco Quevedo, Eduardo Prado Coelho, Reis Leite, Jaime Gama, João de Melo, Mário Cláudio, Mia Couto, Miguel Esteves Cardoso, Egito Gonçalves,

Jacinto Soares de Albergaria, Eduíno de Jesus, Carlos Reis, Vasco Pereira da Costa, Vamberto Freitas, Álamo Oliveira, João Afonso, Daniel de Sá, Onésimo Teotónio Almeida, Katherine Vaz, entre outros. Dos estrangeiros: Tolstoi, os irmãos Bullar, John Updike (“blica tesa”, escreve o Cristóvão “laparoso”...), Buffon, Rilke, Albert Camus, Eugene O’Neill, Marguerite Duras, Isabel Allende, entre outros.

Mas a prosa deste autor conhece maior fundura narrativa e consistência literária quando, em analepses (ou *flash backs*, dadas as potencialidades cinematográficas das suas narrativas), envereda pela memória insular e pelo discurso amoroso, sendo que **Ela**, a mulher amada, funciona como uma metáfora da ilha – situação já patente no segundo volume da referida trilogia. Na página 273 do presente livro podemos ler: “Viver. Amar. Ao pé da Montanha e de Ela...” (...) “A Ilha do Pico faz as vezes da mulher amada”.

Impressionante é a descrição que nos é dada da montanha do Pico (págs. 271 a 274) – ilha onde o autor construiu habitação e vive regularmente. A maneira como aquele capta atmosferas de luz e sombra emparceira com as descrições desse outro grande pintor literário: o Raul Brandão de *As Ilhas Desconhecidas*.

Belíssima é a evocação a Nemésio (págs. 278 a 287), sobre quem nos são trazidas algumas novidades biográficas, via testemunhos orais de Paulo Quintela: “O Nemésio escreve como quem mija e compõe os poemas directamente à máquina de escrever. Fui eu que lhe meti o vício da máquina de escrever; tinha eu acabado de chegar da Alemanha, em 1933, e um dia, em minha casa, o Nemésio achou graça àquele brinquedo que minha mulher manuseava com muita perícia; passados uns tempos ele não tinha uma, mas uma colecção delas” (pág. 160). Referindo-se ao fraquinho que Nemésio sempre nutriu pelo belo sexo, acrescenta Quintela: “Uma burra de lenço punha o Nemésio levantado...” (pág. 159).

Sobre si próprio traça Cristóvão de Aguiar uma breve autobiografia (págs. 73 a 78), digna de registo.

De salientar a intromissão, aqui e ali, de uma voz narrativa (grafada em *itálico*) que faz uma espécie de inquérito ao subconsciente, processo que o autor já havia utilizado no conto “Trasfega”, no livro do mesmo nome (Publicações Dom Quixote, 2003).

Estamos perante uma escrita que testemunha o “emergente humano” e que recorre à tensão, à ironia e à análise psicológica. O autor debruça-se sobre os acontecimentos do dia-a-dia, interpreta-os à sua maneira. E, no silêncio do seu gabinete ou no aconchego do lar, ouvindo música clássica em fundo, fala de si, das suas alegrias e

indisposições, dos seus achaques e estados de euforia, das condições atmosféricas. Aliás, chove imenso neste diário... Diário que viaja de comboio, automóvel e avião... Mas o narrador também fala dos outros, tendo para com alguns uma argúcia crítica e a consciência de uma incomodidade. Exemplo disso é o retrato espantoso que nos é dado de Carolina, uma jovem estranha e imprevisível, espírito intrigado e inquieto, alma torturada e complexa, vivendo uma relação conflituosa com a vida, com o mundo e com os outros (sobretudo a mãe). Carolina vive a contas com uma grande instabilidade psíquica e com uma obsessão pelo suicídio, a cujo apelo acabará por soçobrar, não sem que antes experimente os ínvios caminhos da droga e da prostituição... Pelo recorte humano e psicológico, Carolina é personagem que bem se presta à urdidura romanesca. De resto, vários estudantes universitários de Coimbra cometem o suicídio ao longo deste diário, fenómeno a merecer um aprofundado estudo sociológico.

Aqui também se fala de animais como se de gente se tratasse: as cadelas *Ísis*, *Pantera* e *Lilinha*, por exemplo. (Como esquecer a “humanização” da Girafa, no livro *Vindima de Fogo*?).

*Nova Relação de Bordo* é, pois, um livro sensível, sugestivo e aliciante. Um livro de verdadeiros afectos e de admirações duradouras, de que é exemplo o já referido triângulo maravilhoso: Paulo Quintela, Miguel Torga e Vitorino Nemésio.

234

A escrita de Cristóvão de Aguiar namora a vida, vê e escreve pelos olhos da memória, possui capacidade descritiva e evocativa. É uma escrita telúrica, eruptiva, límpida e fluente, de boa ressonância musical e prene de poeticidade e de sedutora prosódia: “Vou ordenando e ordenando as ideias” (p. 87); “tímidos e tímidos mamilos” (p. 108); “moroso e amoroso” (p. 18); “aconchegados e aconchegantes” (pág. 21); “lendas... lêmeas” (p. 25); “Devemos ser brindados e blindados com calor de alto calibre (p. 139); “música outonal e outoniça” (p. 156); “amores intensos e incendiados” (p. 283), etc.

Interessante é também a maneira como o autor recupera arcaísmos, carregando-os de vigor e sentido e devolvendo-os ao leitor: *alumbramento* (deslumbramento); *lavarinto* (balbúrdia, confusão); *menente* (espantado, estupefacto); *poderiz* (muito); *cobreia* (toupeira); *colacia* (intimidade), entre outros.

Optando pela prosa, Cristóvão de Aguiar nunca deixou de ser poeta. Atente-se nesta passagem:

O crepúsculo a entrar pela janela aberta e a poisar-me lentamente sobre as linhas da escrita. Traz silêncios de pássaros vermelhos cansados de voar um sonho inteiro e uma rubra saudade de poente que pediu a tinta de

empréstimo à vermelhidão das maçãs do seu rosto. Saudade de me viajar no segredo fermentado de seu corpo, beber a música que se desprende em murmura inflorescência de palavras que gosto de colher com dedos leves. Acendo-a e reacendo-me em cada esquina do meu desejá-la na plenitude dos sentidos secretos e conhecidos. Apanho um comboio sem destino no apeadeiro de cada estrela para haver corado espanto na chegada sem espantinho de partida. Saudade dos caminhos da noite revelada em seus súbitos olhos serenos, percorrem-nos a viagem inconsútil que a palavra provoca e o silêncio amadurece. A página da noite tece lumes. Tombam sobre este escrito aberto de outros lumes. Tomo o navio acabado de acostar aqui... (págs. 49/50).

Devemos todos agradecer a “insónia criadora” de Cristóvão de Aguiar, digo escritor libérrimo, cuja forma (higiénica) de estar na literatura é o de estar à margem dela.

### *Nova Relação de Bordo*

**José Manuel Mendes**

31 de Março de 2004

Gostei muito do teu convívio ao longo desta *Nova Relação de Bordo*. Mesmo quando me senti em desacordo. Porque tens, como sei do tempo em que nos conhecemos e fizemos amigos, o dom da autenticidade, a palavra que se não afeiçoa a conveniências ou jogos nem mundanismos, por mais lustrosos, o jeito de quem, até na imprecação, dialoga com quem está onde a voz desagua. Depois, à semelhança do que acontece no(s) volume(s) anterior(es), esta é a viagem de uma época, por atmosferas que me pertencem de algum modo, plena de personagens e personalidades também das minhas relações. O que sobreleva, porém, é, a meu ver, quanto reafirma a singularidade e o mérito de um escritor que li, de obra em obra, e admiro pela energia e pelo esmero textual. Renovou-se, assim, o júbilo que senti ao saber que havias ganho o Prémio da Literatura Biográfica da APE. Não por acaso, Cristóvão. Não por acaso, porque eras autor de um volume assinalável, acima da “concorrência”. (...)

235



## *Nova Relação de Bordo*

Vítor Quelhas  
*Expresso/Actual*,  
14 de Agosto de 2004

Com este novo livro, o autor completa a trilogia diarística *Relação de Bordo*, cujos dois primeiros volumes permitem visitar eventos, pessoas e lugares com relativa preocupação cronológica. Neste, contudo, Cristóvão de Aguiar (formado em Filologia Germânica em Coimbra, onde reside e lecciona Língua Inglesa) parece mais interessado em atar pontas que ficaram por dizer, embora ainda numa escrita (de registo contido, com bom equilíbrio entre a subjectividade e o relato e a descrição) que prolonga memórias, leitura, regressos episódicos às origens açorianas, efemérides académicas, viagens, a experiência americana, relações pessoais, escritas várias. Tudo percorrido pelo léxico castiço das ilhas, traço, aliás, comum a toda a sua ficção (com mais de uma dezena de títulos), em que ainda se escutam ecos de Gil Vicente, que no entanto a comunicação social e outros dizeres e escreveres locais, niveladores, ameaçam progressivamente. Seja como for, é mais uma pedra de construção num edifício bastante coerente, ainda que nem sempre reconhecido, mas que confirma o autor (que alcançou notoriedade no meio literário português com *Trasfega*, notável antologia de contos e *Raiz Comovida*, trilogia romanesca) como uma das vozes mais representativas da nossa ficção contemporânea.

236

## Sobre a trilogia *Relação de Bordo*

**Luís Aguiar-Contraria**

A Destreza das Dúvidas: *aguiar-contraria.weblog.com.pt*

A *Relação de Bordo I* é um *blogue* em forma de livro. Transporta-nos numa viagem desde o início da guerra colonial até ao início do segundo governo de Cavaco Silva. Cavaco que disse a meu pai que havia “mais escritores por metro quadrado nos Açores do que por quilómetro quadrado no continente”. Na *Relação de Bordo II*, o Cristóvão desafia-nos a ir com ele numa prospecção ao seu interior mais íntimo. Deixa de ser um *blogue* sobre actualidades, para ser um *blogue* pessoal bastante mais duro e violento. Finalmente, vem a *Nova Relação de Bordo*. Nesse livro atingimos o pico da montanha. Daí podemos ver a paisagem que ficou para trás. Deslumbrante.

TRASFEGA

## *Trasfega*<sup>1</sup>

Eloísa Alvarez

Estamos convictos, após a leitura destes doze contos, de que Francisco Carreiro [pseudónimo com que Cristóvão de Aguiar concorreu ao Prémio Literário Miguel Torga/Cidade de Coimbra] faz parte daquela cada vez mais rara estirpe dos genuínos contadores de histórias. De que, vista a sua extraordinária capacidade de efabulação, estas histórias podiam ser apenas o início de muitos outros volumes arquitectados pela mesma imaginação prodigiosa e, ainda, de que cada um dos personagens que as povoam leva em si o germe de muitos outros possíveis relatos que podem um dia vir a ser escritos por ele.

No livro fica gravada uma reflexão pessoal sobre o que é ser homem no Portugal contemporâneo, dentro de uma filosofia humanista em que o autor, o narrador, as personagens, e a ambiência, formam um núcleo indissociável da problemática da condição humana, com a crítica ao belicismo, à exploração do homem pelo homem, à sua emigração, à falsidade dos códigos morais imperantes. O seu posicionamento leva-o a constituir-se em testemunha desconfortavelmente invulgar da História contemporânea portuguesa. E é nesta reflexão que se instaura a temática, a começar por “Trasfega”, a história inicial, em que o autor, em permanente diálogo com o espírito da terra açoriana, com essa Ilha que faz parte dele, desce, numa viagem vertiginosa, às funduras da sua condição de homem-escritor sem renunciar a ser ele próprio, mesmo quando se descobre como um nó-cego de contradições. Aspecto igualmente a destacar é a denúncia da alienação do povo na época do Estado Novo, inserida no dramatismo arrepiante da história de “Liberto”, que encerra o volume, e na condenação da guerra colonial nas imagens delirantes, fortemente impressivas, que envolvem o surrealismo do pesadelo do ex-combatente na guerra da Guiné, em “A noite e a sombra”. O estilo, que transmite a fluência do discurso oral, percorre todos os registos conotativos da linguagem: a malícia mordaz em que assenta o diálogo amoroso e que envolve a sua crítica ao tradicional estatuto do sacerdócio; a ironia de raiz popular impressa no desfecho de “A Prenda”, contrapartida irreverente do milagre das bodas de Canã; a intensidade lírica que envolve a ligação do narrador à terra, aos homens, ao sentimento. Foi a valorização dos elementos referidos que nos levaram a dar o nosso voto a *Trasfega*.

---

<sup>1</sup> Fundamentação da atribuição do Prémio Literário Miguel Torga/Cidade de Coimbra, 2002.

## *Trasfega: casos e contos em memórias de encaixar*<sup>1</sup>

Ana Paula Arnaut  
4 de Julho de 2003

*Trasfega*, a mais recente publicação de Cristóvão de Aguiar (galardoada com o Prémio Miguel Torga/Cidade de Coimbra, 2002), revela-se interessante e curiosa a vários níveis, principalmente no que diz respeito à relação que, de imediato, o título estabelece com o leitor.

Por norma, o que de um título se espera é a sua capacidade para revelar e não para esconder (Levin, 1977:xxiv), sendo, por isso, tradicionalmente, considerado como o “microcosmos da obra” (Adorno, *apud ibidem*:xiii), isto é, como uma espécie de comentário literário cuja função crucial é emoldurá-la ou apresentá-la, criando, em simultâneo, determinadas expectativas no leitor (Kellman, 1975:160).

242 Numa primeira análise, o que parece acontecer é exactamente o oposto. Com efeito, ao ler o título em causa, o leitor comum é confrontado com uma de duas situações: por um lado, uma sensação de estranheza, pois a palavra, para muitos desconhecida, parece ter sido recolhida da parte mais escura de um dicionário de língua portuguesa (fazendo lembrar alguma poética simbolista); por outro lado, sabendo os seus significados possíveis, pode ocorrer a sensação de que ela é inadequada ao contexto de uma obra literária (relembremos que ‘trasfega’ significa passagem de um líquido de um recipiente para outro, extracção da borra, das impurezas do vinho, ou de outros líquidos ou azáfama provocada por execução de tarefas).

Em segunda análise, todavia, e principalmente para o leitor menos comum que domina os mecanismos e as estratégias potencialmente metafóricos do texto literário, o título *Trasfega* pode apontar, desde o início, para a ideia de que a presente colectânea dirá respeito à exteriorização, o melhor é dizer, à sublimação, na e pela escrita, de pessoalíssimos e variados universos interiores. Pensados, burilados e depurados, e também purgados, no íntimo do sujeito de enunciação, eles parecem ser, com efeito, despejados, passados para o papel sob a forma de ‘Casos e Contos’, subtítulo da obra.

Deste processo se dá conta no seguinte excerto, retirado do primeiro conto que dá título ao livro:

---

<sup>1</sup> Texto de apresentação de *Trasfega: Casos e Contos* (Lisboa: Dom Quixote) – Câmara Municipal de Coimbra.

Há sempre alguma coisa nova a dizer. É mister que se desça aos infernos do íntimo e se escarafunche o que lá possa haver (e há) de original, no sentido do que é só nosso. Tudo isto leva tempo, longo tempo. Tens de atravessar vastos desertos, sofrer muitas angústias, derramar suor em abundância. No fundo, a tua grande aspiração é tomares-te objecto de discussão nas tertúlias literárias, ver o teu nome reverenciado nos suplementos de artes e letras, sentires-te a charneira de um movimento – seres, em suma, um escritor de quem se fala. Cadelas apressadas... Nada te detém quando galopas à garupa da imaginação e da fantasia. Desde que te fervilha um poema ou uma história, pedindo forja, grosa e o demais ferramental com que a escrita se afeiçoa, em vez de te sentares à banca, soltas o freio da químera e ala-bote! Imaginas a história ou o poema, ainda por nascer, impressos em livro, expostos nas vitrinas das livrarias, lidos com atenção pelos mais exigentes críticos, comentados nas mesas dos cafés, estudados nos Liceus e Universidades, acolhidos de braços abertos nas fábricas e oficinas, que tens o teu pendor social e jacobino, confessa lá... Depois, especulas sobre as capas, o formato, o tipo de letra... (pp. 15-16).

Do exposto ressalta, por conseguinte, a assunção de que a escrita é uma catarse onde se misturam tempos e vivências, espaços e recordações, pessoas e amores perdidos ou encontrados, mundos experimentados ou imaginados, ou, finalmente, a assunção de que a escrita é o espaço onde Cristóvão de Aguiar se acha e se reconhece como, e enquanto, pessoa-escritor.

Neste sentido, não é por acaso que alguns dos contos parecem, claramente, revestir-se de algum pendor autobiográfico, como acontece com o que acabamos de citar. Além disso, lembrando embora que do que se trata em *Literatura* é da construção meramente ficcional de mundos possíveis, a verdade é que, de um modo ou de outro, acreditamos, com Gérard Genette (1983:96), que entre autor e narrador “*personne ne travaille*”. O que assim se permite é, sem dúvida, e mais uma vez, a resposta afirmativa à questão formulada em *Manual de Pintura e Caligrafia* de José Saramago (1977:50): “Mas, quem escreve? Também a si se escreverá?”. Lendo a obra, lemos o autor e, assim sendo, como é ainda sublinhado no mesmo romance:

Tudo é biografia, digo eu. Tudo é autobiografia, digo com mais razão ainda (...). Em tudo ela se introduz (...), como uma delgadíssima lâmina metida na fenda da porta e que faz saltar o trinco, devassando a casa (p. 207);

Insisto que tudo é biografia. Tudo é vida vivida, pintada, escrita: o estar vivendo, o estar pintando, o estar escrevendo: o ter vivido, o ter escrito, o ter pintado (p. 170).

Adaptando ao contexto da obra em apreço algumas palavras do próprio Cristóvão de Aguiar (palavras que ecoam de um passado muito próximo de cerca de doze anos), cada um dos treze contos de *Trasfega* consubstancia um estilhaço de si e, ao mesmo tempo também, um estilhaço de uma ilha – A ilha – que se faz

mundo de escrita e espelho do sujeito de enunciação. Ambos, escritor e ilha, protagonistas virtuais, imanentes, do leque de publicações que é possível encontrar de *Raiz Comovida* a este último título.

Como sublinhou o próprio, em Junho de 1979, por ocasião da recepção de um outro prémio literário (RDP/Açores):

Os benefícios da cultura apenas me fizeram compreender e aprofundar certos mistérios, que o não são, com que o chamado destino nos vai brindando dia a dia. E foi essa clarificação, esse descer às raízes, que me deram consciência, alertando-a, para (...) denunciar a trama urdida onde o povo anda emaranhado. Escrevo para incomodar, porque, incomodando, tenho esperança de despertar espíritos sonolentos. A linguagem que utilizo é popular, aquela que falei desde que balbuciei as primeiras palavras, aquela que escutei ao longo dos anos compridos que cá vivi, aquela que ouço ainda quando venho retemperar as emoções a este berço vulcânico. Afinal de contas, o português arcaico que Gil Vicente usa nos seus autos e farsas, e que esta terra, devido à insularidade, conservou como um tesouro. É talvez por esta razão que, sendo os meus livros de ambiência regional, mas não daquele regionalismo estreito e folclórico, apenas para uso doméstico e para outros fins inconfessáveis, tenham sido festejados no Continente. É que, doa a quem doer, não há uma Literatura Açoriana com estatuto próprio e independente da Literatura portuguesa. Ambas constituem um todo que se enriquece mutuamente (1991:40-41).

A compreensão e o aprofundamento desses certos mistérios a que alude o autor, e que, afinal, mais não são do que pequenos grandes dramas do dia-a-dia de um povo (o ilhéu, o continental), parecem-nos ser, de facto, as grandes linhas que norteiam quase todos os casos e contos de *Trasfega*. Quase todos, afirmamos, porque é possível subentender uma diferença de tom e de cor (se de tom e cor se pode falar em narrativa) entre os textos que emolduram a obra – “Trasfega” e “A Noite e a Sombra” (principalmente este último) – e os onze restantes.

Em “A Prenda”, “Judas Iscariotes”, “O Sonho”, “Domingo”, “Língua(s) de Fogo”, “Lia e Raquel”, “Despedida”, “O Reencontro”, “Liberto”, “Ti Burrica” e “Mestre Libório”, os universos e as personagens recriados “a partir do intimamente vivido” (“Trasfega”, p. 15) apontam, de modo indelével, para o carácter telúrico que caracteriza a prosa de Cristóvão de Aguiar. Em simultâneo, parecem permitir a ilustração, a mais de um século de distância, de considerações tecidas por Eça de Queirós acerca do género em causa:

No conto tudo precisa ser apontado num risco leve e sóbrio: das figuras deve-se ver apenas a linha flagrante e definidora que revela e fixa uma personalidade; dos sentimentos apenas o que caiba num olhar, ou numa dessas palavras que escapa dos lábios e traz todo o ser; da paisagem somente os longes, numa cor unida (s./d.: 1439).

Assim, de maneira mais ou menos séria ou mais ou menos cómica, assistimos (na leitura deste primeiro conjunto de casos e contos) ao desfile de tramas e dramas e comédias, que vão do amor, e também do desamor – interiormente murmurados ou corajosamente verbalizados (“Lia e Raquel”, “O Reencontro”) –, a outras insularmente universais cenas da vida quotidiana (de teor humanista, social, político e religioso), por forma, muito frequentemente, a dar conta da teia “onde o povo anda emaranhado”. Sublinhemos, todavia, que esta teia a que o próprio escritor se refere diz respeito não apenas à que é urdida por outrem – indivíduo ou sociedade –, mas também à que decorre de um complexo jogo íntimo e visceral.

Correndo embora o risco de darmos a conhecer mais do que devíamos àqueles que ainda os não leram, destacamos, à laia de ilustração, os contos “Liberto”, “Ti Burrica”, “A Prenda” ou “Judas Iscariotes”.

No primeiro, pequena história de percursos de vida alicerçados em sonhos que se não cumprem porque a sociedade não oferece iguais oportunidades a todos, tocam-nos particularmente o desalento, o desespero e a mágoa de Delfim Besugo. Não conseguindo ver alcançados os seus objectivos, esta personagem é levada a cometer um acto extremo e treloucado, num final que nos deixa suspensos à beira de um abismo de resignada angústia: a nossa e a de Delfim, e também a que, além-texto, imaginamos caber num olhar de Rosalinda.

Estranhos e inextricáveis parecem ser também, por vezes, os meandros da mente do mestre da soldadura em estanho e protagonista de “Ti Burrica”. Homem zeloso do seu ofício e capaz de abertamente defender o seu brio profissional, quando posto em causa por António Agueiro, dele fica por explicar, no entanto, a atitude em relação à personagem que dá nome ao conto e que parece emergir de um imaginário popular. Este, correndo solto, permite o delinear de contornos e de linhas flagrantes e definidoras que, como sublinhou Eça, revelam e fixam uma personalidade.

Não se trata, porém, neste como em outros casos, e apesar de facilmente identificarmos o cenário dos Açores, de uma personalidade estrita e especificamente confinada, mas, pelo contrário, de alguém cujas atitudes e comportamentos – teimosia, orgulho – se alastram a horizontes dos mundos possíveis que povoam toda a nossa literatura e a nossa realidade, permitindo, extensionalmente, a ilustração não apenas do carácter de uma fatia do povo açoriano, mas de uma certa personagem-tipo portuguesa, em geral.



Bastante menos insondáveis são os motivos que presidem ao comportamento de Mariano Martins em “A Prenda”. Desejoso de ganhar os favores do Barão de Fonte Formosa, que acabariam por torná-lo, primeiro, copeiro-mor do palácio e, anos mais tarde, “deputado, na Assembleia Regional, pelo Partido de Deus contra o dos Homens...” (p. 33), esta personagem apresenta-se como o tipo do lambe-botas, capaz de tudo para agradar ao poder. Do engenhoso plano de ascensão social e política de Mariano Martins (que, com algumas alterações, bem podia ser do nosso tempo...) nos dá conta o narrador, num tom que oscila entre a ironia e o cómico (‘ingredientes’ também presentes em “Judas Iscariotes”):

na inauguração de um novo e artístico fontanário público na freguesia cuja água tinha sido oferecida à freguesia no século passado pelo primeiro Barão de Fonte Formosa e canalizada à custa do povo de então de uma nascente que se situava numa granja do fidalgo, no lugar do Botelho, a quem D. Pedro IV, a troco de dádivas para custear a expedição dos Bravos do Mindelo, conferira à pressa esse título nobiliárquico – pretendia o senhor Mariano Martins prestar ao seu actual directo descendente, o quarto barão de igual cognome, uma pomposa homenagem em nome de todos os almagreirenses...

Haveria festa com banquete, arraial e concerto, no coreto, pelas duas Bandas rivais de Almagreira de Cima. O cerne do desígnio mariânico era, porém, bem mais profundo e original: no dia da inauguração do fontanário queria ele que corresse, na torneira pública, vinho em vez de água, para que o povo pudesse dar largas ao seu entusiasmo e muitos vivas ao senhor trineto do Barão (p. 29).

246 Não nos parece difícil imaginar que, antes de atingidos os objectivos, este plano mariânico dá azo a cómicos de situação\* que visam não apenas ridicularizar atitudes semelhantes – naquele ou em outro tempo que, como dissemos, bem pode ser o nosso –, mas também, apesar de se sublinhar o medo e a obediência do povo como virtudes milenares (p. 32), salvaguardar a imanente capacidade da gente comum para endrominar as garras do poder e da opressão.

De teor diferente, quase que podemos dizer desgarrado deste bloco de casos e contos, “A Noite e a Sombra” fecha a colectânea. Nestas páginas, misturam-se espaços e tempos, realidades e sonhos, fantasias e pesadelos; tudo rodopiando à volta, ou no íntimo, de um sujeito de enunciação encurralado na noite e em si, isto é, condenado a uma prisão de onde não há fuga possível: a rememoração inconscientemente consciente de episódios de uma guerra colonial que deixou pesadelos e os fantasmas que os povoam. Estes tornam-se mais terríveis,

---

\* Os vinhateiros “sem saberem parte uns dos outros, sem qualquer prévia combinação ou conluio entre eles” substituem o vinho por água (p. 20).

porquanto são ainda mutantes que chamam a si, interseccionando, outros medos e outras realidades de um outro ou de um mesmo tempo paralelo ao da guerra que, de forma irónica, se apoda de santa (p. 149).

O espaço físico, reconhecemo-lo bem, é o de Coimbra (a referência à Estação Velha, à Rua da Matemática ou à República *Rais-te-Parta*, pp. 146, 149), mas a ele acresce, sobrepondo-se, o espaço onírico. Este desdobra-se, fundindo-os e confundindo-os, em diversos outros cenários – em diversos outros longes unidos por uma mesma cor – onde se cruzam as mais variadas vivências, fantasmas todas, ou quase todas:

Continuam os fantasmas em sua doce perseguição, como n’*Os Dados*, de Sartre. O séquito dos mortos acompanha, invisível, os parentes vivos para toda a parte, vigiando-lhes as divagações no mundo deste lado. Os meus vêm sentar-se em círculo familiar, à roda da minha cama, como nos compridos serões de conversa serrada de outro tempo, tal qual as reses no moroso e filosofante retouço nos pastos. Alguns mais íntimos, ou mais afoitos, vêm sentar-se na beira do meu enxergão de eremita.

Grande parte das imagens passam ainda, nítidas como um filme, nos rodízios da mente. Como se a tragédia se tivesse consumado, aqui, neste quarto de casal descasado, em que já vou no terceiro cigarro desde que me arranquei ao pesadelo com um vagido de quem nasce, renasce ou morre, sem sequer alcançar a quietude de uma morte bem morrida. Ecoou-me nas quebradas do íntimo.

A mão! Mão negra e branca, chegando-se, aproximando-se dos gorgomilos, e a lavadeira de um negro luzidio, vestida de camuflado, espingarda em punho, olhos terríveis, arregalados de loucura, fazendo o ponto-de-mira para um alvo colado no centro da minha testa. “Não tenho culpa”, grito-lhe, “não vim para esta guerra para matar ninguém, não queiras agora vingar-te em mim das atrocidades dos não sei quantos séculos que já levas de servidão...” (p. 143-144).

O efeito que desde o início do conto se ensaia, e de que o excerto acima transcrito serve de ténue exemplo, é um turbilhão de memórias oníricamente reais (muitas vezes a tocar as fronteiras do Surrealismo), pela aparente ausência de qualquer controlo racional sobre o intelecto. O destilar do alambique da mente, para relembrar uma expressão que o autor utiliza em “A Prenda” (p. 28), intensifica-se, pois, à medida que o conto avança. E assim, às recordações da infância se vão sobrepondo, num primeiro momento, de forma irremediável, as imagens de um pai ressuscitado e que “treme de frio e de medo” (p. 147), de uma “carta dela desmanchando o namoro”, ou de um massacre horrendo, igual a tantos outros da “guerra santa” (p. 149). Num segundo momento, tudo se mistura (espaços e tempos e personagens e memórias) num “lado transversal do silêncio”. Este é, afinal, o “sonho dentro do pesadelo” (p. 158) numa história que, embora de modo diverso das anteriores, continua a dar conta das teias em que o Homem se vê enredado.

E assim a escrita torna-se o espaço-tempo onde o escritor, deambulando, se perde e se encontra em casos e contos que, embora diferentes no que respeita à temática particular, parecem ser presididos por um mesmo espírito e por uma mesma preocupação. O fio condutor que aberta ou sub-repticiamente os une traduz-se, pois, como já sublinhou Eloísa Álvarez (texto policopiado, 2002),

numa reflexão pessoal sobre o que é ser homem no Portugal contemporâneo, dentro de uma filosofia humanista em que o autor, o narrador, as personagens e a ambiência formam um núcleo indissociável da problemática da condição humana, com a crítica ao belicismo, à exploração do homem pelo homem, à emigração, à falsidade dos códigos morais imperantes.

### **Bibliografia**

- AGUIAR, Cristóvão de, *Emigração e outros temas ilhéus*. Ponta Delgada: Signo, 1991.
- ÁLVAREZ, Eloísa, “Trasfega” (fundamentação da atribuição do Prémio Miguel Torga – Cidade de Coimbra, 2002). Texto policopiado, 2002.
- GENETTE, Gérard, *Nouveau Discours du Récit*. Paris: Seuil, 1983.
- HOLLANDER, John, “‘Haddock’s Eyes’: A Note on the Theory of Titles”, in *Vision and Resonance. Two Senses of Poetic Form*. New York: Oxford University Press, 1975.
- KELLMAN, Steven G., “Dropping Names: the Poetics of Titles”, in *Criticism*. Vol.XVII, nº2, Spring 1975.
- LEVIN, Harry, “The Title as a Literary Genre”, in *Modern Language Review*. Vol.72, nº1, January 1977.
- QUEIRÓS, Eça, “Prefácio dos «Azulejos» do Conde de Arnoso”, in *Obras*. Porto: Lello & Irmão, vol.II, s./d.

### **Um prémio a condizer com a obra premiada**

**Appio Sottomayor**  
*A Capital*  
23 de Julho de 2003

Confessa-se à partida o leitor, sem falsos pruridos: a curiosidade perante esta *Trasfega* foi suscitada, principalmente, pelo facto de vir o livro aureolado com um prémio literário chamado Miguel Torga. Do autor em apreço conheciam-se o nome e pedaços dispersos da obra, talvez o bastante para procurar ler com interesse, mas não certamente para largar outras leituras já entre mãos.

E, seguindo na mesma linha de espontânea abertura, deve declarar-se desde já que o prémio que viesse a ser atribuído a este conjunto de casos e contos não deveria ter outro nome se não o do poeta de S. Martinho de Anta. Por motivos cuja explicação se tentará.

O cenário comum destas narrativas é o solo paradoxalmente vulcânico e doce dos Açores. Pelos contos perpassa a vida aparentemente lenta das mulheres e homens das ilhas da bruma, aqueles que enfrentam a natureza com a naturalidade de quem olha aquela que lhes dá e tira tudo, de quem é preciso aceitar os desafios, mesmo sem se perder a consciência de que a luta é desigual. E vem, por inerência, aquela sabedoria serena, feita de séculos de experiência, de muitas gerações com tempo para observar primeiro e concluir depois. Está presente ainda uma religiosidade sentida, talvez muito mais interior do que dada a práticas externas, ainda que estas sejam essenciais à tradição e à eternização das festas que são chamadoiro de quantos andam por longe.

Está tudo isso presente e estão-no também as constantes referências aos que labutam lá fora, cansados que ficaram da luta com a terra mãe, demasiado avara para lhes proporcionar oportunidades, e foram procurar o *eldorado* à América, um salto só sobre o Atlântico. No caso transmuntano, recorde-se, a terra de procura era o Brasil, essa vastidão com português dos trópicos, onde o espanto era o encontro com um solo quase virgem, onde não era preciso cavar até às profundas para abrir o fruto.

O paralelo pode parecer despropositado e, no entanto, Torga paira por sobre a obra do escritor açoriano. Claro que sabemos que os abalos telúricos não são fenómenos habituais em Trás-os-Montes nem os vulcões foram exactamente o substrato do Marão. Mas o apego à terra, a lonjura (ditada num lado pela insularidade e noutro pela interioridade), a cultura própria, as figuras que perpassam, uma espécie de honradez colectiva, a crueldade de uma troça em que o mesmo povo bom é também mestre, são os mesmos.

As narrativas de *Trasfega* são, pois, antes de mais um testemunho de portugalidade. São vividas em São Miguel ou na Terceira como o seriam, sem esforço aparente, em Trás-os-Montes ou nalguns pontos do Alentejo. O espírito profundo de um povo, nos seus arroubos de gigante corajoso e nas suas cobardias de medroso mesquinho, captado magistralmente pelo Torga dos *Contos da Montanha* ou mesmo, servindo-se da fábula, dos *Bichos*, permanece vivo neste volumezinho de casos e contos, passado quase todo em terras do meio do mar, como que a mostrar à evidência a raiz comum. Em vez da Maria Lionça, do Lopo ou do Leproso das Fragas do

Marão, temos aqui, noutras longitudes, retratos como o de José Maiato, o “Língua de Fogo”, ou de Mestre Libório e da sua ciência espertalhona que consistia em dizer à mulher o contrário do que pretendia, para assim obter o desejado.

Claro que “espírito” é uma coisa e “estilo” é bem outra. Cristóvão de Aguiar tem o seu, bem próprio e usa um português de lei, que, se o termo não deu azo a interpretações malévolas e despropositadas – diríamos “à antiga”, quando os sujeitos, os predicados e os complementos viviam em estranha harmonia e formavam frases com sentido, sonoridade e até musicalidade quando fosse necessária...

Mais qualidades não serão necessárias, de momento, para demonstrar a afinidade entre o poeta que serviu de “padrinho” ao prémio e o “afilhado” que lhe fez jus. Ficou aberto o apetite para ler melhor a obra publicada por Cristóvão de Aguiar e esperar com interesse pelos novos trabalhos.

### Um outro Nemésio

**Fernando Couto Alves**

*Diário dos Açores*

13 de Setembro de 2003

250

Os personagens plenos de afectividade e ternura, de humanismo e sensibilidade, com que os leitores deparam na obra de Cristóvão de Aguiar, mormente a vavó Luzia e o avô José dos Reis na “Raiz Comovida”, as expressões linguísticas provindas de estrangeirismos tão utilizados pelo nosso povo, entre outros aspectos, fazem deste escritor (que muitos críticos assemelham a Vitorino Nemésio) um dos maiores vultos da Literatura Portuguesa Contemporânea.

Cristóvão de Aguiar, esse consagrado escritor açoriano nado e criado no Pico da Pedra, acaba de lançar, em 6 municípios açorianos, as suas duas últimas obras que foram dadas à estampa pela editora Publicações D. Quixote. “Raiz Comovida” a célebre tríade vinda a lume nos anos setenta e agora reescrita com maior vigor, e cujo primeiro volume, “A Semente e a Seiva” (1978), recebeu o Prémio Ricardo Malheiros, da Academia de

Ciências de Lisboa; e “Trasfega – Casos e Contos”, em 2002, foi prémio Literário Miguel Torga/Cidade de Coimbra.

Tanto na ficção como no diário, em que também já recebeu o Grande Prémio da Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores, Cristóvão é um mestre da Literatura Portuguesa que ombréia muitos escritores portugueses.

As estórias e muitas das suas fascinantes personagens são registos indelévels da memória das gentes. Escrever sobre Cristóvão de Aguiar, sobre a sua notável obra e, obviamente, sobre o lugar altaneiro que de há muito alcançou na Literatura Portuguesa não é tarefa fácil. Ainda por mais, quando existe quem opina que a sua obra não é universal, mas pertencente a uma literatura dita de significação açoriana. Sobre isto o consagrado Miguel Torga judiciosamente já dizia que “o universal é o local sem paredes”, o que não se compadece com “Literaturas” emparedadas.

A pureza das gentes, a quietude do ambiente do Pico da Pedra de algum tempo, os hábitos prenhes de generosidade, a forma de vida não contaminada pelo consumismo, pela insolência, pela mesquinhez, pela hipocrisia, a vida saudável e simples da aldeia, onde razões havia ainda para se ter um sorriso aberto, franco e descomplexado, para se praticar o culto da fraternidade e da solidariedade, têm sido a ambiência de grande parte da obra literária de Cristóvão de Aguiar.

Foi mesmo esta pacata freguesia a principal fonte, quase inesgotável, onde o escritor buscou o húmus com que recriou as suas personagens. A “Raiz Comovida” foi bem prova disso, nos anos setenta. “Trasfega – Casos e Contos”, no ano que findou, foi um complemento. Com estas duas obras agora lançadas cimentou Cristóvão de Aguiar ímpar notoriedade no panorama das letras portuguesas. Recuperou fidedignamente, mediante a utilização de um léxico de relevante sabor popular, os teres e haveres culturais da pequena comunidade onde o escritor nasceu.

Por fim, Coimbra, a sua terra adoptiva. Foi lá que gerou e pariu, a partir da “bigorna” da sua pena e com tempero de persistente e exigente “serralheiro da escrita”, a sua apreciada e consagrada obra.

251

## Sobre *Trasfega*

Victor Rui Dores  
*Diário Insular*  
2 de Outubro de 2003

Com olhar atento e mão certa, continua Cristóvão de Aguiar a carregar a ilha perdida e mitificada e a escrever a sua (nossa) memória insular. E fá-lo com mestria narrativa, imaginação verbal e ousadia sintáctica, num discurso literário que mergulha fundo na raiz (comovida) e no húmus da oralidade açoriana. É disso exemplo o seu mais recente livro, **Trasfega** (Dom Quixote, 2003), que recebeu o Prémio Literário Miguel Torga/Cidade de Coimbra 2002 e foi recentemente lançado entre nós.

A obra, que inclui treze contos, inscreve-se e escreve-se no âmbito da literatura de significação açoriana. Ainda e sempre, há um imaginário ilhéu, há uma memória telúrica e há uma capacidade evocativa que escreve Cristóvão de Aguiar. Essa memória é o atlas do escritor que, nos seus livros, continua a dar conta da sua identificação com a ilha e consigo próprio. Porque a ilha deixa uma memória indelével e retroactiva: nela está o paraíso irremediavelmente perdido da infância e da adolescência. Daí a revisitação que o narrador empreende a toda a geografia sentimental, afectiva e humana à terra que lhe deu berço: a ilha de S. Miguel.

252 Falar deste autor é falar da regionalização de uma escrita vernácula e de uma efabulação literária autêntica. Cristóvão de Aguiar escreve o homem açoriano, descreve a paisagem açoriana, exorciza a memória e capta o “espírito do lugar” porque aprendeu – e bem – a lição de Miguel Torga: “o universal é o local sem paredes”. Ou seja, quanto mais regional, mais universal.

De resto, Cristóvão de Aguiar nunca pertenceu “à confraria dos anátomo-patologistas das nossas Faculdades de Letras” (olá, Vasco Pereira da Costa!), ou seja, o seu ofício nunca foi o de fazer anatomia à literatura, e nunca embarcou em semióticas da diegese do texto e às escritas barrocas e gongóricas disse não. O que ele sempre gostou foi de narrar histórias com princípio, meio e fim, de modo escorreito e original. Por isso mesmo, a língua portuguesa sai sempre dignificada, (re)vivificada nos seus livros. E também por isso não tenho pejo nenhum em (re)afirmar que, *mutatis mutandis*, Cristóvão de Aguiar está para os Açores assim como Aquilino Ribeiro está para as Beiras. Ambos são mestres na sintaxe rural (e coloquial) da narração. Ambos exploram e

recuperam, de forma notável, as potencialidades do arcaísmo, da fraseologia popular e do vocabulário, dando forma, conteúdo e riqueza à nossa língua.

**Trasfega** continua a saga da trilogia romanesca **Raiz Comovida** (o livro mais emblemático de Cristóvão de Aguiar, agora em nova versão revista e remodelada, numa belíssima edição da Dom Quixote, saída este ano) e vem acrescentar, à galeria imensa de personagens populares deste autor, um José Maiato (que recebeu uma Língua de Fogo que pôs a falar inglês, sem ele saber como), um Mestre Libório (dado a estranhíssimas flatulências...), uma Tia Escolástica das Dores (soberba beata), um Ti Burrica (velhote castiço de grande recorte humano), entre outras.

Mas este livro não dá só conta de gente rural, de inocências rústicas e de acontecimentos pícaros. Há aqui dois registos, dois investimentos semânticos: o popular e o literário. Vejamos estes exemplos:

*“... a Ti Mariana das Quintas, mulher de gadanho rijo e de pêlo na venta...”* (pág. 50);

*“Caminhava ligeiro galopando em seu dorso nu. Das calhas do silêncio, alucinado de sirenes, escorria um bafor de incêndio...”* (pág. 96)

O narrador age e reage: comenta, analisa, denuncia, renuncia, questiona o real, empreende viagens interiores. Narrativas há em que ele se confronta com as suas próprias memórias e vivências, havendo a salientar o conto “Trasfega” em que uma voz narrativa se intromete para fazer uma espécie de inquérito ao subconsciente. Esta mesma situação verifica-se no conto “Domingo”, o que empresta a esta obra marcas de diferença e de originalidade.

A religiosidade açoriana é, por outro lado, muitíssimo bem agarrada (e ironizada) nos contos “Judas Iscariotes” e “O Sonho”. Neste último, há um soberbo retrato de padrice e beatice e há a história de um seminarista (nunca a iniciação sexual foi tão longe na literatura açoriana) de ressonâncias queirosianas, que bem mereciam um filme. Custódio (na pele de um outro Padre Amaro) e Tia Escolástica (no papel de uma outra S. Joaneira) passarão, a partir de agora, a emparceirar com as grandes personagens da melhor literatura portuguesa de sempre. E a merecer, por isso mesmo, a melhor atenção do realizador José Medeiros, que, à referida trilogia romanesca, foi colher abundante campo de referências para as celebradas séries televisivas “Xailes Negros” e “O Barco e o Sonho”...

253



Há um outro tema que é recorrente na larga folha de serviços literários de Cristóvão de Aguiar: a Guerra Colonial, ferida que ainda não cicatrizou na sua memória, pois que, durante dois anos, conheceu uma experiência traumatizante na Guiné. Há ecos e memórias que ressoam no belíssimo conto “A Noite e a Sombra”, que, de forma onírica e fantástica, dá conta do absurdo desse estúpido e inútil conflito armado. Recorde-se que este romancista é autor de uma das melhores ficções sobre a referida guerra: **O Braço Tatuado** (Signo, 1990).

**Trasfega** remete-nos para um tempo fascizante e salazarento em que os poderes absolutos (o governativo, o clerical e o militar) corrompiam absolutamente. O cerco apertava-se e, mesmo no microcosmo pacato da ilha, as personagens defrontam-se e confrontam-se com os poderes instituídos e com os mecanismos aleatórios e repressivos do Estado Novo. O regedor, o padre e o professor primário simbolizavam (e exerciam) o poder e policiavam os bons costumes...

Apreiei ainda, neste livro, o enfocamento visual na maneira de contar. Atente-se neste exemplo:

*“Sentada no vão da janela, Maria do Carmo fixa os olhos num ponto imaginário, deixa os lábios esboçarem um sorriso de incerteza e pergunta para dentro de si mesma se Custódio era de facto sincero. Duas lágrimas quentes e teimosas deslizam como dois ribeirinhos pelas faces abaixo e vão alojar-se-lhe na boca encarnada. São salgadas. Como o sal que o padre António lhe colocara na boca no dia do seu baptizado, havia mais de vinte e cinco anos...”*

254 Estão aqui as técnicas cinematográficas do “raccord” e do “flash back”: as lágrimas salgadas de Maria do Carmo (presente, a cores) e o sal que lhe foi colocado na boca no dia do seu baptizado (passado, em sépia). É de uma grande eficácia o traçado substantivo da escrita e é deveras excelente a visualidade dos diálogos (cf. “O Sonho”).

**Trasfega** será porventura a obra mais cinematográfica de Cristóvão de Aguiar, mesmo sendo um livro de passagem. Se bem que, para mim, **Um Grito em Chamas** (Salamandra, 1995) continue a ser o seu melhor livro, aceito o sábio princípio que diz que o melhor livro de um escritor é sempre aquele que ainda não foi escrito...

## Cristóvão de Aguiar

Nuno Barata  
blogue *Foguetabraze*,  
21 de Junho de 2004

No último mês fui *um grito em chamus* na *nova relação de bordo*. Fui *passageiro em trânsito* entre a trilogia de *raiz comovida*. Nada de recensões, nada de sinopses, nada dessas presunções e literatices que não sei fazer.

Fui um visitante da Açorianidade.

Se o conceito nasceu com Vitorino Nemésio, certamente tem em Cristóvão de Aguiar um continuador. Com a excepção para *Passageiro em Trânsito*, onde há uma clara alteração do estilo, as restantes obras são belíssimos exemplos de crítica dos costumes das nossas ilhas e das nossas gentes que fizeram e fazem a nação Açores.

Nelas, nas obras de Cristóvão de Aguiar, com destaque para o primeiro [volume] de *Raiz Comovida*, está tudo no seu lugar; consigo imaginar o luzir dos instrumentos da *Música Nova*, o cheiro da terra das estufas, aquela fatia de pão com manteiga de vaca que ficou por comer, dos “chafrinhos” fritos, do mar das Calhetas. Vi como que a real “branquidão” das ajudantes do Dr. Alemão, ali à Rua do Contador, onde na minha infância passei várias vezes ao dia nas minhas deslocações entre a casa de meus pais e a escola. Já não havia o Dr. Alemão. Estavam lá, a deambular pelo jardim, os cães do Sr. Gilberto Nóbrega, dois lindos Lobos da Alsácia sempre pendurados na varanda. Cães de verdade, não dos cães do *Passageiro em Trânsito*: “Que canelas pensais vós mordiscar, ó cães literatos, sem possuídes a dentição completa?”

255

## Escritor Universal

Rita Basílio  
*Campeão das Províncias*  
10 de Março de 2005

“Poucos se aventuram a ser marinheiros. Os que foram ficando em terra abraçaram outras ondas, talvez mais amargas, sem barcos nem navios. Quanto a mim, cumpri o meu destino: trago uma Ilha servindo-me de lastro num dos porões abalroados da proa deste velho navio onde navego e me viajo”.

Não poderia ser mais inconfidente a pena de Cristóvão de Aguiar nesta passagem de «Marilha», título que, por estes dias a D. Quixote irá lançar. Aderir à leitura da obra do escritor, nascido em 1940 no lugar de Pico da Pedra, Ilha de São Miguel, e “refugiado” em Coimbra desde os turbulentos anos 60, é entrar no âmago da sua experiência mental e emocional.

Por uma razão simples. Escrever, argumenta no seu sotaque carregado, “é um exercício autobiográfico. O que acontece é que todo o autor altera cenários, personagens e mente. Quanto mais mentir, melhor!”

256 Numa palavra, Cristóvão é o criador e o protagonista das suas histórias. Desde a «Raiz Comovida», o primeiro volume a romper a barreira do conhecimento e a merecer uma distinção de peso – o Prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa, em 1978 –, até «Trasfega: casos e contos», título com que arrecadou o Prémio Miguel Torga, em 2002.

Reconhece-se na escrita “como, e enquanto, pessoa-escritor”, atesta, por seu lado, Ana Paula Arnaut. A sua prosa, prossegue a docente da Faculdade de Letras de Coimbra, é “uma catarse onde se misturam tempos e vivências, espaços e recordações, pessoas e amores perdidos ou encontrados, mundos experimentados ou imaginados”. Mas universos recriados de dentro para fora, como bem testemunha «Trasfega», colectânea de histórias com perfume insular. Nesta, salienta Ana Paula Arnaut, ele “se perde e se encontra em casos e contos que, embora diferentes no que respeita à temática particular, parecem ser presididos pelo mesmo espírito e por uma mesma preocupação”. A saber: “dar conta das teias em que o Homem se vê enredado”.

É exactamente por isso que José Medeiros Ferreira considera Cristóvão um nome incontornável da produção literária contemporânea: “Está para os Açores como Almeida Garrett está para a literatura portuguesa do século XIX”. Começou, retrata, por “mergulhar na memória ficcionada, assentando, depois, no registo diário e aderindo, mais tarde, à dimensão onírica, através do relato dos sonhos”, mas, em qualquer uma dessas fases, “tornou erudita a linguagem popular”.

### **Quatro décadas de vida literária**

Tal como a escrita, quase sempre mais sofrida do que prazenteira, também a vida não trouxe a Cristóvão de Aguiar só alegrias. Originário de uma família de camponeses e artífices, só prosseguiu os estudos para além da primária graças ao sacrifício do pai, que se empregou na base militar do arquipélago para fazer face às despesas crescentes.

Foi bom aluno, interessado, desde o berço, na literatura e até o responsável pela ausência de Medeiros Ferreira nos campos de futebol. Contagiou-o a tal ponto com o vício da Biblioteca do Liceu de Ponta Delgada que, anos mais tarde, inauguraram ambos uma colaboração literária n’«O Correio dos Açores», com uma página dedicada a Eça de Queirós.

À boleia de uma bolsa de estudo, viaja, findo o liceu até Coimbra, para cursar Filologia Germânica e só à custa de uma extraordinária resistência ao doloroso sentimento da solidão não regressou, pouco depois, ao regaço familiar. Valeu-lhe a imersão na vida cultural da cidade e nas tertúlias de figuras eminentes, onde sempre preferiu falar menos e escutar mais.

Apaixonou-se por essa efervescência intelectual e não mais se ausentou da cidade meses a fio a não ser por culpa da guerra. Fê-lo interromper o curso, atirou-o para a Guiné e pô-lo de rastos durante os anos seguintes à comissão.

Pelo meio nasceram-lhe dois dos seus três filhos. O primogénito, concebido em África e crescido com os olhos colados na sua obra, chegou a vender os seus livros porta a porta, promovendo-o como um autor que “não pede meças aos grandes nomes da literatura portuguesa”.

Hoje, José Manuel Aguiar, advogado de profissão, aprecia a sua obra como se de um tratado multidisciplinar se tratasse. “Ela abarca a História, a sociologia, o fascismo, a vida académica de Coimbra, a portugalidade e, acima de tudo, a alma do povo açoriano”.

Curiosamente, o primeiro registo que o antigo redactor da revista «Vértice» escolheu para se expressar foi a poesia. Antes mesmo de se licenciar, de dar aulas em Leiria e de se tornar leitor de Inglês na Faculdade de Ciências de Coimbra – funções que desempenhou durante 30 anos e até se aposentar –, estreou-se com um livro de poemas. Hoje, vê esse «Mãos Vazias», surgido em 1965, como “mau, muito mau”. O único valor que lhe vislumbra é o de assinalar o início da sua vida literária.

Volvidos 40 anos, a Faculdade de Letras de Coimbra prepara-se para o homenagear. Sob a coordenação de Ana Paula Arnaut, está a ser forjado um livro que reúne grande parte das críticas que, ao longo destas décadas, foram sendo dirigidas à sua obra.

São, ao todo, mais de dezena e meia de títulos nascidos da pena de um homem com o coração dividido. Ama os Açores, mas só deste lado do Atlântico, a uma distância espacial e emocional vasta e sentida, consegue ficcionar as suas experiências de ilhéu.

A sua matriz, porém, é a identidade de um povo. Já o disse o ensaísta Aníbal Pinto de Castro quando, no prefácio ao seu «Relação de Bordo II», afirma que observa a “realidade vivida por si com as lentes de uma agudíssima poética de dimensão universal”.

MARILHA

## Acerca de *Marilha*

José Manuel Dias de Aguiar  
*Diário de Coimbra*  
10 de Abril de 2005

Por cada livro que Cristóvão de Aguiar procria, recria ou reescreve, mais perceptível se torna a sua crescente preocupação de rigor, apuro e asseio de escrita. MARILHA, sequência narrativa, é disso exemplo paradigmático.

Num tempo em que a Língua Portuguesa tem vindo a sofrer tão maus tratos, torna-se tonificante sorver, gota a gota, as duas peças sequenciais desta ampla sinfonia romanesca. Muito atento ao como se escreve (por vezes levado a um exagero de virtuoso. Eu que o diga...), o escritor não negligencia, porém, o que escreve.

A primeira parte do livro é disso exemplo. Aí se apresentam histórias saborosíssimas, algumas picantes, entrançadas umas nas outras, permitindo ao leitor fruir a cadência dos casos narrados num lento serão de outros tempos, dando conta das teias em que uma Mulher se vê enredada.

Na segunda parte, o que sobressai é o monólogo interior. Uma espécie de desafio ou despique entre um *eu* profundo e um *tu* nunca nomeado. Esse *tu* serve frequentemente de esconderijo onde o escritor se desdobra em outros *eus*...

A figura nuclear do romance é sem dúvida Severiana de Jesus, tia do narrador (ou o narrador na pele de tia?). Emerge da escrita com uma força telúrica tão forte que ombreia e até suplanta personagens marcantes de outros livros do autor: Vavó Luzia, Vavô José dos Reis e Ti José Pascoal, de *Raiz Comovida*; a viúva Deolinda Perry, de *Passageiro em Trânsito*. De facto, Severiana de Jesus revela-se um dos mais marcantes personagens femininos na obra de Cristóvão de Aguiar.

Mar e Ilha. Assim maiusculizados. Binómio obsessivo para o escritor que há quase meio século anda da ilha física foragido. Apesar disso, a dilatada separação nunca conseguiu apagar-lhe a memória afectiva. Na obra de Cristóvão, ela é a pedra basilar a partir da qual constrói o seu edifício literário. Além disso, garantiu-lhe um regresso ao útero de penumbra onde se recolhe a ausência, a fim de entristecer e sobretudo sonhar.

Marilha. Arco de uma bíblica aliança entre Mar e Ilha. Marília. Nome de mulher amada anterior ao fenómeno da palatização de que Marilha se gerou.

### *Marilha*<sup>1</sup>

**Luiz Fagundes Duarte**  
Coimbra, 26 de Abril de 2005

Quis Cristóvão de Aguiar que, uma vez mais, eu viesse a Coimbra apresentar um novo livro dele: o romance *Marilha*. A outra vez foi há precisamente vinte anos e o objecto era *Ciclone de Setembro*, que trazia por classificação de género um inesperado – e muito sincero – “Romance ou o Que Lhe Queiram Chamar.” Qui-lo ele, num gesto de amizade que me faz todo prosa, e aceito-o eu, num gesto de leviandade que nada acrescentará à fortuna editorial deste livro nem à sólida fama do autor. Mas enfim, o aparecimento de um novo livro deve ser sempre coisa de assinalar, e recorrer a uma pessoa da família para bendizer a criatura é, afinal, um gesto natural: e informo aqui, para que conste, que, tal como o Cristóvão de Aguiar, eu sou açoriano. O que de certo modo faz de nós irmãos – açorianos – no seio da família portuguesa. A diferença é que ele, Cristóvão, escreve e reescreve livros, enquanto eu me limito a lê-los.

E ler os livros do Cristóvão de Aguiar é uma espécie de prova por que todos deveríamos passar. Primeiro, porque já vão em muitos: não fosse o Cristóvão um ficcionista (e arrimo-me a uma pergunta que ele próprio, muito recentemente, a 23 de Fevereiro passado, num “blogue”, deixou a alguém que o interpelara por mor de uma afirmação menos canónica: “Ainda não reparastes que sou ficcionista e, portanto, um mentiroso compulsivo e profissional?”) e acreditássemos nós na notícia que ele fez – ou deixou que por ele fizessem para aparecer na abertura deste livro no lugar onde por tradição se enumeram, criteriosamente, com títulos, subtítulos e datas, as restantes obras “Do Autor” –, pensaríamos que o seu labor de quarenta anos de produção literária que este

---

<sup>1</sup> Texto de apresentação do romance – Coimbra, Livraria Bertrand.



ano se completam se resumiria a meia dúzia de obras, entre novas e reescritas, ainda que algumas delas distinguidas com grossos prémios. A saber: o Prémio Ricardo Malheiros de 1978, com *Raiz Comovida I – A Semente e a Seiva*; o Grande Prémio de Literatura Biográfica da APE/CMP de 1999, com *Relação de Bordo I – Diário ou nem tanto ou talvez muito mais*; o Prémio Literário Miguel Torga/Cidade de Coimbra de 2003, com *Trasfega – Casos e Contos...* Mas manda a verdade que o diga, e o rol do depósito legal poderá confirmá-lo, que o Cristóvão de Aguiar é o feliz autor de uma boa vintena de livros que têm vindo a marcar terreno na poesia e na prosa e, nesta, na ficção e na diarística.

É também uma prova para os leitores mais incautos – porque Cristóvão de Aguiar não se exime a desentranhar, de si e do povo a que pertence, as falas populares que encerram uma identidade cultural modelada e forjada – *modelada* pelo mar e pelos ventos que definem as ilhas, *forjada* pelos vulcões que fizeram as ilhas – ao longo de meio milénio, transformando-as – como, no que aos Açores diz respeito, antes dele só Nemésio o conseguira – em obra de arte e em testemunho de vida. Ora, sendo isso matéria que dignifica o povo que usa tais falas e o escritor que as bebe e depois as utiliza, não deixa de trazer graves incómodos para quem a lê: num texto que encontrei algures na *Internet*, o escritor brasileiro Luiz António de Assis Brasil afirma, referindo-se a *Raiz Comovida*, que “Cristóvão de Aguiar recupera, mediante a utilização de um léxico de forte sabor popular – por vezes indecifrável para estrangeiros –, os teres e haveres culturais das pequenas comunidades açorianas, constituindo-se em um lúcido repositório da pequenez da vida de seres obrigados à convivência”; passe embora a boa intenção, gosto particularmente deste admirável inciso – “por vezes indecifrável para estrangeiros” –, que tão fatalmente chama a atenção para a incapacidade que cada um de nós há-de sentir sempre que leia livros de algum estrangeiro, pelo menos se esse estrangeiro falar de um mundo com as mesmas palavras que ajudaram a construir esse mundo, ou que por ele foram geradas... Mas este andar às bolandas com palavras estranhas encontradas em livros estrangeiros não é apanágio do autor de *A margem imóvel do rio*, classificado em 3º lugar na edição de 2004 do Prémio Portugal Telecom de Literatura Brasileira de 2004: com efeito, os alunos das Escolas Secundárias da Amora e Dr. José Afonso, do Seixal, num interessantíssimo programa de promoção da leitura disponível na *Internet* com o título “Passa a Palavra”, sustentado pela Câmara Municipal do Seixal e pela Fundação Gulbenkian, propuseram *Raiz Comovida* para leitura, com base num conjunto de argumentos onde não será difícil identificar a

mãozinha de algum professor mais dado às análises de tipo geo-literário: “A riqueza das descrições, e do falar micaelense, a par da enorme sensibilidade revelada; o perpassar de tipos humanos autênticos, que resultam do caldear da cultura portuguesa com as águas, os ventos do mar e as ânsias da terra traduzidas em vulcões e abalos de terra”; os mesmos alunos classificaram o livro com um generoso “Muito bom”, mas não se escusaram a dar a sua ferroadazita no Cristóvão de Aguiar por mor da linguagem que utiliza: o pior deste livro reside, para os nossos jovens estudantes e seus professores, em “Alguma dificuldade inicial na leitura devido ao desconhecimento de termos únicos”. O pior é que é em grande parte nestes “termos únicos”, usados por personagens únicas – isto é, “características” –, que para muita gente reside o encanto das histórias narradas, e renarradas, por Cristóvão de Aguiar...

E é neste “re”-qualquer-coisa que já várias vezes utilizei aqui – “reescrever”, “reescrita”, agora mesmo “renarrar” – que reside a terceira grande razão pela qual eu acho que é uma prova para qualquer cidadão – estrangeiro ou português, como já se viu – que se aventure a ler os livros de Cristóvão de Aguiar, seja à medida em que eles vão aparecendo, um a um, seja numa leitura de conjunto, sobretudo se ela for cruzada: é que, para este homem, não há livro que resista.

264 E eu não resisto a redizer aqui o que já disse a propósito da mais recente edição de *Raiz Comovida* (2003): uma segunda edição, revista e profundamente remodelada, da trilogia inaugurada com *A Semente e a Seiva* (1978) e que se continuou com *Vindima de Fogo* (1979), concluindo-se, dois anos mais tarde, com *O Fruto e o Sonho* (1981) – para finalmente nos ser revelada num único volume, em todo o seu esplendor, como *Raiz Comovida – Trilogia Romanesca* (1987). Ora, de volume para volume, de edição para edição, a história genética e editorial de *Raiz Comovida* faz lembrar um rio que fatalmente se dirige ao mar levando, nas suas, as águas de todos os seus afluentes: se desde o primeiro volume da trilogia nos era de certo modo possível adivinhar que se tratava de uma obra de grande fôlego e de continuidade garantida, pudemos depois avaliar a inteligência com que Cristóvão de Aguiar, nas sucessivas reedições, parciais ou integrais, desta obra, foi sabendo adaptá-la à evolução dos tempos e dos gostos estéticos que eles determinam.

Coisa idêntica se passa agora com este *Marilha*, que por analogia com a história genética da trilogia *Raiz Comovida* se deveria classificar como uma dílogia – não perdendo também o sentido etimológico desta palavra, que arremete para ‘ambiguidade’, ‘equivoco de sentidos’: para qualquer falante do português (e logo: um não estrangeiro), trata-se de uma combinação das palavras “mar” e “ilha”, o que vem a calhar quando se trata de um autor de origem insular; mas, para quem conhecer a obra e os costumes de Cristóvão de Aguiar, trata-se de uma reencarnação, num corpo só, de dois livros anteriores: *Um Grito em Chamas – Polifonia Romanesca* (1995) e o já referido *Ciclone de Setembro* (1985) reaparecem agora, invertidos no tempo e refeitos na forma, como as duas partes que constituem o que agora se chama, na capa, “romance” e, na folha de rosto, “Sequência narrativa” – o primeiro reduzido a *Grito em Chamas – polifonia romanesca – nova edição*, enquanto o segundo conserva o título inicial *Ciclone de Setembro*, mas com a advertência de que se trata de uma “versão integralmente refeita de um romance ou o que lhe queiram chamar”. Mas, ao contrário do que se passou com *Raiz Comovida*, cujos romances componentes foram desde o início planeados e escritos para constituírem uma trilogia (aplicando-se aqui o conceito clássico do termo), em *Marilha* o que temos é dois livros, concebidos em separado e com dez anos de permissão, que uma inteligência superior entendeu reunir e agora apresentar como se de coisa única se tratasse – remetendo-nos para o tal equivoco de sentidos que a palavra dílogia refere.

Vergílio Ferreira escreveu no início da sua *Conta-Corrente*, 1 (1980), que “Um romance é um biombo: a gente despe-se por detrás”. Não consigo imaginar esta frase aplicada à letra a Cristóvão de Aguiar e à história genética dos seus romances, a não ser assim: Cristóvão de Aguiar é, afinal, autor de um livro só – chame-se ele *Raiz Comovida (Trilogia Romanesca)*, *Marilha (Sequência narrativa)* ou *Relação de Bordo (diário ou nem tanto ou talvez muito mais)* –, por detrás do qual vai mudando, à medida que ele próprio vai compondo e recompondo a narrativa que é a sua própria condição de escritor, as vestimentas que a cada momento e lugar melhor servem à personagem que, nesse momento e nesse lugar, ele próprio encarna.

Caso raro na literatura portuguesa é este nosso Cristóvão: não sei se poderemos aplicar aos seus livros e às suas personagens uma coisa do tipo do célebre “M<sup>me</sup> Bovary, c’est Moi”, de Flaubert. Mas, ao deambular por esta floresta, que ele vai plantando, de livros que crescem uns por cima dos outros, uns à custa dos outros, não sei

porquê – o que com maior nitidez me ocorre é uma frase de Fernando Pessoa, por ele enxertada na personalidade Bernardo Soares e que se podem encontrar na mais recente edição do *Livro do Desassossego*:

Minha alma é uma orquestra oculta; não sei que instrumentos tangem e rangem, cordas e harpas, tímboles e tambores, dentro de mim. Só me conheço como sinfonia. [cfr. Zenith, 1998: 292]

Basta que Fernando Pessoa/Bernardo Soares tenha produzido esta afirmação, para a tomarmos por boa e a aceitarmos; e basta olharmos para a extraordinária obra ficcional de Cristóvão de Aguiar – em que cada livro é uma espécie de personagem que se transforma de acordo com os tempos e os contextos – para a entendermos como aquilo que de facto é: uma grande sinfonia. Que, como a de Schubert, há-de ficar incompleta; pelo menos enquanto Cristóvão de Aguiar tiver forças e ganas para escrever. E no fim havemos de ter uma grande obra que se há-de chamar *Cristóvão de Aguiar, romance*.

### *Marilha* ou as marés da inquietação

Victor Rui Dores

266

Falar de Cristóvão de Aguiar é falar da força telúrica de uma escrita que, ainda e sempre, parte ao encontro das raízes e fica entre a ilha e a viagem. Uma escrita que, mergulhando fundo no húmus da oralidade e da linguagem popular das ilhas açorianas (essencialmente a de S. Miguel), dignifica sobremaneira a Literatura Portuguesa.

Falar deste autor é também falar da exigência estética: estamos perante alguém que possui uma arte literária e cultivava um estilo próprio, sendo de salientar a regionalização de uma linguística (consagradíssima em *Raiz Comovida*, sua obra emblemática), a exploração da sonoridade, a manipulação ao nível lexical, a ordenação rítmica, a ousadia sintáctica, a par de outros recursos e virtualidades – imaginação verbal, capacidade narrativa e mestria discursiva.

Cristóvão de Aguiar é, de facto, um persistente e incansável trabalhador da palavra, que, com notável afinco, escreve e reescreve os seus livros, assumindo nesta matéria uma posição que julgo ser única no âmbito da actual literatura portuguesa.

Vem isto a propósito da recente publicação do seu romance *Marilha* (Dom Quixote, 2005) que resulta precisamente da reescrita de dois livros deste autor – *Um Grito em Chamas* (edições Salamandra, 1995) e *Ciclone de Setembro* (editorial Caminho, 1985) – que agora se constituem numa só obra dividida em duas partes, mas com um fio condutor que as interliga.

Atentemos no título: *Marilha*, “a sílaba primordial de mar quase aberto e as restantes palatizadas no *lh* de ilha” (pág. 281) é Marília: mar e ilha. O mar, aprisionamento e evasão, é símbolo eterno de um regresso às águas amnióticas do ventre materno. A ilha, sendo a beleza e o fascínio, simboliza a mulher genesíaca e fecunda, a mulher-ilha – Marília – princípio e fim de todas as coisas, portadora da vida e da morte, anunciadora dos sinais e dos mistérios.

Recorrendo à memória e à invenção, e através de um processo de cruzamento entre a experiência real e a reelaboração desse mesmo real, Cristóvão de Aguiar lança, neste livro, profundas interrogações sobre a condição humana. Está aqui o tema maior deste autor: os sonhos perdidos da infância insular enquanto paraíso irremediavelmente perdido e enquanto aprendizagem feita, na família e fora dela, através de muitas interrogações, aquisições e angústias... Que o diga Severianinha que, por ser canhota, é castigada pela solteiríssima professora *Caracola* que, na sua escola, não admite coisas diabólicas. “Cruzes, canhoto”...

*Marilha* é um tumulto de memórias e recordações. Aqui se fala de um povo obediente e temeroso em busca de uma redenção e de uma salvação nos “incertos caminhos da emigração” (pág. 275). Aqui se fala de um sentido da vida, de uma ancestralidade virada para a dimensão humana: a vida e a morte, os sonhos desfeitos, as vozes resignadas, as inquietações e alegrias, o mar e a distância, a ausência e a saudade, as partidas e os regressos, o fluir do tempo, os encontros, os reencontros, os desencontros...

As personagens são muito humanas, mas não menos frenéticas e tumultuosas... São personagens do infortúnio e do sobressalto que vivem num universo abrasador e perturbador e se movimentam num contexto

rústico e telúrico da ilha de S. Miguel, a freguesia da Tronqueira (um outro modo de dizer Pico da Pedra, terra natal do autor), onde a tensão se sobrepõe à acção e a intensidade ao conflito.

Ressalta, desde logo, Ti Severiana de Jesus, cujo grito estridente acontecido numa manhã de Agosto põe em alvoroço a vizinhança. Motivo: por engano, Severiana acabava de ver as suas economias consumidas pelo fogo. Uma consumição, tanto mais que a poupança (treze contos de réis, uma fortuna para quem era pobre) estava destinada a um negócio apalavrado de Ti Aristides, seu marido. Tudo começou quando ela esvaziou na boca do forno a gaveta atafuhlada de velhos recibos e outra tralha inútil. Só que com a tralha lá se foram os treze contos, “queimados para todo o sempre”... O grito (agónico) de Tia Severiana é o drama de um povo triste em tempo de subdesenvolvimento, pobreza, intolerância e opressão.

A acção situa-se no primeiro quartel do século XX, desenrolando-se até aos nossos dias. Há ecos da Primeira Guerra Mundial. Aqui se recorda a gripe pneumónica trazida pelos tripulantes de um navio japonês e que causou 2000 vítimas na ilha de S. Miguel. Como se não bastassem as “convulsões telúricas”, os poderes instituídos exerciam então funções de vigilância repressiva: o regedor, a professora *Caracola*, o padre Crisóstomo.

Os ricos eram ricos (o doutor Virgínio de Medeiros, Dona Taveira Moniz e o industrial Jovino de Faria) e os pobres cada vez mais pobres (José dos Reis, cantador, o Guilherme, maluco e vagabundo, Chico Moleiro... E há o Angelino Bem-Falante, o Almeida Progressista, Presidente da Casa do Povo, o Couvinha, dono do Café Pérola de Tronqueira, Jacinto Correia, o arqueólogo, e Dona Clarinda, sua esposa. Há festanças e há a filarmónica Música Nova, e há beatas que engrolam o terço, e há muita e desvairada gente que alimenta mexericos...

Neste, como em todos os livros de Cristóvão de Aguiar, ouve-se um malho a bater na bigorna... Num discurso (em monólogo interior) equilibrado entre o passado e o presente, o narrador capta, com notável poder de observação e extraordinária pormenorização, o “espírito do lugar” desse microcosmos da Tronqueira. Cortará o “cordão umbilical” que o liga(va) a esta freguesia e rumará para o espaço mais vasto de Coimbra, “cidade sem mar” (pág. 224).

Na memória levará a recordação do Pai, da Mãe, de Vavó Luzia, do Largo do Coreto e do povo que é seu: pedreiros, sapateiros, moleiros, cantoneiros, lavradores, campónios, corcundas, aleijados e tantos outros

“servos da gleba”... Na sua memória hão-de ecoar as badaladas do relógio da Torre da Matriz, o convívio com Marília no Café Milhafre e a visão apetecível da baía de ver passar navios... Não se concretiza o desejo de assistirem ao nascer do sol na Serra da Lagoa do Fogo, na Ponta da Madrugada ou na Ponta do Silêncio porque, entretanto, ocorrerá um eclipse total do sol...

De resto o narrador continuará a sentir a acidez do limão galego que vai espremendo nas agruras da sua vida... Ri-se da prosápia de alguns e da bazófia de muitos... Revisitará Tronqueira e aí encontrará uma nova geração de lavradores e “exércitos de funcionários públicos”...

Longe vão os tempos em que um velhote não queria aceitar a instalação de luz eléctrica na freguesia... Agora é tempo de uma nova ordem social. O regime autonómico vigora nas ilhas e fala-se dos “custos da insularidade ou da insalubridade” (pág. 247).

Estamos perante uma escrita que é também ela lugar de confronto, porque Cristóvão de Aguiar denuncia as verdades ilusórias, renuncia às máscaras de um quotidiano alienante, questiona os mitos do nosso passado e as mitologias do nosso presente incerto. Considero que uma das facetas mais aliciantes da arte verbal deste escritor reside na perspicácia da sua ironia. Refira-se, a propósito, as referências que, a pretexto da defesa da dignidade canina, nos são dadas aos cães das Faculdades de Letras, Direito, Medicina e Ciências e Tecnologia...

De salientar o processo de intromissão de uma voz narrativa que surge (grafada em itálico) enquanto veículo de uma visão da realidade ficcionada e que poderá muito bem ser o autor enquanto responsável pelo texto narrativo. Este mesmo processo havia já sido experimentado em *Trasfega*, seu livro anterior.

Rico de espessura evocativa e bem carpinteirado, *Marilha* aí fica a merecer a nossa melhor atenção. Porque este é, decididamente, um livro que se lê com infinito prazer.

(Texto lido na Casa dos Açores do Algarve em 07/05/05 na apresentação do livro)

*POST SCRIPTUM*



## Autobiografia

### Cristóvão de Aguiar

O escritor *Cristóvão de Aguiar*, chamemos-lhe assim por uma questão de facilidade, usa também o nome civil de *Luis Cristóvão Dias de Aguiar*. Caiu neste mundo, na freguesia de Pico da Pedra, Ilha de São Miguel, com estes quatro nomes às costas e mais uma preposição a determinar-lhe o lugar de origem – talvez uma Vila muito Pouca de Aguiar. A casa do calendário indicava o dia 8 de Setembro de 1940. Nascera de uma nobre estirpe de artesãos, músicos, poetas repentistas e também de agricultores. As mulheres eram dóceis, embora uma ou outra se pronunciasse de pêlo na venta...

De nome mais encolhido, o escritor deixou-se parir em Coimbra em dia impreciso de Março de 1965, três semanas antes de o indivíduo que lhe abonava o corpo ter zarpado para a guerra colonial a bom lavrar nos matos da Guiné e no íntimo dos mancebos em idade militar. Com pânico de morrer de um tiro numa emboscada, o futuro combatente procurou prevenir-se. Sangrou-se em saúde, e toca de cogitar em reproduzir-se. Parto prematuro, à custa de ferros. Só assim conseguiu ser arrancado à barriga... de aluguer. O nascituro merecia desmancho, em boas condições higiénicas, numa especializada clínica das letras, mas acabou por ser dado à luz, ficando para sempre um aborto com cara de livro. Enamorado, o pai baptizou-o com o nome de *Mãos Vazias*: voluminho esvaziado de tudo, até da mais rudimentar poesia, quase a entrar nos quarenta, mas a sua idade mental não vai além dos catorze.

Muito longe desse evento, o rapaz que fui, e vou sendo sempre que me apetece, cresceu e medrou, inteiro como o seu nome, frequentou os estudos elementares na freguesia, situada a meio caminho entre a velha Vila da Ribeira Grande e a cidade de Ponta Delgada. Pouco antes de se matricular no Liceu, já seu Pai havia “emigrado” para a Ilha Terceira, a América pequenina. A verdadeira, a *Amerca das estoas e dos mechins; dos candilhes e da cocoa; das roupas cheirosas e das ruas calcetadas de vidro; da comida encanada e dos açucrins*, simbolizava um sonho que só poucos tinham a dita de alcançar. Na Base americana, trabalhou seu Pai como torneiro mecânico. Não só para supreio da família como, principalmente, para pagar os estudos ao filho hospedado na cidade, à distância de dez quilómetros da freguesia. A meio do século passado, tratava-se de uma lonjura tão

273

tamanha que, neste tempo alucinado de urgências, só poderia ser inteligível se a reduzíssemos a centímetros ou a milímetros. A ausência do quentinho da casa e da freguesia, onde se sentia mais inteligente do que em qualquer outra parte do mundo da Ilha, tornava-se imperativa – a primeira separação e perda, as inaugurações de tantas outras que haveriam de se lhe apresentar ao comprido da vida.

O ingresso no palácio do velho Liceu, no ano lectivo em que o estabelecimento celebrava um século, deve ter sido o primeiro grande tsunami que amargou na vida ainda de calças tão curtas. Até o racharam ao meio, árvore fendida por um corisco de alto abaixo. A partir do início dessa aventura escolar, só o nome *Cristóvão* passou a valer no meio da nova e estranha comunidade. O prenome *Luis*, por que era conhecido e chamado, ficou submerso, apenas com dignidade de estatuto vocativo para a gente da freguesia e parentela mais chegada. Havia quem se arriscasse ao chamamento cristão inteiro: *Luis Cristóvão*. Vozes isoladas que não produziram eco no *por dentro*. Continua habitando dois nomes, como se possuísse duas casas. E assim o aluno medroso haveria de ficar para sempre cindido. Passou o *Cristóvão* a ser o contrapeso do *Luis*, ou vice-versa. As leviandades de um justificadas com as aparentes virtudes do outro. Pelejando, porém, incessantemente – vizinhos desavindos residindo na camisa-de-forças do mesmo corpo.

Concluíram ambos o antigo sétimo ano de letras, em 1960, mas deverá ter sido o *Cristóvão* quem, na sua extravagância sonhadora, fez atrasar, em dois anos, o curso liceal, arrastando-o durante uma novena.

274

O *Cristóvão* gostava de namorar e de faltar às aulas para ir ao encontro da vida e dela colher as flores que a escola só lhe concedia, murchas e compendiadas, em livros únicos e maçudos. Não quis ir sozinho. Levou o *Luis* pela trela. E quem pagou a soma calada da factura apresentada pelo pai ao regressar da emigração de-ao-pé-da-porta foi o *Luis*. Passou a trabalhar na oficina de serralharia, para que aprendesse a arte do ferro forjado e ficasse a saber quanto custava a vida ou quantos pães dava um alqueire bem medido.

O *Cristóvão* continuava devaneando pelas paragens da imaginação desenfreada, pouco caso fazia das admoestações e conselhos do seu companheiro de rés-do-chão. Acabou por ter razão ou por ter sorte, tanto faz. O *Luis* deixou de ser aprendiz de serralheiro (só nas férias o retomava, para que não houvesse curteza de memória) e foi prosseguir os estudos, na companhia do *Cristóvão*, a seguir a umas férias mais compridas que légua da Póvoa.

Conseguiram ser bons alunos. Quase distintos. Dispensaram do Exame de Aptidão à Universidade ao concluir o Curso Complementar dos Liceus.

Zarpámos da Ilha na noite de 10 de Outubro de 1960 a bordo do *Lima* e chegámos a Lisboa na manhã do dia 15 do mesmo mês. Um prodígio de velocidade, como se está vendo, só possível à alta tecnologia de ponta, ou à alta ponta da tecnologia, em uso na época. Na proporção que o navio subia o rio em direcção ao Cais de Santos, e à vista de tantas e tamanhas grandezas, ao *Cristóvão* bailavam-lhe os olhos. O *Luis* terá sentido essa impressão à semelhança de um rural de súbito colocado em meio de uma babilónia de progresso: espanto e nada mais que espanto. O Tejo, que ambos sabiam da geografia papagueada, a cidade de Lisboa, branca e imponente, apertada nas suas sete colinas, pareciam sair das páginas dos livros de estudo para se postarem, ali defronte deles, juntamente com um comboio entrevisto pela primeira vez, em louca correria sobre a linha-férrea de Sintra. Na Ilha, só se avistavam navios. Pena tamanha, pensava o *Luis*, não ter conseguido vislumbrar o famoso rectângulo de oitenta e nove mil quilómetros quadrados, dentro do qual Portugal inteiro se acolhia, ou encolhia, no respectivo mapa pendurado na sala de aula da escola elementar... E o *Cristóvão* acrescentou: “Sim, o mapa estava muito próximo da santíssima trindade constituída pelos retratos de Salazar e Carmona e pelo crucifixo de latão no meio de ambos...”

Às sete e vinte e cinco da noite desse dia 15 de Outubro partiam de Santa Apolónia, no *Foguete*, assim se denominava o comboio mais veloz e mais caro do tempo: cerca de cem escudos até Coimbra numa viagem de cerca de duas horas e meia. Era o único comboio que parava numa estação antes de Coimbra, a de Fátima, sendo, por isso, muito fácil não haver engano – na segunda paragem era obrigatório descer. Nos outros comboios havia novatos das Ilhas que se apeavam na Mealhada ou ainda mais arriba... 275

Na Estação Velha, já noite cerrada, o *Luis* sentiu-se abandonado. Pouco ou nada percebia das palavras difundidas pelos altifalantes. Sabia que tinha de mudar para um comboio que fazia a ligação com a Estação Nova, mas não sabia como proceder. Acabou por perguntar. O interlocutor não lhe entendeu a pronúncia cerrada, e ele ficou transido. Por fim, o *Cristóvão* dirigiu-se, afoito, a um corretor, elegante na sua pronúncia impecável e farda castanha, debruada de dourados. O angariador em vez de responder perguntou: “O senhor *doutor* precisa de hotel?” O *Cristóvão* olhou para o lado, espicaçado pela curiosidade de ver, *in loco*, o primeiro titular de tal cargo, na

maternidade onde os *doutores* nasciam de parto prematuro. Como não viu ninguém por perto e a pergunta fora repetida, ficou com a pele em couro de galinha – chegara ao fundamento de que o *doutor* era ele próprio. A ligação acabou por chegar. Seguiram, num molhinho, meio enregelados, num banco de madeira. À saída da Estação Nova, pernoitaram na primeira pensão que encontraram. Acordaram do pesadelo em manhã outoniça lavada de sol, sem mar, o que lhes criou um vazio, que foi doendo pelo dia adiante, ocupado nas andanças de arrendar um quarto. A praxe académica, reforçada, recomeçou no dia seguinte, dia da Abertura Solene da Universidade. A partir daí, o medo tomou conta do *Luís*. Tinha de ir tomar as refeições à única cantina que existia, no Palácio dos Grilos, sede da Associação Académica. Muitas vezes deixou de ir jantar com pavor de ser rapado por uma trupe, outras ia de táxi, mas pouco era o dinheiro. De tal modo ficou atacado de medo que, semanas depois, desiludido e amedrontado com a obsoleta praxe académica, queria regressar, no vapor da carreira, ao ventre materno da Ilha. Escreveu uma carta esborratada de lágrimas. A resposta recebida uma semana mais tarde desenganava-o: “O que vens tu para cá fazer? aguenta-te; um homem não se deixa afundar dessa maneira; tudo é difícil ao princípio e um ano passa depressa: estás aí, estás cá em férias grandes...”

O *Cristóvão* decidiu uma noite fazer peito à praxe. E em 24 de Novembro, véspera da *Tomada da Bastilha*, era pela primeira vez rapado na Rua José Falcão, junto à *Porta Minerva*, a caminho da cantina.

276

A tormenta cultural dos princípios dos anos sessenta eclodida em Coimbra era mais forte ainda que a de um *Ciclone de Setembro* ilhéu. Com ela ficou em estado de embriaguez, a consciência dos limites cada vez mais à flor da pele e as *Mãos Vazias* de uma poesia que se recusava a cantar, mas que, bem ou mal, fez nascer, de parto prematuro, o tal *Cristóvão de Aguiar*, que ainda hoje persiste e insiste na lavoura da escrita. O *Luís* franzia o nariz e ia a pouco e pouco deixando de acompanhar o *irmão gémeo*, que se transformara num *Grito em Chamas*, que, desarvorado, procurava queimar e atingir não se sabia bem que alvo, talvez o *Pão da Palavra* com que queria alimentar o espírito confuso... Se o *Luís* era bicho-de-conta, por índole e humor, mais ainda se encantou no seu cantinho. Ao invés, lá ia o outro caminhando aos tropeções, tentando remover a *Raiz Comovida*, ainda fincada e ficada na Ilha, mas dando já topadas que o faziam sangrar por dentro, num princípio de intensa *Trasfega*. Conseguiu sobreviver. Em incessante viagem interior, grandes lutas travou dentro de si, numa lufa-lufa de

*Passageiro em Trânsito*, procurando solucionar muitos dos problemas que a geração a que passou a pertencer já há muito tinha resolvido.

A sua grande sorte foi ter caído num meio intelectual progressista – o da revista *Vértice*, mesmo antes de pertencer ao seu quadro redactorial. Com os seus intelectuais convivia na Brasileira e com outros que lhe estavam próximos: o denominado *Grupo da Brasileira*, em que pontificavam Joaquim Namorado, Luís Albuquerque, Orlando de Carvalho, Mário Vilaça, e sobretudo conviveu *Com Paulo Quintela à Mesa da Tertúlia*, para só falar dos que já saíram de cena. Ouvindo mais do que falando, ia soletrando e aprendendo devagar as primeiras letras de uma nova cultura e de uma mentalidade que em nada se assemelhava à que em si vigorava. Lentamente foi assimilando novos valores humanísticos, alheios aos apontamentos tirados nas aulas, mais enraizados nos problemas concretos do País, estabelecendo com a vida cultural e literária uma *Nova Relação* que, mais tarde, havia de colocar um portaló por onde se entrava e saía *de Bordo* de qualquer iate de cabotagem.

Da Ilha trouxe um lastro de recursos afectivos e de novelos sentimentais que lhe têm vindo a servir de conduto ao pão seco e amargo do dia-a-dia. É com toda essa matéria nebulosa que vagueia dentro de si que vai procurando escrever. Dir-se-ia que Coimbra, que também faz parte do seu roteiro afectivo e cultural, lhe forneceu a ferramenta sem a qual não poderia carpinteirar a escrita nem ordenar o seu desordenado pensamento. Quarenta e cinco anos de convívio, cumplicidades, amores e desamores, alegrias e tristezas, deram para uma vida quase cheia de pouco. O bastante para que vá pensando em fechar o círculo, regressando ou não às raízes comovidas. Pode ser que, nessa remota origem, Coimbra se lhe imponha de tal sorte que tenha de escrevê-la, a ver se a sente mais aquietada dentro de si. O mesmo aconteceu com a Ilha, em Coimbra. Desinquietou-o de tal maneira que não teve outra alternativa que não fosse a de a ir entretendo com meia dúzia de livros que, por sinal, nunca a aplacaram por inteiro. Continua exigente e ciumenta. Vai procurar acalmá-la dentro em breve com a publicação de uma sequência narrativa a que deu o título de *Marilha*, Mar Ilha, Marília, nome de mulher, que, por força da pronúncia ainda em vigor em certas Ilhas, se transfigurou na gostosa dicção de Marilha...

277

Coimbra, 26 de Janeiro de 2005